

Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social

Volume 2

Gilson Porto Júnior
Renato Dias Baptista
Fernando da Cruz Souza
(Orgs.)

18



O livro apresenta treze capítulos que são o resultado de sólidos trabalhos de pesquisa científica, com temas originais e atuais, tornando-se textos de qualidade que mostram uma consistência notável e rigor científico no tratamento teórico. O principal objetivo é estimular o espírito crítico e refletivo, bem como convidar os leitores ao debate sobre questões teórico-metodológicas de pesquisa em comunicação, jornalismo, educação, democracia e gestão social. Assim, esta compilação apresenta os resultados da pesquisa sobre um assunto interdisciplinar relacionado com o campo da Comunicação, Democracia e Gestão social. Os capítulos abordam temas polêmicos e atraentes, como sustentabilidade, educação ambiental, agroecologia, desenvolvimento de comunidades tradicionais, qualidade, inovação, jornalismo, mídia, democracia, controle social, transparência pública, entre outros.



**Convergências entre os
Campos da Comunicação,
Democracia e Gestão Social**

Série
**Comunicação,
Jornalismo e
Educação**



Diretor da série:

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. João Nunes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christoletti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Coxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Fagnó da Silva Soares
CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dr. José Manuel Peláez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

**Convergências entre os
Campos da Comunicação,
Democracia e Gestão Social**

Volume 2

Gilson Porto Júnior
Renato Dias Baptista
Fernando da Cruz Souza
(organizadores)

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Arte de capa: Logan Simonson @simonson_design

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Comunicação, Jornalismo e Educação - 18

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PORTO JÚNIOR, Gilson; BAPTISTA, Renato Dias; SOUZA, Fernando da Cruz (Orgs.).

Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social: volume 2 [recurso eletrônico] / Gilson Porto Júnior; Renato Dias Baptista; Fernando da Cruz Souza (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

293 p.

ISBN - 978-85-5696-249-2

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Comunicação. 2. Gestão Social. 3. Democracia. 4. Convergências. 5. Jornalismo. I. Título.
II. Série.

CDD-177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade 177

Sumário

Prólogo.....	9
Renato Dias Baptista	
Capítulo 1.....	11
Comunicação e Cultura Contemporânea: uma narrativa televisiva da construção social de símbolos identitários em Palmas-Tocantins	
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior; Ana Carolina Costa dos Anjos	
Capítulo 2.....	39
A comunicação como oportunidade e desafio à cooperação entre comunidades tradicionais amazônicas e organizações internacionais	
Nelson Russo de Moraes; Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior; Caroliny dos Santos Hamada; Joicleia Juliate Fonseca; Fernando da Cruz Souza	
Capítulo 3.....	57
Percepção de estudantes sobre a relação entre o princípio da dignidade humana e o meio ambiente ecologicamente equilibrado	
Omar Fernando de Carvalho Júnior; Cristiane Hengler Corrêa Bernardo; Timóteo Ramos Queiroz	
Capítulo 4.....	79
Ministério Público no Brasil: aproximações acerca da sua evolução histórica e demarcação jurídica	
Nelson Russo de Moraes; Denise Pereira de França; Sérgio Leal Mota; Dorival Russo de Moraes	
Capítulo 5.....	91
Políticas Públicas: Estatuto Científico	
Fernando da Cruz Souza; Patrícia Barrozo; Stéphani Cetimia Mariotti Ruiz; Nelson Russo de Moraes	
Capítulo 6.....	127
A política pública de assistência técnica e extensão rural no Brasil: do difusionismo à construção participativa de saberes com fluxo bilateral de informações	
Silvia Cristina Vieira Gomes; Cristiane Hengler Corrêa Bernardo; Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani; Eduardo Guilherme Satolo	
Capítulo 7.....	147
Políticas habitacionais: vulnerabilidade social e necessidade de moradia	

Capítulo 8163

Mapeamento das Organizações do Terceiro Setor (OTS) na cidade de Tupã/SP: produto do Projeto de Extensão “Observatório de Democracia e Gestão Social/UNESP”

Caroliny dos Santos Hamada; Allan Rodrigues dos Santos Marques; Gabriel Stéfano Pinheiro de Sales; Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes; Bruno Ricardo Carvalho Pires

Capítulo 9..... 177

Apontamentos sobre a cultura das comunidades tradicionais da região de Tupã: Aldeia Indígena Vanuíre (Arco Íris/SP) e Comunidade Leta de Varpa (Tupã/SP)

Eduardo Festozo Vicente; Nelson Russo de Moraes; João Augusto Rodrigues; Bruno Ricardo Carvalho Pires

Capítulo 10 197

Políticas públicas para povos indígenas: análise da literatura

Ariane Taísa de Lima; Nelson Russo de Moraes; Cristiane Hengler Corrêa Bernardo

Capítulo 11..... 239

O indígena agricultor da Alta Paulista: um estudo da Aldeia Vanuíre no município de Arco Íris - SP

Neuza de Moraes Müller; Wilcer André Marcório; Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani; Nelson Russo de Moraes

Capítulo 12257

A violência cultural nas comunidades tradicionais brasileiras: aproximações teórico-conceituais

Alexandre de Castro Campos; Nelson Russo de Moraes; Raquel Cabral

Capítulo 13 271

As dimensões da relação do ser humano com a natureza em uma comunidade tradicional amazônica de geraizeiros

Anderson Rodolfo de Lima; André Wilcer Marcório; Angélica Góis Morales; Nelson Russo de Moraes; Pedro Fernando Cataneo

Prólogo

*Renato Dias Baptista*¹

*La piedra no es inerte, está viva, transmite
hondos sonidos que hacen una compleja sinfonía*

Carlos Mesa Gisbert

In: *La Sirena y el Charango: ensayo sobre el mestizaje*, 2013.

Vivemos num multiverso interconectado. Essa proposição representa a síntese deste livro. É uma obra que leva-nos a refletir sobre os infindáveis vínculos que formam o conhecimento humano, e aqui congregam notórias e obliteradas temáticas. Por consequência, o já conhecido não deve perder sua evidência e o ignorado não significa que deixou de existir. Nessa perspectiva, conforme Ilya Prigogine, se algumas inquietudes já foram respondidas pela ciência, ainda temos poucas respostas sobre o que ‘somos’. Considero, todavia, que existem algumas evidências, a principal é que nos tornamos seres excludentes, algo originado de um senso-crítico incipiente. Esse comportamento é encontrado em sociedades que descartam uma parte de sua população por considerá-la distante dos interesses globais. Os povos indígenas, por exemplo, precisam lutar para manter e fortalecer suas culturas. Vários reflexos dessas ações humanas podem ser observados nos assuntos aqui tratados. São textos que nos permitem indagar sobre a construção da realidade e da perenidade.

¹ Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Tupã.

Não seria exagero admitir que todos os pontos da rede de saberes anseiam pelo equilíbrio, já que apenas isso pode dialogar com o circundante; essa é uma tênue relação de nosso sistema que, por natureza, é aberto.

Os capítulos levarão o leitor, distante de estereótipos, a perceber os conteúdos como uma catarse social. Logo, analisar a complexidade é desafiar a mesmice. Ademais, por sermos o resultado do tempo, nossa concepção sofre as consequências do factual.

Aqui estão contidas as questões das populações tradicionais, delineadas em algumas de suas faces, e que poderíamos denominar como um ‘estudo dos efeitos do desdém brasileiro sobre as culturas’, algo que, para alguns grupos, se iniciou nos tempos coloniais.

O papel do meio ambiente e do terceiro setor evoca algo de relevância mundial, porém é possível afirmar que em países com grande exclusão social a solução de problemas se tornou uma condição *sine qua non* para a geração de estabilidade. Precisamos acompanhar as ações e identificar quem de fato são os dignos representantes de uma equidade social.

Outros estudos aqui apresentados nos levam ao entendimento sobre democracia e políticas públicas, que são em tal grau essenciais e interdisciplinares. Contudo, sem subtrair as ações favoráveis ora apresentadas, é observável a fragilidade do Estado e, em consequência, o surgimento de abismos de naturezas distintas.

O Estado deveria ir além do senso comum ou da subserviência ao capital. Teria que ser o primeiro em dar respostas coerentes, pois a fragilidade de um governo abre caminho para a intolerância.

Se admitirmos o pressuposto de que as refutações são os mecanismos de preservação de um *status quo* cognitivo, então surge, por fim, uma recomendação: *desobstrua a mente*. A realidade é um código, e o leitor terá algumas dimensões aqui decifradas.

Capítulo 1

Comunicação e Cultura Contemporânea: uma narrativa televisiva da construção social de símbolos identitários em Palmas-Tocantins

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior, Dr.¹

Ana Carolina Costa dos Anjos, Ma.²

1 Introdução

O artigo propõe uma discussão sobre a escolha da Praça dos Girassóis como um símbolo da capital do Tocantins, Palmas³, a

¹ Pós-doutor em Jornalismo e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (FAC-UnB), doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). Professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordena pesquisas em ensino de jornalismo, formação e preservação da Memória. Pesquisa sobre formação, ensino e processos educativos no Brasil, na União Europeia, CPLP/PALOPS e BRICS.

² Mestre em Ciências do Ambiente, graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-graduanda na Especialização Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos, do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje). Professora substituta em Jornalismo, na UFT.

³ O presente artigo, embora tenha o gancho da enquete da TV Anhanguera apresenta parte dos resultados da dissertação de mestrado *Do girassol ao capim dourado: a apropriação de elementos da natureza na construção de símbolos político-identitários no Estado do Tocantins*, defendida no

partir da enquete/concurso “Símbolo de Palmas” do portal de notícias G1 Tocantins e TV Anhanguera⁴, o qual teve cerca de 125 mil votos, durante o mês de agosto de 2016, sendo a Praça eleita com 58.224 votos⁵. Especificamente, o artigo busca depreender o processo de construção social da identidade cultural no Estado do Tocantins, partindo do pressuposto de que agentes, instituições e atores sociais intervêm nessa tessitura dentro de uma conjuntura de legitimação institucionalizada, isto é, o reconhecimento acerca do que é o Estado do Tocantins, por meio de ações tais como o referido concurso, que elege símbolos, os quais, após a passagem por esse rito, tornam-se uma representação.

Para tanto, percorre o processo de criação do Tocantins e de sua capital, Palmas, e a invenção de tradições, símbolos e imaginário social, ou seja, construção e legitimação da identidade cultural do Tocantins e de Palmas.

2 Processo(s) de construção de símbolos em Palmas: a cidade do Tempo Ausente

[...] tudo que se imprime em termos de simbologia é passível de não resistir ao devir, primeiro, porque esses símbolos identificam os seus construtores, ou seja, remete-se ao personalismo político que causa mais insatisfação e ironia do que aceitação social da imagem. (SILVA, 2008, p. 53).

Em menos de um ano, desde a criação do Tocantins, nasce ‘a última cidade planejada do século XX’. Frases semelhantes a essa ocupavam manchetes, em jornais de circulação nacional, regional e

programa de pós-graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, em abril de 2015.

⁴ A TV Anhanguera é uma emissora de televisão brasileira afiliada à Rede Globo, gerida pela Organização Jaime Câmara, tal como o portal de notícias G1 – Tocantins.

⁵ Segundo a reportagem que pode ser conferida em: < <https://goo.gl/H2iSsl>>.

principalmente, local⁶ fazendo alusão à criação de Palmas, capital do novo Estado da federação; o Tocantins.

A cidade concreta (de parâmetros modernistas) fundada em 20 de maio de 1989, após aprovação do projeto de lei⁷ que a criava como capital definitiva do Estado, também logradouro da sede do governo de Estado e traz em sua paisagem uma síntese do discurso autonomista do Tocantins e da história (oficial) expressa em monumentos, prédios públicos e praças, esses espaços são considerados ‘uma memória para o futuro’ (SILVA, 2008; MOTTER, 2010), tais como a Praça dos Girassóis.

Para melhor compreensão, vale destacar que, em suma, foram 179 anos de manifestações, movimentos, lutas até a criação do Estado⁸, entretanto o desfecho não coroa a nenhuma cidade do (recém) ex-norte goiano como capital na nova unidade federativa. Pois, o ‘criador’; José Wilson Siqueira Campos opta por construir uma cidade. Vale destacar que; “uma nova cidade é acima de tudo um forte símbolo e um instrumento político.” (REIS, 2010, p. 4).

À margem direita do rio Tocantins dá-se o início da construção da ‘última cidade planejada do século XX’. Um resumo (poético) da formação, da moderna, cidade de Palmas é descrito por Silva (2008, p. 41) em:

⁶ Um estudo mais aprofundado sobre a representação do espaço tocaninense na mídia nacional/regional pode ser encontrado na tese de Jean Carlos Rodrigues (2008, utilizada ao longo desta pesquisa) e, mais especificamente, sobre a imprensa e a literatura em: *Representações da Identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989 - 2002)*, de Ana Elisete Motter (2010).

⁷ Lei Ordinária nº 70 de 26 de julho de 1989, publicado no Diário Oficial nº 16 (TOCANTINS, 1989).

⁸ A região que, hoje, recebe a delimitação político-geográfica do Estado do Tocantins fora povoada na primeira metade do século XVIII, com ocupação econômica baseada na exploração aurífera. Todavia, entre o início do povoamento e a criação do Estado diversos personagens e veículos de comunicação protagonizaram o(s) ‘discurso(s) autonomista(s)’. Assim, conjungindo entre 1809-1823, o primeiro discurso autonomista se dá com a criação da Comarca do Norte, sob a liderança do ouvidor português Joaquim Theotônio Segurado (1775 - 1831). O segundo entre as décadas de 1940 e 1960, iniciadas com a integração aérea do Norte goiano ao Centro-Sul do Goiás, seguido pelo Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, em 1956, na cidade de Porto Nacional e culminando na Casa do Estudante do Norte (CENOG) e, por fim, o movimento da década de 1980, da Comissão de Estudos do Norte Goiano que, em abril de 1981, que promove o 1º Congresso de Estudos dos Problemas do Norte Goiano onde fora redigida a Carta do Tocantins, até a criação do estado com a promulgação da Constituição Federal (ANJOS; 2015; CAVALCANTE, 2003; MOTTER, 2010).

Palmas, para os seus idealizadores, é um barco onírico navegando no tempo do desejo. Sintetiza a luta de emancipação do Estado do Tocantins, cobrindo o passado recente de sombras, reduz às cinzas a lembrança do atraso, da solidão, da pobreza, da secura sertaneja de galhos retorcidos em meio ao vento e a poeira cobre-dourada que varia as suas extensões.

Assim, sem passado ou população preexistente Palmas é uma cidade que tem sua origem no nada (*ex-nihilo*), de forma que tudo é uma construção. A sua tradição é inventada politicamente e sua história é imaginada como uma unidade constituída a partir da política de Estado.

Sem passado, no sentido de tempo zero⁹, descrito em suas ‘metáforas de uma cidade em busca do tempo’, por Valeria Cristina Pereira da Silva (2008) ou, ainda, no sentido denotado por José Manoel Miranda de Oliveira, ao afirmar que:

[...] pode-se dizer que nenhuma cidade surge espontaneamente. Porém, a diferença é se a cidade foi planejada ou não. Se planejada surge do nada, de um tempo zero caracterizado nas intenções dos seus criadores ou construtores; se espontânea, o processo de construção vai se estabelecendo lentamente em torno de algo sucessivamente diacrônico, determinado por alterações culturais, econômicas e territoriais. (OLIVEIRA, 2012, p. 51).

Assim, erguiam-se as construções de Palmas e a consolidação do território do Estado do Tocantins: “a partir de uma teia de intervenções voltadas para a construção de uma nova identidade

⁹ O tempo zero é compreendido como possibilidade de um novo tempo, no imaginário de cidades planejadas e construídas. “Tempo este não mais condicionado pela natureza, pela posição do sol em relação aos movimentos da Terra ou da lua, mas pela ação humana. Contudo, as evidências desse novo tempo ainda podem ser encontradas em disfarces de estamentos, mesmo diante do tempo mensurado, estruturado nas tecnologias, nas ações políticas e econômicas caracterizadas na complexidade determinada pela dialética da geração de excedentes e exclusão, ocasionadas pela trilogia poder, produção e consumo”. (OLIVEIRA, 2012, p.21).

cultural, partindo de uma nova configuração urbana.” (OLIVEIRA, 2012, p.63).

Afinal, “planejar/projetar é lembrar o futuro e imaginar o passado”, processo esse comum ao de construção social da identidade cultural (regional), pois, segundo Steinberg (2006), o sentimento de pertencimento e identidade resulta dos processos de uso do território. E, assim, uma “[...] cidade projetada, inscrita na ausência de duração, forja o passado antes que ele exista e a imaginação trabalha futuros possíveis, em tal movimento as soluções antecedem os problemas.” (SILVA, 2008, p. 180).

O processo de ocupação¹⁰ e a formação identitária se tornam não apenas meticuloso, mas instigante, perante o tema desse artigo. Pois,

As cidades de tempo ausente apresentam alguns traços comuns, como a forma de ocupação, os processos de marginalização dos pobres, devido também a elevação dos valores e preços nessas cidades, a falta de uma identidade urbana e a constante releitura que elas engendram, entre outros elementos. [...] É importante refletir que a cidade muda pela destruição das suas formas, mas muda pela reinterpretação das suas paisagens, imagens, sentidos e define-se pela permanência. (SILVA, 2008, p. 64).

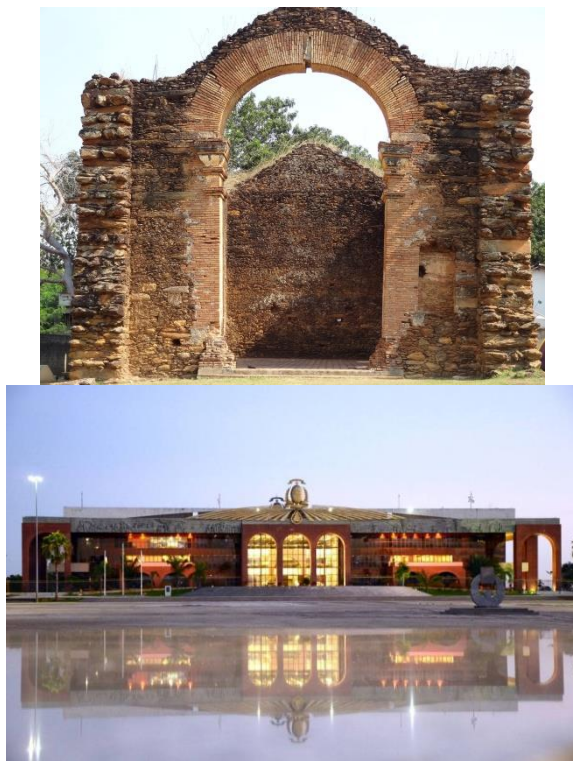
Na planejada paisagem urbana de Palmas têm-se monumentos que fazem alusão à história nacional e tracejam a história do Estado – em uma versão oficial. Ou seja, a “forma de concepção da cidade ficou muito direcionada para uma abstração daquilo que imaginava ser a cidade.” (BRITO, 2010a, p. 101).

Pois, a nova cidade: “teria ainda o papel de trazer as referências da história do Tocantins, reafirmando-o, em detrimento do norte-goiano, como os arcos do Palácio Araguaia e de outros

¹⁰ Sobre a ocupação e a segregação social em cidades planejadas o livro: *A segregação planejada; Goiânia, Brasília e Palmas*, de Lúcia Maria Moraes (2006), apresenta uma análise sobre as semelhanças e discrepâncias entre as três cidades planejadas do Centro-Norte do Brasil.

edifícios públicos, seriam lembranças dos arcos históricos de Natividade.” (SILVA, 2008, p. 188).

Figura 1 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Natividade¹¹) e Fachada do Palácio Araguaia (Palmas)



Fonte: Borges (2007) e Vieira (2013), respectivamente da direita para esquerda.

Desse modo, e em desconexão com o tempo, construía-se a paisagem urbanístico-arquitetônica de Palmas:

¹¹ O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico – formado por ruas estreitas com casarões e igrejas – constituem o Centro Histórico de Natividade tombado pelo IPHAN, em 1987. O conjunto arquitetônico é também considerado uma das ‘Sete Maravilhas do Brasil’, pelo concurso da Editora Caras divulgado em 2008.

Assim, o lócus dessas representações situou-se, em parte, nos símbolos construídos na Praça dos Girassóis, focados nas estruturas e no fluxo de consolidação e exaltação das três frações do estado: Legislativo, Judiciário e Executivo. Todo esse processo foi associado a um circuito de poder, como objeto centrípeto do território municipal e estadual. Essa condição foi corroborada pela posição geográfica de Palmas, bem como pelo fato da praça ser o lócus intraurbano dos diversos ramos de atividades empresariais e das estruturas físicas e simbólicas das esferas públicas [...]. (OLIVEIRA, 2012, p. 139).

Dessa maneira, a miscelânea Praça dos Girassóis sintetiza em si o projeto de construção urbanística e simbólica de Palmas. Uma vez que a praça é um sítio formado pela sede dos três poderes, secretarias de Estado, monumentos, um museu e um teatro de bolso, além disso, é de onde partem as duas avenidas principais da cidade: Juscelino Kubistchek Oliveira (sentido Leste-Oeste) e Teotônio Segurado (sentido Norte-Sul), formando uma cidade radiosa¹² que “gira em torno do palácio”. (SILVA, 2008, p. 140).

Sobre a Praça dos Girassóis, acrescenta-se que a:

[...] estruturação de uma identidade político-cultural voltada para a consolidação de um espaço de poder necessitava de novos significados culturais e ideológicos; para isso, foram construídos os monumentos da Praça dos Girassóis de Palmas, associados a uma estrutura arquitetônica moderna para a construção dos prédios públicos. [...] Em relação às estruturas da praça, dos espaços construídos e da relação que os monumentos tiveram, direta e indiretamente, com a memória dos lugares pretéritos, *os novos mitos e as culturas estavam direcionados para a difusão de uma nova identidade, diferente da constituída pelas lutas*

¹² Palmas, não é uma cidade radiosa (seu plano diretor é ortogonal), mas a autora ‘brinca’ com o termo em alusão à flor presente no nome da Praça e no imaginário da população, o girassol. Todavia, dentro dessa perspectiva de ‘cidade radiosa’ mais uma vez as semelhanças (ou coincidências? Paródia ou não) entre Brasília e Palmas, pois, de Brasília partem as rodovias federais que integram o país de forma radial, ou seja, as Brs. Sendo ‘Br’: “a nomenclatura das rodovias é definida pela sigla BR, que significa que a rodovia é federal, seguida por três algarismos. O primeiro algarismo indica a categoria da rodovia, de acordo com as definições estabelecidas no Plano Nacional de Viação”. (DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE, s/d, texto eletrônico).

separatistas. Por meio de ações pragmáticas, o governo instituía monumentos objetivando a fixação de um ethos novo interligando o desenvolvimento econômico da cidade e do Estado aos fluxos de ocupações dos espaços. (OLIVEIRA, 2012, p. 138-139, grifo nosso).

Corroborando com Oliveira (2012) acrescenta-se que, sendo a cidade uma construção urdida a partir de imagens, cujas significações sejam singulares, estética e socialmente moldadas nas ‘dobras do espaço e tempo’ percebe-se que houve deliberações políticas que desconectavam as narrativas na construção dos monumentos dispostos na Praça dos Girassóis.

As estatuetas contam histórias, mas não falam muito! O percurso figurativo de sua linguagem estabelece um discurso próximo de um poema dadaísta. Não houve a intenção de ligar uma narrativa à outra. A continuidade espacial que compartilham não segue a mesma conexão ideativa. Mesmo quando valoriza a memória do Estado, *isso é uma intenção* – uma vez *que a memória na cidade do tempo ausente* tem sua morfologia muito mais ligada a um futuro distante e a um passado longícuo - quando se remetem à história local, mais próxima e condizente, o fazem não a partir da tradução de um legado comum, *mas de ideias difusas de um pequeno grupo que imaginou e fantasiou sobre uma pretensa memória coletiva*. Dessa forma, poucos artefatos difundem elementos significativos da memória coletiva do Estado. (SILVA, 2008, p. 56, grifo nosso).

Destarte forma-se a linguagem da cidade de Palmas, capital do Tocantins, na qual ‘programa-se’ a substituição da memória histórica dos norte goianos por uma nova¹³, voltada para os espaços de uma cidade planejada – em formato centrípeto.

¹³ Sobre o processo de substituição ou esquecimento Oliveira (2012, p. 151), acrescenta que: “Em termos históricos, esses rompimentos foram praticados no Império, com a difusão de uma cultura de esquecimento do período colonial; na República, os esforços eram para não se lembrar do período Imperial, efetivados dentro de uma nova percepção dos espaços e do território nacional na perspectiva da criação de uma nova concepção de nação. A partir dos anos 1930, Vargas empreendeu uma política ostensiva para que a população não se lembrasse do período denominado de República Velha. De forma idêntica, ao determinar a incineração de todos os documentos oficiais e particulares da escravidão brasileira, Rui Barbosa mergulhou a história e suas fontes de comprovação numa cultura do esquecimento, dificultando a identificação e a correção das atrocidades praticadas pelo sistema

Apagando lembranças (de nativos ou dos migrantes que chegavam) e (di)fundindo com as novas, ancorando-as nos meios de comunicação de massa, revistas e almanaques¹⁴ patrocinados (e, por vezes, produzidos) pelo governo do Estado e em propagandas. “O governo investiu na massificação e construção de uma identidade palmense extensiva a todo o território do estado, cimentada na figura do migrante pioneiro [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 146).

Afinal, era preciso investir no processo que legitimaria o discurso, posto que: “as cidades de nanquim não resistem às intervenções socioculturais.” (SILVA, 2008, p. 73). Com isso, observa-se como se construía (simbólica e concretamente) a cidade de Palmas e o processo de invenção da identidade cultural palmense, ora legitimavam as ações governamentais, ora as contraponham. Assim:

A questão da formação/criação do Estado do Tocantins é um debate em aberto, [...] registrar, a respeito da identidade tocaninense, nas narrativas, é que a separação deu-se por manobras políticas de caráter personalista. Desse modo, concordamos com a interpretação de que a ação política em torno da questão ‘colou’ os fragmentos da história para dar uma dramaticidade ao desfecho, mas, de algum modo, paradoxalmente, é justificada e legitimada por um desejo popular e cultural do ‘longa duração’ *que se apoia na sensação de ‘esquecimento’ e não pertencimento a Goiás*. Além disso, culturalmente, havia uma ligação mais significativa com o Pará, com o Maranhão (Norte e Nordeste) do que propriamente com o sul de Goiás (Centro-Oeste) [...]. (SILVA, 2008, p. 94 -95, grifo nosso).

produtivo escravista, do qual era advogado.”. Também sobre esse assunto o texto: A natureza como paisagem-imagem e representação no segundo reinado, de Lília K. Moritz Schwarcz (2003), que apresenta alguns mecanismos de ‘esquecimento’, concomitante a formação da identidade cultural nacional oficial a partir de elementos da natureza.

¹⁴ Segundo Silva (2008, p. 191): “As publicações oficiais sobre a sociedade e a cultura do Tocantins, que circularam entre 1999-2002, em folhetos e almanaques (Almanaque Cultural do Tocantins), tiveram o papel de apresentar as lideranças políticas deste período e as suas realizações [...]”.

Desse modo, no que se refere ao processo identitário, no Tocantins, houve uma projeção do tocaninense como o ‘não goiano’, um cerrano-amazônida, indivíduo que tem cultura própria, com música, um calendário e manifestações culturais próprias. Projetando não exatamente a forma tocaninense/palmense de ser no mundo, mas reafirmando que o tocaninense não é goiano, assim, reformulava-se a memória coletiva dos indivíduos que se antes norte goianos, agora Tocantinenses (RODRIGUES, 2012).

Trata-se de uma lógica cultural, territorial e politicamente deliberada ‘vinculada a modernidade urbana’, para que não tivesse: “transposição do imaginário coletivo da cultura de Goiás para o Tocantins.” (OLIVEIRA, 2012, p. 9).

Embora, seja válido destacar que as ‘construções’ de identidade cultural dependam de instituições, grupos e sujeitos sociais atuando de forma relacional e em uma dinâmica escalonada.

Nesse processo houve construção (literal e concretamente) de símbolos, os quais foram criados dentro de uma perspectiva de representar um imaginário e legitimar o mito da criação do Estado do Tocantins e sua capital, Palmas, além de centralizar a figura política (‘o criador’), no caso o político José Wilson Siqueira Campos que, em monumentos, como por exemplo, a fachada do Palácio Araguaia ou os painéis dispostos no hall de entrada do prédio, Hino do Tocantins e outras manifestações artísticas o apresenta como um messias.

Nesse contexto, a Praça dos Girassóis é inscrita como uma ‘estrofe-síntese’ da linguagem da cidade. Por ser um conjunto arquitetônico que abriga vários desses monumentos, os quais compõem “[no] percurso figurativo de sua linguagem [...] um discurso próximo de um poema dadaísta.” (SILVA, 2008, p. 56).

Por essa característica miscelânea, por abrigar os Três Poderes do Estado (legislativo, executivo e judiciário), por ocupar um lugar de ‘centralidade’ na composição do plano diretor de Palmas, por ser cartão postal da capital e do Estado do Tocantins e, também, eleita pelos telespectadores da TV Anhanguera e os leitores

do portal de notícias G1 Tocantins como símbolo de Palmas a Praça dos Girassóis se faz um ponto de partida desse estudo, sendo assim, ‘exige’ que apresentemos algumas de suas minúcias, no próximo subtítulo, mas, não antes de falar sinteticamente de outros lugares e símbolos.

A Praça dos Girassóis é uma das construções erguidas para ser lugar de memória, como também o Museu Palacinho, a Casa Suçuapara e o Parque Cesamar, o Espaço Cultural Gomes Sobrinho, as Praias do Graciosa, Prata, das Arnos, do Cajú, do Buriti e a Ponte da Amizade (que transpõe o lago da Usina Hidrelétrica de Luiz Eduardo Magalhães, vale destacar que são as águas do lago que foram as praias). No quadro abaixo sintetizamos obras e a data de inauguração.

Quadro 01 – Lugares de memórias concretos ou naturais.

Lugar de memória	Data de inauguração
Praça dos Girassóis	18 de março de 2002
Palácio Araguaia ¹⁵	9 março de 1991
Praça Pioneiros do Bosque	20 maio de 1990
Casa Suçuapara ¹⁶	01 janeiro de 1990

¹⁵ Sede do Poder Executivo, o Palácio Araguaia é uma construção de quatro pavimentos em arquitetura moderna, com arcos e tijolos ‘à mostra’, na tonalidade marrom os quais fazem alusão à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Natividade. O prédio projetado pelos arquitetos Maria Luci da Costa e Ernani Vilela fora construído entre fevereiro de 1990 e março de 1991, ou seja, foram 13 meses para erguer uma construção de 14 mil metros quadrados.

¹⁶ O prédio foi erguido em 1987, para ser sede da fazenda Triângulo, mas, após a desapropriação, em 1989 a construção sediou a prefeitura de Palmas – de janeiro de 1990 a 20 de maio de 1990 – quando no primeiro aniversário da capital inaugura-se o Paço Municipal e a Praça Pioneiro do Bosque. Assim, com a transferência da prefeitura para sede definitiva a Casa Suçuapara foi ocupado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), posteriormente, serviu de sede do Departamento de Estradas e Rodagens do Tocantins (Dertins) e administração do Parque Cesamar. Atualmente, a Casa Suçuapara é um espaço museu que abriga a exposição permanente: Palmas antes de Palmas: um olhar sobre o Canela. Vale destacar que, semelhante ao tombamento dos prédios da administração estadual, em Palmas, tem-se a mesma ‘urgência’ no tombamento, pois o prédio fora tombado ‘previamente’, ainda em 2000. Posteriormente, em 16 de março de 2005 pelo Decreto nº 67 é que se tem o tombamento e incorporação ao Patrimônio Cultural de Palmas definitiva da Casa Suçuapara.

Parque Cesamar	01 janeiro de 1990
Museu Palacinho ¹⁷	01 janeiro de 1990
Praia da Graciosa	Julho de 2003
Praia do Prata	Julho de 2003
Praia do Caju	Julho de 2003
Praia do Buriti	Julho de 2003
Praia das Arnos	Julho de 2003
Ponte da amizade e da Integração ¹⁸	Setembro de 2002
Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães ¹⁹	2001

Fonte: organizado pelos autores

A necessidade de conjungir, em um quadro, alguns dos prédios e lugares de natureza e a apresentar uma síntese da transformação dos mesmos em lugares de memória (e também de poder) se faz necessário para demonstrar como houve uma ‘urgência’ em preservar – através do tombamento dos referidos

¹⁷ Palacinho foi construído em 1989 e devido a antecipação da transferência da Capital provisória para a definitiva, Palmas, fora adaptado para sediar a administração de governo até a conclusão das obras do Palácio Araguaia. Assim, de janeiro de 1º de janeiro de 1990 a 9 de março de 1991, sediou a Casa Civil e C. Militar, as secretarias de Estado do Interior, da Comunicação e da Agricultura, além de residência oficial do governador. Em 1992, pela Lei nº 431 fora tombado e integrado ao Patrimônio Histórico e Cultural do Estado pelo governo de Estado. Em 18 de março de 2002 fora transformado em museu. Entre janeiro de 2009 e março de 2010 foi restaurado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Uma curiosidade da Lei Estadual nº 431 de 28 de julho de 1992 é o tombamento de outros prédios que abrigaram provisoriamente os poderes executivo, judiciário e legislativo, na cidade de Miracema, além do ‘barracão de palha’ [texto da lei], no qual fora realizada a primeira reunião com o povoado da Canela para construção de Palmas, mas esse último tombamento foi revogado pela Lei Estadual nº 1.171 de 02 de agosto de 2000. Isto, porque, as memórias do Canela (materiais e imateriais de certa forma) estão submersos no reservatório da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, também conhecido como Lago de Palmas.

¹⁸ A ponte Fernando Henrique Cardoso ou Ponte da Amizade e da Integração se localiza na rodovia TO-080, no estado do Tocantins e liga cidade de Palmas ao distrito de Luzimangues, no município de Porto Nacional, além da cidade vizinha de Paraíso do Tocantins e da rodovia BR-153. A obra constituiu-se de quatro aterros e três pontes sobre o lago. A ponte mais extensa tem 1.042 metros de extensão e as outras duas com 83 metros de comprimento, cada uma. Todo o complexo totaliza pouco mais de oito quilômetros.

¹⁹ Em julho de 1998, houve o lançamento da pedra fundamental da usina que se chamava UHE do Lajeado. Mas, após o acordo da participação da Eletrobrás no empreendimento foi rebatizada para UHE Luís Eduardo Magalhães, homenagem póstuma ao político baiano (ZITZKE, 2007).

prédios – e institucionalizar uma memória oficial tecida politicamente.

Vale destacar que, há uma relação do discurso midiático (sobretudo, dos meios de comunicação locais) com a transformação desses espaços em lugares. Entretanto, propomos um desenredar resumido sobre construção e destruição de símbolos no Estado do Tocantins e como essa narrativa está intrinsecamente ligada à construção de memória, identidade política e cultural e também a figuras políticas.

Quadro 2 – Governadores e os símbolos político-identitários no Tocantins

Governador	Mandato	Símbolo ‘construído’	Símbolo ‘destruído’
José Wilson Siqueira Campos (PDS)	1989-1990	A cidade de Palmas, o Girassol, o Palacinho, a Casa Suçupara.	-
Moises Nogueira Avelino (PMDB)	1991 – 1994	Palácio Araguaia (inauguração); Monumento à Lua Crescente e ‘Duas Mãos.’	Girassóis (flor)
José Wilson Siqueira Campos (PPR)	1995-1997	-	Monumento à Lua Crescente e ‘Duas Mãos’
José Wilson Siqueira Campos (PFL)	1998 - 2002	Praça dos Girassóis, as Frisas e os Frontispício na fachada do Palácio Araguaia	-
Marcelo de Carvalho Miranda (PFL)*	2003 – 2005	Jalapão (região turística) Capim Dourado (discurso do endemismo)	Girassóis (flor)
Marcelo de Carvalho Miranda (PMDB)	2006-2009	-	Frontispícios e Paineis de Girassóis da Assembleia Legislativa
José Wilson Siqueira Campos (PSDB)	2010-2014	Praça dos Girassóis volta a ter girassóis, o Palácio recebe um Brasão de Armas e inclui o “Girassol” ao nome das Escolas Estaduais de tempo integral ²⁰	-

Fonte: Anjos (2015)

²⁰ O artigo 1^a, da lei n.º 2.810, sancionada em 26 de dezembro de 2013, diz: “A denominação das unidades escolares especificadas no Anexo Único a esta Lei passa a vigorar com o acréscimo da expressão ‘Girassol de Tempo Integral’” (TOCANTINS, 2013, p. 1).

A construção (e destruição) de símbolos em (e de) Palmas é um processo identitário, cultural, mas, acima de tudo, político. Uma vez que há uma deliberada (trans)formação da identidade cultural, na qual por meio de um ‘jogo de símbolos identitários’, cria-se uma narrativa que produz significados. Pois, os sistemas simbólicos produzem as estruturas classificatórias que norteiam o sentido e a ordem social, partindo da diferença estabelecida entre o ‘eu’ e o ‘outro’. Pois,

A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades [...] O *social* e o *simbólico* referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definido, por exemplo, quem é excluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas ‘relações sociais’ (WOODWARD, 2013, p.14, grifo da autora).

Sendo assim, a identidade pode ser concebida como algo formado por processos sociais e, segundo Berger e Luckmann (2002, p. 228), “uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo modelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social”. Afinal, a “[...] realidade é socialmente definida. Mas as definições são sempre *encarnadas*, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade.” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 157, grifo dos autores).

Os definidores da realidade, nesse caso, os indivíduos que encarnaram as definições sociais da identidade cultural de Palmas e do Tocantins viram a institucionalização de símbolos para formação de uma memória coletiva e, por meio, do referido concurso/enquete

– em discussão nesse artigo – legitimam, re-ritualizam e re-atualizam a Praça dos Girassóis como um representante.

Sobre isso, Canclini (2015, p. 193) afirma que, o ritual tem a característica de confirmar, no mundo simbólico, algumas características já estabelecidas. Assim, o: “[...] ato de instituir simula, através da encenação cultural, que uma organização social arbitrária é assim ‘um delírio bem fundamentado’, dizia Durkeim, ‘um ato de magia social’, conclui Bourdieu, [...] ‘transforma-te no que és’.” (CANCLINI, 2015, p.193).

Pode-se acrescentar, segundo Anjos (2015, p. 138), que;

A memória dá subsídio para a construção do projeto e do discurso, e esse, por sua vez, e a partir da memória, forma um imaginário social que é representado por meio de símbolos ou não, sendo esse imaginário o que promove as narrativas, por meio das quais a identidade cultural de uma coletividade se representa e se apresenta ao mundo e pela repetição dessas narrativas a cerca da realidade de uma coletividade é que se inventam as tradições.

A centralidade da Praça na composição do plano diretor de Palmas, o discurso social que a transformara em símbolo e em uma representação da identidade palmense, ancorado no discurso midiático é um exemplo do que Hobsbawm (2012) descreve como o processo de invenção de tradição. Nesse caso, uma invenção concreta sobre a qual tecemos algumas linhas.

3 A Praça dos Girassóis e suas narrativas ‘concretas’

Pelo desenredo exposto, pode-se aferir que houve várias interferências estéticas na construção (concreta e do imaginário) da cidade de Palmas, assim, com a Praça dos Girassóis – que nascera para ser cartão postal do município e do Estado – não seria diferente.

Desse modo, a Praça dos Girassóis reúne fragmentos – minuciosamente selecionados – da história do Estado do Tocantins, em monumentos dispostos em seus 571 mil metros quadrados.

Número esse que a faz a maior praça pública da América Latina e a segunda maior do mundo²¹. Sua construção teve início em 18 de outubro de 1999 e fora inaugurada no dia 7 de setembro de 2000, mas com alguns prédios inacabados.

Figura 2 - Maquete da Praça dos Girassóis



Fonte: Ferreira (2012)

Legenda: Maquete da Praça dos Girassóis, instalada no interior do Palácio Araguaia.

A Praça dos Girassóis abarca, em seu complexo arquitetônico, o Palácio Araguaia (sede do Poder Executivo), a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (sede do Poder Legislativo), o Tribunal de Justiça (sede do Poder Judiciário) e as Secretarias de Governo nas alas leste e oeste. Desse modo, se faz lugar de poder ao sediar prédios de onde se cria, executa e judicam as leis e também se administra toda a nova unidade federativa. Além disso, como esses prédios foram as primeiras construções erguidas (para serem

²¹ Sendo a maior praça pública do mundo a Praça Merdeka, que fica em Jacarta, na Indonésia.

lembradas), a Praça dos Girassóis se faz também um ‘lugar de memória’.

Esse lugar de ‘poder’ e ‘memória’ possui em sua ala norte alguns monumentos sendo Súplica dos Pioneiros, a Rosa dos Ventos (‘centro geodésico do Brasil’); no meio da Rosa dos Ventos fica o Monumento à Bíblia; o Cruzeiro; (figura 03) e na ala norte, próximo ao pórtico leste do Palácio Araguaia, o Relógio do Sol.

Figura 3 - Monumentos da Ala Norte da Praça dos Girassóis



Fonte: Google Maps (2014); Mara (2013); Vieira (2013); Salvador (2008); *Folha do Bico* (2013); Mara (2013) – Elaboração Anjos (2015).

Legenda: Monumento Súplica dos Pioneiros (1); Detalhe da cruz de pau-brasil, no cruzeiro (2), Monumento à Bíblia, Monumento Cruzeiro (4)

Já a porção sul é composta pela Praça Krahô (uma praça dentro de outra praça, na porção sudeste), pelo Complexo Museológico Histórico-Cultural (o qual é formado pelo Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana e o Memorial Coluna Prestes – ver figura 04), uma cascata, uma Praça de Esporte e a Catedral Metropolitana de Palmas.

Figura 4 - Complexo museológico histórico-cultural



Fonte: Sá (2013)

Legenda: O complexo é formado pelo Memorial Coluna Prestes ao fundo²² e Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana

Inaugurado junto com o Memorial Coluna Prestes, em 05 outubro de 2001, no 13^o aniversário do Estado do Tocantins, o Monumento aos 18 do Forte é uma homenagem aos dezessete militares e um civil que se rebelaram, em 1922, no Rio de Janeiro.

²² Obra do Arquiteto Oscar Niemeyer que abriga alguns objetos pessoais de Luiz Carlos Prestes e pequeno acervo sobre a Coluna Prestes. A obra homenageia a Coluna Prestes e a sua passagem pelo território do Tocantins entre as décadas de 1920-30. Na parte externa há uma escultura em bronze, do artista plástico Mauricio Bentes, denominada 'Cavaleiro da Luz'. No subsolo o Memorial abriga um Teatro de Bolso com capacidade para 70 pessoas.

Esse monumento se faz um interessante objeto de análise por não ter nenhuma ligação com a história do Tocantins e estar no ‘Complexo Museológico da Praça dos Girassóis’. Além disso, na ‘explicação oficial’ destaca que: “a escultura que carrega a bandeira à frente do grupo é uma homenagem ao tenente *Siqueira Campos*, líder do levante do Forte de Copacabana”. Mas, esse Siqueira Campos (Antônio Siqueira Campos) é um militar, natural de Rio Claro (SP), que não tem parentesco com José Wilson Siqueira Campos, todavia o monumento inscreve uma ‘cacofonia política e simbólica’ ou promove um equívoco, uma dislexia interpretativa.

Finalizando a caminhada de 571 mil metros quadrados da Praça dos Girassóis e após descrever esse desenredo que é o complexo arquitetônico, paisagístico e urbanístico da Praça dos Girassóis²³ – palco de encenação política e cultural – vale destacar a construção que se situa no: “[...] alto da colina está ele, ‘o templo do poder’, Palácio Araguaia” (BRITO, 2010b, p. 83).

A Sede do Poder Executivo, o Palácio Araguaia é uma construção de quatro pavimentos em arquitetura moderna, com arcos e tijolos ‘à mostra’, na tonalidade marrom os quais fazem alusão à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Natividade. O prédio projetado pelos arquitetos Maria Luci da Costa e Ernani Vilela fora construído entre fevereiro de 1990 e março de 1991, ou seja, foram 13 meses para erguer uma construção de 14 mil metros quadrados. A inauguração do mesmo aconteceu, no dia 9 de março de 1991.

O prédio sofreu interferências, em março de 2002, quando a fachada do Palácio Araguaia passou a ter as Frisas – monumento com maior número de peças da Praça dos Girassóis²⁴ e os Frontispícios, os quais foram retirados, em 2006. Vale destacar que

²³ Outro monumento – Monumento à Lua Crescente – já fora erguido onde, hoje, é a Praça dos Girassóis, mas fora retirado (em 1995), conforme síntese apresentada (no quadro 02) sobre as construções e destruições de símbolos na Praça dos Girassóis e na cidade de Palmas.

²⁴ Sendo 144 placas feitas com fibra de vidro e resina, que formam 48 cenas que contam a história do Tocantins, criadas pelo artista plástico Maurício Bentes

os frontispícios por não estarem no projeto original ao serem colocados (sem consulta prévia dos arquitetos autores do projeto e da população) ferem a Lei federal 9.610 de 1998 (BRASIL, 1998), que versa sobre os Direitos autorais, sendo esse o argumento utilizado na legitimação da retirada dos mesmos²⁵.

Figura 5 – Palácio Araguaia (2002 - 2006 e 2006 - 2011)



Fonte: Bispo (200?) e Brazil (200?)

Legenda: Palácio Araguaia entre 2002 -2006 com as frisas (1) e Palácio Araguaia sem os frontispícios entre 2006 - 2011.(2)

²⁵Os frontispícios foram retirados nos dias 15 e (porção norte) e 21 (porção sul) de outubro de 2006, ambos para manutenção, segundo nota oficial da Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins – Secom. O fenômeno pautou a mídia e em entrevista concedida à jornalista Elisângela Farias (que assina a matéria 'Frontispícios não voltam mais ao Palácio', veiculada no caderno de Cultura - Arte & Vida - do Jornal do Tocantins, no dia 02 de novembro de 2006) a [então] superintendente da 14ª Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Salma Saddi, disse que a retirada dos frontispícios da fachada do Palácio Araguaia não é errada e que o prédio 'merece' ser tombado. “[...] porque conta toda a história de implantação do Estado do Tocantins. Então vamos trabalhar neste sentido, respeitando a obra de arte e respeitando as características originais do Palácio’, enfatizou”. (FARIAS, 2006, p. 1).

Mas, em 2011, a fachada do Palácio Araguaia passa por uma restauração e ‘ganha’ outro monumento o: “Brasões de Armas”.

Figura 6 - Palácio Araguaia após 2011 - Brasão das Armas



Fonte: Vieira (2013) e França (2011) – Extraída de Blog Gilberto França ateliê de arte²⁶

O maior ‘monumento’ da Praça dos Girassóis – as Frisas – foram colocadas na mesma época que os Frontispício, com inauguração no dia 18 de março de 2002. A obra de autoria do artista plástico Maurício Bentes, segue uma ordem cronológica, com início no pórtico central da entrada norte seguindo à direita contornando todo o Palácio e tem a ‘função’ de contar a história do Tocantins. Esse monumento tal como a Súplica dos Pioneiros e o Monumento aos 18 do Forte também inserem o personagem político José Wilson Siqueira Campos, mas desta vez a perspectiva é unir, criar o elo entre ‘os dois heróis do movimento separatista do norte-goiano: Joaquim Theotônio Segurado e José Wilson Siqueira Campos’.

²⁶ Fotografia extraída do blog pessoal do artista plástico, uma espécie de *making off* da produção do Brasão e revitalização das Frisas

Figura 7 - Frisas da Fachada do Palácio Araguaia - último fragmento: Primeira missa de Palmas



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 2014

Embora cite o segundo momento da construção do ‘discurso separatista’ as placas de fibra de vidro dão ênfase aos dois momentos separados por mais de um século (1809-1823 e 1981-1988).

Rematando a Praça dos Girassóis, incorpora em seu conjunto arquitetônico, diversas narrativas, por vezes desconexas, como por exemplo, o Monumento dos Dezoito do Forte ou as de caráter religioso, como a Súplica dos Pioneiros, o Cruzeiro, o Monumento a Bíblia, a Catedral Metropolitana de Palmas (ou Divino Espírito Santo) e os vitrais o Palácio Araguaia. De modo que, se por um lado apresenta um ‘consenso religioso’, por outro: “uma representação arquitetônica, que guarda em si uma negação das oligarquias políticas do Estado ou da própria história tocantinense (BRITO, 2010b, p 86).

Assim, uma vez concebida a essa narrativa da criação e ‘invenção’ do Estado do Tocantins, de sua capital (a Palmas: da poeira ao concreto) e de seus monumentos ‘depositados na gigantesca’ Praça dos Girassóis pode-se inferir alguns porquês desse espaço ser eleito por 58.224²⁷ votos dos telespectadores da TV Anhanguera e leitores do portal de notícias G1 Tocantins como um símbolo de Palmas. Trata-se de uma narrativa política de construção de identidade cultural, com símbolos inscritos na paisagem urbana,

²⁷ Foram 125 mil votos e o segundo lugar o Parque Cesamar 57.839 votos. Já o terceiro lugar o Espaço Cultural com 3.820.

lugares pensados para serem lócus de poder, mas, também de memória.

4 Considerações Finais

A construção de Palmas, conforme exposto nesse artigo, pode ser percebida sob duas perspectivas – dentre outras – sendo uma o fato de se ter a construção de uma cidade erguida do marco zero e não a escolha de outra cidade para sediar a capital do novo Estado e, com isso, tem-se um ‘forte símbolo e um instrumento político’.

Já uma outra perspectiva se inscreve nessa construção, na qual se tem a negação da história – a qual fora propulsora e respaldo para que se emancipasse o Estado do Tocantins – expresso em monumentos desconexos e dispersos em uma imensa e miscelânea praça de 571 mil metros quadrados, a Praça dos Girassóis.

Um poema dadaísta transformado em símbolo, apresentado e representado como síntese do discurso autonomista do Tocantins, construído para ser um lugar de memória e de poder e eleito por 58.224 votos pelos telespectadores da Tv Anhanguera e leitores do portal de notícias G1 Tocantins como o símbolo da capital demonstra que pela repetição dessas narrativas a cerca da realidade de uma coletividade é que se inventam as tradições. Uma tessitura que perdurará até que se inventem outras histórias, pauta para outras pesquisas.

Referências

ANJOS, Ana Carolina Costa dos. **Do girassol ao capim dourado**: a apropriação de elementos da natureza na construção de símbolos político-identitários no Estado do Tocantins. 2015. 331f. (Mestrado em Ciências do Ambiente) Curso de Pós-graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.

BORGES, Paulo. [2007]. Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

1 **fotografia,** **color.** Disponível em: <

<https://onossotocantinho.files.wordpress.com/2012/09/dsco1240.jpg>>.

Acesso em 22 ago. 2016.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado da sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano Souza Fernandes. 21 Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

BRASIL. **Lei Federal 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso em 18 set. 2016.

BRITO, Eliseu Pereira de. Do Sol que gira (oTempo) aos Girassóis (oEspaço). In: Revista **Entre-Lugar**, Dourados (MS), ano 1, n. 1, p. 99-112, 1º semestre de 2010a. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/614/410>> Acesso em 28 set. 2016.

_____. CONSTRUIR PALMAS? uma análise da construção da capital do Tocantins. In **Revista Ateliê Geográfico**. Goiânia (GO)Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESA), v.4, n. 4. 2010b. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê/article/view/16696/10148>>. Acesso em 29 set. 2016.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. Tradução da Introdução Gênese Andrade. 4. Ed., 7. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins.** Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE (DNIT). **Rodovias Federais Brasileiras.** Disponível em: <<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/rodoviasfederais/>>. Acesso em 13 jun. 2016.

FERREIRA, João Otavio Dobre. [2012]. **Maquete da praça dos Girassóis.** 1 fotografia, color. Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/jodf/7177819429/>>. Acesso em 13 out. 2016.

FOLHA do Bico. s/t. [2011]. 1 **fotografia, color**. Disponível em: <<http://www.folhadobico.com.br/07/2011/tocantins-governo-trabalha-em-projeto-para-revitalizacao-geral-da-praca-dos-girassois.php>>. Acesso em 15 out. 2016

G1 TOCANTINS. Praça dos Girassóis é escolhida como símbolo de Palmas, Palmas, **G1 Tocantins**, 01 set. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/09/praca-dos-girassois-e-escolhida-como-simbolo-de-palmas.html>>. Acesso em 20 out. 2016.

HOBSBAWM, Eric J. ; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante, 2. Ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012.

MARA, Lia. [2013] **Monumento súplica dos pioneiros**. Agência Tocantinense de Notícia. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://secom.to.gov.br/noticia/119307/>>. Acesso em 14 out. 2016.

_____. [2013] **Monumento à Bíblia**. Agência Tocantinense de Notícia. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://secom.to.gov.br/noticia/119307/>>. Acesso em 14 out. 2016.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. 2. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

MOTTER, Ana Elisete. **Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)**. 2010. 158f. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em História. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp146182.pdf> > Acesso em 15 ago. 2016.

OLIVEIRA, José Manoel Miranda de. **Estratégias separatistas e ordenamento territorial: a criação de Palmas na consolidação do estado do Tocantins**. 2012. 295f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação

em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <
<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3319/1/Estrat%C3%A9giasSeparatistasOrdenamento.pdf>>. Acesso em 23 set. 2016.

PALMAS. **Decreto nº 22, de 29 de fevereiro de 2000**. Dispõe sobre o tombamento provisório de bens municipais e dá outras providências. Disponível em: <
<http://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/DECRETO%20N%C2%BA%2022-2000%20de%2029-02-2000%2010-26-16.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2016.

_____. **Decreto nº 67, em 16 de março de 2005**. Dispõe sobre o tombamento definitivo da Casa Suçupara, localizada no Parque Cesamar. Disponível em:
<<http://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/DECRETO%20N%C2%BA%20067-2005%20de%2016-03-2005%2011-33-15.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2016.

“PALMAS, TO.” (2014), Google Maps. Google. Disponível em: <
<https://www.google.com.br/maps/place/Pal%C3%A1cio+Araguaia+-+Q.+104+Sul+Avenida+Juscelino+Kubitscheck+-+Plano+Diretor+Sul,+Palmas+-+TO/@-10.1855557;-48.3359303,1348m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x9324cb42216d1c9b:0xe0c356ef1a9df06>>. Acesso em 19 set. 2016.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. A construção do mito do fundador do Estado do Tocantins (1988 – 2002). In: Anais do X Encontro Nacional de História Oral. 26 a 30 de abril de 2010, Recife. **Anais Testemunhos: História e Política**. Recife, UFPE, p. 1-16. Disponível em: <
http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/126921151_ARQUIVO_ArtigoRecife.pdf>. Acesso 30 nov. 2016.

RODRIGUES, Jean Carlos. Estado do Tocantins: Política e Religião na construção do espaço de representação tocaninense. 2008. 148f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <
<http://livroso1.livrosgratis.com.br/cpo77828.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2016.

_____. Identidade, Política e Eleição no Estado do Tocantins: 1988-2010. In: **Revista Boletim Goiano de Geografia**. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal do Goiás, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 127-137, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/21081/12390>>. Acesso em 13 nov. 2016.

SÁ, Gustavo. **O Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história**: A Praça dos Girassóis. Complexo museológico histórico-cultural, 1 fotografia, color. Palmas: Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins, 2013.

SALVADOR, Umberto. [2008]. **Centro geodésico do Brasil sofre ação dos vândalos**. [2008] fotografia, color. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2008/01/14/centro-geodesico-do-brasil-sofre-com-acao-dos-vandalos#ppfnoticia1/o/>>. Acesso em 14 out. 2016.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. “**Girassóis de Pedra**”: imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo. 2008. 239f. Tese (Doutorado em Geografia) Curso de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042_P3/2008/silva_vcp_dr_prud.pdf> Acesso em: 15 ago. 2016

TOCANTINS. Lei n 70, de 26 de julho de 1989. Dispõe sobre a criação do município de Palmas. . Disponível em: < <http://www.al.to.gov.br/arquivo/6330>>. Acesso em 20 nov. 2016.

TOCANTINS. **Lei Estadual nº 2.810, de 26 de dezembro de 2013**. Atribui nova denominação às unidades escolares especificadas. Disponível em: < <http://al.to.gov.br/arquivo/34198>>. Acesso em 20 ago. 2016.

_____. **Lei nº 431, de 28 de julho de 1992**. Dispõe sobre tombamento de prédios que especifica. Disponível em: < <http://www.al.to.gov.br/arquivo/6689>>. Acesso em 18 set. 2016.

_____. **Lei de nº 1.171, de 02 de agosto de 2000**. Dispõe sobre o destombamento do prédio urbano que especifica. Disponível em: < <http://www.al.to.gov.br/arquivo/7417>>. Acesso em 18 set. 2016.

_____. **Lei de nº 2.810, de 23 de dezembro de 2013.** Atribui nova denominação às unidades escolares especificadas. Disponível em: <<http://www.al.to.gov.br/arquivo/34198>>. Acesso em 18 set. 2016.

_____. Secretaria de Estado de Cultura. **Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história.** A Praça dos Girassóis. Palmas (TO).

VIEIRA, Márcio. Palácio Araguaia após 2011 - Brasão das Armas. A praça que conta a história da capital mais jovem do Brasil. **Rede Tocantins de Notícia.** Palmas, 20 maio 2013. 1 fotografia, color. Disponível em: [http://www.redeto.com.br/administracao/files/images/900%20\(1\).jpg](http://www.redeto.com.br/administracao/files/images/900%20(1).jpg). >. Acesso em 16 ago. 2016.

VIEIRA, Paulo M. [2013]. **Detalhes da cruz em pau-brasil no Monumento Cruzeiro.** Agência Tocantinense de Notícia. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://secom.to.gov.br/noticia/119307/>>. Acesso em 14 out. 2016.

ZITZKE, V. A. A.. **Rede sociotécnica da usina hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas.** 316f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, abril, 2007. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/novosite/arquivos/TESE%20VALDIR%20ZITZKE%202007.pdf>> Acesso em 12 set. 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais.** 13. Ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

Capítulo 2

A comunicação como oportunidade e desafio à cooperação entre comunidades tradicionais amazônicas e organizações internacionais

Nelson Russo de Moraes, Dr.¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, Dr.²

Caroliny dos Santos Hamada³

Joicleia Juliate Fonseca⁴

Fernando da Cruz Souza⁵

¹ Pesquisador em pós-doc da UFT/PPGCOM (Edital 02/2017). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento - PGAD/FCE/UNESP. Líder do Grupo de Pesquisa em Democracia e Gestão Social - GEDGS/FCE/UNESP. email: nelsonrusso.unesp@gmail.com

² Supervisor da pesquisa de pós-doc. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFT. email: gilsonportouft@gmail.com

³ Universitária do Curso de Administração da FCE/UNESP, vinculada ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social/GEDGS/UNESP. Pesquisadora do ICSB (Iniciação Científica Sem Bolsa)/UNESP pelo Edital ProPe/UNESP 015/2016. email: caroliny.hamada1997@gmail.com

⁴ Universitária do Curso de Agronomia da Faculdade Católica do Tocantins (FACTO), vinculada ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social/GEDGS/UNESP. Pesquisadora do ICSB (Iniciação Científica Sem Bolsa)/UNESP pelo Edital ProPe/UNESP 015/2016. email: joicleia.juliate@hotmail.com

⁵ Universitário do Curso de Administração da FCE/UNESP, vinculado ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social/GEDGS/UNESP. Pesquisador do PIBIC/UNESP, pelo Edital ProPe/UNESP 04/2017. email: fernandotraduz@gmail.com

1 Introdução

Este trabalho não tem a pretensão, sequer mínima, de apresentar aspectos conclusivos acerca das intrincadas relações que se estabelecem entre as empresas e a sociedade civil, neste caso as comunidades tradicionais e suas associações representativas, mas apenas de apresentar alguns elementos que conduzem estudos de diversos autores, que coadunam em um cenário onde há a propensão de uma aproximação contraditória – dadas as vias utilizadas e os interesses subjacentes – entre campos que ao mesmo tempo em que se antagonizam, buscam subsídios para a construção de relações mais seguras, sólidas e duradouras.

Ao tomar como objeto de estudo a relação com investimentos financeiros entre as empresas e comunidades tradicionais, dentro do campo da responsabilidade social, dentro dos limites (ou não limites) do ciberespaço, perpassar-se-á necessariamente pelas definições de comunidade tradicional, responsabilidade social e da cibercultura perpassando pela discussão sobre o ciberespaço como um “não-lugar” e pelos novos modelos de interação social que foram possibilitados pela rede mundial de computadores – *internet* – bem como da apropriação que indivíduos e organizações fazem ou tentam fazer nesta ambiência.

A leitura de tantos trabalhos acerca do tema, em especial do artigo *múltiplas identidades virtuais: a potencialização das experiências exploratórias* (RIBEIRO, 2005), remete às reflexões acerca das relações sociais e psicológicas que se estabelecem no campo da comunicação, especialmente no âmbito da intersecção entre este fenômeno e a cibercultura, onde as pessoas potencializam suas relações, muitas vezes em detrimento de redes sociais mais concretas anteriormente solidificadas sobre as interações interpessoais.

Observando-se que os investimentos cooperação internacional correspondem a uma fatia importante da sustentação de ações do terceiro setor ligado às comunidades tradicionais

brasileiras, que neste interim as empresas socialmente responsáveis têm se tornado comuns na sociedade, e que a comunicação é um campo de aproximação, compatibilização e conexão destes elos, o projeto de pesquisa intitulado “análise do processo de comunicação entre instituições europeias e brasileiras visando o financiamento de políticas públicas de educação em comunidades tradicionais” foi institucionalizado pelo Edital de pós-doc do PPGCOM 2017 (Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Tocantins – UFT). Trazendo em como problema central, o questionamento: “como ocorre a comunicação e a gestão de parceria entre instituições brasileiras e europeias visando o financiamento de políticas públicas de educação em comunidades tradicionais?”.

Importante destacar que, compõem a autoria deste capítulo, além do pesquisador em nível de *pós-doc* (*Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes*) e seu supervisor de pesquisa (*Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior*), três universitários em pesquisa de iniciação científica, que atuam sob orientação do pesquisador, dentro dos temas correlatos à sua pesquisa de pós-doc. A universitária *Caroliny dos Santos Hamada* (UNESP) desenvolve o projeto de pesquisa “*Análise dos Reflexos de Projetos de Responsabilidade Social em Comunidades Tradicionais*”, institucionalizado pelo Edital UNESP 015/2016 (Iniciação Científica Sem Bolsa). A universitária *Joicleia Juliate Fonseca* (Faculdade Católica do Tocantins) desenvolve o projeto de pesquisa “*A importância da apicultura para as comunidades tradicionais amazônicas*”, também institucionalizado pelo Edital UNESP 015/2016 (Iniciação Científica Sem Bolsa). Por fim, o universitário *Fernando da Cruz Souza* (UNESP) é bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC da UNESP, desenvolvendo a pesquisa “*Revisão Bibliográfica Sistemática de Políticas Públicas de Educação*” (Edital PIBIC nº04/2017).

Neste campo complexo, as relações no ciberespaço se mostram com diferentes nuances de acordo com interesses expressos, omissos ou subliminares a partir da participação de

peças ou mesmo organizações, que representam coletivos como as comunidades tradicionais. A indagação que surge de maneira preliminar é a de que: estariam as pessoas e as organizações seguindo os ditames dos ciclos tecnológicos que desencadeiam as diversas etapas da evolução da comunicação?

2 A Comunicação e o Ser Humano

Ao iniciar este trabalho, cujo enquadramento da comunicação tange à apropriação humana das redes telemáticas, em especial aquelas contemporâneas à rede mundial de computadores – internet – não obstante ou relegando-se a importância das obras norteadoras da comunicação e que regenciam suas principais teorias, vamos abordar preliminarmente a relação entre a comunicação e o ser humano.

No sentido das relações humanas, sempre que se estabelecem falas sobre comunicação (e aí já se tem endogenamente a instalação de mecanismos claros de comunicação), remete-se indiscutivelmente a imagem do tradicional carteiro trazendo uma mensagem – uma carta escrita – ou na rádio onde comentários sobre uma determinada música ou sobre o jogo de futebol nos “eleva à condição de sintonia”. Não obstante, as mensagens eletrônicas povoaram e ainda ditam muito em nossas relações, como outrora também o fizeram o telex e o fac-símile (fax).

A partir dessa rápida e introdutória construção, cabe a seguinte reflexão: serão nossas vidas e relações orientadas por ciclos tecnológicos da esfera da comunicação, que por sua vez, cadenciam nosso “ser humano”?

Sobre isso, Lúcia Santaella (2007) destaca que apenas a partir do século XIX, a humanidade passara por cinco fases comunicacionais distintas, pautadas em cinco diferentes gerações de tecnologias nesta área. A primeira geração seria a geração da foto, do cinema, do jornal e do telégrafo. Na segunda geração tivemos a

advento do rádio e da televisão que modificaram plenamente as formas relacionais dos seres humanos.

As fotos, o jornal e mesmo o cinema não modificaram tanto os hábitos relacionais como o rádio e principalmente a televisão, que passariam a assumir certa centralidade nos lares, desajustando enfoques familiares às agendas impostas pelas programações destes veículos de comunicação. Sem dúvida a segunda fase descrita por Santaella impactaria diretamente a comunicação da sociedade a partir da reordenação dos núcleos familiares.

Classificados como terceira geração, os equipamentos como o fac-símile, o *walk-man* e o vídeo cassete não evocariam grandes transformações nas relações sociais, caracterizando-se basicamente como periféricos da geração anterior. Mas o destaque e a grande guinada, seria dado com a quarta geração, onde a convergência entre o computador de processamento de dados e os meios de comunicação, daria origem à rede mundial de computadores, que por sua vez trouxera a maior mudança no plano de comunicação entre as pessoas.

Por fim, ainda em fase de implementação a quinta geração, onde a mobilidade da telefonia e o acesso à rede mundial de computadores seriam unidas no acesso móvel, introduzindo a cultura da mobilidade à cibercultura.

2.1 Ciberespaço: um não lugar onde todos se encontram

À luz da evolução da história da comunicação, a sociedade planetária foi impelida à cibercultura, como uma forma de organização social que surge da relação entre a própria sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônica, que conforme já exposto se coadunam em sistemas móveis de conexão à rede mundial de computadores. Neste novo prisma de relações sociais o espaço das trocas de informações, mensagens e mesmo negócios também é novo e inusitadamente não se constitui em um lugar, como espaço físico conhecido.

Como um lugar vazio de materialidade este espaço onde a cibercultura fundamentalmente se instala se constitui em um emaranhado de relações entre pessoas, grupos sociais primários e organizações, que veiculam suas mensagens, suas ideologias, enquanto outras buscam tais informações e conteúdos como respostas aos seus anseios e necessidades. Essa teia complexa, por sua vez se constitui em uma infinidade de compatibilidades possíveis onde se buscam conexões seguras e proveitosas no mundo off-line.

Afinal, quando a pessoa, seu grupo ou mesmo a organização se insere no ciberespaço, seu corpo e sua existência física estão centradas no mundo real – chamado de ambiente *off-line* – onde existem demandas e necessidades para a manutenção da existência. Neste prisma o ciberespaço, por si só, continua apenas tangendo-se a uma ambiência imaterial onde os atores se relacionam na busca de contatos e relações que possam suprir demandas e necessidades reais.

Alguns autores da área da psicologia, a partir dos pensamentos e tratados de Freud, indicam que mesmo no mundo *off-line* (ou real) o termo “espaço” vem cunhando uma nova utilização mais relacionada a complexidade das relações sociais, como o espaço de trabalho e o meu espaço.

Então, retomando à indagação anteriormente posta: “serão nossas vidas e relações orientadas por ciclos tecnológicos da esfera da comunicação que cadenciam nosso ‘ser humano’?”.

Para tentar inicialmente encontrar sustentação a esta hipótese, vale frisar que a comunicação é um fenômeno cunhado na esfera da sociabilidade humana, as pessoas – independentemente dos meios – buscam se comunicar com outras pessoas, na relação um para um, um para muitos ou mesmo de todos para todos. Ou como *Colin Cherry*, citado por Poyares (1999) destaca, “a comunicação é uma questão essencialmente social”. O que vale ressaltar é que a comunicação perpassa a própria condição humana,

marcada pelos cinco sentidos, todos relacionados à comunicação: o olfato, a audição, o paladar, o tato e a visão.

Considerando que as relações humanas, mesmo as mais básicas pautadas nos instintos e sentidos, são fartas de razões e de emoções, por extensão a psicologia está presente em todas as relações sociais e de maneira plena também no campo da comunicação, que conforme já destacado permeia o ser social. Neste ínterim Poyares (1999) destaca ainda que ao mesmo tempo em que os códigos humanos da comunicação servem para tornar comum uma informação e uma idéia pessoal, também servem ao bloqueio do entendimento quando não há acesso à esta “criptografia” por parte de todos, a partir de seu nível de percepção e de conhecimento.

As reservas pessoais e mesmo de grupos envolvidos em processos comunicacionais podem ocorrer por simples dificuldade de acesso à decodificação destes códigos de comunicação ou intencionalmente, a fim de se manter a hegemonia de poder na relação entre as partes, impelindo muitas vezes pessoas e grupos à chamada espiral do silêncio. Neste cenário segundo Poyares:

Essencialmente, a comunicação humana consiste nesse sistema de distribuição, captação, troca de energias criadoras, que se efetua através de mecanismos psicológicos, fisiológicos, semiológicos, carregado de quantificações, mas distinto de todos os demais sistemas de informação por este exclusivo poder do fenômeno humano: o de recriar. (POYARES, 1999, p.38).

A assunção da comunicação como um caminho para a sobrevivência em uma sociedade de interfaces e interrelações complexas fica clara, dada sua presença qualitativa e quantitativa desde a emissão, à distribuição e mesmo pela troca de informações e energia.

3 Empresas e associações: busca da compatibilidade

As organizações empresariais vêm crescentemente ampliando sua participação e investimentos no campo da responsabilidade social empresarial, onde outrora imperava apenas a articulação negocial de relações de compra e venda direta de produtos e serviços aos demandatários. Dois elementos advindos do desenvolvimento desordenado da sociedade planetária trouxeram esta densa modificação no cenário: o aumento da competitividade e a desestruturação das bases sustentáveis (econômica, social e ambiental).

Até meados do século passado as empresas já instaladas não possuíam uma grande gama de outras instituições de mercado que concorressem para o mesmo público final, de maneira que a evolução das preocupações para com a qualidade dos serviços e com a satisfação dos clientes foi muito pequena. No contexto do pós segunda-guerra mundial o cenário se alterara e as possibilidades de vendas cegas foram sendo reduzidas, principalmente pelo aumento do número de empresas produtivas e que trouxeram mais opções de consumo. As empresas precisaram em um curto espaço de tempo dar atenção especial à redução de custos e ao aumento da qualidade dos produtos e serviços.

As preocupações planetárias com a sustentabilidade – que vale dizer com a vida na Terra – assumiram proporções imensas, destacadamente após a década de 1970, fazendo com que a sociedade civil passasse a impelir suas organizações a novos modelos negociais de mais transparência, controle público e qualidade de processos, tudo isso sem reduzir empenho quanto à redução de custos e a manutenção de qualidade dos produtos e serviços ofertados. A sociedade começava a esculpir o perfil desejado de uma empresa socialmente responsável, que segundo Moraes, Lourenzani e Braga Júnior (2015):

O surgimento da perspectiva da responsabilidade social empresarial – RSE (ou Responsabilidade Social Corporativa – RSC, conforme alguns tratados), a priori combatida por segmentos mais radicais da tessitura das perspectivas econômico-liberais, para além dos interesses estratégicos da gestão do marketing, aporta-se sobre a composição de um novo perfil mais ético e responsável para as relações entre o capital e a sociedade (MORAES, LOURENZANI E BRAGA JÚNIOR, 2015, p.239)

Sob o prisma deste cenário obtuso de grandes acontecimentos organizacionais que transformaram as empresas e mesmo o Estado em seus modelos de gestão, a sociedade civil também começou a acordar daquela letargia de espera pelas políticas sociais universalistas (cunhadas no bojo do *welfare state* ou Estado de bem-estar social), direcionando vetores de pressão ao Estado, mas também as organizações empresariais que imperializavam-se no ideário popular como grande causadora das fragilizações reais em que as sociedades eram expostas.

O Estado, que de maneira praticamente global, vinha buscando caminhos para a superação da crise da década de 1970 e após o declínio de suas políticas sociais universalistas com eminente substituição pela roupagem de políticas sociais compensatórias, contribui para uma aproximação entre as organizações da sociedade civil e empresas no sentido da primeira operar respostas às demandas – então não atendidas – das comunidades e da segunda melhor contribuir para este momento onde o planeta busca reestabelecer o equilíbrio entre pilastras ambientais, sociais e econômicas.

Neste íterim as empresas através do GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas, fundado no início da década de 1980 inicia uma aproximação lenta e off-line das comunidades que buscavam alternativas – inclusive de financiamento – para seus projetos de desenvolvimento microterritorial, no sentido de construir mecanismos de apropriação da realidade e contribuição para com estes projetos.

Resgata-se aqui a consideração precípua de que as comunidades residentes nos microterritórios (e dentre elas, com absoluto destaque as comunidades tradicionais) são as maiores sabedoras das origens de seus problemas sociais, econômicos e ambientais e por décadas, talvez séculos amadureceram respostas criativas para a superação dessas demandas. Contudo, no bojo das reformas sócio-econômicas e de gestão públicas impetradas em 1932 nos EUA e na década de 1940 no Brasil, deixaram de fazer à espera das ações prometidas pelo *welfare state*. Compreende-se ainda que um microterritório é uma região delimitada geograficamente e que constitui em si características próprias de sua cultura, economia e meio-ambiente, mantenedora ou não do caráter tradicional.

Em 2007, em meio a um grande número de conflitos entre fazendeiros, garimpeiros e indígenas por conta do tema “demarcação de terras indígenas”, assim como pela busca da regularização fundiária de terras quilombolas, por meio do Decreto 6040 (07/02/2007), define-se como comunidade tradicional:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

O Brasil, por suas dimensões continentais, caracteriza-se pelas grandes distancias que separam as regiões, os microterritórios, suas comunidades e os grandes centros e eixos econômicos, dificultando as aproximações presenciais por meio de visitas e reuniões. E neste interim, o ciberespaço tem se configurado como um ambiente onde também as organizações da sociedade civil, em especial associações que representam comunidades, buscam ralações de cooperação para a superação de suas demandas além do âmbito estatal. Ao aprofundar nesta seara, percebe-se que a internet

se constitui em uma importante plataforma para a construção de conexões pautadas em compatibilidades pré-concebidas entre empresas e as associações de comunidades tradicionais.

As organizações empresariais vêm ampliando sua participação no ciberespaço, por meio de *websites* especialmente desenvolvidos para serem informativos e gerarem compatibilidade com as organizações da sociedade civil que possuem boas propostas de trabalho nos âmbitos da economia, da cultura, sociedade e meio ambiente.

Sob esta perspectiva, a aproximação e o processo de compatibilização entre as empresas e as organizações da sociedade civil passam pela apropriação das características próprias da comunicação no ciberespaço e pela intensa busca de subsídios pelas organizações da sociedade civil.

4 A aproximação empresa europeia e comunidade tradicional

Alguns apontamentos deste trabalho direcionam as reflexões acerca da comunicação estabelecida no ciberespaço entre diferentes organizações: empresas multinacionais com base europeia e organizações da sociedade civil, que representam comunidades tradicionais, tomando-se como caso em estudo, a relação de cooperação entre o *Banco HSBC*, por meio do *Instituto HSBC Solidariedade* e as associações: *Associação para o Desenvolvimento Comunitário da Matinha* (uma comunidade tradicional de geraizeiros do município de Guaraí/TO) e *Social Desenvolvimento Humano e Comunitário* (com sede em um município oriundo de Comunidade Tradicional de Garimpos de Cristais, mas com atuação também em comunidades tradicionais de Araguacema/TO e de Guaraí/TO).

A análise dos documentos das comunicações entre a empresa e as associações estudadas, como textos de email(s), cartas e editais revelam que a conexão entre as diferentes organizações é estabelecida no ciberespaço a partir da publicação, pela empresa

(por meio do seu instituto social) de editais claros e resumidos, com a indicação de formulários para submissão de propostas.

Foram analisados os formulários de seis editais publicados pelo Instituto HSBC Solidariedade, entre os anos de 2005 e 2012. Nestes foi possível observar a busca de informações simples como dados primários da associação (como a razão social, cnpj/cadastro nacional de pessoa jurídica, nome dos titulares e endereço), descrição da comunidade (localização geográfica, vocação produtiva e elementos culturais), proposta de auxílio (descrição detalhada em campos limitados a mil caracteres, na maioria das vezes) e tabelas para descrição de orçamentos muito simples à propositura.

Obviamente, em ambas as associações analisadas, o processo de inscrição era documental, com o envio de uma via do formulário, preenchida, impressa e assinada pelo presidente da associação.

Os resultados dos editais foram publicados pela internet, com celeridade, sempre se cumprindo os prazos estabelecidos no edital de financiamento. As associações selecionadas recebiam então, por email, uma via do contrato a ser assinado, tendo firmas reconhecidas em cartório e envio à sede do Instituto HSBC Solidariedade (na cidade de Curitiba/PR), tendo-se que cumprir ao prazo informado no edital.

Importante salientar que as associações tiveram a opção de utilizar conta corrente em qualquer instituição bancária, mas ambas preferiram realizar tal abertura em agências do Banco HSBC, sendo que a *Associação para o Desenvolvimento Comunitário da Matinha* abriu conta na agência de Guaraí/TO e a *Social Desenvolvimento Humano e Comunitário* na agência da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Ambas as associações relataram que o Instituto HSBC Solidariedade manteve um gerente (denominado padrinho/madrinha) em cada instituição como responsável pela relação com as associações parceiras, orientando-as administrativamente e quando a gestão da conta corrente.

Os créditos financeiros, segundo os tesoureiros das associações, foram realizados em tempo hábil para a execução dos

projetos. Após isso e considerando-se liberdade para a execução dos trabalhos, foram elaborados relatórios parciais (para projetos de mais de um ano) e relatórios finais, assinados e enviados à Curitiba/PR.

O presidente da associação *Social Desenvolvimento Humano e Comunitário* relatou que trocava muitos e-mails com a equipe técnica do Instituto HSBC Solidariedade, enviando fotos e relatos dos trabalhos, mesmo fora do tempo dos relatórios. Informou que isso tornou a relação, de sua pequena equipe e dos colaboradores do banco internacional, muito mais informal e colaborativa, destacando que os técnicos de Curitiba/PR incentivavam o diálogo, motivando com atenção, respostas inclusive às dúvidas administrativas, comentários e alertas sobre novos editais a serem abertos.

Somente a partir dessa construção de identidades e relações postas no ciberespaço e da reconstrução destas perante o interesse da outra é que se iniciou o processo de constituição de uma parceria duradoura, àquela que via-de-regra perpassaria principalmente pela análise de custo-benefício do investimento e do acréscimo à reputação ou imagem das organizações.

O *continuum* de aproximação entre as organizações do terceiro setor, que representam a sociedade microterritorial (e nestes casos as comunidades tradicionais) seus anseios e demandas e as empresas que se constituem em importante fonte de financiamento inicia-se na capacidade de acesso e de decodificação de mensagens espalhadas pelo ciberespaço sobre os serviços prestados (mesmo que apenas financiamento) de uma dada empresa.

As associações estudadas enviaram propostas a diversos editais financiados pela empresa (Banco HSBC), obtendo apoio do *Instituto HSBC Solidariedade* nos seguintes projetos:

Associação para o Desenvolvimento Comunitário da Matinha:

- 1) PROJETO MATINHA (de reestruturação da cadeia produtiva de olerícolas e subprodutos da mandioca).

Social Desenvolvimento Humano e Comunitário:

- 1) PROJETO MEL E VIDA (de incentivo à produção de mel junto às comunidades tradicionais de Araguacema/TO e de Pequizeiro/TO);
- 2) PROJETO MEL E VIDA II (de desdobramento da apicultura para a organização da cadeia produtiva junto às comunidades de Pequizeiro/TO, Araguacema/TO e Guaraí/TO).

Importante destacar que os integrantes deste trabalho tiveram acesso aos documentos de comunicação entre as instituições (associações e empresa) e também aos projetos e relatórios (inclusive financeiros), podendo ser observado o grau simplificado de prestação de contas exigido pela empresa, facilitando a administração dos projetos pelos membros das comunidades.

5 Considerações finais

Ao considerar as definições trazidas sobre o ciberespaço, tangenciado pela cibercultura e propor reflexão sobre um olhar sócio-organizacional das relações que nele se estabelecem, não é possível concatenar apenas sobre a apropriação negativa do meio, como redutora das relações humanas no mundo real. Muito pelo contrário, muitas pesquisas como esta – institucionalizada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e também pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), mostram um colorido de muitas possibilidades de aproximação e de parceria entre polos distantes do complexo tecido social contemporâneo.

A criatividade, cadenciada pelo profissionalismo e pela apropriação de estudos psicológicos tem notadamente criado competitividade até mesmo entre empresas que coabitam raias para financiar bons projetos de desenvolvimento de comunidades microterritoriais e nestes casos tradicionais. Para além da simples reflexão de apropriação de créditos à imagem ou reputação institucional, em um prisma de marketing social, inegável e conseqüente, esta aproximação do universo *on-line* tem constituído possibilidades *off-line* reais e positivas até então inusitadas e não possíveis.

Uma grande envergadura de possibilidades reais de fortalecimento de bases sociais e superação de demandas se constitui então a partir do ciberespaço, assim como um novo campo ou arena de possibilidades mercadológicas, sob o prisma da apropriação das condições e créditos da responsabilidade social empresarial.

Referências

AUSTIN, J. E. **Parcerias: fundamentos e benefícios para o terceiro setor**. São Paulo: Futura, 2001.

BRASIL. **Decreto 6040** (07/02/2007). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> . Acesso em 10 de setembro de 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DUPRAT, C.C. **A empresa na comunidade: um passo-a-passo para estimular sua participação social**. São Paulo: Global, 2005.

FILHO, C.B. **Ética e comunicação organizacional**. São Paulo: Paulus, 2007.

FISCHER, T.; ROESCH, S & MELO, V.P. **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, 2006.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, W. & MAIA, R.C.M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

MORAES, N.R.; BRAGA JÚNIOR, S.S.; LOURENZANI, A.E.BS. Diálogo acerca dos conceitos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Marketing para Causas Sociais (MCS) no âmbito do Investimento Social Corporativo (ISC). **Revista Brasileira de Marketing - REMARK**. Vol.14, nº2, 2015. Disponível em <<http://www.revistabrasileirmarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/2923>> . Acesso em 08 de agosto de 2017.

_____; CAMPOS, A.C.; SILVA, M.L.; SOUZA, F.C. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**. Vol. 03, nº 05, 2017. <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3667>>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

NOLETO, M.J. **Parcerias e alianças estratégicas: uma abordagem prática**. São Paulo: Global, 2000.

OLIVEIRA, I.L. & SOARES, A.T.N. **Interfaces e tendências da comunicação**. São Caetano do Sul/SP: Difusão, 2008.

POYARES, W. **O carisma da comunicação humana**. São Paulo: Elevação, 1999.

RIBEIRO, J.C. Múltiplas identidades virtuais: a potencialização das experiências exploratórias do “eu”. In **Contracampo: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação**. Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2005, p. 171 – 184.

ROCHA, E. **A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2007.

STROCCHI, M.C. **Psicologia da comunicação**: manual para o estudo da linguagem publicitária e das técnicas de venda. São Paulo: Paulus, 2007.

VIANA, F. et al. **A surdez das empresas**: como ouvir a sociedade e evitar as crises. São Paulo: Editora Nacional e Editora Lazuli, 2008.

Capítulo 3

Percepção de estudantes sobre a relação entre o princípio da dignidade humana e o meio ambiente ecologicamente equilibrado

Omar Fernando de Carvalho Júnior¹

Cristiane Hengler Corrêa Bernardo²

Timóteo Ramos Queiroz³

1 Introdução

O meio ambiente é um elemento primordial e de suma importância para o desenvolvimento de uma vida digna. É nele que todas as relações e interações humanas acontecem, constituindo-se na base material que possibilita o desenrolar de vários direitos do

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. email: omarfernandojunior@hotmail.com

² Doutora em Educação (UFMS). Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. email: cristiane@tupa.unesp.br

³ Doutor em Engenharia da Produção (UFSCar). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. email: timoteo@tupa.unesp.br

indivíduo, como lazer, alimentação, trabalho, dentre outros (RAMINELLI; THOMAS, 2012).

Apesar de ser parte integrante da vida humana, o meio ambiente é tratado como “coisa”, muitas vezes restrito ao ter. Assim, o homem tem seu lugar de privilégio na natureza, compartilhando uma visão antropocêntrica que lhe permite a degradação de sua própria casa (RAMINELLI; THOMAS, 2012).

A necessidade de mudança desse paradigma se faz urgente, pois a degradação do patrimônio ambiental, conseqüentemente, implicaria na perda da dignidade humana. Para que tal mal não ocorra, se torna imperioso o reconhecimento do meio ambiente como requisito de uma vida digna.

A reflexão aqui apresentada tem como finalidade aferir a percepção sobre o grau de correspondência entre o meio ambiente e a dignidade humana, a partir de três grupos de estudantes da rede pública de ensino.

A metodologia utilizada partiu de pesquisa bibliográfica, na qual se procurou realizar uma revisão literária sobre os conceitos de dignidade humana e meio ambiente equilibrado, posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo que visou aferir a percepção de estudantes em três níveis (ensino médio, graduação e pós-graduação, no nível de mestrado) sobre como está correlacionado o princípio da dignidade humana e o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Já a coleta de dados deu-se pelo método *survey*, aplicando-se um questionário com uma questão aberta e três questões fechadas.

Na questão aberta as respostas foram submetidas a um *software* denominado *Word Cloud Generator*[®] (traduzido livremente para gerador de palavras), formando um gráfico onde se destacaram as palavras recorrentes de cada resposta. Em seguida, foram contrastadas com os conceitos filosóficos e jurídicos, a fim de verificar a consonância ou ausência de relação com os mesmos.

Em relação às questões fechadas, as mesmas foram quantificadas por graus de importância, numa escala de 1 a 5, onde

1 corresponde a uma ausência de relação, correspondência ou importância; e 5 corresponde a uma extrema relação, correspondência ou importância.

A primeira questão fechada diz respeito às redes de influências, classificadas em sociais, governamentais e institucionais. A segunda questão refere-se a como essa influência é recebida pelo respondente, constituindo-se por influência formal, caracterizada por meios midiáticos e oficiais, e influência informal, como amigos e família. A terceira questão diz respeito à relação entre temas e dignidade humana.

2 O conceito moderno de dignidade humana

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 10 de dezembro de 1948, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em seu preâmbulo expõe que “[...] o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da paz e justiça do mundo” (ONU, 2009, p. 2). E em seus artigos iniciais estabelece que todas as pessoas nascem iguais em dignidade e direitos, capazes de gozar de seus direitos e liberdade independentemente de sexo, etnia, opinião política ou religiosa, pois são dotadas de razão e consciência que as impele a agir com fraternidade em relação umas às outras (ONU, 2009).

Nesses termos, reconhecer a dignidade da pessoa humana implica em reconhecer “[...] que os seres humanos, dotados de razão e de consciência, devem ser tratados como fins em si mesmos, e não como vítimas passivas das condições e contingências que não podem controlar” (QUEIROZ, 2011).

O embrião para o reconhecimento dessa condição tal como se apresenta na contemporaneidade, é comumente atribuído ao paradigma clássico de dignidade formulado pela máxima da ética kantiana por “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao

mesmo tempo querer *que ela se torne lei universal*” (KANT, 2007, p. 60). Por este princípio, tem-se uma espécie de dever válido por si mesmo, chamado por Kant de imperativo categórico, e que deve ser válido sem concessões para todas as pessoas.

O imperativo categórico constitui-se em uma legislação pessoal, um autogoverno também denominado por autonomia, e que, na prática, deve ser válido para todas as demais pessoas, traduzindo-se na máxima: o que é válido para mim, deve ser válido para todos os demais (KANT, 2007).

Kant (2007) acaba por reconhecer este dever como uma qualidade inerente da pessoa humana, por conta de sua racionalidade que o faz interagir com o outro e agir consigo mesmo a partir de uma consciência moral.

De tal forma, a dignidade constitui o pressuposto moral e ético da contemporaneidade, estando presente em diversas constituições e legislações mundiais, como a brasileira, a espanhola e a Carta Europeia de Direitos Fundamentais (PELE, 2015).

A dignidade constitui uma condição da pessoa humana que lhe é atribuída independentemente de qualquer outro pressuposto. Trata-se de uma qualidade intrínseca do ser humano e que constitui sua natureza, reconhecida como princípio fundamental no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, e base do Estado Democrático de Direito brasileiro (BRASIL, 1988).

Conforme Pereira (2010), referido princípio constitui a base de todos os direitos humanos, e elo entre o indivíduo e suas ações perante a sociedade, mediadas pela ética comportamental e interferência do Estado (quando solicitado).

Os direitos e deveres engendrados pelo princípio da Dignidade Humana são decorrentes de um processo histórico, decorrentes de suas negações e conseqüente luta por suas reafirmações como elemento essencial ao ser humano (PEREIRA, 2010). De tal modo, a dignidade humana expressa, de uma forma totalizante, o reconhecimento dos direitos sociais, ambientais, econômicos, culturais, que informam a vida humana.

Reconhecer este valor inerente à pessoa humana equivaleria a etiquetá-la com os atributos da inalienabilidade e da inviolabilidade. Trata-se de um direito inalienável, que não admite transações ou concessões de qualquer espécie que o diminua; bem como reconhecer a integridade de cada ser, o qual não pode ser submetido a qualquer situação degradante, seja ela de agressão, fome ou privação. Assim, a dignidade humana remete mais intimamente à vida e a liberdade de cada indivíduo.

Weber (2013) parte da premissa de que a dignidade humana estaria condicionada ao direito de um mínimo existencial, estando a problemática em definir o conteúdo desse mínimo existencial, pois, restringi-lo à satisfação das necessidades básicas da vida seria limitar demasiadamente o conceito.

A satisfação das necessidades básicas encontra-se numa esfera primária, tais como os direitos sociais, que têm como objetivo garantir uma vida digna, entendida como saudável hábil ao desenvolvimento de potencialidades (WEBER, 2013).

Uma esfera mais ampla envolve o conceito de cidadania, como sendo o lugar onde se dá a possibilidade de exercer e exigir os direitos primários, e que pode ser definida como justiça, segundo a concepção de Rawls, englobando, assim, a dimensão política da dignidade humana (WEBER, 2013).

Ampliando-se o mínimo existencial, tem-se a dimensão democrática, quando a dignidade pessoal se relaciona com a existência de outras dignidades pessoais (WEBER, 2013). Assim, os direitos que englobam a dignidade humana possuem essas três esferas, segundo esta concepção, e que necessitam estar presentes nas Constituições e Declarações.

Tomando-se como parâmetro a Constituição federal e a DUDH, pode-se elencar como direitos integrantes do princípio da dignidade humana, a democracia e a cidadania (entendida como exercício de direitos), o direito a situação econômica digna (suprimindo a pobreza e desigualdades sociais), família, educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social,

proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, igualdade, acesso à justiça e de seus meios, informação, alimentação e habitação (BRASIL, 1988; ONU, 2009).

Entretanto, outros direitos não se encontram explicitados no rol das Garantias Constitucionais, como o caso do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

2 O meio ambiente como constituinte da dignidade humana

Com a finalidade de proteger o meio ambiente e de garantir o seu papel para o desenrolar da vida digna, surge nos anos de 1970, nos Estados Unidos, o Direito Ambiental (RAMINELLI; THOMAS, 2012). Entretanto, ressalte-se que a concepção de meio ambiente é muito mais abrangente do que a mera concepção de espaço natural, sendo resultado de interações culturais, sociais, artificiais e naturais (SILVA, *apud* NUNES, 2013).

Inicialmente, o Direito Ambiental teve como característica a punição do dano por meio da aplicação de multas a quem incorresse na destruição do meio ambiente. Posteriormente, acrescentou-se ao elemento punitivo o atributo preventivo, principalmente, no intuito de preservar espécies em vias de extinção. A concepção atual compreende um elemento prospectivo, que proclama a preservação do meio ambiente para gerações futuras, constituindo um direito daqueles que ainda não nasceram, amparado pelo princípio ético da responsabilidade entre gerações (RAMINELLI; THOMAS, 2012).

O artigo 225 da Carta Magna estabelece que

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Numa análise descompromissada, se torna difícil estabelecer uma relação entre o meio ambiente e a dignidade humana. Porém,

um olhar mais atento permite formar tal correspondência ao relacioná-lo como fator essencial à qualidade de vida sadia.

Entretanto, para que isso se concretize é necessário que o meio ambiente seja ecologicamente equilibrado. Assim, o meio ambiente constitui um direito e um dever da pessoa. Direito de usufruí-lo em condições adequadas; e dever de preservá-lo para que isso ocorra.

Este atributo de ecologicamente equilibrado é construção recente do ordenamento jurídico, constituindo um grande avanço legal. A relação do meio ambiente com o homem nem sempre foi de preservação, principalmente no despontar do capitalismo, em que os recursos foram utilizados desmedidamente e sem a preocupação de sua preservação e/ou reposição.

O meio ambiente é requisito indispensável para o desenrolar da vida, e o ser humano se encontra inserido neste contexto. De tal forma, o seu desequilíbrio afeta significativamente a vida humana. Por desequilíbrio entende-se a escassez de recursos, desmatamento, mudanças climáticas, extinção de espécies e contaminações do ar, terra e águas, dentre outros danos.

A Constituição de 1988 visa a proteção do meio ambiente, porém, não suprime a utilização de seus recursos. O que ela pretende é que esses recursos sejam utilizados de uma forma consciente, conciliando apropriação e proteção, o que modernamente se chama de sustentabilidade (RAMINELLI; THOMAS, 2012). Para que isso ocorra, se faz necessário despertar uma consciência ecológica, pela educação ambiental.

2.1 A educação ambiental no Brasil

A educação ambiental é tratada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (DCNEA), instituída pela Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, e estabelece que a mesma deva ocorrer nos níveis de ensino básico e superior (CORTES JÚNIOR; FERNANDEZ, 2015).

A justificativa para a adoção da educação ambiental está intimamente relacionada como o artigo 225, da Constituição Federal, particularmente ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e tem como objetivo a formação humana a partir de sua realidade local (BRASIL, 2012).

A educação ambiental visa o exercício da ética em relação ao meio ambiente, por meio de conhecimentos, habilidades e valores sociais, que possibilitem a convivência e o cuidado com a comunidade, e respeito ambiental. Para tanto, procura promover a responsabilidade numa relação recíproca homem-natureza (BRASIL, 2012). Destaca-se ainda que o ensino formal da educação ambiental deve ocorrer em todas as etapas de aprendizagem, de modo interdisciplinar.

3 Resultados e discussões

Para analisar a percepção sobre a correlação entre meio ambiente e dignidade humana, como já apresentado foram realizadas 119 entrevistas entre alunos da rede pública de ensino, distribuídos em 47 alunos matriculados no Ensino Médio; 57 alunos matriculados na Graduação; e 15 alunos cursando a Pós-graduação, este último dirigido aos alunos do nível de mestrado.

O primeiro estágio da pesquisa foi aplicado em maio de 2017, a alunos cursando o terceiro ano do Ensino Médio, de uma escola da rede pública do município de Iacri/SP, Diretoria de Ensino de Tupã/SP. O município é composto por uma população estimada de 6.457 habitantes em 2016; a renda per capita é avaliada em 2,1 salários mínimos e o Índice de Desenvolvimento (IDH) Municipal em 2014 foi de 0,733 (IBGE, 2017a). A sala A tem um total de 34 alunos matriculados, e a sala B é composta por 28 alunos. Um grande número matriculado na sala A é proveniente da zona rural.

Os alunos participaram das aulas de Filosofia e Sociologia durante os três anos do Ensino Médio, período em que aprenderam

noções sobre Direitos Humanos. Também, a educação ambiental foi abordada em eventos específicos, ocorridos todos os anos.

O segundo e terceiro grupos pesquisados são compostos por alunos da graduação e pós-graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), localizada no município de Tupã. O município era composto por uma população estimada de 65.705 habitantes, em 2016; a renda por habitantes é estimada em 2 salários mínimos e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010 foi de 0,771% (IBGE, 2017b). A maioria dos alunos é oriunda de outras cidades da região.

Foram entrevistados ainda 57 alunos do curso de Administração, o qual é composto por 40 alunos matriculados no período matutino e 40 alunos no período noturno. O curso que é bacharelado, com duração mínima de quatro anos, visa pela “[...] formação de profissionais capazes de analisar e interpretar a realidade, definindo e participando ativamente dos caminhos da sua transformação” (UNESP, 2017a). Para atingir esse objetivo, espera-se que os alunos obtenham

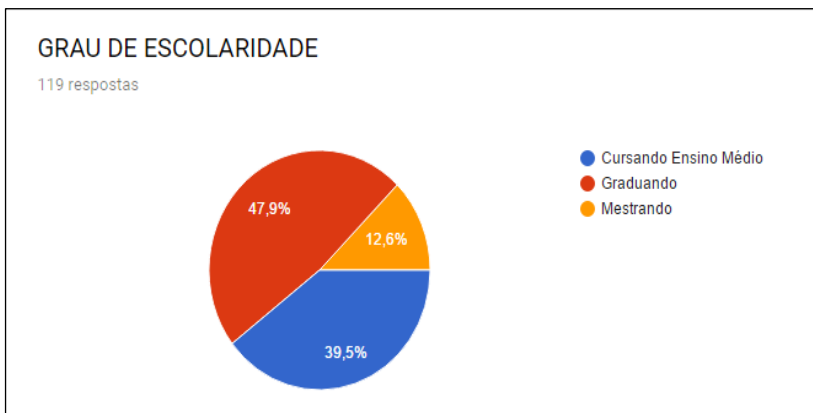
[...] uma imprescindível formação de caráter humanístico e social, que os torne capazes de apreciações críticas, éticas e criativas, indispensáveis ao exercício da cidadania, construído por meio de posturas pluralistas, alimentadas por uma visão interdisciplinar (UNESP, 2017a).

Para tanto, é oferecida a disciplina de Filosofia e Ética no primeiro termo, nos dois períodos do curso.

O terceiro grupo entrevistado é composto por 22 alunos do programa de pós-graduação, sendo que 15 responderam ao questionário. O objetivo do programa é “[...] desenvolver estudos e pesquisas interdisciplinares e formar recursos humanos para a pesquisa científica e docência de alta qualidade” (UNESP, 2017b). O enfoque sobre dignidade humana está relacionado a uma das abordagens da disciplina Abordagem Sistêmica do Agronegócio, sob o enfoque do Desenvolvimento e sua relação com a agricultura; e,

reflexões acerca da felicidade e condição humana (UNESP, 2017b). O Gráfico 1 sintetiza o percentual de alunos entrevistados em cada nível de ensino.

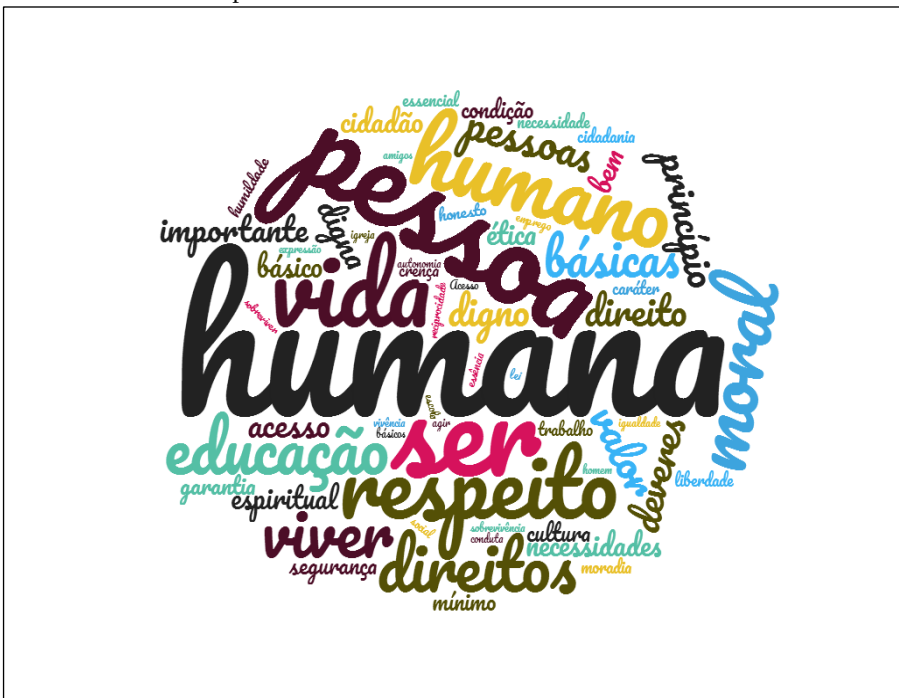
GRÁFICO 1 – Percentual sobre o grau de escolaridade dos entrevistados.



Fonte: elaborado pelos autores com base no resultado do questionário.

A primeira preocupação da entrevista foi aferir o significado de dignidade humana entre os entrevistados. A fim de apurar o grau de correspondências entre os mesmos, as palavras foram submetidas ao Word Cloud Generator[®], programa que conta e forma uma nuvem com as palavras, relacionando o tamanho das fontes com o maior número de ocorrências. Na análise foram descartadas palavras com apenas uma ocorrência, e que não geraram repetições, bem como estruturas gramaticais (verbos, conjunções, advérbios, artigos, etc). O resultado da análise consta na Figura 01.

FIGURA 8- Nuvem de palavras



Fonte: elaborado pelos autores conforme questionário, utilizando o Word Cloud Generator®.

As palavras com maiores ocorrências foram “dignidade” e “humana”, ambas com 34 reproduções. Entretanto, descartando-se referidas palavras por constarem do tema da pergunta, têm-se as palavras “pessoa” (23 repetições), “vida” (18 ocorrências), e “respeito” (16 repetições).

Ainda, um significativo número de estudantes relacionou o conceito com as palavras “direito(s)”, “sociedade”, “educação”, “pessoas”, “moral”, e “educação”. No Quadro 1 têm-se as palavras recorrentes e o respectivo número de ocorrências.

QUADRO 1 - Palavras recorrentes

PALAVRAS CONCEITUAIS			
PALAVRAS	OCORRÊNCIAS	PALAVRAS	OCORRÊNCIAS
Dignidade	34	Ética	5
Humana	34	Honestidade	4
Pessoa	23	Segurança	4
Vida	18	Garantia	4
Respeito	16	Condição	4
Sociedade	14	Cultura	4
Moral	14	Liberdade	3
Educação	12	Cidadania	3
Direitos	12	Humildade	3
Valores	12	Moradia	3
Saúde	12	Caráter	3
Alimentação	10	Honesto	3
Condições	10	Crença	3
Princípios	7	Reciprocidade	2
Deveres	7	Sobrevivência	2
Importante	6	Conduta	2
Acesso	6	Emprego	2
Necessidades	5	Igreja	2
Espiritual	5	Escola	2
Indivíduo	5	Amigos	2
Qualidade	5	Agir	2
Próximo (outro)	5	Responsabilidade	1
Família	5	Comportamento	1
		Ensinos	1

Fonte: elaborado pelos autores com base no questionário.

Da análise das palavras recorrentes, pode-se perceber que existe uma sintonia com o conceito filosófico e jurídico de dignidade humana, tanto no sentido de valor e/ou princípios morais e éticos, principalmente por palavras que exprimem virtudes e que caracterizam uma qualidade intrínseca da pessoa, sendo mais destacadas pelos alunos do programa de pós-graduação; bem como no sentido de acesso a bens indispensáveis à existência humana,

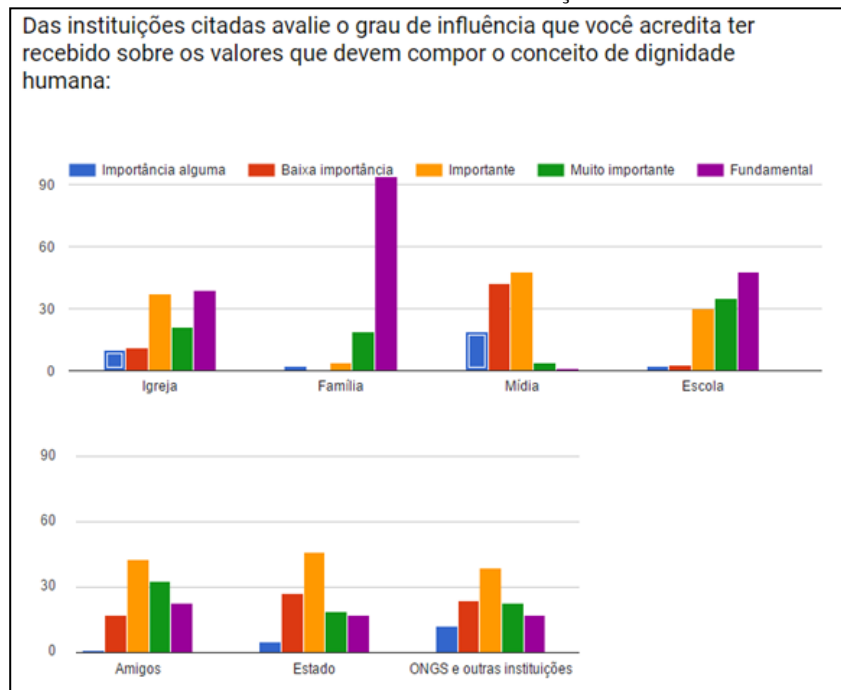
como as palavras educação, saúde, alimentação, acesso, etc., e mais destacadas pelos alunos do Ensino Médio.

Também, verificou-se um elemento importante do conceito de dignidade humana sob o aspecto rawlsiano, que é o modo de como a dignidade se concretiza. Neste caso, caracterizado pelas palavras cidadania e deveres, recorrentes no Ensino Médio e Graduação.

Verifica-se a correlação do conceito com algumas instituições, como escola, família, sociedade e igreja. Tais palavras aparecem com o sentido de direitos, como direito à “escola” (educação), e à família. Em algumas situações a palavra igreja e família aparecem como lugares de aprendizagem do que é ser digno.

Em relação às possíveis instituições ou pessoas formadoras de opinião foi perguntado sobre o grau de influência que o entrevistado acredita ter recebido sobre os valores que devem compor o conceito de dignidade humana. Foi constatado que a família tem uma influência fundamental; enquanto que a mídia possui baixa importância ou importância alguma. A segunda instituição com maior grau de influência é a escola, precedida pela igreja, conforme Gráfico 2. Destaca-se que esses dados são referentes à percepção dos respondentes o que pode não significar a influência de fato recebida, uma vez que se sabe do poder subliminar da mídia e de outras instâncias como o governo, por exemplo.

GRÁFICO 2 – Graus de influência das instituições.

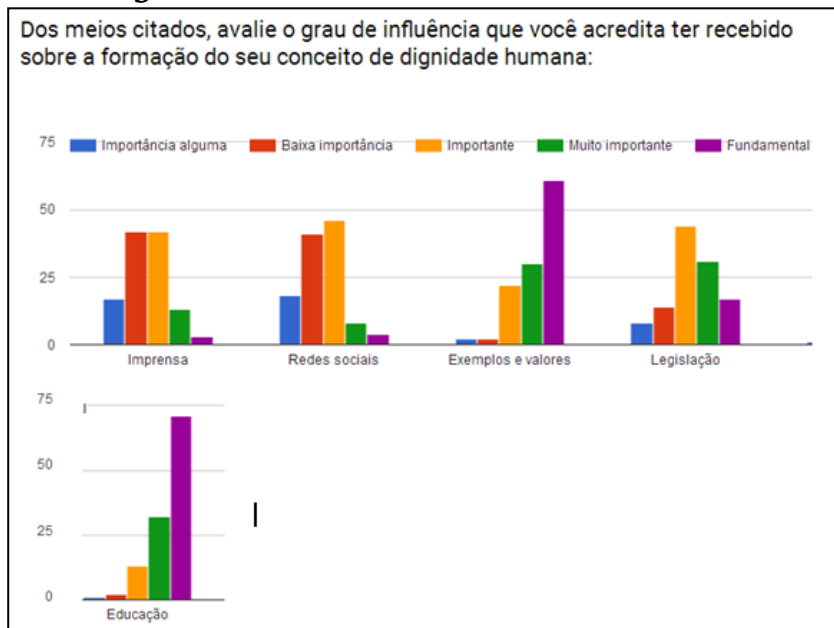


Fonte: elaborado pelos autores com base no questionário.

Os dados demonstram que, para os entrevistados, a família é a grande responsável pela transmissão dos valores morais e éticos, geralmente pelo exemplo dos pais e demais familiares.

A respeito dos meios que possivelmente podem influenciar o conceito de dignidade humana, constatou-se que a educação possui influência fundamental, precedida dos exemplos e valores, conforme Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Meios de influência



Fonte: elaborado pelos autores com base no questionário.

Em relação a estes resultados pode ter havido uma confusão sobre o conceito de educação, pois não fora especificado qual o sentido conferido à mesma na pesquisa. Dessa forma, educação tanto pode estar relacionada com a familiar, como com a escolar.

Ao estabelecer uma relação com o resultado do Gráfico 1, existe uma tendência a acreditar que a educação foi entendida no sentido de formação familiar, principalmente tendo em vista que pode estar relacionada com os altos índices obtidos em exemplos e valores.

Já em relação à imprensa e redes sociais, verificou-se que referidos meios constaram com os maiores índices de rejeição. De tal forma, estes elementos demonstraram-se de “importância alguma” para a formação dos valores do ser humano. Provavelmente, fora estabelecido pelos respondentes algum outro

tipo de relação dos meios de comunicação, como possivelmente, o entretenimento, informação ou comunicação entre pessoas.

Ainda sobre os meios de influência, foi perguntado aos entrevistados sobre algum outro que não fora relacionado na pesquisa, sendo que foram registrados os seguintes resultados: família, a filosofia e a causalidade da vida; igreja; leitura; universidade; convivência humana; o meio onde se vive; amigos; sociedade e trabalho.

Finalmente, foi perguntado sobre os temas que se relacionam com a dignidade humana, segundo o seu grau de valores. Dentre os temas sugeridos encontrava-se o meio ambiente; alimentação; saúde; cidadania; políticas públicas; remuneração básica; trabalho; direitos; deveres; acesso à justiça; segurança pública; igualdade (classe, gênero, etnia); lazer; respeito; cultura; educação e acesso à informação, conforme pode-se visualizar no Gráfico 4.

Na análise geral, todos os elementos descritos foram apontados como extremamente relacionados. O item lazer atingiu os mesmos índices (33 respostas) tanto para “relaciona muito”, como “extremamente relacionado”.

O item educação foi o que mais incidiu no índice “extremamente relacionado”, precedido pelo respeito e igualdade. Compreende-se, assim, que as condições para uma vida digna (educação), prevalecem sobre as características inerentes ao ser humano (respeito e igualdade).

Dos itens avaliados, as políticas públicas receberam o maior número de rejeição (não se relaciona), precedidas pela alimentação; lazer e meio ambiente.

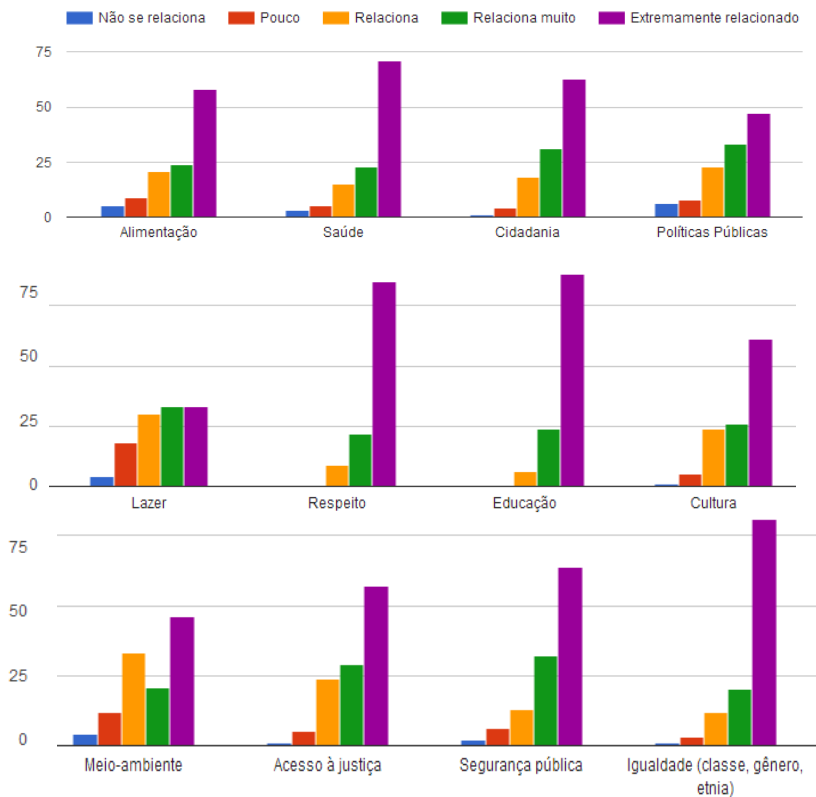
Do exame conjunto dos Gráficos 2, 3 e 4, verifica-se a existência de uma inter-relação coerente entre instituições, meios e temas apontados como de maior relevância. Juntando as análises pode-se concluir que a família é responsável pelo ensinamento de valores como educação, respeito e igualdade.

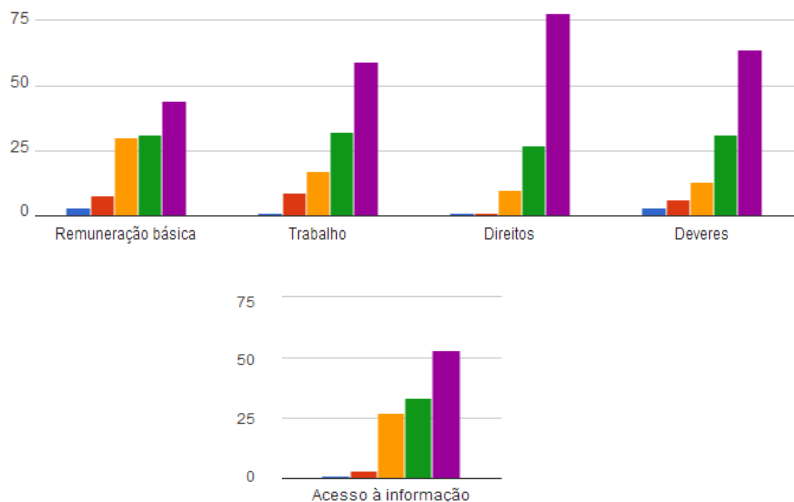
Os temas relacionados diretamente como sendo de responsabilidade direta do Governo, são os que possuem um maior

índice de rejeição. É o caso das políticas públicas. Tal atitude pode ser justificada pela baixa influência que o Governo possui como formador do conceito de dignidade humana, conforme verificado no gráfico 4.

GRÁFICO 4 - Temas que se relacionam com a dignidade humana, segundo o seu grau de valores.

Dentre os temas a seguir, quais você relaciona com dignidade humana, segundo os graus de importância descritos:





Fonte: elaborado pelos autores com base no formulário.

Quanto ao item meio ambiente, a sua variação entre os índices não oscilou muito, sendo que, de um total de 119 entrevistados, 46 o consideram “extremamente relacionado”; 21 “relaciona muito”; 33 apenas “relaciona”; 12 consideram “pouco relacionado”; e, cinco entendem que não relaciona. De uma forma geral, percebe-se a existência de uma relação entre meio ambiente com a dignidade humana.

Comparando os Gráficos 3 e 4, e tentando-se estabelecer uma relação dos mesmos com o item meio ambiente, tem-se de um lado, uma alta importância da educação como meio de influência, e de outro, uma relativa relação do meio ambiente com a dignidade humana. Do confronto desses dados, pode-se levantar a hipótese de que haja lacunas ou falhas quanto à educação ambiental.

A baixa influência do Estado como instituição transmissora dos valores, e a mediana influência da legislação como meio de formação do conceito de dignidade humana, pode ser mais uma causa para a falta de relação entre o tema e o item avaliado, já que a

proteção e o reconhecimento do meio ambiente são regulados pela lei.

Já, ao se analisar a nuvem de palavras (Figura 1), verifica-se que o item meio ambiente não se encontra nas ocorrências obtidas, tampouco foi constatada a sua existência entre as palavras com apenas uma ocorrência. De tal forma, pode-se supor que, sem que haja a sugestão do item, o mesmo não é comumente associado à dignidade humana.

4 Considerações Finais

Apesar de a legislação atribuir uma extrema importância ao meio ambiente, percebe-se que o mesmo não é tão facilmente relacionado como componente da dignidade humana.

A análise demonstrou que os entrevistados relacionam o tema dignidade mais com valores éticos e morais, do que direitos de base material-existencial, o que justifica a importância dada à entidade familiar na propagação e formação de tais valores.

A relação de alteridade existente e constatada pela pesquisa diz respeito entre seres da mesma espécie, ou seja, do humano com o humano. Desconsidera-se assim, o ambiente como elemento passível de direitos, respeito e ética; reproduzindo-se um sistema antropocêntrico em detrimento do biocêntrico, caracterizado pela integração homem-ambiente.

Dos resultados obtidos, destaca-se o fato de que a pesquisa foi direcionada a estudantes, tanto do nível básico como superior, e que estão abrangidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

De tal forma, se faz necessário pensar o papel da educação ambiental, incluindo a família como principal promotora dos valores de preservação e cuidado com o meio ambiente; e assim, elevar a qualidade da vida humana.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso: 10 jun. 2017.

_____. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **MEC**. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 jun. 2017.

CORTES JÚNIOR, Lailton Passos; FERNANDEZ, Carmen. A educação ambiental na formação de professores de química: estudo diagnóstico e representações sociais. **Química nova**. São Paulo, v. 39, n.6, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Iacri. 2017a. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/iacri/panorama>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Tupã**, 2017b. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/tupa/panorama>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PEREIRA, Cláudio José Langroiva. Comunicação Social e a tutela jurídica da Dignidade Humana. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**. 2010.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Traduzida do alemão por Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70. 2007.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **UNIC**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. 2017.

PELE, Antonio. La dignidad humana: modelo contemporáneo y modelos tradicionales. **Revista Brasileira de Direito**. V.11, n. 2, 2015.

QUEIROZ, Alcimar. Sobre o avanço, o progresso e a dignidade humana numa sociedade da informação. **Centro de investigação e estudos em Sociologia**. Disponível em <http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/CIES-WP103_Queiroz.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2017.

RAMINELLI, Francieli; THOMAS, Sara Daniela. O meio ambiente como direito humano fundamental na contemporaneidade. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. V. Santa Maria, v. 7, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”. UNESP. **Projeto político pedagógico de graduação em administração**. Curso de Administração. 2017a. Disponível em: <<http://tupa.unesp.br/#!/graduacao/administracao/perfil-profissional/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Pós-graduação**. Mestrado. 2017b. Disponível em: <<http://www.tupa.unesp.br/#!/pos-graduacao/pgad/sobre-o-programa/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

WEBER, Thadeu. A ideia de um “mínimo existencial” de J. Raws. **Kriterion**. Belo Horizonte, v. 54, n. 123, jun. 2013.

Capítulo 4

Ministério Público no Brasil: aproximações acerca da sua evolução histórica e demarcação jurídica

Nelson Russo de Moraes¹

Denise Pereira de França²

Sérgio Leal Mota³

Dorival Russo de Moraes⁴

1 Introdução

A sociedade brasileira caminha há busca do amadurecimento democrático que possa trazer consigo melhores instrumentos para a participação cidadã e melhores níveis de controle social sobre o Estado. Desde da promulgação da Carta Magna do país em 1988, o Brasil esmera por um desenho prático do que os ditames

¹ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Professor do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento - PGAD/FCE/UNESP. Líder do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social. nelsonrusso.unesp@gmail.com

² Pós-graduanda em Direito Civil e Processo Civil (ITOP). Bacharel em Direito pela Faculdade Guarai/FAG. Pesquisadora voluntária do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social/GEDGS/UNESP. email: denise.franca06@gmail.com

³ Bacharel em Direito pela Faculdade Guarai/FAG. Pesquisador voluntário do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social/GEDGS/UNESP. email: sergiolealmota03@gmail.com

⁴ Mestre em Engenharia de Produção (UNESP). Professor da UNIP. E-mail: dorival.metodo@terra.com.br

constitucionais estabelecem para a gestão pública e para a relação da sociedade civil com a sua esfera de decisão política.

É neste cenário, experimentando tantas situações adversas como dois processos de afastamento de presidentes da república por corrupção, investigações extremamente complexas e profundas e a prisão de diversos agentes públicos eleitos pelo voto, mas não imunes à lei, que diversas instituições se legitimaram ao seu papel de promover a justiça e o fortalecimento da democracia, dentre elas o Ministério Público. Assim, o presente estudo, objetiva demonstrar a evolução histórica do Ministério Público no Brasil e seu marco jurídico constitucional, no que diz respeito ao seu desenvolvimento no Estado Democrático de Direito.

Logo neste princípio, respeitando-se o interesse deste trabalho em trazer aproximações sobre o tema, se faz mister apresentar o artigo 127 da Constituição Federal do Brasil de 1988 preceitua que:

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. (BRASIL, 1988).

A história do Ministério Público se confunde com a história da gestão pública no Brasil, sendo que atualmente é uma instituição que tem como atribuição manter a ordem jurídica no Estado e a fiscalização do Poder Público em suas várias esferas. Importante destacar que, apesar de já existir institucionalmente antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi a partir dela que suas atribuições se consolidaram.

2 Evolução histórica

Dentre outras correntes, segundo Vellani (1996) a origem do papel do Ministério Público tem premissa na África, especificamente no Egito há mais de 4 mil anos atrás, um funcionário da corte que

dentre outras, desempenhava as funções de investigar fatos e reprimir a violência (inclusive aplicando castigos), primando pela ordem e pacificidade da sociedade. Uma outra corrente acerca da origem do Ministério Público traz autores que defendem que “a origem do Ministério Público, mais precisa da instituição, vem do direito francês, na figura dos *‘procureur du roi’* (procuradores do rei), nascendo e formando-se no judiciário francês” (RANGEL, 2009, p.117).

No tratado da sua história evolutiva, Rangel (2009); Ferraz (1999) destacam ainda que nas Filipinas, no século XVII, o funcionário real a desempenhar os papéis de promotoria de justiça era nomeado pelo rei, tendo como função a organização e requerimento de informações sobre a justiça, onde surgira a função fiscalizadora do Ministério Público, principalmente no papel de acusar.

O Brasil segue, em muito, o alinhamento francês, sendo que aqui os primeiros membros do Ministério Público eram integrantes do Poder Judiciário e apontados para exercer os papéis específicos de defender os interesses do coletivo da sociedade brasileira, inclusive no tocante a gestão pública. O Código de Processo Criminal de 1832, em seu artigo 37, dispunha sobre as atribuições dos Promotores Públicos:

denunciar os crimes públicos, e policiais, e acusar os delinquentes perante os jurados, assim como os crimes de reduzir à escravidão pessoas livres, cárcere privado, homicídio ou tentativa dele, roubos, calúnias, e injurias contra o Imperador, e membros da Família Imperial, contra a Regência, e cada um de seus membros, contra a Assembleia Geral, e contra cada uma das Câmaras. Solicitar a prisão, e punição dos criminosos, e promover a execução das sentenças, e mandados judiciais. Dar parte às autoridades competentes das negligências, omissões, e prevaricações dos empregados na administração da Justiça. (CÓDIGO DE PROCESSO CRIMINAL, 1832)

O crescimento institucional do Ministério Público teve destaque com a codificação do Direito Nacional, visto que, os códigos: Civil de 1939, de Processo Civil de 1939 e de 1973, Penal de 1940 e de Processo Penal de 1941 atribuiu várias prerrogativas à Instituição.

3 Prerrogativas do ministério público nas constituições brasileiras

A primeira Constituição, promulgada em 25 de Março de 1824 não conseguiu efetivar alguns princípios pertinentes ao Ministério Público devido à instabilidade política daquele contexto, limitando-se a tratar apenas do Procurador da Coroa e da Soberania Nacional. Neste sentido, o artigo 48 da referida Constituição:

No juízo dos crimes, cuja acusação não pertence à Câmara dos Deputados, acusará o procurador da Coroa e Soberania Nacional. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPÉRIO, 1824).

A segunda Constituição brasileira foi em muito inspirada no modelo norte-americano, e foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Nela explicita-se o artigo 58, §2º, da Constituição de 189, destacando que “o Presidente da República designará, dentre os membros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, cujas atribuições se definirão em lei.” (BRASIL, 1891).

Para o autor Rangel (2009), a Constituição Federal de 1891, sob o ponto de vista político, promovera profundas alterações no campo da autonomia dos entes federados, dando aos Estados (as antigas províncias) poder para organizar sua própria estrutura administrativa, além de dividir os poderes em três (Legislativo, Executivo e Judiciário). Contudo, foi em 16 de julho de 1934, que o Ministério Público recebeu o verdadeiro status constitucional. O texto da Constituição trazia a seguinte leitura:

O Ministério Público será organizado na União, no Distrito Federal e nos Territórios por Lei Federal, e, nos Estados, pelas leis locais. O chefe do Ministério Público Federal nos juízos comuns é o Procurador Geral da República, de nomeação do Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos estabelecidos para os Ministros da Corte Suprema. Terá os mesmos vencimentos desses Ministros, porém demissível, *ad nutum*. Os chefes do Ministério Público no Distrito Federal e nos Territórios serão de livre nomeação do Presidente da República dentre juristas de notável saber e reputação ilibada, alistados eleitores e maiores de 30 anos, com os vencimentos dos Desembargadores. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1934).

O Ministério Público era organizado da seguinte forma: Na União, No Distrito Federal e nos Territórios por Lei Federal; e nos Estados federativos pelas Leis locais. A Constituição promulgada em 10 de novembro de 1937 previu a possibilidade do Ministério Público de interpor recursos e, no artigo 105 que foi apresentado o “Quinto Constitucional”, que tratava da composição dos tribunais superiores dos quais “um quinto dos lugares seria preenchido por advogados ou membros do Ministério Público, de notório reconhecimento e reputação ilibada”.

A Constituição de 1946 faz referência expressa ao Ministério Público, destacando o título da instituição, apresentando como seria a sua organização e até mesmo o ingresso à carreira, que seria por meio de concurso público. Nesta Carta Magna foram estabelecidas cláusulas de segurança ao servidor para que o exercício de sua função não pudesse prejudica-lo nos casos de agir contra poderes ou pessoas mais poderosas em suas influências sociais e políticas.

A Constituição de 15 de março de 1967 adotou posição contrária daquela adotada na Carta Constitucional de 1946, trazendo de volta o Ministério Público a integrar o Poder Executivo como uma de suas seções.

Em 05 de outubro de 1988, a Constituição Federal trouxera novas mudanças, a começar pela desvinculação do Ministério

Público do Poder Executivo, consagrando a instituição como órgão independente e potencialmente aliado da sociedade brasileira. A Carta Magna estabelece que o Ministério Público tem por finalidade, defender os interesses sociais brasileiros, defendendo a cidadania e o estado de direito, impelindo que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (dentro de suas especificidades) respeitem a lei. Sendo assim, como próprio texto constitucional destaca, é uma instituição permanente e constitucionalmente essencial à manutenção da democracia e do Estado brasileiro.

4 Marco jurídico do Ministério Público no Brasil

O grande destaque no Ministério Público foi após a Constituição de 1988, a partir dela, pode-se dizer que nasce um novo poder no Estado, um Ministério Público autônomo e independente dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Sobre isso, destaca-se que “a instituição foi, com efeito, consideravelmente transformada pelo constituinte de 1988, que desejou fazer dela uma garantia geral da ordem jurídica, independente dos três Poderes da República” (FONTES, 2006, p.18).

Outro marco de grande relevância social trazido pela Constituição de 1988 e por obra do Ministério Público foi que, a ação civil pública entrou para o ordenamento jurídico, tendo como primazia a proteção ao meio ambiente, até então de menor importância e a defesa das minorias. Ainda sobre isso, Moraes (2007) destaca:

O direito constitucional contemporâneo, apesar de permanecer na tradicional linha da idéia de tripartição de poderes, já entende que esta fórmula, se interpretada com rigidez, tornou-se inadequada para um estado que assumiu a missão de fornecer a todo o seu povo o bem estar, devendo, pois separar as funções estatais, dentro de um mecanismo de controles recíprocos, denominados “freios e contrapesos”. (MORAES, 2007, p. 389).

Ao Ministério Público foi dedicada a seção I do capítulo IV da Constituição Federal de 1988 – artigos de 127 a 130, que tratam das funções essenciais à justiça. Na Carta Magna, outra mudança importante foi a nomenclatura dos membros do Ministério Público que de “Procuradores do Rei”, neste sentido passaram a ser chamados de Procuradores da República (Ministério Público Federal) ou Promotores de Justiça (Ministério Público Estadual). A referida Carta Magna desatreia o perfil de apenas acusadores do processo criminal aos membros do Ministério Público, indicando suas principais funções:

Art. 129 – São funções institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma complementar mencionada no artigo anterior;

VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. (BRASIL, 1988)

Neste sentido, a partir de 1988, o Ministério Público avança para campos mais amplos da defesa da vida, da cidadania e do Estado, estabelecendo-se como uma forte estrutura institucional que sustenta a democracia na sociedade brasileira.

5 Estrutura contemporânea do Ministério Público no Brasil

O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incube-se da manutenção da ordem jurídica que sustenta o regime democrático e dos interesses sociais e individuais, sendo defensor constitucional dos princípios institucionais como a indivisibilidade, a unidade e a independência funcional.

Compreende ao Ministério Público da União seus seguintes ramos: Ministério Público Federal (MPF); Ministério Público do Trabalho (MPT); Ministério Público Militar (MPM); Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). No entanto, a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União divergem do Ministério Público dos Estados. Pois, enquanto o Ministério Público da União é regido pela Lei Complementar nº 75/1993, os Ministérios Públicos dos Estados regem-se pela Lei nº 8.625/1993.

Ao Ministério Público da União é assegurado a autonomia administrativa, financeira e funcional, sendo as carreiras dos membros dos diferentes ramos são independentes entre si, de tal maneira tal que para ser membro do MPF, deve-se prestar concurso público para o MPF, assim como para o MPT e para o MPU. Destaca-se que os integrantes do Ministério Público possuem garantias inerentes à magistratura, tais como vitaliciedade (não perde o cargo a não ser por sentença judicial transitada em julgada), inamovibilidade (não pode ser removido, exceto por motivo de interesse público) e irredutibilidade de vencimentos.

O Ministério Público Federal atua em causas constitucionalmente consideradas de interesse federal, sendo que de

acordo com a Lei Complementar nº 75 de 1993, possui como órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de atividades administrativas e execução de suas funções: Procuradoria Geral da República, Colégio de Procuradores da República, Conselho Superior do Ministério Público Federal, Conselho Institucional do MPF, Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, Corregedoria do MPF, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Ouvidoria do MPF.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) é um ramo do MPU que tem como atribuição principal a fiscalização no cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, nesta seara procura regularizar e mediar às relações trabalhistas. O MPT promove as ações civis públicas no âmbito da Justiça do Trabalho, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores. Por fim, compete a proposição de ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, incapazes e índios, decorrentes de relações de trabalho.

O Ministério Público Militar investiga crimes militares, exercendo o controle externo da atividade policial judiciária, bem como na instauração do inquérito civil, sempre visando proteger e preservar o patrimônio público, o meio ambiente e os bens culturais. De acordo com o artigo 116 da LC 75/93, são suas funções: promover a ação penal pública, de maneira privativa; promover a declaração de indignidade ou de incompatibilidade para a prática do ofício; encarrega-se ainda de solicitar e gerir diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.

Por fim, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é a parte do Ministério Público da União que cuida da fiscalização ao cumprimento das leis e no campo da defesa de interesses da sociedade específica destes entes federados. Importante destacar que, embora, pertença à estrutura do MPU, o MPDFT não trata de matérias da competência da Justiça Federal, mas sim daquelas que competem às justiças estaduais.

Os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios são os procuradores da República (Ministério Público da

União), o Procurador-Geral de cada estado e o do DF, os subprocuradores e os promotores de justiça.

5 Considerações finais

Observando-se a evolução do Ministério Público no Brasil, tanto para a esfera Federal como na Estadual, mas enunciando especialmente o seu papel de articulador da implementação dos direitos e pela defesa da sociedade e do seu patrimônio material ou imaterial, é incontestável o nível importante de ganhos à sociedade pela sua manutenção no desenho de Estado Brasileiro.

Em virtude dos fatos mencionados, constata-se que o Brasil saiu de um sistema em que o controle da probidade administrativa e da moralidade na gestão pública e na sociedade era feito principalmente por meio de Ação Popular a um panorama em que os atos da administração pública em geral são fiscalizados, investigados e denunciados, fortalecendo e protegendo a participação, promovendo o controle social sobre o Estado, a *accountability* e revigorando a democracia.

Referências

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**, 25 de Março de 1824.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 25/07/2017 às 20:30h.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 18 de setembro de 1946.

Diário Oficial da União, 19 de set. 1946. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 26/07/2017 às 19:15h.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24/07/2017 às 19:08h.

BRASIL. **Código de processo criminal**. Lei de 29 de novembro de 1832. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em: 26/07/2017 às 22:02h.

FONTES, Paulo Gustavo Guedes. **O controle da administração pelo Ministério Público**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p.18.

GARCIA, Monique Julien. A origem do ministério público e sua atuação no direito comparado. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**. Vol.10, n.2, 2016. Disponível em < http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/44>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Conheça o MPF**. Disponível em <<http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/atuacao>>. Acesso em 12 de setembro de 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 21 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007. P.389.

RANGEL, Paulo. **Investigação criminal direta pelo Ministério Público**: visão crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 117.

VELLANI, Mário. **Regime jurídico do Ministério Público**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

Capítulo 5

Políticas Públicas: Estatuto Científico

Fernando da Cruz Souza¹

Patrícia Barrozo²

Stéphani Cetimia Mariotti Ruiz³

Nelson Russo de Moraes⁴

1 Introdução

Quem somos enquanto sociedade? A pergunta apresentada pode nos levar a uma diversidade de reflexões e, não raramente, ao encontro das muitas mazelas sociais ainda não superadas pelo Brasil, as quais o caracterizam como um país rico e desigual (RODRIGUES, 2010). Em outras palavras, pode-se compreender que

¹ Graduando em Administração/FCE/UNESP. Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS. email: fernandotraduz@gmail.com

² Graduada em Administração (FACCAT/Tupã). Atua no Instituto Federal de São Paulo (Câmpus de Tupã). Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP. email: patricia_barrozo@outlook.com

³ Graduada em Administração (FCE/UNESP). Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS. email: stephanimariottiruiz1234@gmail.com

⁴ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD (FCE/UNESP). Email: nelsonrusso.unesp@gmail.com

a riqueza para poucos e a desigualdade para muitos revela o projeto de país que se tem em curso.

Dizer que há desigualdade no Brasil é traduzir a observação da existência de inúmeras falhas na implementação integral daquilo que foi conquistado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), leia-se os direitos fundamentais e direitos sociais, cujos conteúdos motivaram a alcinha dessa de Constituição Cidadã (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011).

Os direitos civis, também chamados de direitos fundamentais, e os direitos sociais são fundantes para a democracia e para a cidadania moderna, de modo que, quando não efetivados, produzem indivíduos apenas parcialmente cidadãos, os quais exercem uma cidadania de baixa intensidade, indicativa de uma democracia essencialmente eleitoral, cuja principal característica volta-se à possibilidade de eleger e de ser eleito (PNUD, 2004).

A cidadania não apenas eleitoral, isto é, a cidadania democrática, implica na aceitação do pacto fundante de uma nação pelos cidadãos ou na anuência desses a uma nova ordem jurídica – a CF/88, por exemplo. Nesse sentido, o cidadão tem um vínculo jurídico com o Estado, sendo, por isso, portador de liberdades, direitos e garantias (BENEVIDES, 1994).

As liberdades podem ser aqui definidas como a não interferência do Estado ou de particulares nas esferas jurídicas próprias, ou seja, referem-se à abstenção de outros atores nas liberdades de pensamento, de expressão, de ir e vir, de religião, de associação etc. Já os direitos correspondem a uma intervenção do Estado ou de particulares, de maneira positiva, por meio da prestação de educação, saúde, salários, previdência social etc. No que tange às garantias, essas são os remédios jurídicos que efetivam as liberdades e os direitos (BENEVIDES, 1994).

Uma outra implicação relativa à cidadania democrática é a de que os cidadãos devem ser sujeitos das decisões a seu respeito, decisões as quais só se tornam possíveis com a vigência de direitos civis e sociais, pois são esses direitos que, em última instância,

permitem o real exercício da cidadania. Dizendo de outra maneira, tem-se que o exercício da cidadania requer a realização de escolhas pelos cidadãos o que, por sua vez, requer a existência de liberdade (direitos civis) para tal em meio a um conjunto de alternativas. Ao mesmo tempo, a consecução das decisões exige que os indivíduos tenham desenvolvido suas capacidades de maneira adequada, isto é, exige que os cidadãos desfrutem de um nível mínimo de equidade (direitos sociais) no desenvolvimento de suas capacidades, de maneira que possam, então, exercer sua prerrogativa de escolha e autonomia (PNUD, 2004).

Contudo, no Brasil, nota-se que implementação não efetiva das liberdades, direitos e garantias somada a heterogeneidade territorial e funcional do Estado – a qual se traduz na inabilidade desse em regulamentar de maneira efetiva a vida social sobre seu território e sobre seus sistemas de estratificação – impõe uma cidadania de baixa intensidade. Esta se aproxima da cidadania apenas política, ou seja, o contrário da cidadania amplamente democrática, e atinge parcelas expressivas da população. Isso quer dizer que a equidade e a igualdade social e econômica são violadas, especialmente para os pobres. Assim, embora o sistema legal do país seja constitutivo do Estado e da ordem prevalente sobre determinado território, incluindo-se aqui as normas que estatuem a cidadania, essa mesma ordem não é igualitária e socialmente imparcial. Desse modo, o próprio sistema legal reproduz continuamente relações assimétricas de poder, as quais, pela aquiescência da sociedade, são afirmadas e reproduzidas como a ordem social vigente (O'DONNELL, 1993).

Percebemos com isso que a relação Estado-Sociedade, especialmente no tocante à cidadania, configura-se frágil e matizada de conflitos quanto à efetivação de liberdades, direitos e garantias. Tais conflitos dizem respeito à organização política, cuja decorrência são as políticas públicas. Melhor dizendo, temos que a política, aqui definida como a resolução de conflitos por intermédio da dominância, de forma não destrutiva, relativamente à coletividade

(SCHMITTER, 1965) é que dá o tom da distribuição dos bens públicos em forma de políticas públicas, efetivando a cidadania já regulamentada. As políticas públicas, por se tratarem de diretrizes para o enfrentamento de problemas públicos, dependem de dois entendimentos básicos dos atores políticos. O primeiro diz respeito ao que se considera um problema, ou seja, o que é considerado uma situação inadequada; o segundo diz respeito a, observada a caracterização de problema, se esse é público, isto é, se atinge um grande contingente de pessoas ou determinada qualidade delas (SECCHI, 2010).

Portanto, diante da importância das políticas públicas como a expressão da distribuição dos bens públicos e, por isso, de sua importância na implementação efetiva da cidadania democrática legitimada pela CF/88, nos propomos a coligir as contribuições acadêmicas que conformam o estatuto científico das políticas públicas, isto é, suas contribuições teóricas e instrumentais-analíticas. Para tanto, recuperamos alguns conceitos preliminares presentes nas discussões de políticas públicas, tais como política, poder, Estado, governo, administração pública e atores, trazendo também à discussão matrizes teóricas referentes à organização societária elitista, marxista e pluralista, além de abordarmos as algumas definições de políticas públicas, a tipologia proposta por Lowi (1964) e a abordagem dos ciclos de políticas públicas.

2 Análise da literatura

É interessante que se observe que a política pública recebe contribuições de várias disciplinas, pois trata-se de um campo holístico. Nesse sentido, ciências políticas, sociologia, economia, administração pública, teoria das organizações, engenharia, psicologia social e o direito abastecem as discussões nesta área de estudos. E, embora a política pública possua seu próprio estatuto científico, isso não impede a apreciação de suas questões por outras áreas das ciências (SECCHI, 2010; SOUZA, 2007).

Um outro ponto importante sobre o conhecimento em políticas públicas diz respeito a que não apenas os legisladores podem contribuir para os seus processos, mas que cada cidadão, ao usar os meios possíveis de intervenção, pode exercer um papel de decisor de políticas. Porém, para que as políticas se traduzam em mudanças com efeito, é necessário que reflitamos sobre elas a partir de teorias e modelos, os quais nos oferecem construções que auxiliam na consideração e organização dos pensamentos relativos às possibilidades e aos limites dos processos político-administrativos (HEIDEMANN; SALM, 2014).

Para isso, apresentamos a seguir alguns dos conceitos preliminares que nos auxiliam na compreensão dos elementos envolvidos na dinâmica das políticas públicas, a partir dos quais poderemos perceber as implicações nos modelos que serão apresentados posteriormente, os modelos de políticas públicas propriamente ditos.

2.1 Conceitos preliminares

2.1.1 Política e poder

A reflexão sobre as formas com que se manifesta a política em nosso cotidiano passa, necessariamente, pela compreensão das clivagens sociais que as sociedades modernas vivenciam. Diante disso, Ruz (1998, p. 231) nos diz que

As sociedades modernas têm, como principal característica, a diferenciação social. Isto significa que seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional, etc.), como também possuem idéias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência. Tudo isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e freqüentemente envolva conflito: de opinião, de interesses, de valores, etc. Entretanto, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve ser mantido dentro de limites administráveis. Para isto, existem apenas dois meios: a coerção

pura e simples e a política. O problema com o uso da coerção é que, quanto mais é utilizada, mais reduzido se torna o seu impacto e mais elevado se torna o seu custo. Resta, então, a política. (RUA, 1998, p. 231)

Em sua acepção moderna, a política pode ser compreendida como “[...] a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a *pólis*, ou seja, o Estado” (BOBBIO, 2016, p. 954). Alguns dos exemplos da atividade política seriam a ordenação ou proibição de algo com efeito vinculador a todos os membros de um grupo social, o domínio sobre determinado território, a retirada e transferência de recursos entre setores da sociedade etc. (BOBBIO, 2016). Decorrente das atividades políticas, tem-se dois elementos muito importantes. O primeiro diz respeito à existência das próprias relações, muitas vezes conflituosas, entre indivíduos e grupos diferentes socialmente e o segundo diz respeito à determinação de comportamentos nessas relações. Esses dois elementos, relações e determinação de comportamentos, são premissas da práxis política que, em suma, expressa relações de poder, de maneira que o estudo e entendimento da política implica no estudo e entendimento do poder.

As definições de poder, em geral, engendram o entendimento desse como a capacidade de um indivíduo ou um grupo de indivíduos em determinar, de maneira intencional, o comportamento de outro indivíduo ou grupo de indivíduos. Isso equivale a dizer que o exercício do poder implicaria na probabilidade de B permitir que seu comportamento seja determinado pelo exercício de poder de A, podendo esse exercício se dar por meio da persuasão, da promessa de recompensa, da manipulação, da ameaça etc. (STOPPINO, 2016).

Na política, a definição de poder dada por Weber (1947, p. 152, tradução nossa) diz respeito à “[...] probabilidade de um ator numa relação social estar em posição de levar adiante sua vontade apesar das resistências”, o que, ao situar o exercício de poder no

plano do Estado de direito, corresponde a fonte de sua legitimação se dar

[...] em virtude da ‘legalidade’ da crença na validade de *estatutos* legais e da ‘competência’ objetiva, fundamentada em regras racionalmente criadas, isto é, em virtude da disposição de obediência ao cumprimento de deveres fixados nos estatutos: uma dominação como a exercem o moderno ‘servidor público’ e todos aqueles portadores de poder que com ele se parecem nesse aspecto. (WEBER, 1999, p. 526)

2.1.2 Estado

Como continuidade da discussão sobre poder no âmbito político, temos que sua concentração histórica nos indica o ordenamento que assume o Estado (SCHIERA, 2016), o qual, ainda na perspectiva weberiana, pode ser compreendido como uma comunidade humana associada politicamente – circunscrita à determinado território –, caracterizado em específico, mas não exclusivamente, pelo monopólio legítimo da violência, o que configura uma relação de domínio, amparado legalmente e construído racionalmente, dos seres humanos uns sobre os outros (WEBER, 1999).

O amparo legal-racional, levaria, segundo Niklas Luhman, à legitimidade das decisões vinculativas, reduzindo, portanto, as complexidades sociais. Tal legitimidade se daria pelos procedimentos eleitorais, legislativos e judiciais, os quais têm, ou devem ter, a aceitação de todos por eles atingidos, independentemente de sua satisfação ou não, já que os próprios procedimentos generalizam o reconhecimento das decisões (BERCOVICI, 2004).

Já na perspectiva marxista, o Estado se apresentaria como “[...] um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX, 2005, p. 42), ou seja, o nascimento do Estado teria como origem uma fundação econômica, sendo

[...] um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1984, p. 191)

A dominação política estatal por determinada classe torna mais evidente, durante o capitalismo industrial, a necessidade de que o Estado passasse a distribuir os frutos do trabalho social e a prover serviços sociais que amenizassem os riscos inerentes à vida em sociedade, como a fome, a doença e a invalidez (GOZZI, 2016; ARRETCHE, 1995). Surge, então, o Estado de Bem-Estar Social, o qual, devido as decorrências demográficas e burocráticas do crescimento econômico (WILENSKY, 1975), passa a promover políticas sociais e econômicas de

[...] *segurança no mercado de trabalho* (garantia de salários, de postos e condições de trabalho e representação dos interesses do trabalho), *garantia de renda* (seguro-desemprego, auxílio-família e auxílio-doença), *proteção contra riscos da vida social* (saúde, educação e habitação) e *pleno emprego* [tornando esse] *direitos sociais* assegurados pelo Estado aos indivíduos que vivem em determinado território. Portanto, o Estado de Bem-Estar Social é uma expressão da proteção concebida pelo Estado como direito à cidadania. (RODRIGUES, 2010, p. 63)

2.1.3 Governo

No entanto, para que o Estado use seu poder e autoridade na produção de políticas públicas de Bem-Estar Social, entre outras, nas

quais se processam os diversos interesses que se manifestam no seio da sociedade, é necessária a “[...] dimensão executiva dos poderes públicos [ou seja] um corpo que comanda o conjunto da sociedade, nos quadros de determinada ordem estatal” (LESSA, 2015, p. 419-420). Tal dimensão é identificada no governo, o qual é composto por “[...] um conjunto de funções estáveis e coordenadas ligadas ao uso do monopólio da força, nas quais reside o poder de decidir de modo determinante a orientação política” (LEVI, 2016, p. 555).

O governo democrático, em específico, é pautado por algumas premissas fundamentais como quem está autorizado a tomar decisões e com quais procedimentos. Tais premissas implicam, em primeiro lugar, que a capacidade de tomar decisões seja atribuída a um elevado número de pessoas na sociedade e, em segundo lugar, que as decisões coletivas da maioria sejam vinculatórias para a toda essa sociedade. Ainda, uma terceira premissa se faz necessária, que os indivíduos tenham a possibilidade de eleger aqueles que terão o poder de tomada de decisões coletivas, o governo. Para que esta condição seja atingida, é indispensável a garantia de direitos liberais básicos relativos à liberdade de opinião, de expressão, de associação etc. (BOBBIO, 1997).

Contudo, uma vez eleitos, os representantes em cargos executivos não detém poderes irrestritos durante seus mandatos. Para que não haja abuso de poder “[...] este deve ser distribuído de modo que o poder supremo seja consequência de um jogo de equilíbrio entre diversos poderes parciais, e não se concentre nas mãos de uma só pessoa” (BOBBIO, 2001, p. 136). Tal distribuição ocorre de acordo com as funções do Estado, executiva, legislativa e judiciária, pois

Quando na mesma pessoa, ou no mesmo corpo de magistratura, o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado crie leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Tampouco existe liberdade se o poder de julgar não for separado do legislativo e do executivo. Se estivesse unido ao poder

legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria o legislador. Se estivesse unido ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as querelas entre os particulares. (MONTESQUIEU, 1996, p. 168)

Entretanto, no Brasil, o poder Executivo tem certa proeminência na atividade legislativa, especialmente por conta da instituição da Medida Provisória, a qual

Não possui natureza jurídica de lei em sentido formal, mas de ato legislativo, administrativo, executivo e governamental, convertida em lei ordinária após a imprescindível tramitação no Congresso Nacional para aferição de seus pressupostos. Sua adoção reflete a necessidade de prover o Poder Público com um instrumento legal para a tomada de providências legislativas imediatas em casos de real necessidade, o que não se coaduna com a comum inércia que acompanha o processo de discussão e votação das matérias nos Parlamentos. (SAMPAR, 2012, p. 37)

Outra questão também relativa à interpenetração das funções dos poderes refere-se à judicialização da política. Essa expressão, judicialização da política, sumarizada a partir das definições de Tate e Vallinder, indica

[...] os efeitos da expansão do Poder Judiciário no processo decisório das democracias contemporâneas.¹ Judicializar a política [...] é valer-se dos métodos típicos da decisão judicial na resolução de disputas e demandas nas arenas políticas em dois contextos.² O primeiro resultaria da ampliação das áreas de atuação dos tribunais pela via do poder de revisão judicial de ações legislativas e executivas, baseado na constitucionalização de direitos e dos mecanismos de *checks and balances*. O segundo contexto, mais difuso, seria constituído pela introdução ou expansão de *staff* judicial ou de procedimentos judiciais no Executivo (como nos casos de tribunais e/ou juízes administrativos) e no Legislativo

(como é o caso das Comissões Parlamentares de Inquérito).
(MACIEL; KOERNER, 2002)

2.1.4 Administração Pública

Os problemas de equilíbrio entre os poderes, a discussão sobre suas prerrogativas e sua delimitação institucional não são uma novidade, apesar de se tratarem de questões de grande envergadura teórica e prática. Todavia, para a finalidade deste estudo, importa saber que, independentemente do arranjo constituinte do Estado de direito, nasce a administração pública, a qual “[...] é uma explicitação do interesse coletivo [cuja] legitimidade, em grande medida, decorre da habilidade de jogar a parte em que esse interesse é perseguido” (PETERS; PIERRE, 2010, p. 17). As atividades de interesse público, neste caso, seriam

[...] as atividades de Governo, relacionadas com os poderes de decisão e de comando, e as de auxílio imediato ao exercício do Governo mesmo e, de outra parte, os empreendimentos voltados para a consecução dos objetivos públicos, definidos por leis e por atos de Governo, seja através de normas jurídicas precisas, concernentes às atividades econômicas e sociais; seja por intermédio da intervenção no mundo real (trabalhos, serviços, etc.) ou de procedimentos técnico-materiais; ou finalmente, por meio do controle da realização de tais finalidades (com exceção dos controles de caráter político e jurisdicional). (PASTORI, 2016, p. 10)

Entendemos, portanto, que a administração pública “[...] é central para o processo de governar a sociedade, não importa sob qual forma de governança [...]” (PETERS; PIERRE, 2010, p. 27), e, diferentemente da gestão privada cujo objetivo é o lucro, o objetivo da gestão pública volta-se à promoção do bem-estar social, tendo sempre em consideração os valores democráticos e de igualdade, resguardados constitucionalmente (LYNN JR., 2010).

Na constituição brasileira, a Administração Pública é compreendida, limitadamente, como o “[...] conjunto de entidades estatais autárquicas, fundacionais, empresariais e paraestatais [...], ou seja, a Administração centralizada e a descentralizada” (MEIRELLES; BURLE FILHO, 2015, p. 66). No entanto, podemos

expandir o escopo da administração pública para os limites da concepção e implementação de políticas públicas na realidade político-institucional em que se insere (LYNN JR., 2010), sem prescindir dos depositários da soberania no Estado democrático de direito, os cidadãos, pois

Uma legislação detalhada e o controle judicial sobre a execução dessa não são suficientes para produzir harmonia entre os órgãos do governo, que expressam a vontade do Estado, e as autoridades governamentais que executam essa vontade. [...] As autoridades do poder executivo podem, ou não, fazer cumprir a lei conforme a intenção daqueles que a legislaram. As autoridades judiciárias, no exercício do controle sobre o poder executivo, podem ou não ter a mesma visão da lei como a tivera o legislador. Assim, não há, na organização governamental, uma provisão que assegure a harmonia entre a expressão e a execução da vontade do Estado. O povo, no limite, soberano de um governo popular, deve, portanto, manter um controle sobre as autoridades que executam sua vontade, bem como sobre aqueles que a expressam. (GOODNOW, 1893, p. 97-98, tradução nossa)

2.1.5 Atores

O povo, a administração pública, os entes participantes do Estado, entre outros, até então mencionados, fazem parte de categorias mais genéricas de atores de políticas públicas, os quais podem ser inicialmente definidos como “[...] indivíduos ou grupos, formais ou informais, que procuram influenciar a criação e a implementação de soluções públicas [...]” (CAHN, 1995, p. 201, tradução nossa).

Os atores, na forma de indivíduos, instituições ou coletividades, são portadores de interesses, os quais são buscados por meio de estratégias mais ou menos racionais. Essas estratégias levam em conta os limites da influência política dos próprios atores, ao mobilizar recursos materiais e imateriais; os limites institucionais, isto é, as regras do jogo; e os limites valorativos

sociais. Ainda, deve-se considerar que os atores não atuam isoladamente nas arenas políticas e, por isso, devem observar as ações dos demais atores, produzindo, quando necessário, ajustamentos mútuos (DI GIOVANNI, 2015).

Quando considerados quanto à sua intervenção na arena política, os atores não devem ser analisados apenas relativamente às ações concretas que tomam, ou relativamente à dinâmica mais intensa ou mais branda de suas atividades, pois

[...] não são todos os atores públicos e privados que intervêm ativa e visivelmente em todos os estágios da política: seus comportamentos são, às vezes, diretamente tangíveis, mas, com a mesma frequência, podem ser difíceis de ser identificados. Isso depende, entre outros fatores, do processo pelo qual tomam consciência de seus próprios interesses, de sua capacidade de mobilizar recursos e de formar uma coalizão para defender seus direitos e interesses e, finalmente, de sua decisão estratégica entre agir ou ficar, voluntariamente, fora da arena decisória. (KNOEPFEL et al., 2007, p. 40, tradução nossa)

A seguir, realizamos a categorização de alguns atores, Quadro 1, a fim de “[...] agregar aqueles que possuem características em comum e distinguir aqueles com características diferentes” (SECCHI, 2010, p. 78), sem, no entanto, sugerir que tenham comportamentos ou interesses em comum, mas evidenciando atributos que os distinguem dos demais.

Quadro 1 – Categorias de atores em políticas públicas

Categorias de atores	Atores	Caracterização dos atores
Governamentais	Políticos	Atuam no poder Executivo ou no poder Legislativo com mandatos legitimados pelo voto popular. Estabelecem objetivos políticos ao identificar problemas e soluções públicas. Representam interesses concentrados ou difusos próprios, de seus partidos, de grupos de pressão,

		de áreas geográficas ou da coletividade. Constroem consenso em torno de questões éticas ou ideológicas. No Legislativo, têm atuação privilegiada na aprovação de orçamentos e, no Executivo, controlam a máquina burocrática pela designação de cargos públicos.
	Designados politicamente	São indicados por políticos eleitos para cargos de confiança, exclusivos aos servidores públicos de carreira, e para cargos comissionados, acessíveis aos burocratas e pessoas externas à administração pública. A função de confiança é uma promoção que dura enquanto durar o mandato eletivo vigente. Os cargos comissionados são de livre nomeação e exoneração, servindo como moeda de troca aos atores políticos.
	Burocratas	São o corpo de funcionários públicos, os quais detém conhecimentos técnicos sobre o serviço que prestam e que estão mais próximos aos destinatários das políticas públicas. Mantém a administração pública ativa, não obstante aos ciclos eleitorais. Influenciam em todas as fases da política pública, com proeminente discricionariedade na fase de implementação, podendo ajustá-la a favor dos interesses que lhe sejam importantes.
	Juízes	Atuam nas políticas públicas quando interpretam a justa ou injusta aplicação das leis e quando produzem súmulas, as quais tornam pública a interpretação sobre determinada norma. Por serem o centro de decisão de interesses econômicos e políticos relevantes, são assediados por grupos de interesse, o que afeta suas decisões.
Não-governamentais	Grupos de interesse	São pessoas organizadas de forma voluntária, formal ou informalmente, as quais utilizam recursos financeiros, cognitivos e organizacionais para influenciar na definição de problemas e soluções públicas, nas tomadas de decisão, implementação e avaliação de políticas públicas. Diferentemente de pequenos grupos, grandes grupos têm alto custo de organização.

	Partidos políticos	São organizações formais com estatuto e estrutura organizacional, registrados junto ao Superior Tribunal Eleitoral, os quais influenciam o governo, como aliados ou como oposição, e medem suas forças por meio de eleições. Servem de elo entre a sociedade e o governo ao preparar políticos para se tornarem governantes, ao realizar o controle governamental por meio de seus agentes políticos, ao coordenar a atuação legislativa e ao formular e avaliar políticas públicas. Os grandes partidos brasileiros são considerados pragmáticos, frágeis, com baixa valência ideológica e pouca coesão interna.
	Meios de comunicação	Exercem papel de controle sobre os políticos e sobre a administração pública, além de influenciar a determinação da agenda pública e governamental ao ignorar ou exaltar problemas e soluções de política ou políticas públicas.
	Destinatários de políticas públicas (<i>policytakers</i>)	São os indivíduos, grupos ou organizações para os quais a política pública é elaborada. Podem ter papel proeminente, quando chamados a participar de decisões públicas, ou são pouco influentes, quando heterogêneos, dispersos geograficamente ou incapazes de organização.
	Organizações do terceiro setor	São organizações privadas, sem fins lucrativos, as quais articulam ações de interesse coletivo, podendo, por meio de parcerias público-privadas, implementar políticas públicas.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Secchi, 2010

Após essa breve apresentação de alguns dos atores participantes nas arenas de políticas públicas, é necessário ter em conta que o processo da política é mais sutil do que se possa imaginar, mas que os papéis desempenhados pelos atores e os relacionamentos que estabelecem entre si se traduzem nos resultados produzidos pelas políticas públicas (CAHN, 1995).

2.2 Relações Estado-Sociedade: matrizes teóricas

O Estado tem o poder, delegado pela sociedade, de garantir a representação dos interesses coletivos. No entanto, tais interesses

não são constantes e, por isso, exigem uma revisão periódica dos valores sociais que devem nortear a questão pública (AMORIM, 2000). Portanto, é sempre oportuna a discussão do papel do Estado como detentor do interesse público – especialmente no momento atual em que cada vez mais há uma percepção generalizada e crescente da deslegitimação daquele e das instituições políticas quanto à capacidade de fazer coincidir a política com a esfera pública, dado que a primeira se vê, muitas vezes, captada pela esfera privada de interesses (GRAU, 1996).

Diante disso, para que se percebam as implicações dos diversos arranjos Estado-Sociedade e, por sua vez, as implicações desses na representação dos interesses sociais e, no limite, na produção de políticas públicas, diversas teorias têm tentado dar conta da natureza complexa do relacionamento estatal-societal. Com tais teorias, tem-se um ponto de partida para assinalar a existência ou não de uma democratização substantiva, em especial, a partir da organização da sociedade como um assunto relativo a ela própria (GRAU, 1996).

2.2.1 Elitismo

A corrente de pensamento elitista inaugurada, entre outros, por Mosca, ao referir-se à organização política observada na relação Estado-Sociedade escreve:

Entre os fatos e tendências constantes a serem encontrados em organismos políticos, um é tão óbvio que chega a ser aparente até ao olhar mais casual. Em todas as sociedades – desde as sociedades que são mediamente desenvolvidas e mal alcançaram a civilização, até as mais avançadas e poderosas – duas classes de poder aparecem – uma classe que comanda e uma classe que é comandada. A primeira classe, sempre a menos numerosa, realiza todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que esse traz, enquanto a segunda, a classe mais numerosa, é direcionada e controlada pela primeira de uma maneira mais ou menos legal, mais ou menos arbitrária e violenta,

suprindo a segunda, pelo menos aparentemente, com condições materiais de subsistência e com os meios essenciais para a vitalidade do organismo político. (MOSCA, 1939, p. 50, tradução nossa)

As elites podem ser de natureza econômica, ideológica ou política, enfatizando que esta última teria a capacidade de impor suas decisões sobre a sociedade, inclusive mediante o uso da força. Tal concentração do poder na elite pode ser explicada por sua capacidade de organização e pela utilização da máquina estatal para o atingimento dos fins desejados (BOBBIO, 2016). A utilização da máquina estatal requer que a elite tenha acesso ao governo, de modo que, a fim de descobrir quem são os atores que a compõem, deve-se perguntar “quem governa?” (PERISSINOTTO, 2015).

Respondendo a tal pergunta, com a reelaboração e divulgação da teoria das elites nos Estados Unidos, Lasswell (1951, p. 295, tradução nossa) diz que “Os influentes são aqueles que obtêm a maior parte do que se pode ter. Os valores disponíveis podem ser classificados como deferência, renda, segurança. Aqueles que obtêm a maior parte são as elites; o resto é massa”. Nesse ponto, sublinha-se que, embora os conceitos de Mosca e Lasswell concebam a elite como detentora do poder em detrimento do restante da sociedade, isso não impede que a democracia continue existindo, dado que não é a existência da elite o determinante da democraticidade de um sistema político, mas a maneira como a elite é escolhida (BOBBIO, 2016).

Outra versão da resposta à pergunta “quem governa” é dada por Wright Mills (1981, p. 12), o qual diz que “A elite do poder é composta por homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes conseqüências”. Os indivíduos aos quais Mills (1981, p.14) se refere são o “[...] poderio nacional [...] nos domínios econômico, político e militar”, os quais, em sua maioria, têm origens sociais semelhantes

e mantêm uma rede que lhes possibilita o intercâmbio de posições de comando (MILLS, 1981).

Entretanto, apesar de relevante, a teoria das elites não passou ileso pelas críticas. Uma delas foi a Bachrach; Baratz (1983), cujo argumento se apoia na falha dos teóricos elitistas em terem concentrado suas análises nas decisões das elites, não em sua capacidade de impedir tomadas de decisão que lhes ameaçasse os interesses, o que “[...] em nossa opinião [é] negligenciar a face do poder que é menos visível, mas, não obstante, extremamente importante” (BACHRACH; BARATZ, 1983, p. 51).

2.2.2 Marxismo

Outra teoria que busca desvendar a concentração de poder na relação Estado-Sociedade é a marxista. Em se tratando da posição que ocupam as instituições como moderadoras da transformação social e da efetivação da cidadania por meio das políticas públicas (RODRIGUES, 2010), nota-se que

Nos pergaminhos, podemos facilmente proclamar constituições, o direito de todo cidadão à educação, ao trabalho e, sobretudo, a um mínimo de meios de subsistência. Mas, com isso, não se fez tudo; ao que se escreveram esses desejos generosos sobre o papel, persiste a verdadeira tarefa de fazer frutificar essas ideias liberais por meio de instituições materiais e inteligentes, por meio de instituições sociais. (MARX, 2006, p. 50)

No bojo do capitalismo, as instituições garantem o “[...] monopólio dos meios de produção e da vida nas mãos de uma classe pouco numerosa, até a degradação da outra classe, constituída pela imensa maioria da população, num conjunto de proletários despojados [...]” (ENGELS, 1976, p. 141), de modo que tal arranjo Estado-Sociedade impediria a sociedade civil do gozo da cidadania completa, pelo menos enquanto não tornada sujeito de sua própria história (GURGEL; JUSTEN, 2011).

A condição proletária e sua submissão fica inscrita

[...] na produção social da sua vida, [em que] os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. Da forma de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. (MARX, 1977, p. 301)

Logo, para tornar-se sujeito de sua própria história, a proposição de Marx ao proletariado é a abolição das relações de propriedade existentes, ou seja, do modo de produção capitalista, baseado no antagonismo entre o capital e o trabalho, isto é, na apropriação privada da riqueza produzida socialmente. Para isso, conclama os trabalhadores para a derrubada violenta das condições sociais estabelecidas (MARX; ENGELS, 2005), acreditando que são as instituições políticas e sociais as capazes de emancipar a classe operária (RODRIGUES, 2010).

2.2.3 Pluralismo

No caso da abordagem pluralista, o crédito da formulação de políticas públicas é dado à iniciativa de grupos de interesse que

prevalecem sobre outros grupos ao disputar pela influência nas decisões do governo (LOBATO, 2006). Tais grupos seriam estruturados “[...] ao redor de ‘clivagens’ econômicas e culturais como classe social, religião ou etnia” (HELD, 2006, p. 163, tradução nossa), ocorrendo sua agregação de forma voluntária e privada, portanto, independente do Estado (ARAÚJO; TAPIA, 1991).

Tal arranjo Estado-Sociedade garantiria a proteção do indivíduo conta o poder excessivo do Estado

Porque se um centro de poder é posto contra o outro, o poder será domado, civilizado, controlado, e limitado a propósitos humanos decentes, enquanto a coerção, a pior forma de poder, será reduzida a um nível mínimo.

Porque inclusive as minorias têm oportunidades de vetar soluções com as quais não concordam, o consentimento de todos será ganho no longo prazo.

Por que constantes negociações entre diferentes centros de poder são necessárias para que se tomem decisões, cidadãos e líderes aperfeiçoarão a preciosa arte da negociação pacífica de seus conflitos, e não meramente para o benefício de uma parte, mas para o benefício de todas as partes envolvidas nele. (DAHL, 1967, p. 24)

2.3 Definições e modelos de análise

2.3.1 Políticas públicas

Tendo como plano de fundo o entendimento dos conceitos preliminares, do quadro relacional Estado-Sociedade em que se inscrevem os atores, com suas respectivas dinâmicas, podemos partir, então, para a conceituação do termo que engloba tais fatores, política pública. Saravia (2006, p. 28) o conceitua, de maneira ampla, como “[...] um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”, ou seja, pode-se dizer que “A política

pública é qualquer coisa que o governo escolhe fazer ou não fazer” (DYE, 2013, p. 3)

Peters (1986), complementa tais definições ao dizer que a política pública é a soma das atividades do governo, seja agindo diretamente, seja por meio de agentes. O mesmo autor adiciona que podem ser definidos três níveis de política pública: as 1. escolhas de política pública, que são as decisões feitas por políticos (congressistas, presidente, administradores), servidores públicos, grupos de pressão, etc., os quais usam o poder público para afetar a vida dos cidadãos; os 2. produtos de tais escolhas, que são as ações do governo, tais como o gasto público, a contratação de pessoas, a promulgação de leis que afetarão a economia e a sociedade; e os 3. impactos das políticas, que são os efeitos das escolhas de políticas públicas e de seus produtos sobre os cidadãos.

Nota-se que o termo política pública não é evidente em si mesmo, por isso, faz-se necessário trazer à tona duas características subjacentes às noções apresentadas. A primeira característica diz respeito à política pública se aplicar a algo maior do que decisões particulares, embora menor do que movimentos sociais gerais, e a segunda diz respeito à existência de um propósito da política pública, isto é, um objetivo por que essa se orienta (HECLO, 1972). Ao tentar resumir e contemplar as diversas acepções desse termo, valendo-se dos significados atribuídos à política pública por Joan Subirats e Hogwood-Gunn, Villanueva (1992, p. 22-23, tradução nossa) nos diz que a política pública denota

[...] um campo de atividade governamental (política de saúde, educação, comercial), um propósito geral a realizar (política de emprego estável para os jovens), uma situação desejada (política de restauração dos centros históricos, contra o tabagismo, de seguridade), uma proposta de ação específica (política de reflorestamento dos parques nacionais, política de alfabetização de adultos), a norma ou as normas que existem para determinada problemática (política ecológica, energética, urbana), o conjunto de objetivos e programas de ação que o governo tem em um campo

de questões (política de produtividade agrícola, de exportação, de luta contra a pobreza extrema). Ou a política como um produto e um resultado de uma atividade governamental específica, o comportamento governamental de fato (a política habitacional conseguiu construir n número de casas e apartamentos, a política de emprego criou n postos de trabalho), o impacto real da atividade governamental (diminuição da criminalidade urbana, aumento da conclusão do ciclo básico de estudos, diminuição dos preços ao consumidor, redução da inflação), o modelo teórico ou a tecnologia aplicável em que se sustenta uma iniciativa governamental (política de energia, política de taxação regressiva da renda, política de ajuste e estabilização) ...

2.3.2 Tipologia de Lowi

No entanto, mesmo tendo em vista todos os conceitos anteriormente explicitados, ainda nos encontramos diante de uma realidade complexa, a qual pode ser simplificada com esquemas interpretativos, as chamadas tipologias.

Uma tipologia é um esquema de interpretação e análise de um fenômeno baseado em variáveis e categorias analíticas. Uma variável é um aspecto discernível de um objeto de estudo que varia em qualidade ou quantidade. Uma categoria analítica é um subconjunto de um sistema classificatório usado para identificar as variações em quantidade ou qualidade de uma variável. (SECCHI, 2010, p. 16)

Por ser mais sistematizada e relevante (SOUZA, 2016), apresentamos neste trabalho a tipologia proposta por Lowi (1964, p. 689, tradução nossa), a qual “[...] define as políticas públicas em termos de seu impacto ou de seu impacto esperado na sociedade”, além de considerá-las como uma construção ao redor do caráter coercivo inato do Estado (CALISE; LOWI, 2010).

Esta tipologia, está baseada em três argumentos. O primeiro argumento diz que as relações entre as pessoas são determinadas por suas expectativas, isto é, por aquilo que cada ator espera obter

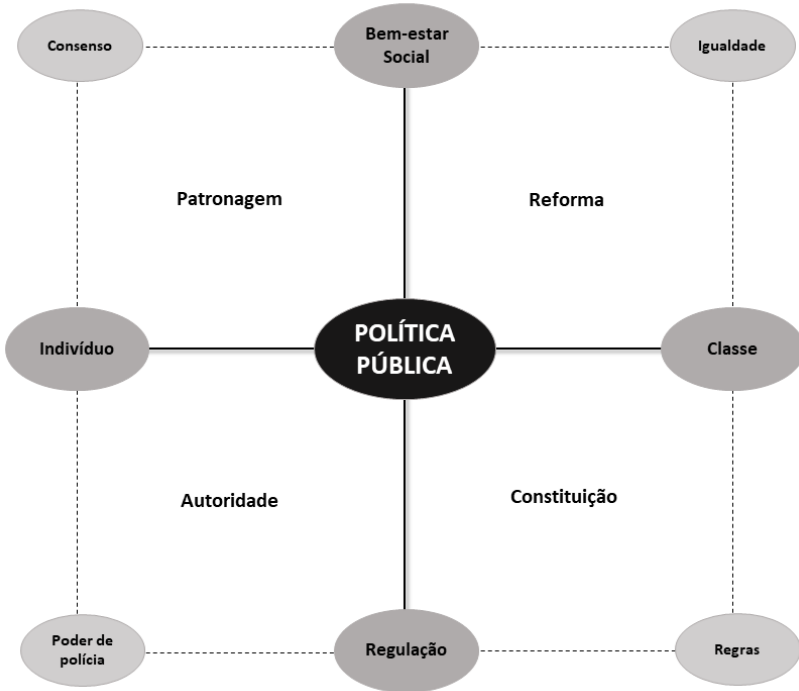
de suas relações com os demais atores; o segundo argumento diz que as expectativas são determinadas pelos produtos governamentais, políticas públicas; e o terceiro argumento diz que, por conta das relações serem determinadas pelas políticas, existe uma estrutura de poder que dá base aos processos e questões particulares de cada política pública. Em outras palavras, a política pública determina a política (LOWI, 1964).

Para a maior facilidade de seu entendimento, construiu-se um modelo matricial para a representação dos tipos de políticas públicas, Figura 1, na qual o eixo vertical correspondente à substância da política, enquanto o eixo horizontal corresponde ao foco e escopo dessa. No eixo vertical inferior, tem-se a manifestação do poder do Estado em intervir na sociedade por meio da força, enquanto no extremo oposto a intervenção se dá no sentido de promover a expansão de alternativas pela promoção ou redistribuição de benefícios. No eixo horizontal direito, tem-se o indivíduo, cuja conduta é alterada e restringida a partir das políticas, enquanto do outro lado estão as classes, não no sentido marxista, mas classificações de indivíduos a partir de características relevantes e compartilhadas, consideradas importantes pelo observador (CALISE; LOWI, 2010).

No quadrante inferior direito, tem-se a arena constitutiva, a qual se refere à regulação da arquitetura do Estado, sua constituição por meio de normas. As políticas neste quadrante podem ser chamadas de metapolíticas porque moldam o conteúdo dos outros três tipos de políticas, tendo a capacidade de alterar o equilíbrio de poder existente. São exemplos deste caso a definição das políticas eleitorais, dos limites dos três poderes, da participação da sociedade na tomada de decisões etc. Já no quadrante superior esquerdo tem-se a arena distributiva, a qual se refere à distribuição dos recursos governamentais, de maneira desagregada e indefinida, com a finalidade de comprar a lealdade e suporte dos atores, ou seja, de produzir consenso. São exemplos deste caso a troca de apoio ou de favores na aprovação de emendas parlamentares ao orçamento, a

patronagem (CALISE; LOWI, 2010; LOWI, 1964; RODRIGUES, 2010; SECCHI, 2010).

Figura 1 – Matriz da política pública



Fonte: Adaptado de Calise; Lowi, 2010, tradução nossa

O quadrante inferior esquerdo apresenta a arena regulatória, cuja manifestação mais evidente é o poder coercitivo do Estado, seu poder de polícia, expresso por sua capacidade de impor obrigações sobre todas as pessoas sob sua jurisdição, assim como por sua capacidade de prescrever ações ou punir o desobedecimento das normas que impõe. Este tipo de política, comumente, apresenta uma dinâmica mais pluralista e dependente da força dos atores sociais. São exemplos deste caso a regulação de setores econômicos como as telecomunicações, a aviação civil, o mercado financeiro etc. O quadrante superior direito apresenta a arena redistributiva, a qual pertencem as políticas de bem-estar, tributárias, fiscal e monetárias.

Em razão de envolver categorias amplas de interesses privados, próximas as classes, este tipo de política é bastante conflitivo, ficando claro quem concentra os benefícios e os custos implicados, se aprovada. São exemplos deste caso as cotas raciais nas universidades, os programas de reforma agrária, as políticas de previdência, de seguro-desemprego etc. (CALISE; LOWI, 2010; LOWI, 1964; RODRIGUES, 2010; SECCHI, 2010).

2.3.3 Ciclos ou processos de gestão

Também voltado à simplificação dos processos da política pública, o modelo dos estágios, criado por Lasswell, é “[...] um guia lógico e cronológico para os observadores que queiram ver atividades importantes em determinada sequência ou padrão ordenado” (RIPLEY, 1995, p. 157, tradução nossa). Com esse modelo, seria possível a construção de um mapa contextual dos processos, opções e resultados da política pública, com o qual se torna possível obter maior conhecimento sobre as decisões e sobre os processos de tomada de decisão imbuídos na escolha pública (HUPE, HILL, 2006).

Desde a especificação dos estágios da política pública de Lasswell (inteligência, promoção, prescrição, invocação, aplicação, terminação e avaliação), houve a criação de diversas variações desse modelo, algumas com mais e outras com menos estágios. Apresentamos aqui as etapas de preparação da decisão política, *agenda setting*, formulação, implementação, monitoramento e avaliação, a partir das quais grupos de atividades são traduzidos em produtos identificáveis, os resultados de cada etapa (RIPLEY, 1995).

Na fase de preparação da decisão política há a identificação do problema. Esse pode ter um surgimento súbito, como um desastre natural, ou surgir gradual e progressivamente a partir da deterioração das condições em que se insere. Pode-se dizer que a percepção de um problema se concretiza com a insatisfação de muitos atores relevantes sobre determinado assunto, tornando-se

real quando é definido e vinculado a uma ou várias soluções (SECCHI, 2010). Nesta etapa, em especial, há sempre a competição dos grupos de interesse quanto à delimitação do problema e quanto às soluções a ele adequadas, de modo que os atores mobilizam recursos diversos na tentativa de promover suas visões sobre esse, a fim obter apoio junto ao governo (RODRIGUES, 2010).

A fase de *agenda setting*, também chamada de definição da agenda, diz respeito ao conjunto de “[...] temas e problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades” (KINGDON, 2006, p. 222). Neste ponto, um dos questionamentos mais evidentes volta-se ao motivo por que apenas alguns temas e problemas são examinados, em detrimento de outros

Para Kingdon (2006), a existência de três fluxos distintos (problemas, políticas e participantes) pode ajudar a responder a essa pergunta. No fluxo dos problemas, indicadores com valores inadequados, eventos de grande magnitude e *feedbacks* formais ou informais podem fazer com que mais atenção se volte a certas questões, podendo ser essas, então, reconhecidas como problemas. Já no fluxo da política, um novo governo, um ambiente político favorável, e o nível de força da oposição podem exaltar ou minar a consideração de uma questão. No fluxo dos participantes, os quais se dividem entre visíveis e invisíveis, os primeiros são aqueles que recebem grande atenção da mídia (presidente, congressistas, assessores de alto escalão etc.), os quais têm maior poder de definir a agenda, e os segundos aqueles que têm influência na escolha de alternativas, apesar de não tão evidentes no processo da política – acadêmicos, pesquisadores, consultores, burocratas etc. Esses fluxos múltiplos são responsáveis pela priorização que recebe uma questão.

Com respeito à fase de formulação, nela são determinados os cursos de ação para atacar o problema público já definido, momento também da formação de coalizões que preparam o ambiente para o

compromisso e enfrentamento coletivo do problema (RODRIGUES, 2010). Nesta fase, são exigidas avaliações *ex ante*, as quais têm como finalidade o desenvolvimento de alternativas. Algumas das avaliações mais comuns são as projeções, prognósticos baseados em indicadores; as predições, baseadas em métodos quantitativos; e as conjecturas, juízos de valor produzidos por profissionais experientes da área (SECCHI, 2010).

A implementação é a etapa em que as decisões são expressas em ações (WU et al, 2014), exigindo, portanto, a aquisição de diversos tipos de recursos, especialmente os humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, os quais devem se adequar ao tempo e à finalidade da política (SARAVIA, 2015). Além disso, são também necessárias a interpretação das leis e o planejamento das atividades, de modo que a política possa ser coordenada para evitar ou dirimir conflitos durante este processo (RIPLEY, 1995).

O monitoramento e a avaliação correspondem, respectivamente a avaliação durante a implementação da política e após ela. Alguns dos critérios de possível aplicação nesta fase são a economicidade, ou seja, a quantidade de recursos dispendidos para a realização da política até sua etapa atual; a eficiência econômica, relativa à proporção do rendimento a partir do gasto; a eficiência administrativa, ou seja, a conformação aos métodos pré-estabelecidos de implementação; a eficácia, concernente ao alcance dos objetivos definidos pela política; e a equidade, homogeneidade com quem foram distribuídos benefícios e sanções aos destinatários das políticas (SECCHI, 2010).

Apesar de bastante acessível, o modelo de ciclos deve ser usado com cuidado. São diversas as críticas feitas a ele, as quais, contudo, não lhe impugnam a validade como um instrumento de aproximação da realidade complexa das políticas públicas. Sabatier (2007) critica a ausência de causalidade no modelo, apontando que suas etapas são distintas entre si, o que não possibilita o estabelecimento de hipóteses dentro e ao longo de cada uma das fases; a imprecisão do ordenamento das fases, a exemplo das

avaliações que podem afetar tanto a definição da agenda como a formulação e implementação; o enviesamento legalista e *top-down* do modelo, cujo foco se dá na passagem de grandes peças legislativas, negligenciando a implementação e avaliação de outras políticas menos proeminentes no mesmo domínio; e a supersimplificação de processos múltiplos que ocorrem e interagem com outras políticas em diferentes níveis de governo, os quais continuamente afetam a conceitualização do problema.

3 Considerações finais

Os esforços aqui empregados tiveram como objetivo a enumeração de alguns conceitos introdutórios ao campo de estudos da política pública. Sua realização se justifica pelo enorme impacto causado por essa na vida das pessoas, as quais, pela não familiaridade com a questão, não conseguem fazer sentido do que consideram uma verdadeira irracionalidade, traduzida na evidente ineficácia do setor público.

A necessária desmistificação dos processos político-administrativos vai ao encontro da necessidade de todos os cidadãos, em especial, dos atores envolvidos diretamente nas políticas públicas, de obterem conhecimento a partir dos processos políticos, os quais podem servir ao cidadão para o aumento da vigilância e participação nas decisões públicas e ao gestor público como uma oportunidade para o aumento da eficácia em sua função.

Importa ressaltar que os estudos de políticas públicas se encontram em estágio de desenvolvimento e que a natureza multidisciplinar do campo abre oportunidades para que as diversas áreas do conhecimento possam realizar suas contribuições. Nesse sentido, é válido lembrar do potencial englobado pelas políticas, uma vez que, quando eficazes, traduzem as necessidades dos cidadãos e são emancipatórias, aumentando, portanto, a possibilidade do exercício da cidadania segundo os parâmetros sociais vigentes, objetivo último dos desenvolvimentos na área.

Referências

- AMORIM, S. N. D. Ética na esfera pública: a busca de novas relações Estado/sociedade. **Revista do Setor Público**, ano 51, n. 2, abr./jun. 2000.
- ARAÚJO, A. M. C.; TAPIA, J. R. B. Corporativismo e Neocorporativismo: o exame de duas trajetórias. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 1-30, 2º sem. 1991.
- ARRETCHÉ, M. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, v. 39, p. 3-40, 1995.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Poder e decisão. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. **Política e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1983. v. 1. p. 43-52.
- BENEVIDES, M. V. M. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, n. 33, p. 5-17, 1994.
- BERCOVICI, G. Constituição e política: uma relação difícil. **Lua Nova**, n. 61, p. 5-24, 2004.
- BOBBIO, N. **A teoria das formas de governo**. 10. ed. Brasília: UnB, 2001.
- _____. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília, DF: Editora [da] Universidade de Brasília, 2016. vol. 2.
- _____. Teoria das elites. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília, DF: Editora [da] Universidade de Brasília, 2016. vol. 1.
- CAHN, M. A. The players: institutional and neoinstitutional actors in the policy process. In: THEODOULOU, S. Z.; CAHN, M. A. **Public policy**. The essential readings. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1995.
- CALISE, M.; LOWI, T. J. **Hyperpolitics**. An interactive dictionary of political science concepts. London: The University of Chicago Press, 2010.

DAHL, R. A. **Pluralist Democracy in The United States**: conflict and consent. 2. ed. Rand McNally & Co, 1967.

DI GIOVANNI, G. Atores. In: DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Unesp, Fundap, 2015. p. 95-97.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. 14. ed. United States: Pearson, 2013.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

GOODNOW, F. J. **Comparative administrative law**: an analysis of the administrative systems national and local, of the United States, England, France and Germany. New York: The Knickerbocker Press, 1893. Disponível: < <https://archive.org/details/comparativeadmio7goodgoog>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

GOZZI, G. Estado contemporâneo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília, DF: Editora [da] Universidade de Brasília, 2016. vol. 1.

GRAU, N. C. A rearticulação das relações Estado-sociedade: em busca de novos significados. **Revista do Setor Público**, v. 120, n. 1, jan./abr. 1996.

GURGEL, C. R. M.; JUSTEN, A. Marxismo, Estado e políticas públicas. **Comunicação & Política**, v. 29, n. 3, 2011.

HECLO, H. H. Review article: policy analysis. **British Journal of Political Science**, v. 2, n. 1, p. 83-108, 1972.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F (Orgs). 3. ed. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília, DF: Editora [da] Universidade de Brasília, 2014.

HELD, D. **Models of democracy**. 3. ed. Cambridge, UK: Polity, 2006.

HUPE, P. L.; HILL, M. J. The three levels of governance: re-framing the policy process beyond the stages model. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. **Handbook of public policy**. Sage, 2006.

KINGDON, J. W. Juntando as coisas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZZI, E. (Organizadores). **Políticas públicas**; coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006. vol. 1.

KNOEPFEL, P. et al. **Public policy analysis**. Great Britain: Policy Press, 2007.

LASSWELL, H. D. **Who gets what, when, how**. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1951.

LESSA, R. Governo. In: DI GIOVANNI, G; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Unesp, Fundap, 2015. p. 419-422.

LEVI, L. Governo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília, DF: Editora [da] Universidade de Brasília, 2016. vol. 1.

LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZZI, E. (Organizadores). **Políticas públicas**; coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006. vol. 1.

LOWI, T. J. American business, public policy, case-studies, and political theory. **World Politics**, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.

LYNN JR., L. E. Gestão pública. In: PETERS, G.; PIERRE, J. (Orgs.). **Administração pública**: coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010. p. 31-52.

MACIEL, D. A.; KOERNER, A. Sentidos da judicialização da política: duas análises. **Lua Nova**, n. 57, p. 113-134, 2002.

MARX, K. Prefácio à contribuição à crítica à economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Karl Marx e Friedrich Engels – Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. p. 300-3003.

_____. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K.; FRIEDRICH, E. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEIRELLES, H. L.; BURLE FILHO, J. E.; BURLE, C. R. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MONTESQUIEU, C. S. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOSCA, G. **The ruling class**. New York, London: McGraw Hill, 1939.

O'DONNELL, G. On the state, democratization and some conceptual problems: a Latin American view with glances at some postcommunist countries. **World Development**, v. 21, n. 8, p. 1355-1369, 1993.

OLIVEIRA, C. R.; OLIVEIRA, R. C. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 5-29, jan./mar. 2011.

PASTORI, G. Administração pública. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília, DF: Editora [da] Universidade de Brasília, 2016. vol. 1.

PERISSINOTO, R. Elites. In: DI GIOVANNI, G; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Unesp, Fundap, 2015. p. 297-300.

PETERS, B. G. **American public policy: promise and performance**. 2. ed. United States: Macmillan, 1986.

PETERS, G.; PIERRE, J. Introdução. In: PETERS, G.; PIERRE, J. (Orgs.). **Administração pública: coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010. p. 15-30.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **A democracia na América Latina**. Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs. Tradução de Mônica Hirts. Santana do Parnaíba, SP: LM&X, 2004.

RIPLEY, R. B. Stages of the policy Process. In: MCCOOL, D. C. **Public policy theories, models and concepts: an anthology**. Prentice Hall, 1995. p. 157-162.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. – (Folha Explica)

- RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. G.; CARVALHO, M. I. V. **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília, DF: Paralelo 15, 1998, p. 231-261.
- SABATIER, P. A. The need for better theories. In: SABATIER, P. A. **Theories of the policy process**. United States: Westview Press, 2007. p. 3-17.
- SAMPAR, R. O papel das medidas provisórias no presidencialismo de coalizão brasileiro. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 32-49, jan./jun. 2012.
- SARAVIA, E. Ciclo de vida da política pública. In: DI GIOVANNI, G; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Unesp, Fundap, 2015. p. 133-135.
- _____. Política pública: dos clássicos às modernas abordagens. Orientação para a leitura. In: SARAVIA, E.; FERRAREZZI, E. (Organizadores). **Políticas públicas**; coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006. vol. 1.
- SCHIERA, P. Estado contemporâneo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília, DF: Editora [da] Universidade de Brasília, 2016. vol. 1.
- SCHMITTER, P. C. Reflexões sobre o conceito de “política”. **Rev. Dir. Públ. e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 2, maio/ago. 1965.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- SOUZA, L. M. Comentando as classificações de políticas públicas. **Cronos**, Natal-RN, v. 11, n. 3, jul./ago. 2016.
- STOPPINO, M. Poder. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília, DF: Editora [da] Universidade de Brasília, 2016. vol. 2.

VILLANUEVA, L. F. A. **La hechura de las políticas**. México: Miguel Angelo Porrúa, 1992.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora [da] Universidade de Brasília, 1999. vol. 2.

_____. **The theory of social and economic organization**. Translated by A. M. Henderson and Talcott Parsons. Glencoe, Illinois: The Free Press & The Falcon's Wing Press, 1947.

WILENSKY, H. L. **The welfare state and equality**. Structural and ideological roots of public expenditures. London, England: University of California Press, 1975.

WU, X. et al. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília, DF: ENAP 2014.

Capítulo 6

A política pública de assistência técnica e extensão rural no Brasil: do difusionismo à construção participativa de saberes com fluxo bilateral de informações

Silvia Cristina Vieira Gomes, Ma.¹

Cristiane Hengler Corrêa Bernardo, Dra.²

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani, Dra.³

Eduardo Guilherme Satolo, Dr.⁴

1 Introdução

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) brasileira pode ser definida como uma política pública passível de disponibilizar

¹ Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). Professora do Centro Universitário de Adamantina (UniFai). email: tinavieiragomes@hotmail.com.br

² Doutora em Educação (UFMS). Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. email: cristiane@tupa.unesp.br

³ Doutora em Engenharia da Produção (UFSCar). Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. email: anaelisa@tupa.unesp.br

⁴ Doutor em Engenharia da Produção (Universidade Metodista de Piracicaba). Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. email: eduardo@tupa.unesp.br

serviço contínuo de educação rural não formal, envolvendo o agronegócio agrícola e não agrícola (BRASIL, 2010).

A percepção da ATER brasileira na contemporaneidade transcende ao repasse de informações voltadas à produção de alimentos em solo nacional e às questões econômicas. Exterioriza a competência legal de atuar como instrumento pedagógico na geração e transmissão de conhecimentos ao meio rural, tendo em vista promover e fomentar a capacitação de recursos humanos direcionados às questões de relevância econômica, ambiental e social que se encontram relacionadas às necessidades específicas do setor rural. Busca evidenciar posição de destaque na introdução de inovações tecnológicas no campo, num processo de linimento ao desenvolvimento rural sustentável e à difusão de melhor qualidade de vida no meio rural, com suas diversidades e peculiaridades. E neste cenário a comunicação no meio rural é fator determinante.

No cotidiano entre extensionista e comunidade rural, os conteúdos dessas enunciações apresentam-se em duas direções, sendo uma monológica e outra dialógica (FREIRE, 2010; ZUIN; ZUIN, 2014).

As relações ditas monológicas apresentam um caráter hierárquico-unidirecional e verticalizado entre os sujeitos. De outra maneira, a direção dialógica busca construir uma hierarquia bidirecional, com consonância das vozes entre os interlocutores (ZUIN *et al.*, 2015).

Torna-se essencial para o extensionista possuir familiaridade com os meios de comunicação, aliados ao conhecimento das técnicas e métodos de trabalho relacionados as ciências agrárias (OLINGER, 2001).

O processo comunicacional no meio rural estabelece um cenário dialógico plausível, que corrobora a incumbência de alinhar o vocabulário entre o emissor e receptor com o propósito de potencializar as relações de confiança e reputação mútua essencial para se designar um fluxo bilateral de informações (VIEIRA; BERNARDO; SANT'ANA, 2015).

A luz deste debate, Peixoto (2008, p.6) destaca a "importância do papel do extensionista, por meio da inter-relação da comunicação com a ATER, visando o desenvolvimento rural".

"A extensão rural tem importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias [...], os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural estão sendo desafiados a contribuir para o avanço do desenvolvimento rural brasileiro" (CAPORAL; RAMOS 2006, p.1). O bom entendimento entre extensionistas e produtores rurais tende a fomentar o desenvolvimento do agronegócio.

Indiscutível é a relevância do agronegócio brasileiro, sob todos os pontos de vista, sejam eles sociais, econômicos, políticos, culturais, o que o transforma um objeto de altamente complexo. Tal importância torna-o pesquisado sob as mais diferentes áreas do conhecimento (VIEIRA, 2016).

Aglutinar esforços multidisciplinares e competências para produção de conhecimento e promoção de ações sobre temas relacionados ao agronegócio, com foco em pequenos núcleos de produção primária, com predomínio de mão de obra familiar tornou-se papel prioritário das políticas públicas de extensão rural no Brasil.

Vestígios deste processo foram identificados por Oliveira (1999), Leme (2005) e Peixoto (2008) que abordaram vestígios da existência da ATER brasileira desde a época do império. Neste breve resgate histórico, não se pode desprezar o evento da 'Semana do Fazendeiro' que ocorreu no ano 1930 organizado pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), atualmente denominada Universidade Federal de Viçosa, localizada no estado brasileiro de Minas Gerais, como sendo um marco não oficial do surgimento da ATER nacional (SCHAIKHAEUER, 2011).

Mesmo com todas as evidências anteriores apontadas, o processo de ATER oficial nacional passa a existir formalmente no ano de 1948, favorecido pelo estabelecimento do convênio bipartite entre Brasil e Estados Unidos.

A semente embrionária da ATER brasileira é apontada nesta pesquisa como sendo o ano de 1948, marco histórico nacional. A evolução da ATER foi acompanhada, neste artigo, desde sua fase inicial até sua mais atual intervenção legal - o surgimento da Agência Nacional de Extensão Rural (Anater), no final do ano de 2014. Tal percurso centrou suas reflexões nos desafios e nas oportunidades das políticas públicas contemporâneas de ATER, inseridas desde o ano 2004 até os dias atuais, observando o processo comunicacional envolvido que resultou na seguinte questão de pesquisa - como a comunicação acompanha a trajetória da Assistência Técnica e Extensão Rural brasileira?

2 Metodologia

Os caminhos metodológicos para elaboração deste ensaio foram trilhados por meio de uma abordagem qualitativa, numa pesquisa descritiva e exploratória. A técnica de coleta de dados sobrepõe vários instrumentos, requerendo uma triangulação, neste caso, composta por pesquisa bibliográfica, documental (peças jurídicas) e análise regional. O espaço geográfico brasileiro serviu de cenário para o desenvolvimento desta pesquisa.

Elucidar a trajetória histórica e estabelecer um resgate histórico da Assistência Técnica e Extensão Rural brasileira compõe o objetivo deste trabalho, em harmonia com os objetivos específicos: identificação as principais políticas públicas contemporâneas que norteiam o processo evolutivo da ATER; delinear o respectivo público-alvo atendido e apontar a comunicação presente.

Embora o período temporal abordado nesta pesquisa date de 1948 (marco oficial) até os dias atuais, foi evidenciado o arcabouço legal das políticas públicas contemporâneas a partir do ano de 2004, com a implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) até 2014, com o surgimento da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

Este artigo apresenta uma perspectiva obtida por meio de pesquisa destinada a defesa de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Campus de Tupã, com fomento da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e defendida pela primeira autora deste artigo, no mês de março de 2016, sob a orientação das coautoras. O conteúdo encontra-se inserido num projeto mais abrangente, financiado com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

3 Resultados e discussões

Visando melhor compreensão da ATER como política pública, torna-se interessante pontuar o significado destas palavras, apoiado em Sorrentino *et al.*, (2005) que apresentou a palavra política como sendo de origem grega com o significado de limite. Atribuía-se o nome de *polis* ao muro que delimitava a cidade do campo; só depois se passou a designar polis o que estava contido no interior dos limites do muro. O resgate desse significado, como limite, talvez nos ajude a refletir sobre o verdadeiro significado da política, que é a arte de definir os limites, adentrando o universo do que é o bem comum (GONÇALVES, 2002).

Epistemologicamente a política direciona ao favorecimento de ações traçadas para favorecer o interesse público, com o intuito de atender as demandas da sociedade. No meio rural, as ações de políticas públicas tendem a apresentarem-se mais lentas que na zona urbana.

À luz de sua origem histórica, a semente embrionária da ATER no Brasil foi plantada formalmente no ano de 1948. Ressaltam os autores Fonseca (1985); Oliveira (1999) e Peixoto (2008) que o marco oficial da implantação da ATER nacional foi o convênio firmado entre Brasil e Estados Unidos.

Confirma Luppi (1962) que foi no ano de 1948, por meio do convênio supracitado, com a presença da *American International Association for Economic and Social Developmente* (AIA) – que ocorreu

a formação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) que tinha como propósito operar em conveniência da melhoria das condições socioeconômicas da vida rural brasileira.

Os trabalhos institucionalizados, desenvolvidos em virtude do convênio bipartite, foram baseados no modelo norte americano de assistência técnica e com o passar do tempo, customizados para as condições e realidades brasileiras.

Tal cenário ocorreu num período desenvolvimentista após a guerra, com o propósito de promover a melhoria da qualidade de vida da população do meio rural e fomentar o processo de modernização do campo (BRASIL, 2004). Este período histórico ficou conhecido como “Revolução verde”.

A metodologia extensionista possui um princípio pedagógico norteador na sua concepção que prescreve o ‘aprender a fazer fazendo’. Olinger (2001) confirma que desta maneira, o papel do extensionista constitui-se em auxiliar os produtores rurais a ajudarem a si próprios. Observou-se ao longo da história, que grande parte da transferência de conhecimentos ocorreu por meio de demonstração das ações.

No entanto, este princípio pedagógico baseado apenas na imitação, não deve ser utilizado de maneira exclusiva e isolada, o processo comunicacional possui grande interferência no aprendizado da ATER.

No início, o padrão predominantemente tecnicista da ATER nacional foi frequente (ZUIN *et al.*, 2011). Relatam os autores, baseado em Freire (2010), que o modelo de extensão rural brasileiro que ocorria nas décadas de 1960 e 1970, esteve ancorado nas práticas educativas tecnicistas, que foram centralizadas no modelo de comunicação difusionista⁵.

A teoria desenvolvida por Freire (2010) destacou-se por questionar as ações dos órgãos extensionistas e dos próprios técnicos,

⁵ Difusionismo é uma forma de comunicação com fluxo unilateral de informações, repassadas de maneira hierárquica, ancorada na imitação. Foi amplamente contestado por Freire (2010) por não apresentar fomento à reflexão no processo pedagógico de ensino - aprendizagem.

bem como pelo fato de exaltar a função educativa relevante da ATER baseada na comunicação dialógica.

Na visão dos pesquisadores Carporal e Ramos (2006); Zuin *et al.*, (2011) complementada por Freire (2010); o processo de extensão rural iniciado em solo brasileiro passou por vários estágios - alguns a priori, privilegiavam métodos de valorização da imitação em detrimento daqueles que destacavam a reflexão.

A visão de Freire, (2010) e Bordenave, (2002) não basta copiar igual, é necessário a compreensão do porquê de determinado modo de fazer, para que a ação pedagógica surta efeito.

No estado de São Paulo, região sudeste do Brasil, a organização responsável pela ATER foi criada no ano de 1967 e recebeu a denominação de Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), atuante até os dias de hoje (CATI, 2016).

O Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, esteve diretamente relacionado a coordenação do processo de ATER nacional, aponta Olinger (1996), que na época o Instituto, não conseguiu realizar a ATER de maneira satisfatória.

Segundo Peixoto (2008), devido aos reveses da coordenação do Incra, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural teve início a estatização por meio da Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974. A mesma Lei que possibilitou o Poder Executivo a estabelecer a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Embrater, originária do Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975 com características de empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e que favorecia a integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Contudo, crises verificadas a partir da década de 1980 foram agregadas à imagem negativa dos serviços públicos de ATER no Brasil (DIESEL, *et al.*, 2008). Neste cenário nacional de descrédito, a Embrater foi definitivamente extinta no ano de 1990.

A consequência desse processo de afastamento do Estado e redução da oferta de serviços públicos de ATER ao meio rural, foi evidenciada pela inabilidade destes serviços em atender à demanda dos produtores rurais que vivem e exercem atividades no campo. Com isso, restringiram-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, fato que contribui para ampliar a exclusão social no campo em solo brasileiro (VIEIRA, 2016).

Em posição de destaque, cabe ressaltar que tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei Agrícola de 1991 designaram que a União mantivesse serviços de ATER pública, gratuita e permanente para atender os pequenos agricultores (BRASIL, 2004).

Um episódio relevante que pontua a construção de um conhecimento que entrelaça a ATER com o desenvolvimento rural surge no ano de 1999 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR). Na sequência, o Decreto 3.508, de 14 de junho de 2000, transformou o CNDR em Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), incorporando o conceito de sustentabilidade ao nome do Conselho. A mudança da sigla CNDRS para Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf), ocorreu por meio do Decreto nº 4.854, de 8 de outubro de 2003 (PEIXOTO, 2008).

Em um marco importante no processo de ATER nacional, após a lacuna deixada pela extinção da Embrater em 1990, os serviços de ATER voltaram a ser coordenados nacionalmente, no início dos anos 2000 e partir desta data, inicia-se a estruturação de um novo modelo de ATER.

Um dos mecanismos concebidos a partir desta estruturação, com uma visão sistêmica e com foco no desenvolvimento rural, foi a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que definiu a missão, público beneficiário, metodologia e arquétipo tecnológico para os serviços públicos de ATER, a partir do ano de 2004 (BRASIL, 2004; CAPRISTANO; SOUZA 2013).

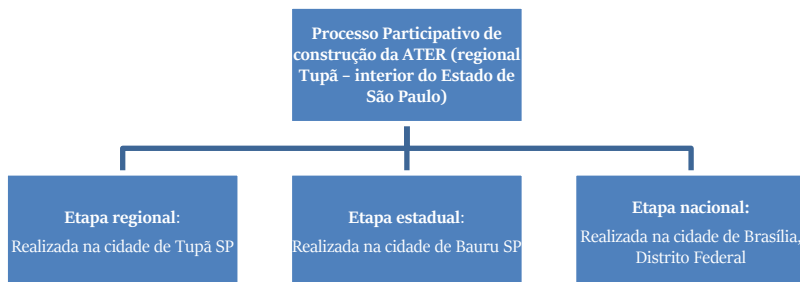
Inicia com a Pnater um processo comunicacional com fluxo bilateral de informações⁶, respeitando os saberes dos produtores rurais e incluindo-os num processo participativo.

Esta nova visão de ATER, deixa de entender o homem do campo apenas como depósito de conhecimento e tende a abolir o emprego de práticas e manejos que não atendam a real necessidade dos produtores rurais (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Neste “Repensar da extensão rural” a Pnater reúne um conjunto de práticas focando o desenvolvimento sustentável, valoriza os saberes locais e as culturas das comunidades tradicionais, utiliza as metodologias participativas, entre outras técnicas de inclusão da comunidade rural (ZANOTT *et al.*, 2015).

Com o surgimento da Pnater em 2004, indica o início das Políticas Públicas contemporâneas da ATER nacional que se revelou após um amplo processo participativo nacional de discussão e consulta à sociedade que teve continuidade após o surgimento da Pnater no qual a primeira autora participou como delegada do Estado de São Paulo, representando a classe de produtores rurais, nas reuniões e plenárias das três esferas de discussão, como descritas na Figura 1, concluída na Conferência Nacional de ATER realizada na Capital Federal.

⁶ “A comunicação bilateral é mais difícil e demorada do que a unilateral. Mas é precisa; ocorrem menos erros e surgem menos problemas. Quando o destinatário tem a oportunidade de fazer perguntas, expressar preocupações, entendem melhor o que está sendo comunicado e o que devem fazer com as informações recebidas” (BATERMAN; SNELL, 2013, p.274)

Figura 1 – Etapas de construção coletiva da Ater

Fonte: Elaborada pelos autores

A Política Pública Pnater norteou as ações do Governo Federal, direcionadas para os atributos, a reorganização e a consolidação dos serviços de ATER no Brasil. A regulação social que emergiu desta nova forma de construir a Política foi muito mais ampla e tendeu a atender a demanda dos produtores rurais que foram ouvidos neste processo em todo território nacional. Parte deste processo foi apresentada na Figura 1.

Privilegiando uma metodologia de ATER reflexiva, a Pnater sinalizou forte ênfase para uma proposta de desenvolvimento rural sustentável, absolutamente contrária àquela instituída pelo difusionismo que caracterizou o período conhecido como “Revolução Verde” (CALLOU *et al.*, 2008).

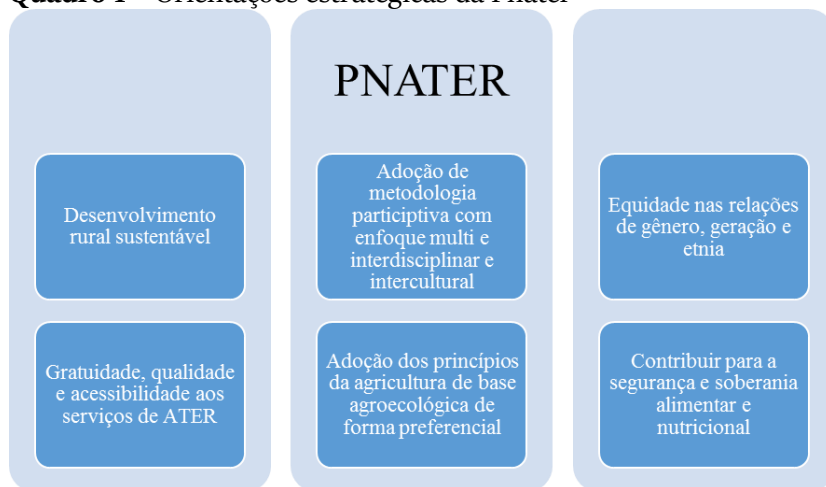
A Pnater veio solidificar a convicção de que a agricultura familiar⁷ necessita de apoio mais abrangente da ATER, com processo dialógico, fomento a agregar valor aos produtos oriundos da agricultura familiar e reforçar a identidade social deste segmento do agronegócio nacional. A agricultura familiar possui fundamental importância na economia brasileira.

⁷ Lei nº 11.326 de 24 de junho de 2006 – estabeleceu parâmetros de enquadramento para o agricultor familiar e empreendedor familiar rural (BRASIL, 2006). O Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017 regulamentou a Lei de 2006 (BRASIL, 2017).

“Entre as orientações estratégicas da Pnater, a ênfase na multidisciplinaridade e interdisciplinaridade compõe um modelo inovador com olhar sistêmico” pautado no processo comunicacional integrado entre produtores rurais e técnicos (VIEIRA, 2016, p. 32).

A instrumentalização de uma abordagem de índole colaborativa que teceu um novo perfil na extensão rural nacional, esteve pautada no diálogo estabelecido por meio de um processo mais efetivo em busca de convicções ancoradas no tripé da sustentabilidade, catalogadas nas orientações estratégicas apresentadas nesta política pública (BRASIL, 2004; 2010). Como as apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Orientações estratégicas da Pnater



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado na legislação de ATER.

A Lei de ATER nº 12.188/ 2010⁸, regulamentada pelo Decreto nº 7.215/ 2010, reforça algumas características da Pnater

⁸ A Lei nº 12.188 sancionada em 11 de Janeiro de 2010 institui a Política Nacional de Ater - Pnater e de Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária - Pronater e altera a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 (BRASIL, 2010).

apresentadas no Quadro 1. O Pronater⁹ corrobora que a ATER seja voltada a agricultores familiares que se enquadram na Lei 11.326, de 24 de junho de 2006, sobretudo, produtores oriundos de áreas de reforma agrária e comunidades específicas.

O Pronater tende a apoiar e fortalecer ações de Assistência Técnica e Extensão Rural para efetivação da Política Nacional de ATER, visando à universalização do conhecimento no campo e suas diretrizes retratam a prioridade de inclusão social; transição para agricultura de base ecológica; articulação da ATER-pesquisa-ensino, gênero, geração, raça e etnia, geração de ocupações e de renda, atuação em redes; gestão e controle das propriedades rurais (BRASIL 2005; BRASIL, 2010).

A ATER no Brasil encontra-se em constante reconstrução e tende a elevar sua amplitude de atuação, com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). A Agência instituída por meio do Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014, tende a ampliar a oferta de assistência técnica, tendo como prioridade de público atendido, além dos agricultores familiares, que não se enquadram na Lei nº 11.326/2006, a inclusão do médio produtor rural que, apesar de sua importância no cenário produtivo nacional, ainda não dispunha com uma política pública oportuna de ATER (VIEIRA, 2016).

É nesta conjuntura que se salienta o desempenho integrado da Embrapa, que despontou neste processo, como fenômeno catalizador em todas as etapas das cadeias produtivas e favoreceu a articulação entre a pesquisa do agronegócio e a assistência técnica, numa ação colaborativa para o desenvolvimento da ATER nacional,

⁹ Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária “o Pronater estabelece os fundamentos da Ater pública e as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA/SAF/Dater), apontando a estratégia de operacionalização da Pnater. Abrange desde o nivelamento conceitual dos temas centrais da política nacional, passando pelas parcerias já estabelecidas, pela construção dos programas estaduais, pela formação de agentes de Ater, pela capacitação de agricultores familiares, pela formação de quadros para a Ater Setorial (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, aquículturas, extrativistas, jovens e mulheres trabalhadoras rurais) até a qualificação e ampliação dos serviços de Ater no país” (BRASIL, 2005, p.2).

com foco no desenvolvimento sustentável do agronegócio (BERNARDO *et al.*, 2015).

As Políticas Públicas de ATER contemporâneas apresentadas na Figura 2 tendem a colaborar para o processo de transformação socioambiental, realizando a análise socioeconômica do agronegócio tendo em vista a otimização da produção em menor escala e a utilização racional dos recursos naturais, objetivando um desenvolvimento rural sustentável.

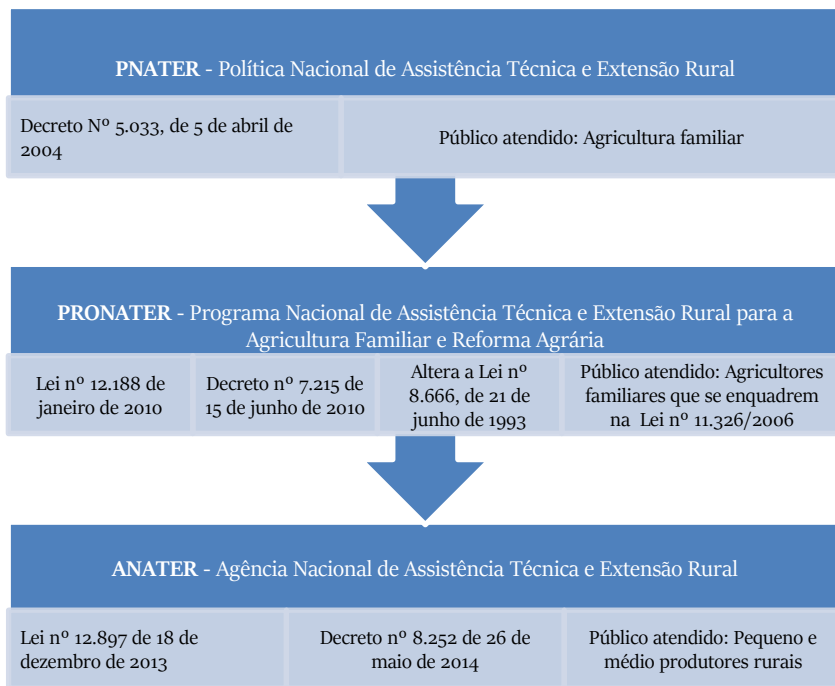
Figura 2 – Políticas Públicas de ATER contemporânea no Brasil



Fonte: Elaborada pelos autores

Tais políticas públicas contemporâneas que norteiam a evolução da ATER no Brasil e utilizam processo comunicacional ancorado no fluxo bilateral de informações, perpassam o período temporal histórico correspondente entre o ano de 2004 até a última intervenção legal de ATER, no final do ano de 2014. Essas representam as atuações de ATER brasileira até a presente data e encontram-se elencadas na Figura 3, a qual descreve seus correspondentes apontamentos legais, e sinaliza o público-alvo atendido por cada política pública atual.

Figura 3 - Políticas Públicas contemporâneas que norteiam a evolução da ATER no Brasil, aspectos legais e público alvo atendido.



Fonte: Elaborado pelos autores com base na legislação de ATER

As políticas Públicas de ATER contemporâneas apresentadas na Figura 3 favoreceram a estruturação de um modelo de desenvolvimento agropecuário alicerçado na sustentabilidade e na integração de cadeias de valor, por meio de arranjos produtivos e da inclusão social e econômica focada nos pequenos produtores locais.

A adoção de tal modelo no meio rural teve como objetivo o impulso do desenvolvimento rural sustentável, adotando o manejo agroecológico como sendo uma alternativa para reforçar parâmetros sustentáveis e atender a segurança alimentar. Incentiva a comercialização de produtos in natura, elaborados e semielaborados e a produção de bioenergia, considerando a sinergia existente nos projetos integrados, o que contribui para melhorar a

renda do campo, principalmente nas comunidades tradicionais do Brasil (BRASIL, 2010).

Cabe ressaltar que o agente educador deste atual processo pedagógico de ATER, além de assessor técnico, passa a ser também o mediador no processo de desenvolvimento rural sustentável em território nacional brasileiro e tende a realizar uma sólida ligação entre o campo e o meio urbano e neste sentido a comunicação é fundamental.

É de fundamental relevância destacar que Hall (1984), aponta que as relações sociais ocorridas no processo comunicacional permeiam não apenas quem formula a mensagem (emissor) e quem a recebe (receptor), mas corrobora com a ampliação dos efeitos recíprocos entre outros *Stakeholders*.

4 Conclusões

Considerando as condições oficiais brasileiras, foi no ano de 1948 o início da ATER nacional. A partir deste marco histórico, com o passar dos anos, numa sequência de equívocos e acertos, foram aglutinados esforços e competências para a produção de conhecimentos e elaboração de ações que conceberam o surgimento das Políticas Públicas de ATER contemporâneas a partir do advento da Pnater no ano de 2004. A partir deste período, as diretrizes de assistência técnica apresentaram um diferencial comunicacional e sustentável que transcende sua importância além da produção de alimentos e do caráter econômico. Englobou fatores sociais, culturais, políticos e ambientais que, por vezes, passavam despercebidos pela população.

As Políticas Públicas contemporâneas de ATER no Brasil vieram solidificar a convicção de que a transferência de tecnologia para o campo deve encontrar-se centrada no pequeno produtor com ênfase para a agricultura familiar e recentemente no médio produtor rural.

As novas tecnologias empregadas demonstram forte aderência com o processo de comunicação com fluxo bilateral de informações. Apresentam particularidades nas diferentes regiões brasileiras, num território geográfico com dimensões avantajadas, onde se pressupõe um aprendizado de ATER diretamente ligado a realidade de cada localidade, construindo um novo saber e respeitando o ambiente sociocultural do campo e não simplesmente a transmissão de conhecimentos isolada. A variabilidade de situações socioeconômicas, presentes no mosaico geográfico brasileiro, permite a ATER desenvolver a mesma política, favorecendo nichos e cadeias produtivas específicas de cada região do país de maneira personalizada, principalmente com ênfase para ATER Setorial: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, aquicultores extrativistas, pescadores artesanais, jovens e mulheres trabalhadoras rurais.

Novas coalizões ganharam desenvoltura nas relações entre produtores rurais e agentes de extensão rural e passaram a protagonizar novas formas de cooperação por meio de arranjos sustentáveis de integração interdisciplinar.

Mesmo com todo o avanço, as legislações de ATER possuem restrições e desafios a serem superados – nota-se que o quadro de recursos humanos dos extensionistas encontra-se muito aquém de sua capacidade de atendimento para as políticas já existentes e o grande produtor de commodities que apresenta destaque na produção de alimentos nacional e internacionalmente, geração de empregos e divisas para o Brasil suscitando o fortalecimento da economia, não se encontra contemplado por nenhuma política pública de ATER nacional.

Referências

BERNARDO, C. H. C. *et al.*, 2015. **O papel do extensionista na sociedade atual: ultrapassando as barreiras de comunicação.** *Anais.* 53^o Congresso da

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), João Pessoa.

BORDENAVE, J.D. 2002. **Além dos meios e mensagens**. Petrópolis: Editora Vozes.

BRASIL. 1975. **Decreto nº 75.373**, de 14 de fevereiro. Disponível em < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=204708> >. Acesso em 05 mar. 2016.

_____. 2004. **PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Versão Final. Brasília: MDA. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf >. Acesso em 19 jan. 2016.

_____. 2005. **PRONATER**. Acesso em 20 fev. 2016. Disponível em < www.faser.org.br/anexos/Pronater.doc >. Acesso em 20 fev. 2016.

_____. 2006. **Lei 11.326** de 24 de junho de 2006. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm >. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. 2010. **Lei 12.188** de 11 de janeiro de 2010. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm >. Acesso em 25 fev. 2015.

_____. 2014. **Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em < http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_img_193/Anater.pdf >. Acesso em 25 fev. 2017.

_____. 2014. **Decreto 8.252** de 26 de maio de 2014. ANATER. 2014. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8252.htm >. Acesso em 25 fev. 2017.

_____. 2017. **Decreto 9.064** de 31 de maio de 2017. Agricultura Familiar. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9064.htm >. Acesso em 6 set. 2017.

CALLOU, A. B. F. *et al.* 2008. **O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil**. Revista Extensão Rural, v. 15, n. 16. Disponível em < <http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/art4ed16.pdf> > Acesso em 10 jan. 2015.

CAPORAL, F.R. 1991. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação (Mestrado) – Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. 2006. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília DF. Disponível em <file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/ArtigoCaporalLadjaneVersaoFinal.pdf >. Acessado em 06 jan. 2015.

CAPRISTANO, M. O. W.; SOUZA, R. S. 2013. **As organizações frente a políticas em extensão rural no Brasil**. 51º Congresso SOBER, Belém.

CATI. 2016. **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral**. Institucional. Disponível em <<http://cati.sp.gov.br/new/institucional.php>>. Acesso em jul. 2016.

DIESEL, V. *et al.* 2008. Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des)necessária? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.46, n.4, p.1155-1188. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n4/v46n4a10.pdf> > Acesso em 04 mar. 2015.

FELICIANO, A. M. 2013. **Extensão rural: criação, estratégias de uso e retenção do conhecimento**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Tese de Doutorado.

FREIRE, P. 2010. **Extensão ou Comunicação?** Tradução Oliveira, R. D. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

GONÇALVES, C. W. 2002. **Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade**. In: QUINTAS, J. S. (Org). Pensando e praticando a educação ambiental, Brasília: Ibama.

HALL, Richard H. **Organizações: estrutura e processos**. Rio de Janeiro: PrenticeHall Do Brasil, 1984.

LEME, J. A. C. 2005. **O diálogo na ação extensionista como promoção do desenvolvimento rural sustentável no estado de São Paulo**. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Educação (Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira). Marília. Disponível em <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96370/leme_jac_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em mar. 2015.

LUPPI, P. 1962. **História da extensão rural e extensão rural no Brasil**. Viçosa: UREMG/ETA - Projeto 39.

OLINGER, G. 2001. **Métodos de extensão rural**. Santa Catarina: EPAGRI.

OLIVEIRA, M. M. 1999. **As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil**. Cadernos de Ciências e Tecnologia, Brasília, v.16, n.02, p. 97 – 134. Disponível em <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8898/5020>>. Acesso em 06 de jan. 2016.

PEIXOTO, M. 2008. **Extensão rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em 05 mai. 2017.

SCHAIDHAUER, M. 2011. **Assistência técnica e extensão no desenvolvimento e promoção do turismo rural**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/mestrado/PGD_R_M_138_MAUICIO_SCHAIDHAUER.pdf>. Acesso em jul. de 2017.

SORRENTINO, M. *et. al.* 2005. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299.

VIEIRA, S. C. 2016. **O papel do extensionista no fluo bilateral de informações entre pesquisadores do agronegócio e produtores rurais**. Dissertação

de Mestrado – PGAD. Universidade Estadual Paulista. Tupã. Disponível em <
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143426/vieira_sc_me_tupa.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em 12 out. 2017.

VIEIRA, S. C.; BERNARDO, C. H. C.; SANT`ANA, R. C. G. A Relevância da Comunicação Rural na Difusão de Informações para a Agricultura Familiar: Um Estudo De Caso do “CODAF”. **Periódico Eletrônico "Fórum Ambiental da Alta Paulista"**. v. 11, n. 2 (2015). Disponível em <
http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/1093>. Acesso em out. 2017.

ZARNOTT, A. V. DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S.; FIALHO, M. A. V. **Avanços e retrocessos nas políticas de extensão rural**: análise crítica sobre a Anater. 53º Congresso SOBER. João Pessoa. 2015. Disponível em <
<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.5/1/5277.pdf>>. Acesso em ago. de 2015.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B.; MANRIQUE, M. A. D. 2011. **A comunicação dialógica como fator determinante para os processos de ensino-aprendizagem que ocorrem na capacitação rural**: um estudo de caso em um órgão público de extensão localizado no interior do Estado de São Paulo. Revista Ciência Rural, Santa Maria, v. 41, n. 5, p. 917-923. Disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782011000500030&lang=pt>. Acesso em jul. 2016.

Capítulo 7

Políticas habitacionais: vulnerabilidade social e necessidade de moradia

Tania Martins de Souza, Ma.¹

Neide Aparecida Peres²

1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo abordar o tema política habitacional, vulnerabilidade social e necessidade de moradia. O problema habitacional é um fato alarmante e que atravessa décadas, faz parte da questão social e no entanto não são sanados; a situação se agrava quando consideramos a difícil infraestrutura básica como coleta de esgoto e abastecimento da água. Se muitas famílias sofrem com a falta de habitação outras sofrem com a falta dessa infraestrutura básica.

Para traçar um quadro que permita compreender o desafio que os governantes enfrentaram e enfrentam, iniciamos o estudo com um breve histórico de como se deu a política habitacional no

¹ Mestre em Serviço Social (PUC/SP). Professora da UniFAI/Adamantina/SP. email: tan_martins@uol.com.br

² Bacharel em Administração de Empresas (FAI/SP). Professora da UniFAI/Adamantina/SP. email: neideperes@gmail.com

Brasil, abordando os períodos que vão desde a colonização do país até o atual momento.

Devemos levar em conta que o problema habitacional não diz respeito apenas à falta de moradia, engloba o espaço onde as pessoas vivem considerando-se todas as condições da dignidade humana. As situações que se enquadram como problema habitacional são aquelas onde existe mais de uma família morando na mesma unidade habitacional, quando a família tem grandes despesas como aluguel, residências inacabadas, improvisadas, ou de alguma forma irregular.

Para famílias com renda limitada, mães ou pessoas que sejam responsáveis pela subsistência, idosos, portadores de alguma deficiência ou doença e famílias em vulnerabilidade social. Esse estudo pretende uma abordagem crítica à luz de um referencial teórico e metodológico no sentido dialético, em face às transformações sociais e econômicas, tecnológicas e ambientais na contemporaneidade.

O direito à moradia digna foi reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, foi recepcionado e propagado na Constituição Federal de 1988, por advento da Emenda Constitucional nº 26/00, em seu artigo 6º “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia (grifo nosso), o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

O que se tem notado com relação à moradia no âmbito social é a população de maior baixa renda que se instala em áreas de risco do ponto de vista ambiental, pela necessidade maior de morar. Essas famílias são expropriadas do local, em nome do meio ambiente deixando de lado a questão social da pobreza e do local em que vivem.

A urbanização, marcada por profundas desigualdades, é um fenômeno relativamente recente, que teve seu impulso principal a partir dos anos 1940. Entretanto, foi só na década de 1970, em pleno “milagre brasileiro”, que as cidades e metrópoles assumiram a feição que se observa atualmente. (MARICATO, 1996, p. 31).

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente as pessoas habitam em áreas de mananciais, mas não existem dados concretos levantados de famílias que moram em áreas irregulares e de risco. Com isso percebe-se a falta de planejamento de ações para intervir nessas áreas por parte do poder público.

Portanto, propostas de habitação não devem visar apenas o baixo custo, mas também melhorar a qualidade de vida o que significa unir a inclusão social, de forma econômica com vistas ao socialmente correto.

2 Políticas Habitacionais

2.1 Breves considerações sobre a questão habitacional no Brasil

As cidades brasileiras possuem diversidades e são complexas. A cultura, a sociedade, a economia, as formas de produção, o tamanho e número de habitantes são alguns dos fatores que dão identidade a cada município. Por outro lado, a semelhança entre elas se dá em vista ao crescimento de maneira desordenada, com formas absolutas de planejamento que atendem as conveniências das elites econômicas dominantes representadas pelo que se costuma denominar de mercado. Dessa maneira, as cidades refletem no dia-a-dia as consequências dessa falta de estrutura, com tantas desigualdades sociais e conflitos sócios territoriais oriundos do modelo concentrador de riqueza e poder que faz parte da formação histórica do Brasil, país com um dos maiores índices de desigualdade social do planeta.

Segundo Paz e Taboada (2010), utilizando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o país diminuiu as taxas de

pobreza extrema e absoluta a um ritmo de 0,8% e 0,9% anuais, respectivamente, no período de treze anos (entre 1995 e 2008). A Constituição Federal de 1988 (CF/88) contribuiu com a estruturação das políticas públicas de intervenção social do Estado no ano 2000, e instituiu a moradia como direito social. Para o IPEA, ela foi a grande responsável, de maneira direta ou não, por grande parte das conquistas atualmente alcançadas pelo Brasil na luta para a erradicação da desigualdade e da pobreza.

Infelizmente, o país ainda não conseguiu afetar a desigualdade social de forma expressiva como fez com a grande quantidade de famílias que viviam em extrema pobreza. E esse processo será muito difícil, pois o problema é estrutural e histórico e é a partir da repartição desigual do trabalho e do capital que todas as grandes diferenças sociais do país emergem. Para Lavinias (2003) a noção de espaço urbano e da apropriação do mesmo ressalta a pobreza quando se observa a luta pela moradia e pelo controle da produção. E ainda:

Na América Latina, a extrema desigualdade, de caráter estrutural continua sendo a razão primeira da pobreza. Desigualdade de renda, desigualdade de acesso, desigualdade de meios, desigualdade na detenção de ativos. A provisão de serviços urbanos em quantidade e qualidades decentes, a preços compatíveis com o padrão de vida da população carente, segue sendo um dos grandes desafios dos governos locais comprometidos com a redistribuição do bem-estar. Falar de desenvolvimento social é falar de desenvolvimento urbano. (LAVINAS, 2003, p. 5).

Existe uma luta pela terra, que é visível entre as classes sociais. De um lado, aponta para a omissão do Estado e de outro se refere aos movimentos de favelados, sem teto, entre outros. Referida segregação emerge nas cidades com a concentração das habitações como cortiços, conjuntos de aluguel e favelas ao mesmo tempo em que os bairros das elites eram planejados e estruturados para bem atender a essa classe dominante. Esse desenho das cidades não pode ser entendido como resultado da falta de planejamento ou como

resultado do acaso. Houve a nítida programação de acordo com os interesses das classes que detêm o poder para que as realidades tivessem tais características. E esse processo de exclusão e segregação aprofunda-se à medida que a industrialização se consolida, com a concentração da riqueza e a ampliação das polarizações. A partir disso, a intensa urbanização e o crescimento dos setores sociais urbanos e os operários, exigirão do Estado e do empresariado um retorno para que a vida social urbana possa se reproduzir.

A partir de 1964, o governo da época cria o BNH- Banco Nacional de Habitação, e o SFH – Sistema Financeiro de Habitação, com vista a intervir no setor de moradia. Foi uma proposta de política pública, constituindo um primeiro fundo limitado, cujo aumento era assegurado pela arrecadação obrigatória de 1% dos salários sujeitos ao regime de CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas no país. Já após 1967, esse sistema financeiro incorpora o FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e o Sistema de Poupança-SBPE, porém, as camadas populares continuaram esquecidas uma vez que essa mudança priorizou o atendimento às camadas dominantes e médias, às empresas de construção civil e o mercado imobiliário. Wanderley (2009, *apud* PAZ e TABOADA, 2010):

As décadas de 1980 e 1990, no Brasil abrigam os anos que tiveram mais loteamentos irregulares, ilegalidade na ocupação do solo, aumento do número de favelas e da violência urbana, redução dos investimentos públicos em saneamento e políticas urbanas, concentração de pobreza e agressões ao meio ambiente por todo o país. Ao mesmo tempo, esse período também foi marcado pela politização da questão urbana através do surgimento de vários atores nas cidades como os movimentos sociais que lutaram por moradia, organizações profissionais, políticas públicas e outros interesses (WANDERLEY, 2009, *apud* PAZ e TABOADA, 2010, p. 16).

As formas de apropriação e utilização dos espaços permitidos ou proibidos em um país com grandes desigualdades de renda como o Brasil produziram uma legislação urbana que “acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada” (ROLNIK, 1997, p. 13), que separam a “cidade legal” das classes médias e altas da “cidade ilegal” marcada pela pobreza e esquecimento. Koga e Nakano (2005), dizem que a diversidade regional é fundamental como parâmetro para as desigualdades sociais e as análises advindas do espaço urbano, social entre outros. Assim, cada cidade traduz o seu dia-a-dia, seu cotidiano: com isso as suas próprias necessidades. Milton Santos (1982), afirma que a análise cotidiana leva à reflexão para as mudanças que as populações exigem.

2.2 Política habitacional de interesse social

No Brasil o problema habitacional remonta ao período da colonização estando ligado à propriedade de terra. Vejamos:

[...] Até meados do século XIX, a terra no Brasil era concedida pela Cora – as Sesmarias – ou simplesmente ocupada, sendo que nas cidades o Rocio era a terra municipal onde estavam as casas e pequenas produções agrícolas para o subsídio local. A terra até então não tinha valor comercial. A promulgação da Lei de Terras, em setembro de 1850, mudou esse cenário, ao instituir a propriedade fundiária no país, tanto rural quanto urbana: foi legitimada a propriedade de quem já detinha “cartas de sesmaria” ou provas de ocupação “pacífica e sem contestação”. O resto, de propriedade da Coroa, passou a ser leiloado. Para ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela. (FERREIRA e UEMURA, 2008, p. 11).

Nesse período as legislações sobre a propriedade da terra foram muito vagas e imprecisas no que diz respeito à venda e demarcação das mesmas; destarte, as fraudes e falsificações, apesar

de ilegais, eram procedimentos generalizados de apropriação de terras pelos mais poderosos.

Segundo Bonduki (1998) do início do século XX até os anos 1930, as camadas populares serviam-se basicamente de dois tipos de habitação: as vilas operárias, viáveis apenas para os comerciantes, operários e funcionários públicos da classe média baixa e as moradias de aluguel, de baixa qualidade como os cortiços.

A primeira intervenção do Estado na questão habitacional, de acordo com o que se tem registro, diz respeito a março de 1946, com a criação da Fundação Casa Popular. A instituição surge com o intuito de viabilizar a aquisição da casa própria para as classes mais necessitadas, mas não consegue cumprir o que objetivava já que a demanda era muito grande.

Em 1962 é criado, então, o Conselho Federal de Habitação para, através de um planejamento em um nível nacional, orientar as políticas habitacionais focadas nas famílias menos privilegiadas. A política habitacional pôde vislumbrar diretrizes nacionais só depois da implantação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), da criação do BNH e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). O sistema contava com duas fontes de recursos: a arrecadação do SBPE, que financiava habitações para a classe média, e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que financiava habitação popular e saneamento básico.

Para Paz e Taboada (2010), o BNH, principal órgão do SFH, foi o principal agente da política habitacional do governo militar de 1964 até 1986, quando foi extinto. Mantinha uma gestão centralizada e autoritária, típica de um governo militar. Os projetos formulados nessa época seguiram um padrão estabelecido sem levar em consideração as particularidades e diferenças de cada região do país, mais uma vez priorizando as camadas com melhor poder aquisitivo em detrimento dos que mais precisavam. Incentivou também a indústria da construção civil e o trabalho das empreiteiras.

Com relação à habitação de interesse social, foi criado em 1973 o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), que desenvolveu programas como: João de Barro – Programa Nacional de Autoconstrução e Programa de Erradicação da Subhabitação, Programa de Financiamento da Construção, Aquisição ou Melhoria da Habitação de Interesse Social (FICAM), Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB). Apesar da iniciativa, esses programas foram suspensos pela falta de auxílio e não resolveram, nem de longe, o problema habitacional.

Segundo Santos (1999), não há dúvidas de que o SFH e o BNH tiveram sua importância durante o regime militar, mas não conseguiram resolver o problema de quem mais necessitava de moradia, muito pelo contrário, uma vez que contribuíram para aumentar a distância entre as camadas sociais, privilegiando as camadas dominantes da população. As terras urbanas aumentaram de preço, a especulação imobiliária cresceu e os conjuntos populares foram marginalizados, nas periferias das cidades, agravando também o problema da mobilidade urbana.

Quando o BNH foi extinto, no Governo de José Sarney, suas funções passaram a ser exercidas pela Caixa Econômica Federal (CEF) e a partir de então se percebeu uma desestruturação e planejamento inadequado para as ações em todo o país. Paz e Taboada (2010) salientam que no final dos anos 1970 e anos 1980, com a pressão dos movimentos sociais locais, os municípios se atentaram a projetos e programas para habitação de interesse social, o que não podia ser considerado como uma política habitacional de fato, mas sim como ações isoladas e assistencialistas em situações de maior emergência.

No governo Fernando Collor de Mello presidente do Brasil, de 1990 a 1992, é extinto o Ministério de Desenvolvimento Urbano, a política habitacional passou a ser responsabilidade do Ministério da Ação Social. Já no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi criada a Secretaria de Política Urbana (SEPURB), em 1995, para assumir essas questões e em 1999 foi substituída pela

Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU). A partir da criação da SEDU foi que houve um interesse em tratar da questão habitacional como questão urbana, pautada no Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001) que nesse momento estava em discussão.

Em 1999 foi criado o Programa Habitar Brasil/BID, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Orçamento Geral da União (OGU) e contrapartida dos municípios, estados e Distrito Federal. O programa propunha intervenções em assentamentos subnormais de regiões metropolitanas e capitais através dos subprogramas habitacionais:

- a) Desenvolvimento Institucional de Municípios.
- b) Urbanização de Assentamentos Subnormais.

Apesar de não ter provocado grandes impactos nacionais, teve sua importância, salientando-se que estabeleceu o trabalho social durante todo o processo de obra e na fase de pós-ocupação.

Em 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é criado o Ministério das Cidades e dessa maneira o governo federal ocupa um vazio institucional criado há anos e atribui funções aos municípios e Distrito Federal no âmbito da política habitacional. Quatro anos depois, o governo institui Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para incentivar o crescimento econômico do país mediante obras em diversas áreas como habitação, saneamento, infraestrutura, transporte entre outros. Nessa perspectiva, o setor de habitação estava dentre os que receberam mais investimentos (na infraestrutura, estímulo ao crédito e financiamento).

Em 2008, dentro do PAC Habitação, é anunciado o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV – Lei Federal nº 11.977/07 Julho de 2009) que pretende incidir no programa habitacional de maneira eficaz e dar condição a mais de um milhão de famílias a ter a casa própria. O projeto contempla famílias com renda máxima de 10 salários mínimos, mas prioriza a habitação de interesse social (limitada a três salários). É importante lembrar a importância de o

programa ser articulado com outras ações previstas no PNH para melhor agir nas políticas pensadas.

De fato a Constituição Federal de 1988 foi como o novo marco regulatório na questão habitacional brasileira. Ela estabelece que o governo federal, estadual, municipal e o Distrito Federal têm a responsabilidade de prover moradias à população. A Emenda Constitucional nº 26/2000 inclui a moradia entre os direitos sociais do cidadão e ratifica o papel dos governos na provisão de habitação para os que mais necessitam:

Moradia digna é aquela localizada em terra urbanizada, com acesso a todos os serviços públicos essenciais por parte da população que deve estar abrangida em programas geradores de trabalho e renda. Moradia é um direito humano, afirma o Tratado dos Direitos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificado pelo Brasil em 1992, e como tal deve ser reconhecido, protegido e efetivado através de políticas públicas específicas. (PROJETO MORADIA, 2000, p. 12).

Segundo Maslow (1943) o comportamento é derivado das necessidades do indivíduo e as mesmas estão arranjadas em uma pirâmide onde a base dessa pirâmide são as necessidades primárias, ou seja, constituem o nível mais baixo de todas as necessidades humanas. São as inatas, como alimentação, sono, e de abrigo. São denominadas necessidades biológicas e exigem satisfação cíclica e reiterada, a fim de garantir a sobrevivência do indivíduo. (MASLOW, 1943, p.370-396, *apud* CHIAVENATO, 2012).

Os principais agentes públicos do Sistema Nacional de Habitação são: Ministério das Cidades; Conselho Gestor do FNHIS; Conselho Nacional das Cidades; CEF; Estados, Municípios, Distrito Federal, Conselhos Estaduais, Distritais e Municipais; Agentes promotores como associações, sindicatos, cooperativas, agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

2.3 Trabalho Social em Habitação

São 3 os eixos de projetos de infraestrutura priorizados no PAC-2007, com destaque para infraestrutura social e urbana para intervenções em locais que não as possuem, que objetivavam a regularização fundiária, saneamento, salubridade, habitabilidade, segurança da população localizada em áreas inadequadas à moradia. Objetivando realocação ou permanência das pessoas em determinados locais, através de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social.

A questão habitacional nos estados do país, na atual situação não difere muito entre si. A angústia pela amortização desse déficit de moradia é grande. Devido às grandes mudanças econômicas e sociais pelas quais o Brasil passou, e ainda passa, o sonho de se adquirir a casa própria se torna um objetivo cada vez mais distante, uma vez que essa demanda não para de crescer.

São feitas parcerias do Estado com os municípios para a construção de unidades habitacionais. Essa parceria se dá devido a ter menos incentivos fiscais e orçamentários para a área habitacional. Os municípios ofertam lotes urbanizados e a infraestrutura na área para que se possam construir moradias, além de selecionar os futuros mutuários já inscritos nos programas habitacionais.

Veem-se pelo país, pelos estados e pelos municípios diversos programas de construção de moradia com diferentes nomes. Muitos desses programas trabalham à base de mutirão, onde os próprios interessados dedicam algum tempo para a construção de suas unidades habitacionais. Isso se dá porque ainda que existam órgãos de planejamento e de apoio aos municípios, é feito de forma quase isolada, município a município. (IPEA, 2013)

Nota-se uma retração do Estado nesse sentido da política pública em relação à moradia, tanto quanto em outros setores das políticas sociais.

A política habitacional é responsável pela geração da externalidade que extrapolam os limites dos municípios. Da questão ambiental à mobilidade urbana muitos são os efeitos – positivos e negativos- associados à produção de unidades habitacionais. Assim, apesar de a disciplina do uso e ocupação do solo ser da competência dos municípios, é inegável que a gestão da política habitacional exige outro olhar sobre a gestão do espaço, que não coincide com os limites políticos das fronteiras federativas. (IPEA, 2013, p.184)

A população fica à mercê do mercado imobiliário, que não respeita limites quanto à formação do preço das unidades habitacionais. O que deveria ser gestão do governo, passa a ser gestão do mercado de capitais, se tornando difícil de ser equacionado e/ou solucionado.

Existem limites legais impostos aos gestores públicos para que possam conduzir de forma efetiva a realização da construção da tão almejada(e necessária) casa/moradia própria para as parcelas mais necessitadas da população, inclusive, as chamadas “classes médias”.

3 Considerações finais

Este estudo se propôs a rever a questão da habitação em relação às Políticas Habitacionais, a ação governamental da União, Estados e Municípios em propiciar condição de moradia a grande parte da população que mais sofre com o crescimento desordenado das cidades e a exclusão sócio territorial.

O que tem que ser pensado é como melhor agir para minorar esse índice imenso em todo o país. Políticas eficazes, recursos da União através da Caixa Econômica Federal, seriedade e compromisso de quem trabalha na seleção das famílias contempladas, sensibilidade na medida do bom senso e fiscalização no pós-ocupação são alguns pontos principais para que possam ser construídos conjuntos bons que atendam a parcela mais carente da população.

Temos consciência que o problema habitacional não será zerado. A todo o momento são novos programas e projetos, novas necessidades surgidas e os governos não têm condições de sanar toda essa demanda, ao menos num curto espaço de tempo.

Deve-se pensar que a política habitacional se envolve com a política econômica e com todas as políticas sociais e seu sucesso depende de todas as políticas se complementarem, potencializando seus efeitos em ações conjuntas. Com isso a população, que é o principal foco das políticas públicas, só tem a ganhar.

Os diversos profissionais que atuam na área de habitação encontram muitos limites para a realização de suas atividades, são eles: a falta de planejamento, a falta de interesse político, o clientelismo, o descaso com os serviços públicos, a fragilização das políticas sociais.

Porém não podemos negar que existe uma política de habitação, e que hoje os profissionais que atuam na área têm mecanismos que podem contribuir, também, para efetivação de direitos da população. Existe um planejamento do governo federal para controlar o déficit habitacional dos municípios, com a realização do Plano Local de Interesse Social, assim como os recursos destinados a viabilização de alguns projetos na Secretaria de Habitação.

Diante dessa configuração faz-se necessário refletir sobre a realidade social como um todo e não somente em relação à política de habitação.

...os novos desafios postos [...] para os profissionais exigem também que a intervenção teórico-prática amplie suas ações no campo da pesquisa. É necessário e imprescindível, portanto, que o objeto e suas inúmeras determinações sejam revelados à luz de uma investigação rigorosa, crítica e comprometida com a verdade. (BATISTA, 2014, p.169).

Nesse sentido, pensar as estratégias de enfrentamento das questões urbanas que trazem demandas de caráter técnico, teórico, metodológico e ético-político, constitui-se a primeira das mediações

necessárias no campo contraditório em que se formulam e implementam as políticas sociais. São mediações analíticas e reflexivas para todos os envolvidos no trabalho junto às políticas públicas e sociais.

Referências

- ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BATISTA, A.A. **Questão social e serviço social**. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2014.
- BONDUKI, N.G. **Origens da habitação social do Brasil**: arquitetura moderna, lei de inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.
- CIGNOLLI, A. **Estado e força do trabalho**: introdução à política social no Brasil. Tradução de Júlio Assis Simões; São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FERREIRA, J.S.W.; UEMURA, M.M. **Política Urbana**. In: Ações Integradas de Urbanização e Assentamentos Precários. Curso à distância. Módulo I. Disciplina I. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.
- IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 11 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Moradia**. São Paulo: IC, 2000.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Território metrópole, políticas municipais**: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: IPEA, 2013.
- KOGA, D; NAKANO, K. **Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras**. In: ABONG. A Abong nas Conferências 2005 – Criança e Adolescente – Assistência Social. São Paulo: Cadernos Abong. 2005.
- LAVINAS, L. **Luta Contra a Pobreza Urbana**. Rede Urbal: Documento base URBAL 10. In: Rede Urbal. São Paulo: PSP/Sec. Rel. Internacionais, 2003.

MARICATO, E. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. São Paulo: Vozes, 2001.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MASLOW, A.H. **A theory of human motivation.** Psychological Review. New York: Harper&Row, 1954. *Apud* CHIAVENATO, I. *Recursos Humanos.* 7ed., São Paulo: Atlas 2002.

MOISÉS, J.A. **Cidade, povo e poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

NETTO, J.P. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil. São Paulo: Cortez, 1991.

PAZ, R.D.O.; TABOADA, K.J. **Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social.** Curso à distância. Módulos I, II e III. Ministério das Cidades. Brasília, 2010.

PINTO, A.B.; SILVA, P.R.C. **Políticas Habitacionais:** vulnerabilidade e camadas populares. Monografia, FAI-Adamantina, 2015.

ROLNIK, R. **A cidade e a Lei:** Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1997.

SANTOS, C.H.M. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Texto para discussão n. 654. Brasília: 1999.

SANTOS, M.A. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982

ZANELLA, L.C.H. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração. Módulo Básico. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. CAPES: UAB, 2009. TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. São Paulo: Atlas, 1987.

Capítulo 8

Mapeamento das Organizações do Terceiro Setor (OTS) na cidade de Tupã/SP: produto do Projeto de Extensão “Observatório de Democracia e Gestão Social/UNESP”

Caroliny dos Santos Hamada¹

Allan Rodrigues dos Santos Marques²

Gabriel Stéfano Pinheiro de Sales³

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes, Dr.⁴

Bruno Ricardo Carvalho Pires⁵

¹ Universitária do Curso de Administração da FCE/UNESP. Estudante vinculada ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/UNESP. email: caroliny@tupa.unesp.br

² Universitário do Curso de Administração da FCE/UNESP. Estudante vinculado ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/UNESP. email: allatupa@gmail.com

³ Universitário do Curso de Administração da FCE/UNESP. email: gabrielpsalles@outlook.com

⁴ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento/FCE/UNESP. email: nelsonrusso.unesp@gmail.com

⁵ Bacharel em Serviço Social (UNITINS). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Porto Nacional/TO. email: brunorradar@hotmail.com

1 Introdução

As pessoas comuns, os cidadãos, buscam acesso ao atendimento das suas demandas, em uma trilha constitucional à tratativa de sua necessidade e à consecução de seus direitos. Contudo existem muitos obstáculos ao rápido acesso e ao atendimento médico, laboratorial, escolar, ambiental, cultural, dentre outros serviços que são oferecidos por diferentes redes, em diferentes estruturas, com diferentes níveis de visibilidade.

Em cenário caleidoscópico de organizações públicas, particulares e privadas sem finalidades lucrativas os cidadãos, em diferentes níveis de escolaridade e de acesso aos meios de comunicação (hoje muito fortemente pautados sobre a plataforma da rede mundial de computadores), procuram atendimentos às suas demandas. Deve-se considerar que a busca pelo atendimento, não orientada pelo acesso aos websites ou facilitada por outros meios locativos de comunicação que se integrem à internet, pode significar horas de caminhada, dias de trabalho ou uma vida, quando a demanda colocar este valor em risco.

Outrossim, deve-se considerar que mesmo à grande maioria das pessoas que possuem a instrumentalidade tecnológica, dada pela portabilidade do acesso à internet, não encontrará facilmente informações sobre os diversos serviços de atendimento público mantido pelo Estado, muito mais remota ainda a possibilidade de encontrar caminhos facilitados de informações sobre os serviços públicos prestados por organizações do terceiro setor (OTS).

Poucas cidades brasileiras voltaram-se a criação de instrumentais de busca popular, sejam por roteiros impressos ou por arquivos mais dinâmicos e disponibilizados pela internet, multiplicando-se assim as dificuldades impostas ao cidadão para que tenha seus direitos traduzidos em ações concretas.

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP mantém desde 2003 uma unidade de formação universitária no município de Tupã/SP, hoje titulada Faculdade de Ciências e

Engenharia – FCE, que mantém três cursos regulares (Graduação em Administração, Graduação em Engenharia de Biosistemas e Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento). Em 2014 foi o criado na FCE, o Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão especialmente nas searas de desenvolvimento de comunidades tradicionais, terceiro setor, democracia e políticas públicas.

O GEDGS atua nos estudos e ações de extensão aplicadas a instrumentalização da transparência pública, democracia e corrupção, controle social e *accountability*; na valorização histórica e cultural e ainda no desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento das políticas públicas aplicadas às comunidades tradicionais brasileiras, perpassando pelos campos do terceiro setor e da responsabilidade social empresarial.

Desde o princípio das atividades do GEDGS o seu grupo de trabalhos começou a prospectar demandas sociais emergentes e nesta trilha identificou uma demanda latente: a estruturação e visibilidade das organizações do terceiro setor, que de modo constitucional agem em complementação ao papel do Estado. Neste sentido, desde janeiro de 2015 mantém o Observatório de Democracia e Gestão Social, que desenvolve ações específicas de fortalecimento do tecido social, dentre elas a assessoria administrativa às associações, o mapa de células de negócios familiares da Comunidade Tradicional Leta de Varpa (Tupã/SP) e o mapeamento de organizações do terceiro setor de Tupã/SP.

Duas experiências acadêmicas foram tomadas como balizadoras, ou como instrumentais para o desenvolvimento do *Mapeamento de OTS de Tupã*:

- 1) Guia de Serviços Sociais de Bauru, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos da Faculdade de Serviço Social da Instituição Toledo de Ensino, de Bauru/SP, em 2000, que trazia uma relação completa dos serviços de assistência social (mantidos pelo Estado ou por OTS) naquele município. (ITE, 2000).

- 2) Catálogo Social da Bahia, criado pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS, vinculado à Universidade Federal da Bahia – UFBA. (UFBA, 2016)

O *Mapeamento de OTS de Tupã* foi sendo elaborado e alimentado/atualizado e ampliado ao longo destes anos, sendo uma atividade de extensão universitária devidamente credenciada pelos editais anuais da Pró-reitoria de Extensão Universitária – PROEX da UNESP. A equipe interdisciplinar que passou e que passa pelos trabalhos é composta por professores e técnicos da UNESP, graduandos e mestrandos, estudante do ensino médio (vinculados por meio do PIBIC JR, um programa de iniciação científica do CNPq e UNESP voltado para estudantes de ensino médio de escolas públicas), além de membros da comunidade (UNESP, 2017).

2 Os setores da sociedade

A sociedade humana buscou (e ainda busca) meios para a sua melhor organização, sempre visando a racionalização das funções produtivas e sociais sobre a divisão dos trabalhos ao ponto da máxima especialização. Com a ampliação dos níveis de complexidade das relações sociais das tribos, transformadas em vilas, em cidades e em metrópoles, diversos estudos sociológicos (a princípio filosóficos) apontam para a redução das relações afetivas e naturais frente as relações arbitrárias e artificiais (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008).

Neste sentido evolutivo da civilização humana, em diversos pontos do planeta (e em diferentes temporalidades) surgiram organizações coletivas às quais as pessoas atribuíram poder e autoridade sobre àquela tribo/comunidade, mas também responsabilidades de gestão dos desafios coletivos, surgia o Estado (HALL e YKENBERRY, 1990; MORAES, 2005). Existem diversas correntes teóricas sobre o surgimento do Estado, uma das mais respeitadas destaca que entre os rios Tigre e Eufrates, na região da

Mesopotâmia, há cerca de 5.000 anos algumas tribos iniciaram a organização de estruturas rudimentares de Estado, com o objetivo de melhor dividir o trabalho e o acesso aos bens dele decorrentes (HALL e YKENBERRY, 1990).

O mercado, por sua vez teria se estruturado a partir das relações negociais de troca, primariamente pautadas sobre o escambo e profundamente alteradas (na era dos metais) pela definitiva criação da moeda, que possibilitaria o acúmulo de riquezas, mas também causaria a exclusão e a pobreza. A ótica do mercado, desde seus primórdios se sustenta sobre a obtenção de lucros sobre o capital investido e sobre o esforço empenhado, numa dinâmica de trabalho que se inicia na exploração das matérias primas, sua transformação e produção de bens à serem comercializados aos consumidores, consolidando grandes cadeias negociais. Uma definição clássica do sentido empresarial é trazida pelo Gil (1993):

La empresa es un sistema social abierto al exterior, em estrecha interdependência com múltiples factores externos pertenecientes al sistema social global de que forma parte [...] La búsqueda del beneficio econômico, como objetivo, y la ordenación racional de los recursos como caminho para lograrlo, se convierten en puntos de referencia comunes a todo tipo de empresas. (GIL, 1993, p.13).

Uma característica importante que diferencia o Mercado das Organizações do Terceiro Setor (OTS) é que, este último não visa lucro, já o primeiro visa a maximização de seus lucros. Logo, as Organizações do Terceiro Setor (OTS) possuem a finalidade de defender direitos comuns aos indivíduos e o bem-estar coletivo (COSTA; RAMOS; PORTELA, 2014; CAMARGO et al, 2001). Nessa caracterização deve-se considerar também a importância do terceiro setor dentro do direito constitucional à assistência social no atendimento às famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e social.

O Brasil desenvolveu, ao longo dos anos posteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, uma regulação específica sobre a regularização, classificação, qualificação e fiscalização de OTS, com destaque a lei do terceiro setor (Lei 9.790/99), a lei das organizações sociais (Lei 9.637/98), a lei do voluntariado (Lei 9.637/98), o novo código civil (Lei 10.406/2002) e ainda sobre as regulações da filantropia e dos títulos de utilidade pública (SZAZI, 2006). Neste interim, existe uma grande quantidade de termos que identificam e designam as Organizações do Terceiro Setor - OTS, dentre estes termos destacam-se: organizações não-governamentais (ONGs), organizações sem fins lucrativos e organizações voluntárias (além da sua dada diversidade, a conceituação de seu termo, seu acelerado crescimento e o papel a qual desempenha na sociedade, torna difícil a sua rápida identificação (SALAMON, 1998; POSSAS; ABRAHÃO; SOUZA, 2013 e CAMARGO et al, 2001).

Seguindo a linha teórica de Fernandes (1994), em uma aproximação e olhar organizacional, pode-se dizer que a sociedade classifica suas organizações em três setores, sendo que o primeiro, o Estado, abrange as instituições públicas, autarquias e fundações de direito público. O segundo setor, o Mercado, traz todas as formas de organizações que se originam pelo investimento privado e visam a obtenção de lucro, dentre elas as empresas e as cooperativas (que embora tenham sustentação social, realizam a distribuição de lucros dentre os cooperados).

Por fim, Fernandes (1994), circunscreve o terceiro setor como sendo a seara onde estão classificadas todas as organizações de origem privada e que pela intenção, pela regulamentação e força da lei não realizam a distribuição do lucro ou eventuais sobras de bens ou recursos financeiros dentre os seus associados. Existem algumas construções sobre a definição de terceiro setor, das quais apresenta-se como bastante robusta a apresentada por Salamon (1993), que destaca:

Embora a terminologia utilizada e os propósitos específicos a serem perseguidos variem de lugar para lugar, a realidade social subjacente é bem similar: uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo ‘terceiro setor’ global, que é composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparato formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário. (SALAMON, 1993)

Assim, pautando na teoria dos setores da sociedade, a partir de Fernandes (1994), pode-se acolher o seguinte quadro para rápida classificação das organizações nos três setores da sociedade:

QUADRO 1 - Setores da sociedade

AGENTE	ORIGEM DOS RECURSOS	FINALIDADE
Estado (1º Setor)	Público	Público
Mercado (2º Setor)	Privado	Privado
Organizações do Terceiro Setor (3º Setor)	Privado	Público

Fonte: Adaptado de Fernandes (1994).

Desta forma, pode-se elucidar o relacionamento dos setores da sociedade a partir do chamado *Welfare Mix*, que corresponde a composição regulada entre os três setores da sociedade com o atendimento das demandas da sociedade (MORAES; BRAGA JÚNIOR, LOURENZANI, 2015). Assim, a responsabilidade de atendimento das demandas sociais passa a não ser somente do Estado, mas de todos os setores, o qual há a solidariedade conjunta, além das parcerias entre as pessoas e instituições (PFEIFER; NOGUEIRA, 2005).

No Brasil, a partir dos entendimentos constitucionais, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, utiliza-se o termo “cidadão de direitos” para designar, na verdade, a condição cidadã de quem possui deveres e é detentor de direitos para usufruir de direitos, sendo que estes são (constitucionalmente) garantidos pelo Estado. Assim, cabe ao Estado garantir a vida e as relações sociais por meio da estruturação e manutenção de políticas públicas, que se desdobram em programas, projetos e ações de atendimento às mais diversas demandas humanas (BEHRING e BOSCHETTI, 2006; MORAES, 2005).

Segundo Moraes (2005), as demandas brasileiras se desdobraram ao longo de décadas e séculos, são demandas ambientais dadas pela exaustão do meio ambiente e de seus ecossistemas à ação humana; demandas socioeconômicas pela péssima distribuição de renda e de real ascensão às classes pelas classes sociais; demandas humanas ditadas pelo cenário (pontual ou geral) de racismo, de aumento da população carcerária, da violência contra a mulher e tantas outras formas de afronta a dignidade humana; demandas culturais pela expropriação dos direitos concretos e subjetivos à manutenção da fé, da tradição em uma sociedade diversa. Neste cenário, o Estado brasileiro, ainda golpeado por eventos conjunturais e estruturais de corrupção e má gestão de seus governos (MORAES et al, 2015), se afastou historicamente do ideário *keynesiano* do *welfare state* (pautado sobre políticas públicas universalistas planejadas, estruturadas e financiadas pelo Estado) institucionalizando, por sua Carta Magna de 1988, o *welfare mix* (pautado nas parcerias traduzidas pela cooperação complementar ao papel do Estado, por empresas e organizações do terceiro setor).

3 O mapeamento do terceiro setor em tupã/sp

O município de Tupã está localizado na região da alta paulista, à cerca de 520 km da capital do Estado de São Paulo, contando com 63.476 habitantes em uma área territorial de 627,986 Km² (IBGE,

2010). A cidade (e região) conta com fortes tradições culturais, especialmente pela presença de colônia japonesa na vizinha Bastos/SP, comunidade tradicional leta do Distrito de Varpa, em Tupã/SP e ainda a comunidade tradicional indígena da aldeia Índia Vanuíre, em Arco Íris/SP.

A primeira fonte quantitativa considerada foi a dada pelo Censo 2010 (IBGE, 2010), que destaca a quantidade de associações, fundações de direito privado e outros tipos de OTS, conforme o quadro a seguir:

QUADRO 2 – OTS de Tupã/SP, por área de atuação, em 2010 (segundo IBGE):

OTS POR ÁREA DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE EM TUPÃ/SP
Saúde	02
Cultura e recreação	28
Educação e Pesquisa	12
Assistência Social	24
Religião	48
Partidos Políticos, Sindicatos, Associações Patronais e Sindicais	26
Meio Ambiente e Proteção Animal	1
Desenvolvimento e Defesa dos Direitos	10
Outras OTS	28
TOTAL	179

De posse dos dados quantitativos acima, em contato com a Prefeitura Municipal de Tupã (Departamento de Cadastro e Secretaria da Ação Social) e com grupos de pesquisa da cidade, chegou-se a um cenário atualizado das associações, fundações de direito privado, partidos políticos, instituições religiosas e sindicatos. A partir deste ponto, a equipe realizou contato e visitas às instituições (até final de novembro/2017, 80% das OTS já haviam sido contatadas), coletando as seguintes informações: 1) razão social; 2) nome fantasia; 3) endereço; 4) endereço eletrônico/email; 5) endereço de website; 6) telefones; 7) tipo de atendimento; 8) horários de atendimento; 9) nome dos responsáveis institucionais.

O cadastro, em alimentação e atualização constante pela equipe do GEDGS, permanece disponível para acesso livre no website da Faculdade de Ciências e Engenharias – FCE do Câmpus da UNESP em Tupã, na sub área do projeto de extensão “Observatório de Democracia e Gestão Social” (<http://tupa.unesp.br/#!/extensao/observatorio-dgs/>).

4 Considerações Finais

Após alguns anos de trabalho de estudos teóricos e aprofundamento prático dos trabalhos, com muitas visitas às comunidades tradicionais, com muitas visitas às OTS e muitas reuniões, este capítulo consagra o cumprimento de uma meta importante de aproximar a universidade de demandas de pequenos grupos sociais, auxiliando na sua visibilidade e assim contribuindo para que o cidadão tenha acesso facilitado aos serviços prestados pelo terceiro setor.

Os estudos levam os integrantes (pesquisadores, técnicos e estudantes) a concluírem que, muito embora alguns teóricos apontem que terceiro setor caminha no sentido da substituição plena dos papéis do Estado, alinhados aos entendimentos e

concepções neoliberais de desestruturação do primeiro setor, há que considerar a perspectiva da produção da política pública e a fiscalização da sua execução (com poder de execução), conforme demonstra o quadro 3, produzido pelos autores:

Quadro 3 – Funções dos setores da sociedade quanto a suas limitações

SETOR	Produção de políticas públicas	Financiamento de políticas sociais	Execução de políticas sociais	Fiscalização da execução*
ESTADO	SIM	SIM	SIM	SIM
MERCADO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
TERCEIRO SETOR	NÃO	SIM	SIM	NÃO

(*) fiscalização com poder de desautorização ao funcionamento/execução.

Fonte: produzido pelos autores

O Quadro 3 (acima) destaca, de modo claro, que as organizações do terceiro setor (e também as empresas que atuam na esfera da responsabilidade social empresarial) podem atuar apenas complementarmente ao papel do Estado no financiamento e na execução de programas, projetos e atividades, mas que estes deverão seguir (obrigatoriamente) às normas já estabelecidas pelas políticas públicas e ainda abrirem-se à fiscalização da sua execução, sendo que estes dois papéis cabem exclusivamente ao Estado.

Referências

AUSTIN, J. E. **Parcerias**. São Paulo: Futura, 2001.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**. v. 39, n.1, 2008.

CAMARGO, M.F.; SUZUKI, F.; UEDA, M.; SAKIMA, R.Y.; GHOBIL, A.N. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.

COELHO, S. C. T. **Terceiro setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

COSTA, M.; RAMOS, A.; PORTELA, S. A influência do Terceiro Setor na Responsabilidade Social e Ambiental das empresas do Polo Industrial de Manaus. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**. v. 13, n. 1, p. 14-27, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642014000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 nov. 2017.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HAL, J.A.; IKENBERRY, G.J. **O Estado**. Lisboa: Estampa, 1990.

GIL, A.I. **Sociologia de la empresa**. Salamanca: Amaru, 1993.

IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10 de março de 2017.

ITE. **Guia de serviços sociais de Bauru**. Bauru/SP: Instituição Toledo de Ensino, 2002.

MORAES, N. R.; BRAGA JÚNIOR, S. S.; LOURENZANI, A. E. B. S. Diálogo acerca dos conceitos de responsabilidade social empresarial (RSE) e marketing para causas sociais (MCS) no âmbito do investimento social corporativo (ISC). **Revista Brasileira de Marketing**. vol. 14, n.2, 2015. Disponível em: <
<https://search.proquest.com/openview/ae09e4f572660fo8d127d1b203b31dod/1?pqorigsite=gscholar&cbl=496312>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____; MARTINEZ, M.P.; RUIZ, S.C.M.; MOMBELLI, G.S.; BISPO, B.L.; SILVA, G.T.B; PACANARO, Y.G. Origens teóricas da corrupção na gestão pública contemporânea: debate conceitual. *Revista Observatório*: vol. 1, n.2, set/2015. Disponível em <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/>>. Acesso em 10 de março de 2017.

_____. **As empresas e o atendimento às demandas sociais em Bauru/SP: responsabilidade social ou marketing?** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Serviço Social/Franca/UNESP). Franca/SP: UNESP, 2005, 140f.

PFEIFER, M.; NOGUEIRA, V. M. O papel do Estado e o *welfare mix*. **Revista Emancipação**. v. 5, n. 1, p.143-160, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/65>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

POSSAS, M. C.; ABRAHÃO, R. S.; SOUZA, E. G. Institucionalização das manifestações da sociedade civil: das tipologias aos conceitos. **Revista Dimensão Empresarial**. v.11, n. 2, p.17-25, jul./dez. 2013. Disponível em < <http://www.scielo.org.co/pdf/diem/v11n2/v11n2a03.pdf> >. Acesso em 22 de agosto de 2017.

SALAMON, L. A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global. **Revista de Administração**. v. 33, n. 1, p. 5-11, jan./mar. 1998. Disponível em <http://200.232.30.99/busca/artigo.asp?num_artigo=158>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

SZAZI, E. **Terceiro setor: regulação no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2006.

TÖNNIES, F. **Community and society**. Trad. Charles P. Loomis. EUA: Michigan State University Press, 1957.

UFBA. **Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS**. Catálogo Social da Bahia. Disponível em <<http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/servicos/catalogo-social>> acesso em 10 de março de 2017.

UNESP. **Observatório de democracia e gestão social**. Disponível em <<http://tupa.unesp.br/#!/extensao/observatorio-dgs/>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

Capítulo 9

Apontamentos sobre a cultura das comunidades tradicionais da região de Tupã: Aldeia Indígena Vanuíre (Arco Íris/SP) e Comunidade Leta de Varpa (Tupã/SP)

Eduardo Festozo Vicente, Dr.¹

Nelson Russo de Moraes, Dr.²

João Augusto Rodrigues³

Bruno Ricardo Carvalho Pires⁴

1 Introdução

Para o entendimento acerca de comunidades tradicionais da região de Tupã/SP, faz-se necessário a apresentação preliminar de alguns conceitos, tais como cultura, território comunidade e sociedade e, por fim, comunidade tradicional. Primeiramente, a

¹ Doutor em Biotecnologia (IQ/UNESP). Professor do Curso de Graduação em Engenharia de Biosistemas, FCE/UNESP. E-mail: eduardofv@tupa.unesp.br

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. Líder do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social. e-mail: nelsonrusso.unesp@gmail.com.br

³ Universitário do curso de Administração pela FCE/UNESP. Vinculado ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS. e-mail: joaorodriguespmk@gmail.com

⁴ Especialista em Gestão de Projetos Sociais (FAG/TO). Assistente Social (UNITINS). Email: brunorradar@hotmail.com

palavra cultura, de origem latina, *colere*, quando analisada de forma mais genérica, pode ser entendida como a junção dos conhecimentos das leis, da moralidade, dos costumes e dos hábitos adquiridos pelos seres humanos. No entanto, esse conhecimento pode ser modificado com a inserção de novos elementos culturais, ou quando o indivíduo se desloca para outro território, cuja cultura é diferenciada (MELLO, 1991). A cultura pode ser definida como:

[...] uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro. O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la. (SANTOS, 2006, p.7)

Logo, a cultura pode ser denominada como um conjunto de diretrizes ou caminhos de tal comunidade, o qual a conduz em direção ao desenvolvimento. As políticas culturais, por sua vez, são fatores preponderantes que contribuem tanto para o crescimento quanto para o desenvolvimento das comunidades, valorizando as identidades individuais e coletivas, a fim de promover coesão entre essas.

Contudo, tal valorização não deve ser alheia a diferenciação entre as relações comunitárias e societárias. Tönnies (1957) define as relações comunitárias (*Gemeinschaft*) como representando toda a vida real, com relações de corpos, de caráter orgânico, familiar, íntimo, interior, exclusivo e substancial, baseando-se em três laços de sociabilidade, sendo eles: a filiação, a consanguinidade e a aliança. Essa relação é conduzida pela harmonia, por meio da qual o amor do coletivo une os indivíduos, apesar de todos os contratemplos. Já nas relações societárias (*Gesellschaft*), há a caracterização contrária; trata-se de aspectos mecânicos, artificiais e abstratos advindos da expansão do comércio, portanto, do capitalismo e do individualismo,

constituindo-se por meio da sociabilidade do domínio público, do mundo exterior, vinculada ao Estado (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008). De forma resumida, Tönnies (1957) declara que o comportamento em sociedade é regulado pelas leis e contratos; já na comunidade, são fortalecidos as tradições e os valores.

Como afirmado por Tönnies (1957), as comunidades diferem da sociedade. As comunidades tradicionais, por sua vez, têm seus trabalhos e atividades mais centralizadas no âmbito familiar, no qual a experiência de vida em comunidade, em um coletivo humano, está pautada na vivência, englobando algumas características peculiares dos povos, como suas culturas, línguas, crenças, tradições, valores e costumes (COSTA, 2010). Quando se trata da formação dessas pequenas tribos, há um enfoque na composição da estrutura dos grupos, então, é observado o comportamento dos indivíduos que estão inseridos dentro desses (COSTA, 2010).

O processo para que as comunidades ganhassem espaço e voz, segundo Moraes et al (2017), não foi fruto de contextos pacíficos, ao contrário, o trabalho dos povos tradicionais foi árduo

Ao desdobramento de tantos casos de desarranjos sociais e econômicos (declarados ou implícitos), as políticas públicas foram sofrendo alterações e o Estado brasileiro foi legitimando a participação de grupos sociais no debate das questões das minorias e mesmo criando coordenações, secretarias e ministérios. Assim, foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual compete o debate, a articulação e a representação das comunidades tradicionais no âmbito das políticas públicas brasileiras. (MORAES, et al, 2017, p.9)

Nesse sentido, para uma melhor consonância tanto do conceito de comunidade tradicional como dos elementos que a cercam, é relevante evidenciar o decreto 6040 (de 07/02/2007), que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos

Povos e Comunidades Tradicionais. Segundo o decreto povos e comunidades tradicionais são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

A referência à grupos culturalmente diferenciados diz respeito à diversidade cultural e étnica que marcam profundamente as populações brasileiras. No Brasil, um país com tão grande extensão territorial, observam-se tal diversidade na forma das comunidades tradicionais existentes que, para além das indígenas e letas, tratadas nesta pesquisa, são os quilombolas, os ribeirinhos, os seringueiros, os caçaras, os geraizeiros, os povos dos faxinais, dentre outros (NOHARA, 2016).

A formação dessas comunidades leva também em conta onde serão consolidadas as culturas dos povos, isto é, em qual território, termo este que, de acordo com Moraes et al (2017b), define um campo geográfico e humano onde as relações informais e subjetivas de um coletivo enraízam sua história, tradição e cultura.

As comunidades presentes no Brasil são muitas, devido a todo o traçado histórico de contraposições e de combates entre grupos diferentes, assim na região centro-oeste Paulista, mais precisamente na região de Tupã (515 km da capital), estão alocadas três vertentes culturais de grande relevância que compõem a sociedade tupãense, a indígena, a nipônica e a leta, sendo as duas últimas originárias, respectivamente, do Japão e da Letônia, para fugirem das guerras mundiais.

A comunidade indígena é nativa da região, possivelmente há milhares de anos, e foi a “fundadora original” da cultura local, antes mesmo dos Bandeirantes. Nesta comunidade, há a maior predominância das etnias *Kaingang* e *Krenak*. A segunda

comunidade é nipônica, ou asiática, que se instalou nas terras nacionais para trabalhar nas fazendas cafeeiras da região.

A chegada, em 18 de junho de 1908, de cerca de 800 japoneses foi o primeiro resultado deste contrato (mão-de-obra). Esse primeiro contingente de trabalhadores, após rápida passagem pela Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, foi distribuído no interior do Estado. [...] houve conflitos entre os imigrantes e os funcionários da Companhia Imperial de Emigração, [...] pois indignados com as péssimas condições de trabalho, moradia e remuneração, os japoneses promoveram sucessivas greves, fugas noturnas e rescisões de contrato em cada uma das fazendas. (SANO, 1989, p.02)

E, por fim, a comunidade Leta de Varpa, município de Tupã/SP, foi criada em 1920, com a imigração dos letos e russos que fundaram o distrito tupãense de Varpa. A imigração ocorreu por conta da perseguição religiosa, por consequências da guerra e da instauração da União Soviética (MORAES, 2017c).

Importante destacar aqui que os autores têm a ciência da existência de outros grupos humanos caracterizados como comunidades tradicionais na região, como por exemplo, a colônia japonesa, que mantém forte sua cultura e tradição. Contudo, centrase aqui nos trabalhos, até então desenvolvidos com as comunidades tradicionais leta e indígena da região.

Esta comunicação científica tem como objetivo a apresentação de informações obtidas como resultado de vários trabalhos desenvolvidos no âmbito da extensão, do PIBIC Jr. (bolsa CNPQ dedicada ao ensino médio) e também de estudos de universitários envolvidos com o tema no Grupo de Pesquisas em Democracia e Gestão Social – GEDGS, da Faculdade de Ciências e Engenharia/FCE, do Câmpus da UNESP em Tupã/SP. Nestas ações foram desenvolvidas as aproximações, o estudo e o (re)conhecimento cultural das comunidades tradicionais que estão ao entorno geográfico da cidade de Tupã/SP, evidenciando-se a

Comunidades Tradicional Leta, no Distrito de Varpa (Tupã/SP) e a Comunidade Tradicional Indígena da Aldeia Índia Vanuíre (Arco-Íris/SP). Para tanto, esse trabalho centra-se sobre o seguinte problema de pesquisa: “quais as características centrais das culturas das comunidades tradicionais leta e indígena, presentes na região de Tupã/SP?”

Com isso, a pesquisa estabelecida caracteriza-se como exploratória e descritiva, buscando a investigação acerca do campo conceitual do fenômeno tomado como objeto de estudos (CONDURU e PEREIRA, 2010). Sua abordagem é qualitativa e as técnicas centrais utilizadas são a exploração bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo (MARTINS e THEÓPHILO, 2009). Além dos estudos bibliográficos e documentais, as pesquisas de campo foram realizadas, por meio de visitas às propriedades familiares da comunidade Leta, além de visitas técnicas ao *Museu dos Pioneiros de Varpa "Janis Erdberg"* (localizado no Distrito de Varpa, em Tupã/SP). Já para o aprofundamento acerca da cultura indígena, foram realizadas, para além dos estudos bibliográficos e documentais e de visitas à Aldeia Vanuíre (Arco-Íris/SP), também as visitas técnicas ao *Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre* (Tupã/SP).

2 Comunidades tradicionais da região de tupã

2.1 Comunidade Indígena

No território brasileiro, os povos indígenas são os que compõem uma parcela da diversidade cultural do país, formando uma das maiores comunidades tradicionais. Para os não indígenas, os indígenas são vistos como os donos da terra, aqueles que habitavam o país antes mesmo dos colonizadores chegarem. Em cartas para o Rei de Portugal, Caminha descreveu essa população como “[...] pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas”

(CAMINHA, 1500). Antes da colonização do país, os índios viviam em liberdade, vestiam algo que lhes cobrisse o sexo, ou nem isso; contudo, depois da chegada dos lusitanos, estes introduziram a utilização de vestimentas na cultura indígena, assim como outras características portuguesas.

O processo de incorporação de uma característica de outra comunidade como sendo sua pode ser observada na região de Tupã. Para tanto, uma questão transversal é a de que “as práticas culturais realizadas pelos indígenas contribuem para a formação e manutenção das sociedades mais recentes?”. Isto ocorre especialmente nesta região devido à existência de comunidades indígenas próximas, cujos os elementos históricos fizeram com que a cidade incorporasse algumas contribuições culturais diretas (nomes, festividades e culinária) e indiretas (hábitos e expressões linguísticas) da Aldeia Vanuíre.

Essas práticas indígenas sofrem imposição de uma cultura dominante a ela, que coordena suas ações. Para não haver mais a dominação da sociedade sob a comunidade, surgiu, então, um eixo legal que tem como finalidade resguardar os direitos desses povos, de inseri-los na sociedade sem refutar os hábitos e valores de seus antepassados. A Constituição Federal de 1988 traz em um dos seus títulos, mais especificamente no VIII, Da Ordem Social, alguns dos direitos indígenas

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as usadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988, p.150).

Os direitos outorgados pela Constituição de 1988 vieram para quebrar os preceitos impostos sobre essa comunidade, assegurando aos índios o direito às diferenças e reforçando o pertencimento de povos diferenciados, representado pelos princípios da igualdade e liberdade, distintos pela ordem constitucional brasileira, principalmente no que tange ao direito às terras ocupadas por esses povos (ARAÚJO, 2006).

A comunidade indígena de Arco-Íris foi criada a partir da junção de várias etnias: Kaingang, Krenak, Terena, Pankararu, Frui-ô e Atikun. Dentre essas etnias, há a predominância dos indígenas Kaingangs, que são originários da região e representam um dos cinco povos indígenas mais numerosos no Brasil, ocupando áreas entre o oeste paulista, norte e noroeste do Rio Grande do Sul, além das áreas Paranaenses e oeste Catarinense. Esta etnia apresenta um grande percentual de dizimação desde o período colonial, devido à intensa perseguição, não só em relação a esses, mas todos os nativos existentes no território nacional (RAMON; MILESKI; FAUSTINO, 2011). Pode-se estabelecer a auto-regulamentação de uma comunidade tradicional, como mostra o excerto abaixo:

Qualquer grupo social humano elabora e constitui um universo completo de conhecimentos integrados, com fortes ligações com o meio em que vive e se desenvolve. Entendendo cultura como o conjunto de respostas que uma determinada sociedade humana dá às experiências por ela vividas e aos desafios que encontra ao longo do tempo, percebe-se o quanto as diferentes culturas são dinâmicas e estão em contínuo processo de transformação. (FUNAI, 2013)

Vale lembrar que as culturas das comunidades, assim como as culturas de qualquer outra sociedade humana, são mutáveis, modificando-se constantemente com o passar do tempo (FUNAI, 2013). Estas mudanças advêm tanto de fatores internos, quanto de fatores externos, como ocorreu quando as comunidades tiveram (e ainda têm) que se deparar tanto com o contato com outros povos

como encarar os conflitos sociais originados nas políticas de exploração/desapropriação, as quais conservam padrões coloniais de dominação de comunidades, atingindo principalmente os povos indígenas (ACUÑA, 2015).

Trabalhos de Darcy Ribeiro (1970 e 2015), especialmente na obra “Os Índios e Civilização” (1970) classificam os indígenas em quatro graus de sociabilidade com a sociedade, a saber: isolados, contato intermitente, contato permanente e integrados, devendo uma comunidade percorrer por todas essas etapas. Ribeiro (1970) retrata que a etnia Kaingang foi um grupo que passou diretamente de isolado para integrado, devido ao processo de pacificação, contato com a sociedade e a convivência com outras etnias indígenas dentro da mesma comunidade. Sobre a integração da comunidade indígena com a sociedade, esta,

[...] tendo experimentado todas as compulsões referidas, conseguiram sobreviver, chegando a nossos dias ilhados em meio à população nacional, a cuja vida econômica se vai incorporando como reserva de mão-de-obra ou como produtores especializados em certos artigos para o comércio. Em geral, vivem confinados em parcelas de seus antigos territórios, ou, despojados de suas terras, perambulam de um lugar a outro (RIBEIRO, 1970, p.235)

A integração do indígena com a sociedade constituiu-se, em sua maior parte, do projeto e do programa inicial expressado pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI (Pinheiro, 1999). Na cidade de Tupã, essa integração ocorre por meio de algumas festividades no decorrer do ano – a semana em Comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas é uma delas, tendo como intuito o resgate do índio que formou o país. No evento, os nativos das Américas expõem sua cultura em fotos, danças, canto, artesanato, comidas típicas, tudo isso ocorrendo dentro da FeirArte (Feira de Artesanato), que objetiva a junção de várias atividades culturais da cidade em uma única transição.

Dando destaque a aldeia e a estruturação de sua área, na área indígena de Arco-Íris passam estradas municipais sem pavimentação. Ao redor das terras indígenas, existe fazendas agropecuárias, com o cultivo de mandioca, milho, arroz e feijão, além da criação de gado que, às vezes, estão soltos pela estrada (SILVA, 2013). Em se tratando da infraestrutura da aldeia, esta conta com um escritório ligado à cidade de Tupã, o qual cuida da administração geral da aldeia. Além deste, há também o “posto médico Vanuíre”, voltado para a saúde e para o bem-estar dos indígenas, uma escola e duas igrejas evangélicas (SILVA, 2013). Dentre todas essas construções, ainda há um centro cultural e um cemitério, construído na década de 40 (RODRIGUES, 2007; SILVA, 2013).

A aldeia indígena sofreu um nítido processo de aculturação advinda da cidade de Tupã. Isto pode ser visto por algumas características dos não índios introduzidas na cultura dos nativos, como o uso da energia elétrica, do sistema de saneamento básico, do abastecimento de água pelos poços da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, além da coleta de lixo e da construção de casas em alvenaria e madeira (SILVA, 2013).

As outras etnias presentes chegaram à Aldeia Vanuíre por volta de 1940. As histórias de pacificação das tribos assemelham-se, sendo este processo composto pela inserção de estradas de ferro e o contato com a sociedade. A busca por trabalhos, a fuga da fome, da seca e da crise foram pretextos para que os índios se deslocassem para o Posto Indígena de Vanuíre (SILVA, 2013), onde encontraram uma boa estrutura.

O funcionamento desta comunidade, por compor-se de diferentes etnias que se integram com a sociedade ao redor, requer uma cultura organizacional. A tribo é caracterizada pelo trabalho em conjunto, o qual ocorre pela divisão das tarefas e funções a cada integrante do clã. O pajé é o índio de maior importância, possuindo amplo conhecimento sobre a cultura e religião da tribo, passando-os aos curumins, que são os índios mais jovens. Os homens são

responsáveis por fabricar as ocas e instrumentos utilizados para a pesca e caça, além de caçar o alimento e proteger a tribo; as mulheres cuidam dos filhos, das hortas, trabalham com cerâmica e artesanatos. O cacique é o líder político e administrativo da aldeia e tem a responsabilidade de conservar a ordem, sempre apaziguando as confusões corriqueiras (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2017).

2.2 Comunidade Leta

A comunidade leta estabeleceu-se no interior de São Paulo, nas margens do Rio do Peixe, a partir de novembro de 1922, fundando a colônia de Varpa e a Corporação Evangélica Palma, atual Fazenda Palma (MONTES; MORENO; NAKAYAMA, 2012). A formação dessa colônia deu-se a partir da imigração dos letos e russos oriundos da Letônia, país europeu situado na costa do Mar Báltico. O nome Varpa é de origem leta e significa espiga. A ideia central do nome seria que, além daquela comunidade, outras colônias fossem ligadas à unidade principal, como ocorre na espiga.

Os colonizadores, em sua maioria, religiosos batistas, desembarcaram no Brasil após a primeira Guerra Mundial, concomitante a Revolução Russa, vindo da Letônia - uma das repúblicas bálticas, junto com a Lituânia e com a Estônia, da antiga configuração da União Soviética, pois o regime bolchevista cerceava a liberdade religiosa (TUPES, 2007). Com uma economia autônoma, a comunidade produzia tudo que consumia, denominando-se autossuficiente. O idioma falado, até o ano de 1934, era o letão, porém, no mesmo ano, modificou-se com a instalação da escola primária oficial, instituída na comunidade pelo Estado Novo.

Naquela época (da chegada ao Brasil), os letos eram alfabetizados em casa pelos seus familiares, sem a existência de nenhum analfabeto. Posteriormente, as crianças passavam a ser agrupadas, sendo alfabetizadas ao ar livre pelo pastor Alberto Eichmann. “É necessário acrescentar aqui que era raro o leto, que não soubesse alguma língua além da sua [...]. A maioria falava

corretamente o russo e também boa parte o alemão” (MONTES; MORENO e NAKAYAMA, 2012 p. 51). Até a ditadura, nas escolas falava-se unicamente o letão.

A pequena colônia era um mundo à parte, longe de qualquer contato com a civilização; possuía inclusive o seu próprio governo. Essa autoridade era exercida por um grupo de pessoas reconhecidas pelos demais como capazes e mais religiosas, que se reuniam na chama Tenda dos Profetas. [...] com o aumento do número de imigrantes, além da direção espiritual, houve também necessidade de se escolherem outras pessoas para desempenhar diversas missões, como a de compra de terras, supervisão dos trabalhos, movimento financeiro (TUPES, 2007, p.56-57).

Na entrada do pequeno lugarejo, como pode ser observado na Figura 1, tem-se um portal com a seguinte frase: *Esat Laipni Sanemti*, de origem Letônia, quando traduzida para o português, significa: bem-vindos a Varpa. Além da escritura leta no portal, a maioria das fachadas dos comércios, ainda possuem a escrita de origem do país de seus fundadores. Mais do que isso, na rua principal do distrito, denominada Rua Riga, há uma réplica adaptada do obelisco construído em Riga, capital da Letônia, em homenagem aos fundadores da cidade.

Em se tratando da economia daquela época, a comunidade foi um exemplo de produção de produtos para a comercialização. Além dos produtos para a subsistência de seus povos, eram fabricados para a comercialização doces, pães caseiros típicos, mel, queijos, carnes defumadas e geleias da dona Neuza, sendo que os dois últimos participaram da fase final do festival gastronômico “Sabores de São Paulo”.

Em 1945, observa-se a introdução da Cooperativa Agropecuária Látvia de Varpa Ltda, que passou a vender materiais agropecuários a seus associados. Anos depois, em 1965, a cooperativa passou por reformulações administrativas para

conseguir manter-se comercialmente equilibrada (MONTES; MORENO e NAKAYAMA, 2012).

O trabalho com a produção de seda também era forte na comunidade, conforme destaca Montes; Moreira e Nakayama, 2012:

A sericultura foi outra atividade praticada em Varpa, com muitos proprietários de terra dedicando-se a ela, embora o maior volume de produção se encontrasse na Letônia. Em 1928, foi fundada a Associação Rural Amoreira de Varpa, da qual participavam também os russos da Colônias de Prata e Nova Rússia. Contava com 237 sericultores (MONTES; MOREIRA; NAKAYAMA, 2012 p. 55).

Toda essa carga histórica levou a fundação do Museu dos Pioneiros de Varpa, em 1980, no próprio distrito, sendo nomeado “Janis Erdberg”, nome de seu idealizador, que o construiu inspirado nas casas europeias. O museu é hoje um dos pontos turísticos com grande número de visitas de Tupã, além de ser considerado uma referência regional. Nas dependências do museu encontram-se objetos que mostram o desenvolvimento do distrito e contam a história da imigração, instrumentos utilizados nas construções na época da colonização, cartas, instrumentos musicais, vestuário, quadros, meios de locomoção, revistas e livros. Muitos habitantes ainda preservam a cultura da Letônia por meio do comércio de produtos gastronômicos caseiros, da arquitetura típica e do ecoturismo da Fazenda Palma, além do Museu, o qual conta com rica coleção catalogada, mantida por um colono desde os primórdios do povoado (SOUZA, 2014).

Segundo o Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o vilarejo possuía pouco mais de 600 habitantes. A população pequena leva a comunidade a ter uma vida social “[...] descrita nas seguintes atividades: igreja, missões religiosas, passeios organizados, assistência social e, finalmente, a vida diária” (MORAES, 2017d, p. 515).

O distrito de Varpa foi fundado antes da fundação da cidade de Tupã e possuía um desenvolvimento tecnológico avançado para sua época na região. Os imigrantes de Varpa estavam à frente de seu tempo. Por serem uma comunidade autossustentável, estavam aptos a suprir as suas necessidades. Foram umas das primeiras comunidades a produzir energia elétrica por meio de máquinas e processos advindos da Europa, utilizando-se das quedas d'água da região.

Naquela comunidade, os letos cultivavam e produziam tudo o que precisavam para sobreviver, dividindo entre si os mantimentos e o que mais era necessário. As casas e estabelecimentos eram construídos pelos próprios letos com a madeira que tiravam da mata onde estavam. Além das casas e igreja, eles tinham gráfica, oficina, espaço para ensinar as crianças, que ainda aprendiam o leto, e inclusive sua própria hidrelétrica (BUKVAR; ROSIN, 2013, p. 74).

Os imigrantes passaram por alguns problemas para se acostumarem com o novo país. O clima foi um dos principais problemas, pois as temperaturas eram muito elevadas e muitos não suportavam as altas temperaturas, vindo muitas vezes a falecer (BUKVAR; ROSIN, 2013). Devido à necessidade de médicos,

[...] chegou a colônia uma médica vinda da Letônia, ginecologista, que atuou como clínica geral, ao ver seu povo sofrendo. Foi construído então um hospital para que fossem tratados até mesmo casos de cirurgia simples, pois os casos mais graves eram encaminhados a São Paulo (MORAES; SILVA; MÜLLER, 2016).

3 Considerações Finais

Diante do exposto, a pesquisa exploratória e descritiva realizada acerca de cultura e das comunidades tradicionais leta de Varpa e indígena da Aldeia Vanuíre de Arco-Íris, observa-se que essa

sofreu e sofre modificações conforme a mudança de região, podendo ocorrer o processo de aculturação oriundo do novo meio inserido.

Analisando a comunidade indígena, foi possível observar que sua cultura e suas tradições são os pontos fortes que os mantêm unidos, apesar das dificuldades que os cercam. Observou-se também que, além de adquirir a cultura da sociedade ao redor, o grupo indígena interfere também na sociedade em que se insere. Comprova isto a existência do Museu Índia Vanuíre, o qual tem papel relevante na difusão, valorização e integração da cultura indígena na região, os nomes de ruas e prédios comerciais da cidade de Tupã/SP, em homenagem aos desbravadores das terras da região.

Em relação à comunidade de Varpa, esta encaixa-se perfeitamente ao termo comunidade tradicional por manterem vivos seus métodos de preservação da cultura e os laços fraternos entre os membros da comunidade. Todavia, ainda se percebe a influência da sociedade nos costumes, tradições e vocábulo dos habitantes da comunidade, embora essa demonstre sua cultura em cada pedaço do lugarejo, desde os nomes de ruas até as construções que lembram as cidades europeias. Reforçando essa permanência cultural, a história da construção da comunidade continua sendo contada pelo Museu dos Pioneiros de Varpa "Janis Erdberg", o qual conta com os objetos trazidos à época da imigração.

Referências

- ACUÑA, R. M. The politics of extractive governance: Indigenous peoples and socio-environmental conflicts. **The Extractive Industries and Society**, v. 2, n. 1, p. 85-92, 2015.
- ARAÚJO, A. V. et. al. **Povos indígenas e a lei dos "brancos": o direito à diferença**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 208p.

- BUKVAR, A. I. A.; ROSIN, J. A. G. Preservação do patrimônio cultural da colônia leta em Varpa com ênfase no beneficiamento do turismo na estância turística de Tupã. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 1, n. 7, 2013, p. 68-84. Disponível em: <https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/viewFile/530/555>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.
- BRASIL. **Decreto 6040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- CAMINHA, P. V. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/dochist/carta/obra.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- CONDURU, M. T.; PEREIRA, J. A. R. **Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas e procedimentos**. Belém: EDUFPA, 2010.
- COSTA, C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Índio do Brasil**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MELLO, R. **Meninos do mangue**. São Paulo: Schwarcz, 1991. 72p.

MONTES, A. V., MORENO, E. M., NAKAYAMA, I. B. **Tupã: Depoimentos de uma Cidade.** 2. ed. Tupã/SP: Iara Bianchi, 2012.

MORAES, N. R.; BRUMATTI, L. M.; LIMA, A. R.; CAMPOS, A. C. Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “comunidade tradicional” no Brasil. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 4., p. 518-539, 2017. Disponível em: <<http://www.sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/artic le/view/3666/9795>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

_____; CAMPOS, A. C. MÜLLER, N. M.; GAMBA, F. B.; GAMBA, M. F. D. F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**, v. 38, n. 12, 2017b. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/a17v38n12p17.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

_____; CAMPOS, A. C.; SILVA, M. L.; SOUZA, F. S. Comunidades Tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 5, p. 501-522, ago. 2017d. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3667/11287>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____; SILVA, N. M. B.; MÜLLER, N. M. Estudo sobre a busca de modelos organizacionais apropriados para a promoção do desenvolvimento de comunidades tradicionais brasileiras. In: II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. 2016. Franca. **Anais...** Franca. 2016. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/sippedes_varpa_doc.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____; VIVAN, C.; MÜLLER, N. M.; CAMPOS, A. C.; SILVA, N. M. B. R.; GAMBA, M. F. D. F. Evolução de modelos organizacionais em comunidades tradicionais brasileiras: estudo do tema na comunidade Leta de Varpa - Tupã (SP). In: MORAES, N. R.; PORTO JÚNIOR, G.; CAMPOS, A. C.; LIMA, A. R. (Orgs.). **Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social – volume 1.** Porto Alegre: Fi, 2017c. v.1, cap. 10, p. 183-199. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/48d206_e345f68f14044b4b941e361d2300876f.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

- NOHARA, I. P. Atuação do Estado nas comunidades tradicionais caiçaras. In: STANICH NETO, P. **Direitos das comunidades tradicionais caiçaras**. São Paulo: Café com Lei, 2016.
- OGASAWARA, K. R.; OLIVEIRA NETO, P.; VIEIRA, D. A. F. Elementos que caracterizam uma comunidade na Aldeia Vanuíre. In: MORAES, N. R.; PORTO JÚNIOR, G.; CAMPOS, A. C.; LIMA, A. R. (Orgs.). **Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social**. Porto Alegre: Fi, 2017. v. 1, cap. 9, p. 163-181. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/48d206_e345f68f14044b4b941e361d2300876f.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- PINHEIRO, N. S. **Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo: oeste paulista, 1912-1967**. 1999. 292p. Tese (doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 1999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/145478>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- PORTAL SÃO FRANCISCO. **Índios brasileiros: Primeiros Habitantes do Brasil**. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/indios-brasileiros>>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- RAMON, P. C. R.; MILESKI, K. G.; FAUSTINO, R. C. O impacto do Programa Bolsa Família na melhoria do acesso à educação e aprendizagem em comunidades indígenas no Paraná. In: Seminário nacional Estado e políticas sociais, 5, 2011, Cascavel. **Anais...** Cascavel, 2011. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_politicas_seguridade/O_impacto_programa_bolsa_familia_indio.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- RIBEIRO, D. **Os Índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- _____. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.
- RODRIGUES, R. A. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/Aguapeí**. 2007. 211p. Tese (Doutorado em arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANO, R. K. Japoneses: sonhos e pesadelos. In: **Trabalhadores**, Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas, 1989. Disponível em: <<http://www.terrabrasileira.com.br/folclore/bogjapao.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, 89 p.

SILVA, L. M. **O aleitamento materno e a alimentação infantil entre os indígenas da região oeste do estado de São Paulo**: um movimento entre a tradição e interculturalidade. 2013. 313p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOARES, G. C. **Os Borun do Watu** - Os Índios do Rio Doce. Contagem: CEDEFES, 1992.

SOUZA, L. T. **Varpa (Tupã)**: a Europa no oeste paulista. 2014. Disponível em <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1757537>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

TÖNNIES, F. **Community and Society**. Trad. Charles P. Loomis. EUA: Michigan State University Press, 1957.

TUPES, M. **Depois do crepúsculo, um novo alvorecer**: estudo sócio religioso da colonização leta de Varpa e Comunidade de Palma. Tupã/SP: Multigráfica, 2007.

Capítulo 10

Políticas públicas para povos indígenas: análise da literatura

*Ariane Taísa de Lima*¹

*Nelson Russo de Moraes, Dr.*²

*Cristiane Hengler Corrêa Bernardo, Dra.*³

1 Introdução

A busca pelo estado da arte traz o desafio da discussão acadêmica sob diferentes campos do conhecimento e culmina na tentativa de destacar os aspectos mais relevantes dos estudos, que são conduzidos em diferentes locais e em diferentes épocas (FERREIRA, 2002). Nesse contexto, conhecer as produções científicas que estudam os povos indígenas é importante no sentido de verificar o que esses evidenciam com relação à diversidade

¹ Tecnóloga em Mecanização para Agricultura de Precisão (FATEC/Pompéia). Mestranda em Agronegócio e Desenvolvimento - PGAD/FCE/UNESP. Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social - GEDGS/FCE/UNESP. email: arianetaisalg@gmail.com

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento - PGAD/FCE/UNESP. Líder do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social. nelsonrusso.unesp@gmail.com

³ Doutora em Educação (UFMS). Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento - PGAD/FCE/UNESP. email: cristiane@tupa.unesp.br

cultural, social, econômica e territorial, das quais fazem parte os índios, tendo em consideração diferentes tempos e espaços.

Tomando-se tal recorte espaço-temporal no estudo sobre estes, sabe-se que o Brasil possui 817.963 indígenas, sendo que 502.783 vivem em áreas rurais e 315.180 em áreas urbanas, distribuídos em 305 etnias (IBGE, 2010), cada uma com seus respectivos conhecimentos tradicionais e mitos que norteiam a vida social, os quais não impedem que compartilhem como ponto em comum a relação de equilíbrio e respeito com a natureza (LUCIANO, 2006).

No entanto, nem sempre as políticas públicas privilegiaram as características únicas desses povos. As primeiras políticas públicas aplicadas às populações indígenas no Brasil ocorreram por meio da catequização. O intuito era o de que os indígenas fornecessem mão de obra às missões e aos colonos (COELHO, 2015). Faz-se importante pontuar que dentro do estudo da política, as políticas públicas analisam as atividades do governo frente as grandes questões públicas, sendo que as políticas públicas interferem diretamente e indiretamente na vida dos cidadãos (SOUZA, 2006).

A primeira estrutura organizacional oficial dedicada aos índios se consagrou por meio do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, fundado em 1910, por meio do Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910 sendo esta, uma extensão do Ministério da Agricultura. Contudo, os índios eram considerados relativamente incapazes, e seus direitos de reprodução, física e cultural não eram assegurados nessa época (FUNAI, 2013; STAUFFER, 1959).

Em 1967, de forma a suceder o SPI, foi criada a Fundação Nacional do Índio -Funai, por meio da Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967, que assumiu perante aos índios uma relação paternalista, deixando-os totalmente dependentes e submissos, uma vez que eram considerados “relativamente incapazes”. Um dos principais intuítos da Funai era integrar o índio à sociedade brasileira (LIMA, 2015; FUNAI, 2013).

Em 1973, por meio da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, foi criado o Estatuto do Índio, em que foram formalizados os procedimentos que deveriam ser adotados pela Funai para dar assistência aos povos indígenas no que tange à proteção de terras e à regularização fundiária. Entretanto, apesar dos avanços nos direitos dos indígenas com a criação do Estatuto, povos indígenas continuaram submissos e dependentes do Estado (FUNAI, 2013).

A partir dos anos 1980, com o processo de democratização do Estado, as questões indígenas passaram a ser debatidas no âmbito civil e pelos próprios indígenas, que por meio de organizações políticas, passaram a debater politicamente assuntos de seu interesse. Com a Constituição de 1988, o Estado estabeleceu uma relação protetora e de promoção aos direitos dos índios, sendo um dos direitos assegurados a demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas. Os indígenas passaram a ser reconhecidos como sujeitos políticos e a eles foi concedido o direito de participação e desenvolvimento de políticas de seus interesses (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005).

Frente a ambiguidade das legislações, a sobrevivência dos povos indígenas não tem sido fácil, e a garantia de seus direitos e valorização de sua cultura, ocorreu de forma tardia no país (CHAIM, 1994). Diante disso, o objetivo desta pesquisa, foi realizar um levantamento das políticas públicas indigenistas que vêm sendo abordadas nas publicações científicas. Para tal, o levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados da Scielo e Scopus de forma sistematizada, para posterior leitura e análise dos resultados.

2 Metodologia

A metodologia adotada para o presente trabalho é a Revisão Bibliográfica Sistematizada – RBS. Por meio da RBS é possível identificar quais são as contribuições relevantes sobre determinado assunto ou até mesmo área. Nesse sentido, existe uma maior

confiabilidade dos dados quando comparados à estudos não sistematizados (TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003).

Essa técnica coleta, analisa, compreende, sumariza e classifica um determinado grupo de artigos científicos de forma a obter o estado da arte (referencial teórico) sobre o assunto pesquisado. A RBS se diferencia do modelo tradicional, pois, permite que referencial teórico seja elaborado de maneira sistematizada e transparente, ou seja, pode ser replicado por outros pesquisadores (CONFORTO; AMARAL; SILVA, 2011).

Levy e Elis (2006) sintetizam que a técnica é composta por três fases, que são entrada, processamento e saída, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 9 – Fases da RBS



Fonte: Adaptado de Levy; Elis (2006)

A metodologia adotada se apoiou no processo metodológico utilizado por Conforto; Amaral e Silva (2011) e Bernardo (2016), cujo desenvolvimento foram explicados passo a passo, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Desenvolvimento das três fases da RBS

Fase 1 - Entrada	Fase 2 - Processamento	Fase 3 - Saída
Passo a. Definir base de dados	Passo d. Busca de artigos sem filtros	Passo i. Analisar os artigos
	Passo e. Aplicar filtros	
Passo b. Definir termos de buscas	Passo f. Leitura preliminar de introdução e conclusão	Passo j. Sínteses dos artigos
Passo c. Definir combinação de termos e operadores booleanos	Passo g. Descartar artigos que não correspondem aos objetivos da pesquisa	Passo k. Apresentar dos resultados
	Passo h. Organizar os artigos finais	

Fonte: Adaptado de Bernardo (2016)

2.1 Fase 1 - Entrada

A fase 1, ou entrada, consiste no levantamento de informações preliminares. Nesta fase, é necessário que o pesquisador busque uma base confiável, que possa oferecer uma quantidade considerável de publicações que envolvam o tema de interesse (LEVY, ELLIS, 2006). Para a presente pesquisa, as bases de dados definidas (Passo a) foram: Scielo e Scopus.

A Scielo, é uma biblioteca eletrônica que detêm coleções selecionadas de periódicos científicos brasileiros. Esta biblioteca é consequência de um projeto de pesquisa em parceria da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e da Entro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde – BIREME (SCIELO, 2017). No plano internacional, a Scopus é a maior base de dados da literatura revisada por pares, na qual é possível encontrar, além de artigos, anais de eventos, livros e periódicos científicos, em múltiplas áreas de conhecimento (ELSEVIER, 2017).

A partir do objetivo da pesquisa, que trouxe um panorama sobre políticas públicas indigenistas, foram definidos os termos de busca (Passo b): “políticas públicas”; “public policies”; “indígenas”; “índios”; “autóctones”; “silvícolas”; “indians” e “indigenous”. As

aspas foram utilizadas para encontrar as expressões exatas. Foram utilizados termos em inglês, para aumentar o número de artigos encontrados, principalmente ao realizar a buscas em uma base internacional.

Caso exista a necessidade do pesquisador em realizar uma busca avançada, deve-se utilizar *strings* de busca de forma a combinar os termos escolhidos. O **string** “AND” é um operador booleano de inclusão e serve para combinar termos. O string “OR” serve para aumentar as possibilidades de encontrar artigos com termos correlatos (LEVY, ELLIS, 2006).

Para a presente pesquisa, a combinação de termos e uso de strings (Passo c) foi realizada da seguinte forma: (“políticas públicas” OR “public policies”) AND “indígenas” OR “índios” OR “autóctones” OR silvícolas” OR “indians” OR “indigenous”).

2. 2 Fase 2 - Processamento

A fase 2, ou processamento, consiste na busca e seleção dos artigos. Para conhecer o panorama atual do estado da arte sobre os termos definidos, buscou-se no portal os termos definidos na fase 1 de forma isolada, como é possível observar no Quadro 2.

Quadro 2 – Volume de trabalhos publicados sobre as temáticas de pesquisa de maneira isolada

Termos	Base Scielo	Base Scopus	Data
“Políticas públicas”	7.610	745	28/09/2017
“Public policies”	4.919	104.185	
“Indígenas”	3.650	862	
“Índios”	1.072	398	
“Autóctones”	293	29	
“Silvícolas”	67	07	
“Indigenous”	4.767	96.126	
“Indians”	1.062	262.109	

Fonte: Elaborado pelos autores

Na sequência, combinou-se os termos propostos como temáticas da pesquisa, que resultou na redução significativa quanto ao volume total de artigos, conforme demonstra o Quadro 3. Contudo, ainda sem a aplicação de nenhum filtro. Esse processo correspondeu ao passo d.

Quadro 3 – Volume de trabalhos publicados sobre as temáticas de pesquisa de maneira conjunta

Termos	Base Scielo	Base Scopus	Data
((“políticas públicas” OR “public policies”) AND (“indígenas” OR “índios” OR “autóctones” OR silvícolas” OR “indians” OR “indigenous”)).	349 resultados	1.551 resultados	28/09//2017
	1.900 resultados		

Fonte: Elaborado pelos autores

Devido à grande quantidade de resultados, foi necessária a aplicação de quando a escolha de artigos de forma a alcançar uma quantidade relevante de artigos para serem explorados (passo e).

Como filtro 1, aplicou-se a seleção de artigos por áreas, e a escolha das áreas mediante sua relação com o propósito de pesquisa. Na base de dados da Scielo, escolheu-se as áreas: *história; humanidades; educação; ciências sociais; sociologia; política; saúde pública; estudos culturais; agricultura multidisciplinar*. Na base de dados da Scopus, as áreas escolhidas foram: *ciências sociais; ciências ambientais; artes e humanidades e; agricultura e ciências biológicas*.

O filtro 2, aplicado nas duas bases de dados, foi a escolha de artigos escritos apenas nos idiomas inglês e português. Como terceiro filtro, aplicou-se a escolha de apenas artigos revisados por pares. Assim sendo, capítulos de livros, relatórios, artigos técnicos entre outros, foram desconsiderados.

Como quarto filtro aplicado, realizou-se a escolha de artigos que tratassem de políticas públicas indigenistas em âmbito nacional, por isso, delimitou-se o território Brasil. É necessário ressaltar que a escolha do território não isentaria a possibilidade de encontrar

artigos de brasileiros que tivessem como objetos de estudos comunidades de outros países. O Quadro 4 apresenta o processo de filtragem das duas bases de dados.

Quadro 4. Processo de filtragem de artigos das bases de dados Scielo e Scopus

Filtragem	Base SCIELO	Total	publicações excluídas	Data
Sem filtro	Todas as publicações	349 publicações	74 publicações	28/09/2017 à 01/10/2017
Filtro 1	Áreas de interesse	275 publicações	182 publicações	
Filtro 2	Idiomas de interesse	93 publicações	12 publicações	
Filtro 3	Somente artigos	81 artigos	34 publicações	
Filtro 4	Território de interesse	47 artigos	-	
Filtragem	Base SCOPUS	Total	Publicações excluídas	
Sem filtro	Todas as publicações	1.551 publicações	775 publicações	
Filtro 1	Áreas de interesse	776 publicações	34 publicações	
Filtro 2	Idiomas de interesse	742 publicações	194 publicações	
Filtro 3	Somente artigos	548 artigos	519 publicações	
Filtro 4	Território de interesse	29 artigos	-	
Total de artigos selecionados		76 artigos		

Fonte: Elaborado pelos autores

O **passo F** conforma a leitura da introdução e da conclusão dos artigos. Para tanto, foram realizadas as leituras destes elementos dos setenta e seis artigos, antes do prosseguimento para a **fase G**,

quando são descartados artigos que não se encaixassem na proposta de pesquisa, ou ao qual não se tenha acesso.

Nesta fase, oito (8) artigos foram excluídos por serem repetidos, nove (9) artigos foram excluídos por não ser permitido a visualização completa, nove (9) artigos foram excluídos por tratarem políticas indigenistas de outros países latino americanos (México, Chile, Peru, Argentina e Bolívia) e onze (11) artigos foram excluídos por tratarem de outras comunidades tradicionais além das indígenas (quilombolas, pescadores, extrativistas e caiçaras), nos quais as políticas foram abordadas de maneira geral para todos os grupos. Além disso, em alguns artigos foram abordados os reflexos da sociedade sobre essas comunidades. No total, foram excluídos trinta e sete (37) artigos nessa fase.

O **passo h** se configurou na organização de trinta e nove (39) artigos (Quadro 5) que foram selecionados para a **fase 3**, ou fase de saída, na qual os artigos foram analisados, sintetizados e apresentados no capítulo 3 desta pesquisa.

Quadro 5. Apresentação dos artigos selecionados para análise

	Autor	Título	Periódico
1	FERREIRA, L. O.	<i>A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas</i>	História, Ciências, Saúde-Manguinhos
2	CRUZ, K. R.; COELHO, E. M. B.	<i>A saúde indigenista e os desafios da particip(ação) indígena</i>	Saúde e Sociedade
3	CARDOSO, L. S. M et al.	<i>Aranãs do médio Jequitinhonha: aspectos socioeconômicos, demográficos e sanitários de uma população indígena desaldeada</i>	Ciência & Saúde Coletiva
4	CASTRO, T. G. et al	<i>Características de gestão, funcionamento e cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas Kaingáng do Rio Grande do Sul, Brasil</i>	Cadernos de Saúde Pública
5	BASTOS, J. L. et al.	<i>Sociodemographic characteristics of indigenous population according to the 2000 and 2010 Brazilian demographic censuses: a comparative approach</i>	Cadernos de Saúde Pública

6	GRUBITZ, S.	<i>Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas</i>	Psicologia & Sociedade
7	SOUSA, S. B. L.; SCHWEIKARDT, J. C.	<i>O Sesp nunca trabalhou com índios: a (in)visibilidade dos indígenas na atuação da Fundação Serviços de Saúde Pública no estado do Amazonas</i>	História, Ciências, Saúde-Manguinhos
8	FERREIRA, L. O.	<i>Saúde e relações de gênero: uma reflexão sobre os desafios para a implantação de políticas públicas de atenção à saúde da mulher indígena</i>	Ciência & Saúde Coletiva
9	BERNARDES, A. G.	<i>Saúde indígena e políticas públicas: alteridade e estado de exceção</i>	Interface - Comunicação Saúde Educação
10	GONCALVES, G. M. S. et al	<i>Uso de agrotóxicos e a relação com a saúde na etnia Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil</i>	Saúde e Sociedade
11	CALDAS, A. D. R.; SANTOS, R. V.	<i>Vigilância Alimentar e Nutricional para os povos indígenas no Brasil: análise da construção de uma política pública em saúde</i>	Physis: Revista de Saúde Coletiva
12	BORGES, J. C.	<i>A sociedade brasileira nos fez pobres: assistência social e autonomia étnica dos povos indígenas. O caso de Dourados, MS</i>	Horizontes Antropológicos
13	AGUILAR, A	<i>Identidade/Diversidade Cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no Brasil</i>	Inf. & Soc
14	OLIVEIRA, A. R.	<i>“Aqui (ainda) não tem meio ambiente”: políticas indígenas do conhecimento na fronteira Brasil Guiana</i>	Etnográfica
15	TEIXEIRA, C. C.	<i>Fundação Nacional de Saúde. A política brasileira de saúde indígena vista através de um museu</i>	Etnográfica
16	TEIXEIRA, C. C.	<i>A produção política da repulsa e os manejos da diversidade na saúde indígena brasileira</i>	Revista de Antropologia
17	ARISI, B.; MILANEZ, F.	<i>Isolados e ilhados: indigenismo e conflitos no Vale do Javari, Amazônia</i>	Estudos Ibero-Americanos

18	SACHROEDER, I.	<i>Os Xerente: estrutura, história e política</i>	Sociedade e Cultura
19	MACHADO, M.; PAGLIARO, H.; BARUZZI, R.G.	<i>Perfil demográfico dos Hupd'äh, povo Maku da região do Alto Rio Negro, Amazonas (2000-2003)</i>	Revista Brasileira de Estudos da População
20	ESTACIO, M. A. F.; ALMEIDA, D. A. R.	<i>Indígenas na Universidade do Estado do Amazonas</i>	Journal of Research in Special Educational Needs
21	SCISLESKI, A. C. C.; BERNARDES, A.G.	<i>Sobre Foucault e Agamben: Uma reflexão sobre subjetividade, ética e políticas públicas</i>	Estudos de Psicologia
22	GIL, L.P.	<i>Políticas de Saúde, Pluralidade Terapêutica e identidade na Amazônia</i>	Saúde Coletiva
23	QUERMES, P.A.A.; CARVALHO, J.A.	<i>Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas</i>	Serviço & Sociedade
24	MENEGOLLA, I.A et al.	<i>Estado nutricional e fatores associados a estatura de crianças da terra indígena Guarita Sul do Brasil</i>	Cadernos de Saúde Pública
25	NOGUEIRA, L. M.V et al.	<i>Therapeutic itineraries and explanations for tuberculosis: an indigenous perspective</i>	Revista Saúde Pública
26	CANCELA, F.	<i>O trabalho dos índios numa "terra muito destituída de escravos": políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)</i>	História
27	CARDOSO, M.D.	<i>Saúde e povos indígenas no Brasil: notas sobre alguns temas equívocos na política atual</i>	Cadernos de Saúde Pública
28	BERGAMASCHI, M.A; SOUSA, F.B.	<i>Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil</i>	Pro-posições
29	TEIXEIRA, C. C.; SILVA, C.D.	<i>The construction of citizenship and the field of indigenous health</i>	Vibrant

30	GARCÉS, C.L.L.	<i>O mundo da horticultura Ka'apor: práticas, representações e as suas transformações</i>	Ciências Humanas
31	ZANIN, N.Z. et al.	<i>Espaços Escolares Indígenas no Brasil: políticas, ações e atores envolvidos</i>	Educação e realidade
32	GARNELLO, L.; SAMPAIO, S.	<i>Bases sócio-culturais do controle social em saúde indígena</i>	Caderno de Saúde Pública
33	PAULA, L. R.	<i>O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais</i>	Estudos pedagógicos
34	DELMONDEZ, P.; CAVASIN ZABOTTO PULINO, L. H.	<i>Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena</i>	Psicologia & Sociedade
35	PELLON, L. H. C.; VARGAS, L. A.	<i>Cultura, interculturalidade e processo saúde-doença: (des)caminhos na atenção à saúde dos Guarani Mbyá de Aracruz, Espírito Santo</i>	Saúde Coletiva
36	BASTOS CUNHA, R..	<i>Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil</i>	Educar
37	NAKASHIMA, E. Y.; DOS SANTOS ALBUQUERQUE, M. A.	<i>A cultura política da visibilidade: os Pankararu na cidade de São Paulo</i>	Revista Estudos Históricos
38	PONTE, L. A. S. X.	<i>A população indígena da cidade de Belém, Pará: alguns modos de sociabilidade</i>	Ciências Humanas
39	CONTINI, A. Z.; DE CASTILHO, M. A.; COSTA, R. B.	<i>A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local</i>	Interações

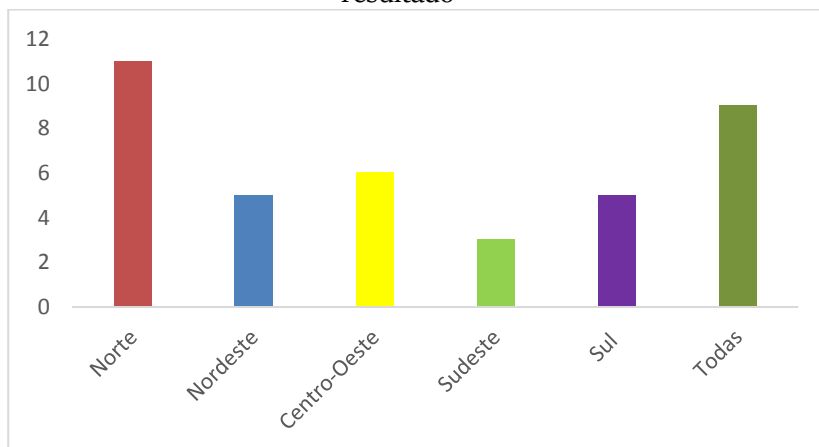
Fonte: Elaborado pelos autores

3 Resultados e discussões

Na fase de saída buscou-se contextualizar os aspectos mais importantes dos artigos selecionados na fase anterior. É notório que,

por se tratar de políticas públicas nacionais, os artigos são majoritariamente escritos em português (92%). Em relação ao recorte espacial, observou-se que todas as regiões do Brasil tratam do tema, com destaque para a região Norte, que compreende 28% do total de artigos localizados. As regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul correspondem a 41% do total dos artigos encontrados e somente três artigos foram conduzidos com povos indígenas da região Sudeste. Os estudos que tratam dos aspectos indígenas de forma geral, sem considerar os aspectos culturais ou regionais das muitas etnias presentes no Brasil corresponderam a 23% do total de artigos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Volume de produção por região de acordo com o resultado

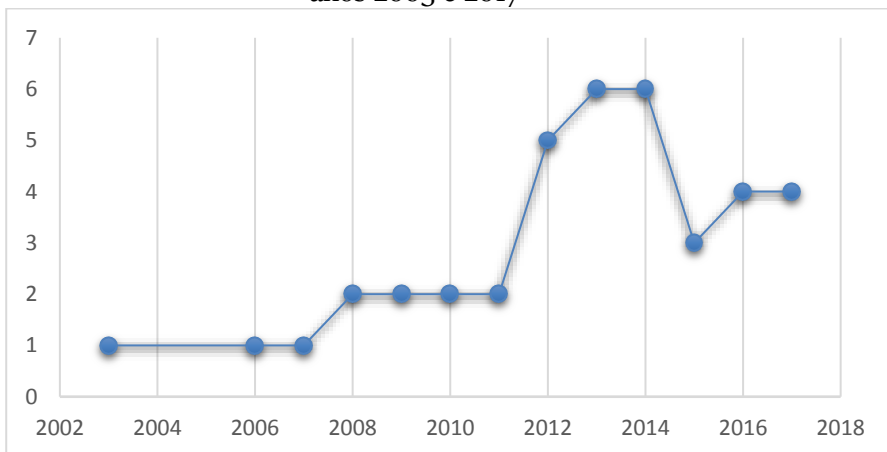


Fonte: Elaborado pelos autores

Outro destaque importante, diz respeito à análise dos artigos quanto ao ano de publicação (Figura 3). Observa-se que os anos 2013 e 2014 foram os anos com maior publicação sobre a temática, totalizando 31% do total de artigos selecionados. Os anos 2012, 2016 e 2017, correspondem a 33% do total de artigos selecionados. Observou-se que o artigo mais antigo, foi publicado no ano de 2003. Dessa forma, pode-se dizer que esse estudo realizou um

levantamento de artigos dos últimos 14 anos. Os artigos dos últimos 5 anos correspondem a 78% do total de artigos e nesse sentido, pode-se dizer que os estudos que tratam essas comunidades vêm aumentando consideravelmente. Entretanto, devido ao grande número de etnias, ainda são poucos estudos que tratam da questão indígena de maneira individual, uma vez que a generalização poderia comprometer muitos estudos, devido a especificidade de cada etnia.

Gráfico 2 – Volume total de produção compreendido entre os anos 2003 e 2017



Fonte: Elaborado pelos autores

Posteriormente, foi realizada uma análise em relação ao Qualis das revistas. É importante ressaltar que não foi encontrado o Qualis de 15 dos 39 periódicos analisados, e estes correspondem a 38% do total de artigos. Os artigos publicados em revistas com Qualis A1 e A2 correspondem a 36% do total de artigos, 26% dos artigos estão publicados em revistas com Qualis entre B1 e B3. Analisou-se também as áreas de estudos que os artigos abrangeram e o número de citações desses, os resultados podem ser visualizados por meio do Quadro 6.

Quadro 6. Artigos ordenados por área, Qualis e número de citações

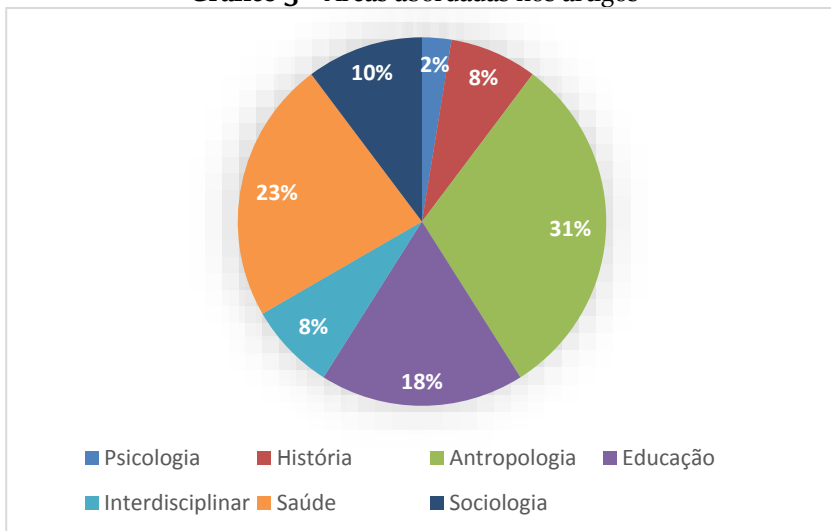
	Título	Área	Qualis	Nº de citações
1	A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas	Antropologia	B2	20
2	A saúde indigenista e os desafios da particip(ação) indígena	Sociologia	A2	3
3	Aranãs do médio Jequitinhonha: aspectos socioeconômicos, demográficos e sanitários de uma população indígena desaldeada	Interdisciplinar	A1	-
4	Características de gestão, funcionamento e cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas Kaingáng do Rio Grande do Sul, Brasil	Saúde Coletiva	A2	-
5	Sociodemographic characteristics of indigenous population according to the 2000 and 2010 Brazilian demographic censuses: a comparative approach	Saúde Coletiva	A2	-
6	Mulheres indígenas brasileiras: Educação e políticas públicas	Educação	A2	3
7	O Sesp nunca trabalhou com índios": a (in)visibilidade dos indígenas na atuação da Fundação Serviços de Saúde Pública no estado do Amazonas	Antropologia	B2	3
8	Saúde e relações de gênero: uma reflexão sobre os desafios para a implantação de políticas públicas de atenção à saúde da mulher indígena	Interdisciplinar	B1	21
9	Saúde indígena e políticas públicas: alteridade e estado de exceção	Antropologia	B2	7
10	Uso de agrotóxicos e a relação com a saúde na etnia Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil	Sociologia	A2	6
11	Vigilância Alimentar e Nutricional para os povos indígenas no Brasil: análise da construção de uma política pública em saúde	Saúde Coletiva	B1	14
12	A sociedade brasileira nos fez pobres: assistência social e autonomia étnica dos povos indígenas. O caso de Dourados, MS	Antropologia	A1	-
13	Identidade/Diversidade Cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no Brasil	Antropologia	-	7
14	"Aqui (ainda) não tem meio ambiente": políticas indígenas do conhecimento na fronteira Brasil Guiana	Antropologia	-	-
15	Fundação Nacional de Saúde. A política brasileira de saúde indígena vista através de um museu	Antropologia	-	12
16	A produção política da repulsa e os manejos da diversidade na saúde indígena brasileira	Antropologia	B1	9

17	Isolados e ilhados: indigenismo e conflitos no Vale do Javari, Amazônia	Interdisciplinar	A2	-
18	Os Xerente: estrutura, história e política	História	B2	9
19	Perfil demográfico dos Hupd'äh, povo Maku da região do Alto Rio Negro, Amazonas (2000-2003)	Sociologia	-	13
20	Índigenas na Universidade do Estado do Amazonas	Educação	-	0
21	Sobre Foucault e Agamben: Uma reflexão sobre subjetividade, ética e políticas públicas	Psicologia	A1	2
22	Políticas de Saúde, Pluralidade Terapêutica e identidade na Amazônia	Saúde Coletiva	A2	28
23	Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas	Sociologia	-	10
24	Estado nutricional e fatores associados a estatura de crianças da terra indígena guarita sul do Brasil	Saúde coletiva	A2	30
25	Therapeutic itineraries and explanations for tuberculosis: an indigenous perspective	Saúde coletiva	-	2
26	O trabalho dos índios numa "terra muito destituída de escravos": políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)	História	-	2
27	Saúde e povos indígenas no Brasil: notas sobre alguns temas equívocos na política atual	Saúde coletiva	A2	6
28	Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil	Educação	-	2
29	The construction of citizenship and the field of indigenous health	Antropologia	B3	4
30	O mundo da horticultura Ka'apor: práticas, representações e as suas transformações	Antropologia	-	2
31	Espaços Escolares Indígenas no Brasil: políticas, ações e atores envolvidos	Educação	A1	-

32	Bases sócio-culturais do controle social em saúde indígena	Saúde	A2	35
33	O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais	Educação	-	3
34	Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena	Educação	A2	2
35	Cultura, interculturalidade e processo saúde-doença: (des)caminhos na atenção à saúde dos Guarani Mbyá de Aracruz, Espírito Santo	Saúde	-	8
36	Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil	Educação	-	12
37	A cultura política da visibilidade: os Pankararu na cidade de São Paulo	Antropologia	B1	3
38	A população indígena da cidade de Belém, Pará: alguns modos de sociabilidade	Antropologia	-	6
39	A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local	História	B2	1

Fonte: Elaborado pelos autores

O Gráfico 3 apresenta as áreas abordadas dos artigos. Observa-se que as áreas de “antropologia” e “saúde” correspondem a 54% do total de artigos. A área da “educação” compreende 18% do total de artigos analisados. As áreas “sociologia”, “interdisciplinar” e “história” abrangem 26% do total de artigos. E a área de psicologia compreende apenas um artigo 2% do total.

Gráfico 3 – Áreas abordadas nos artigos

Fonte: Elaborado pelos autores

Por se tratar de políticas públicas, os objetivos principais de pesquisa de cada um dos artigos foram bastante diversificados, reforçando o caráter interdisciplinar no que tange à discussão dessas nas comunidades indígenas. O Quadro 7 apresenta a estruturação dos trinta e nove (39) artigos em objetivo geral, tipo de pesquisa e abordagem. Posteriormente foi realizada uma síntese sobre cada um dos artigos individualmente.

Guazzeli e Bernardes (2011) fazem uma análise de como as populações indígenas se tornaram objetos de políticas públicas de saúde a partir da criação do SPI em 1910.

Cruz e Coelho (2012) observaram que existem diferenças nas percepções do Estado e dos indígenas sobre a participação indígena no Sistema Único de Saúde (SUS), que ocorreu de forma tensa, uma vez que, por seu caráter universal, houve dificuldades em ser adaptado às especificidades indígenas. Os autores destacam que os povos Tentehar-Guajajara, etnias presentes em Amarante (MA), buscam participar de todas as questões que envolvem políticas indigenistas de forma a se tornarem sujeitos no processo de tomada

de decisão. Contudo, em relação a participação desses povos na organização de saúde, a situação é precária havendo a necessidade de entrarem em situação de confronto com as instituições responsáveis pela saúde indigenista, contradizendo o que é posto nos documentos oficiais, que tem como uma das principais características a criação de condições para a participação indígena.

A Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP, foi um marco na política pública de saúde, e foi referência para assistência à saúde no interior do país e na Amazônia entre 1942 e 1992. Sousa e Schweikardt (2013) analisaram os relatórios e manuais e entrevistaram profissionais dessa instituição para compreender sua atuação quanto ao atendimento dos indígenas no interior do Amazonas, e observaram que as políticas de saúde não contemplavam às especificidade e diversidade indígena e que mesmo sendo referência em saúde pública, o SESP, só passou a trabalhar com indígenas, no momento que foi incorporada a FUNASA.

Gonçalves et al. (2012) observaram o uso de agrotóxicos na produção agrícola dos Xukuru do Ororubá, em Pesqueira (PE). A maioria dos produtores indígenas adquirem os produtos sem receituário agrônomo, o que culmina na má utilização dos defensivos. Além disso, alguns produtores também não realizam a leitura do rótulo e nem sabem o significado das cores presentes nos rótulos. Segundo os autores, a implantação de políticas de promoção de saúde é necessária, uma vez que vai oferecer alternativas agrícolas mais sustentáveis, de forma a não colocar em risco os produtores, o ambiente e os consumidores finais.

Diniz e Santos (2012) analisaram os fatores que levaram os gestores de políticas públicas a reconhecerem os déficits nutricionais dos povos indígenas e como foi escolhido o sistema de vigilância alimentar e nutricional (SISVAN) como alternativa para enfrentar esse problema de saúde pública. Os autores sintetizam que a coleta de dados quanto à situação nutricional desses povos ocorria de forma lenta, pois a Funai, que era responsável pelos serviços de

saúde não dispunha de indicadores de forma sistematizada e os grandes inquéritos de saúde e nutrição no Brasil também não abrangiam essas comunidades de forma específica. Após o reconhecimento do déficit nutricional das crianças indígenas, foram elaboradas alternativas de solução desse problema. O reconhecimento dessa situação era oriundo de estudos acadêmicos, contudo, a visibilidade do déficit nutricional indígena ganhou visibilidade após a morte de crianças na Reserva de Guarita (RS), em 2001, causando a comoção de diversos atores. Como resultado foi estabelecido, em âmbito nacional, um programa de alimentação e nutrição que contemplava crianças, nutrizes (aquelas que estão amamentando) e gestantes indígenas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Ferreira (2013) discutiu a implantação da medicina tradicional no alto Juruá (AC), que por meio de três reuniões realizadas em 2006 entre povos indígenas e equipes multidisciplinares de saúde, buscavam discutir o papel das parteiras e pajés e dos agentes indígenas de saúde (AIS) nos cuidados com a gestação, parto e pós-parto das mulheres indígenas. Contudo, a autora observou que para as práticas culturais possam ser incorporadas ao sistema de saúde, é necessário validar cientificamente seu processo e prática, bem como qualificar os praticantes, contudo, estes acabam por perder algumas especificidades intrínsecas da cultura indígena no momento em que recebem o auxílio de profissionais de saúde não indígenas e inserem alguns materiais em suas práticas.

Cardoso et al. (2016) realizaram uma survey com moradores indígenas que vivem fora de terras indígenas (TI), tanto na cidade quanto no campo e são pertencentes à etnia Arana, em Minas Gerais. Os autores observaram que grande parcela dos domicílios Arana recebem algum tipo de auxílio governamental e os moradores das áreas rurais, em sua maioria, moram em casas “cedidas” por seus empregadores. Os autores apontam que existe uma grande lacuna

de estudos para populações desaldeadas, pois, a maioria dos estudos se concentram em territórios indígenas (TI) demarcados.

Ferreira (2013) ao analisar a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASI), que apesar de buscar diretrizes para garantir atenção integral a saúde indígena, inclusive, ao reconhecer as diversidades étnicas desses, não distingue o atendimento por gênero. Apesar de muitas iniciativas tomadas desde 2004 com a Oficina sobre a Atenção Integral à Saúde da Mulher Indígena, nenhuma política específica de atenção à saúde da mulher indígena foi criada. Os problemas aos quais as mulheres indígenas referem-se e englobam a falta de assistência às gestantes e aos partos, a desnutrição, a mortalidade por câncer de colo de útero e de mama, a prostituição e a violência doméstica. Entretanto, devido às especificidades culturais, a mulher indígena tende a não se sentir confortável em falar de suas intimidades com homens não índios, ou até mesmo índios que mantêm pouco contato. Dentro do universo que a autora analisou, a mulher indígena é relacionada inscrita em um contexto particular e este aspecto deve ser considerado no momento de atenção à sua saúde.

Castro et al. (2014) realizaram um estudo transversal nas escolas indígenas Kaingang do Rio Grande do Sul, e identificaram problemas no que concerne ao espaço físico das escolas e qualidade nutricional dos cardápios oferecidos às escolas, além da falta de participação dos indígenas no Conselho de Alimentação escolar (CAE).

Bastos et al. (2017) observaram as mudanças nos volumes e distribuições dos indígenas nas macrorregiões do Brasil e buscaram averiguar características como faixa etária, total de moradores em um domicílio, escolaridade e renda. Os autores destacam a necessidade no aprofundamento desses estudos, de forma a direcionar políticas públicas a esses povos.

Grubits (2014) realizou um trabalho de campo em comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul a fim de relatar a participação das mulheres em diversos âmbitos políticos. A autora

observou, o aumento progressivo de mulheres que buscam às universidades, porém sem perder contato com sua comunidade. Na etnia Kadiwéu, foi observado o poder político das mulheres, que não estão inseridas em uma cultura machista, mas sim de igualdade entre homens e mulheres. O grupo Terena, por sua vez, se adapta à cultura dominante como forma de sobrevivência para obterem melhores salários e oportunidade de vida.

Borges (2016), realizou um estudo sobre as relações dos povos indígenas com a política de assistência social e tomou a reserva indígena de Dourados (MS) como caso de estudo. O autor contextualiza a implantação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS indígena, uma entidade responsável por ofertar benefícios e serviços à população da Terra Indígena de Dourados. O protagonismo indígena quanto a disputas de recuperação de suas terras contra empresas agropecuárias, resultou em grandes ondas violência contra os índios, que vão desde assassinatos, seqüestro e prisão sem crime. Além disso, o autor observou que na reserva existem casos de alcoolismo, violência doméstica, exploração sexual e familiar, bem como negligência com idosos e crianças. Devido ao grande número de famílias indígenas, o CRAS não é capaz de atender toda população e uma das formas de minimizar os problemas é o trabalho em conjunto com líderes das comunidades.

Aguilar (2012) escolheu duas comunidades indígenas do Nordeste para avaliar a relação entre identidade cultural, tecnologia da informação e comunicação, a fim de estabelecer o perfil desses povos que têm acesso a internet, bem como identificar os fatores que dificultam seu acesso à internet e caracterizar as políticas governamentais para garantir a inclusão digital desses povos. Os autores observaram que os indígenas estão utilizando esse instrumento para promover, fortalecer e difundir sua cultura.

Oliveira (2017), contextualizou a etnologia do contexto local de comunidades que convivem na TI Jacamim em Roraima, na fronteira com a Guiana e observou diferentes posicionamentos dos indígenas em discussões sobre o meio ambiente. O autor propôs

uma discussão de relações Inter étnicas que se configuram a partir da posição dos povos indígenas e de suas terras.

Teixeira (2017), por meio de uma visita ao museu da FUNASA e entrevista com funcionários do local, estabeleceu uma investigação acerca do processo histórico e político-institucional dessa fundação, tratando de estabelecer a genealogia da fundação, conectando-a com as dificuldades da consolidação de um campo político que priorize a diversidade dentro do campo da saúde indígena. Também Teixeira (2013), por meio de uma análise do manual de formação do agente indígena, observou que o investimento na capacitação indígena, de modo a incluí-los, acaba por ir contra a demanda dos povos indígenas, uma vez que é ancorado nas relações entre os indígenas.

Quadro 7 – Objetivo principal e metodologia adotada nos artigos relacionados às políticas públicas específicas aos povos indígenas

	Título	Autor (es)	Objetivo principal	Tipo de pesquisa	Objetivo Abordagem
1	Saúde indígena e políticas públicas: alteridade e estado de exceção	Anita Guazzeli Bernardes	Análise das formas de objetivação das populações indígenas no Brasil no que tange às políticas públicas em saúde	Revisão Bibliográfica e documental	Explicativo Qualitativa
2	A saúde indigenista e os desafios da particip(ação) indígena	Katiane Ribeiro da Cruz; Elizabeth Maria Beserra Coelho	Como se dá a participação indígena na organização dos serviços de saúde no modelo de DSEI, de maneira a identificar as possibilidades de respeito à especificidade e à diferenciação que caracterizam os povos indígenas	Estudo de caso	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
3	"O Sesp nunca trabalhou com índios": a (in)visibilidade dos indígenas na atuação da Fundação Serviços de Saúde Pública	Amandia Braga Lima Souza; Júlio César Schweikardt	Analisar o discurso oficial do Fundo Sesp através de relatórios e manuais, constantes do arquivo da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) referente ao Amazonas e do Fundo FSESP da Casa de Oswaldo Cruz (COC), Fiocruz	Estudo de caso	Exploratório/ Descritivo Qualitativa

	no estado do Amazonas				
4	Uso de agrotóxicos e a relação com a saúde na etnia Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil	Glaciene Mary da Silva Gonçalves; Idê Gomes Dantas Gurgel; André Monteiro Costa; Ludimila Raupp de Almeida; Tatiane Fernandes Portal de Lima; Edson Silva	Compreender o processo de utilização de agrotóxicos no cultivo agrícola e a relação com a saúde indígena	Estudo de caso	Exploratório/ Descritivo Quali-quantitativo
5	Vigilância Alimentar e Nutricional para os povos indígenas no Brasil: análise da construção de uma política pública em saúde	Aline Diniz Rodrigues Caldas; Ricardo Ventura Santos	Analisar a construção da agenda e das alternativas de políticas, ou seja, os processos pré-decisórios envolvidos na implantação do Sisvan para os povos indígenas no Brasil a partir de 2003	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
6	A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas	Luciane Ouriques Ferreira	Tratar o surgimento da medicina tradicional indígena como objeto de discurso no campo das políticas públicas de saúde indígena	Estudo de caso	Explicativo Qualitativa
7	Saúde e relações de gênero: uma reflexão sobre os desafios para a implantação de políticas públicas de atenção à saúde da mulher indígena	Luciane Ouriques Ferreira	Apresentar alguns contrastes existentes entre os discursos das políticas públicas de atenção à saúde da mulher, particularmente da indígena, e o discurso etnológico que enfatiza a especificidade das relações de gênero em sociedades indígenas	Estudo de caso	Explicativo Qualitativa
8	Aranãs do médio Jequitinhonha: aspectos socioeconômico	Lais Santos de Magalhães Cardoso; Ana Carolina Lanza Queiroz; João Luiz	Caracterizar uma população indígena desaldeada (Aranãs) privilegiando as dimensões	Estudo de Caso	Exploratório/ Descritivo Qualitativa

	s, demográficos e sanitários de uma população indígena desaldeadada	Pena; George Luiz Lins Machado-Coelho; Léo Heller.	demográfica, socioeconômica e sanitária.		
9	Características de gestão, funcionamento e cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas Kaingáng do Rio Grande do Sul, Brasil	Teresa Gontijo de Castro; Elaine de Lima Cordeiro Matos; Maurício Soares Leite; Wolney Lisboa Conde; Elaine Schuch; Juracilda Veiga; Priccila Zuchinali; Laura Augusta Barufaldi; Carmem Lúcia Centeno Dutra;	Descrever características de funcionamento, gestão e cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar de todas as 35 escolas Kaingang do Rio Grande do Sul, Brasil	Estudo de Caso	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
10	Características sociodemográficas de indígenas nos censos brasileiros de 2000 e 2010: uma abordagem comparativa	João Luiz Bastos; Ricardo Ventura Santos; Oswaldo Gonçalves Cruz; Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo; Leandro Okamoto da Silva	Apresentar uma análise comparativa acerca dos dados censitários referentes aos indígenas nos censos de 2000 e 2010	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Quantitativa
11	Mulheres indígenas brasileiras: Educação e políticas públicas	Sonia Grubits	Relatar e refletir acerca do trabalho, poder e participação da mulher nas comunidades indígenas Guarani/Kaiowá/ Kadiwéu e Terena do Mato Grosso do Sul	Estudo de Caso	Descritivo Qualitativa
12	A sociedade brasileira nos fez pobres: assistência social e autonomia étnica dos povos indígenas. O caso de Dourados, MS	Júlio César Borges	O analisar a relação dos povos indígenas com a política pública de assistência social (AS) no Brasil	Estudo de Caso	Exploratório/ Descritivo Qualitativa

13	Identidade/Diversidade Cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no Brasil	Alejandra Aguilar	Identificar e analisar a relação entre identidade/diversidade cultural, tecnologias de informação e comunicação (TIC) e as práticas informacionais dos povos indígenas a partir dos programas de inclusão digital	Estudo de Caso	Exploratório/Descritivo Qualitativa
14	“Aqui (ainda) não tem meio ambiente”: políticas indígenas do conhecimento na fronteira Brasil Guiana	Alessandro Roberto de Oliveira	Tratar das dinâmicas contemporâneas da comunicação interétnica entre povos indígenas e o universo de atores e discursos ambientalistas no Brasil	Estudo de caso	Exploratório/Descritivo Qualitativa
15	Fundação Nacional de Saúde. A política brasileira de saúde indígena vista através de um museu	Carla Costa Teixeira	Analisar a política brasileira de saúde indígena a partir da investigação do processo histórico e político-institucional recente que possibilitou a criação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 1991	Revisão Bibliográfica e documental	Explicativo Qualitativa
16	A produção política da repulsa e os manejos da diversidade na saúde indígena brasileira	Carla Costa Teixeira	Refletir sobre os processos políticos, normativos e técnicos que sustentam sua atualização no contexto atual de conquista de direitos pelos povos indígenas	Revisão Bibliográfica e documental	Explicativo Qualitativa
17	Isolados e ilhados: indigenismo e conflitos no Vale do Javari, Amazônia	Bárbara Arisi; Felipe Milanez	Mostrar como um certo ideal de índio permeia as utopias indigenistas do Estado brasileiro e como a política de isolamento, influenciada por esses ideais, apresenta suas idiossincrasias e contradições	Estudo de caso	Exploratório/Descritivo Qualitativa
18	Os Xerente: estrutura, história e política	Ivo Schroeder	Mostrar como os Xerente dialogam com sua estrutura social a partir da distribuição espacial de aldeias autônomas	Revisão Bibliográfica e documental	Explicativo Qualitativa

19	Perfil demográfico dos Hupd'äh, povo Maku da região do Alto Rio Negro, Amazonas (2000-2003)	Marina Machado; Heloísa Pagliaro; Roberto G. Baruzz	Apresentar o perfil demográfico dos Hupd'äh, povo Maku da região do Alto Rio Negro (AM), no período 2000-2003, visando aperfeiçoar o conhecimento sobre este povo e contribuir para os debates e novas reflexões nos campos da demografia indígena e da antropologia	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Quali-quantitativa
20	Indígenas na Universidade do Estado do Amazonas	Marcos André Ferreira Estácio; Diana Andreza Rebouças Almeida	Analisar o sistema de acesso e permanência de indígenas na Universidade do Estado do Amazonas, a qual foi implementada pela Lei Estadual n. 2.894/2004	Estudo de caso	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
21	Sobre Foucault e Agamben: Uma reflexão sobre subjetividade, ética e políticas públicas	Andrea Cristina Coelho Scisleski; Anita Guazzelli Bernardes	Refletir sobre a subjetividade e os distintos dispositivos que a constituem no presente, tais como as Políticas Públicas.	Revisão Bibliográfica e documental	Explicativo Qualitativa
22	Políticas de Saúde, Pluralidade Terapêutica e identidade na Amazônia	Laura Pérez Gil	Realizar uma comparação entre os campos terapêuticos vivenciados por dois grupos pano: os Yaminawa (Departamento do Ucayali, Peru) e os Yawanawa (Acre, Brasil)	Estudo de caso	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
23	Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas	Paulo Afonso de Araújo Quermes; Jucelina Alves de Carvalho	Apresentar uma avaliação dos impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas, com base em um estudo de caso nas aldeias Bororó e Jagua- pirú, do Município de Dourados-MS	Estudo de caso	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
24	Estado nutricional e fatores associados a estatura de crianças da terra indígena guarita sul do Brasil	Ivone Andreatta Menegolla; Maria de Lourdes Drachler; Inajara Haubert Rodrigues; Lucio Roberto Schwingel; Elaine Scapinello; Maisa Beltrame Pedroso; José Carlos de Carvalho Leite	Avaliar o índice nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos, utilizando um programa para controle de desnutrição	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Quantitativa

25	Therapeutic itineraries and explanations for tuberculosis: an indigenous perspective	Laura Maria Vidal Nogueira; Elizabeth Teixeira; Paulo Cesar Basta; Maria Catarina Salvador da Motta	Analisar explicações sobre tuberculose e itinerários terapêuticos dos povos indígenas brasileiros	Estudo de caso	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
26	O trabalho dos índios numa “terra muito destituída de escravos”: políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)	Francisco Cancela	Analisar a presença e a dinâmica do trabalho indígena na antiga Capitania de Porto Seguro, entre os anos de 1763 e 1808	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
27	Saúde e povos indígenas no Brasil: notas sobre alguns temas equívocos na política atual	Marina Denise Cardoso	Analisar as políticas de saúde para os povos indígenas no Brasil, tendo como marco a Constituição Federal de 1988 e os seus desdobramentos para o atendimento médico-assistencial destas populações	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
28	Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil	Maria Aparecida Bergamaschi; Fernanda Brabo Sousa	Estudar o decreto presidencial nº 6.861, que criou os Territórios Etnoeducacionais, discorrendo sobre possíveis mudanças que o documento anuncia para a política escolar indígena no Brasil, desde 2009, ano de sua edição, até outubro de 2013, quando foi publicada a portaria nº 1.062, do Ministério da Educação, instituindo o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Qualitativa

29	The construction of citizenship and the field of indigenous health	Carla Costa Teixeira; Cristina Dias da Silva	Discutir dois contextos de pesquisa etnográfica em saúde indígena, através dos quais buscamos refletir sobre o tipo de cidadania que está sendo fabricada na interlocução entre políticas de governo e a participação política indígena nas ações, normas e discursos da saúde	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
30	O mundo da horticultura Ka'apor: práticas, representações e as suas transformações	Claudia Leonor López Garcés	Fazer uma caracterização contemporânea da horticultura Ka'apor, considerando aspectos das narrativas orais que contextualizam estes conhecimentos dentro da cosmovisão do grupo, práticas rituais associadas, espaços de cultivo, associações de espécies, assim como as mudanças em termos da diversidade de plantas cultivadas e da organização do trabalho hortícola	Estudo de caso	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
31	Espaços Escolares Indígenas no Brasil: políticas, ações e atores envolvidos	Nauíra Zanardo Zanin; Ivone Maria Mendes Silva; Maria Silvia Cristofol	Problematizar os espaços escolares indígenas no Brasil, voltando nossa atenção para diferentes parâmetros que têm pautado as intervenções arquitetônicas e a repercussão delas em comunidades indígenas	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
32	Bases sócio-culturais do controle social em saúde indígena. Problemas e questões na Região Norte do Brasil	Luiza Garnelo; Sully Sampaio	O trabalho discute as bases sócio-culturais do controle social em saúde indígena. A reflexão pauta-se em dois eixos principais: (1) o exercício do controle social no plano local e no funcionamento de conselhos locais ou distritais de saúde e (2) a interface das relações travadas entre as grandes organizações indígenas na Região Norte do Brasil e os	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Qualitativa

			gestores das políticas públicas de saúde indígena		
33	O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais	Luis Roberto de Paula	Identificar e descrever etnograficamente as etapas que compõem a política pública em foco, observando, na medida do possível, temáticas, atores, interesses, cenários, conflitos, normatizações e ações que a compõem	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
34	Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena	Polianne Delmondez ; Lucia Helena Cavasin Zabotto Pulino	Analisa a educação escolar indígena, mediante as concepções de identidade e de diferença, para traçar uma compreensão sobre como as políticas multiculturais de educação vêm sendo concebidas e praticadas historicamente no Brasil.	Revisão Bibliográfica, documental e entrevista semiestruturada	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
35	Cultura, interculturalidade e processo saúde-doença: (des) caminhos na atenção à saúde dos Guarani Mbyá de Aracruz, Espírito Santo	Luiz Henrique C. Pellon,; Liliana A. Varga	Sistematizar as reflexões suscitadas a partir da temática “Tensões interculturais e os impactos no processo saúde-doença na população Guarani Mbyá do município de Aracruz, Espírito Santo	Estudo de caso	Exploratório/ Descritivo Qualitativa
36	Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil	Rodrigo Bastos Cunha	Abordar questões atuais de políticas de línguas no Brasil, como o ensino bilíngüe em escolas indígenas, o financiamento a pesquisas para documentação de línguas em extinção, a revitalização de línguas ou de variedades de línguas e investimento governamental em material	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Qualitativa

			didático específico para a educação indígena		
37	A cultura política da visibilidade: os Pankararu na cidade de São Paulo	Edson Yukio Nakashima e Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque	Apresentar o resultado de um trabalho etnográfico realiza do com indígenas da etnia Pankararu na cidade de São Paulo, no ano de 2008	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Quali-quantitativa
38	A população indígena da cidade de Belém, Pará: alguns modos de sociabilidade	Laura Arlene Saré Ximenes Ponte	Analisar a questão relativa à presença de índios na cidade de Belém, estado do Pará, enfocando as razões para os deslocamentos e os modos de sociabilidade criados no espaço citadino, além de buscar compreender a dinâmica organizativa de indígenas frente ao poder público e à sociedade em geral	Revisão Bibliográfica, documental e etnográfica	Exploratório/ Descritivo Quali-quantitativa
39	A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local	Adriana Zanirato Contini; Maria Augusta de Castilho; Reginaldo Brito da Costa	Estabelecer uma relação histórico-cultural entre os Kaiowá e Guarani e a erva-mate nativa, com alternativas para a promoção do desenvolvimento local	Revisão Bibliográfica e documental	Exploratório/ Descritivo Qualitativa

Fonte: Elaborado pelos autores

Arisie Milanez (2017) apresenta um estudo sobre conflitos na terra indígena Vale do Javari (AM), os quais resultaram na morte de índios de duas etnias (Matis e Korubo), conhecidas internacionalmente e popularizadas devido aos filmes e documentários feito sobre eles. Contudo, existem conflitos entre esses dois povos que a Funai definiu como sendo uma disputa interétnica. Entretanto, os líderes Matis consideram que as mortes ocorreram por omissão de agentes do Estado, uma vez que estes haviam avisado os agentes sobre o massacre que vinha ocorrendo.

Schroeder (2010) discutiu o processo de distribuição espacial que ocorre em dezena de aldeias autônomas. A união dessas

aldeias no passado ocorria por motivos especiais, como guerras, festas e celebrações culturais, sendo que a demarcação de terra, campanhas para retiradas de intrusos, construção de rodovias e pontes, bem como a fragmentação de políticas foram fatores que culminaram nesse processo de separação das aldeias.

Conforme Machado; Pagliaro e Baruzzi (2009), os povos Hupd'äh, habitantes da região do Alto do Rio Negro (AM), estariam vivendo sob condições precárias, por isso realizaram um estudo demográfico sobre a população e consideraram fatores como taxa de crescimento da população, composição por idade e sexo, taxa de natalidade e mortalidade de forma a contribuir para implementação de políticas públicas.

Estácio e Almeida (2016) analisaram a taxa de acesso e permanência de indígenas na Universidade do Estado do Amazonas entre 2013 e 2015 e concluíram que, do total de vagas oferecidas para candidatos indígenas, apenas 54% dos alunos estão indo a faculdade. Os motivos que levam os indígenas à desistência são por não comparecimento para a matrícula, a não comprovação étnica por meio do Registro Administrativo de Nascimento e Óbito de Índios (Rani) e também por evasão (motivos financeiros).

Coelho Scisleskin e Guazelli Bernardes (2014) analisaram a carta dos índios Guarani-Kaiowás do Mato Grosso do Sul e refletem acerca da subjetividade e os distintos dispositivos que a constituem no presente, tais como as Políticas Públicas, a partir da articulação entre verdade, política e ética, seguindo a problematização de Foucault e Agambem.

Gil (2007) realizou um comparativo entre duas etnias, uma brasileira e outra peruana e quais os desdobramentos de dois grupos que apesar de possuírem culturas parecidas se inserem em contextos políticos, sociais e realidades diferentes.

Quermes e Carvalho (2013) realizaram um estudo de forma a apresentar os impactos sociais para povos indígenas em duas etnias do Mato Grosso do Sul e observaram que apesar de não

solucionar a vida daquelas populações pode melhorar a condição de vida dessas famílias.

Menegolla et al. (2006), por meio de um programa para controle de desnutrição, conduziram um estudo na terra indígena Guarita (RS) e observaram crianças vivendo em situação de desnutrição. Entre os fatores que acentuavam tal situação estava a baixa qualidade de água, falta de geladeira para conservação de alimentos, mães menores de 16 anos e analfabetas. Os resultados indicam serem necessárias à aplicação de políticas de saúde e a inclusão social para essas populações.

Nogueira et al., (2015) conduziram um estudo com onze (11) Munduruku e observaram diretamente o tratamento de tuberculose com esses povos e segundo sua visão tradicional, os indígenas atribuem a doença a um espírito que deixa o corpo e vaga pela floresta, retornando em seguida para o corpo. Segundo os autores, a medicina tradicional deve ser implementada no campo das políticas públicas de saúde como forma de apoiar a manifestação da cultura local.

Cancela (2014) analisou a rotina de trabalho indigenista entre 1763 e 1808 e observou que durante o período colonial o surto econômico que ocorreu no Sul da Bahia dificultou a consolidação de políticas indígenas e indigenistas.

Cardoso (2014) analisou as políticas de saúde a partir da Constituição de 1988 e observou que o próprio documento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas articula e reconhece os sistemas tradicionais indígenas em todos os níveis de atenção. Entretanto, as articulações desses sistemas ocorrem apenas por meio de projetos e iniciativas localizadas.

Bergamasch e Sousa (2015) discutiram o decreto presidencial nº 6.861/2009, que criou os Territórios Etnoeducacionais, os quais buscam atribuir à cada esfera do governo e às lideranças indígenas, as comissões para implementar, e avaliar os territórios etnoeducacionais. Apesar de as funções não serem esclarecidas, na prática, são estabelecidos as funções de todas as partes envolvidas,

reforçando o protagonismo indígena nos processos de educação em ambientes escolares.

Teixeira e Silva (2015) discutiram sobre o tipo de cidadania que vem sendo construída no encontro das políticas governamentais e a participação indígena nas ações, normas e discursos de saúde.

Garcés (2016) analisou, por meio de pesquisas etnográficas, os indígenas Ka'apor na TI Alto Turiaçu (MA) e suas práticas de horticultura dentro de seu conhecimento, a diversidade da horticultura atual, as mudanças das condições de trabalho devido os conflitos causados pela exploração de madeira ilegal na TI e o papel das políticas públicas nesse contexto.

Zanin; Silva e Cristofoli (2017) trataram os espaços escolares indígenas no Brasil e por meio da análise de documentos normativos observaram que a infraestrutura escolar é um desafio ao MEC para tomar as iniciativas quanto a melhora desses espaços, bem como melhorar a participação de indígenas para formulação de políticas públicas que melhor vão atender as comunidades indígenas.

Garnelo e Sampaio (2003) discutem sobre as políticas de saúde na região Norte do Brasil e como exercício do controle social funcionamento de conselhos distritais de saúde operam e como é a relação entre as grandes organizações indigenistas e os gestores de políticas públicas de saúde indígenas.

De Paula (2013) analisou as duas principais modalidades de ensino superior que são ofertadas aos estudantes indígenas nas Universidades públicas (federais e estaduais) e também na esfera privada, a licenciatura intercultural e as vagas suplementares.

Delmondez e Pulino (2014) analisaram a educação escolar indígena de modo a tratar as formas que as políticas multiculturais educacionais foram realizadas historicamente no país. Nesse sentido, observaram que no passado houve a exclusão social dos povos indígenas, entretanto, hoje enfatizam a valorização cultural, de diferenças e de novas posições de identidade.

Pellon e Vargas (2010) refletem acerca das contradições que ocorrem nas normativas de saúde uma vez que estas não

contribuem para aplicação de abordagem que de fato valorizem os aspectos étnicos e culturais no contexto da saúde indígena. Este estudo foi conduzido junto a representantes das comunidades de Mbyá de Aracruz, Espírito Santo, e observaram que a atenção à saúde indígena sofre interferências dos interesses políticos em diferentes aspectos, como sociais e econômicos e comprometem a saúde dos aldeados dessas comunidades.

Bastos Cunha (2008) abordou as questões de políticas de língua no Brasil, como o ensino bilíngue, pesquisas sobre línguas em extinção, e o investimento governamental em material didático para ensino da linguagem indígena. O autor observou que os próprios indígenas são os principais atores no que concerne as ações que envolvem o seu povo, seja em relação a língua, ensino ou qualquer outro direito coletivo.

Nakashima e Dos Santos Albuquerque (2011) realizaram um estudo etnográfico em 2008 com indígenas da etnia Pankararu na cidade de São Paulo (SP), e observaram que seu deslocamento foi forçado/incentivado por motivos religiosos e ou político/econômicos.

Ponte (2009) realizou uma pesquisa em relação a presença indígena na cidade de Belém (PA), de forma a observar as razões que os fizeram se deslocar e os modos de sociabilidade criados na cidade. Além disso, questionou se a cidade é o local perfeito para construção da identidade indígena, uma vez que as políticas estatais não se estendem aos indígenas.

O último estudo analisado, de Contini; De Castilho e Costa (2012), contextualizou a relação histórico-cultural entre os Kaiowá e Guarani (MS) e a erva-mate nativa, de forma a estabelecer meios para o desenvolvimento do local, alegam a importância do cultivo dessas espécies em áreas naturais de sua ocorrência.

4 Considerações Finais

Por meio da RBS, foi possível estabelecer um rigor e sentido

no levantamento e análise das publicações que tratam de políticas públicas voltadas para indígenas. É possível perceber que a América Latina possui uma diversidade bastante evidente em relação às populações indígenas. Essa percepção se deve a grande quantidade de artigos encontrados durante a fase de processamento.

Devido aos termos escolhidos não serem específicos, pode-se dizer que foi estabelecido um panorama geral sobre o tema, principalmente, por se tratar de políticas públicas, sendo que estas abrangem inúmeros segmentos como saúde, educação, segurança alimentar, gênero, cultura e territórios, dentre outros. As áreas de estudo, mais abordadas nas publicações selecionadas foram antropologia, saúde coletiva e educação. Nesse sentido, foi possível observar em quais segmentos os estudos vêm sendo mais conduzidos.

Por meio dos estudos realizados é possível presumir que a diversidade indígena é bastante intensa e por isso, ao se tratar desses povos, não se pode generalizar, uma vez que diversas comunidades e etnias estão presentes em regiões diferentes, vivendo sob diferentes circunstâncias e as relações que estabelecem entre si, com os não índios e com o ambiente em que estão inseridos, variam consideravelmente. Pode-se dizer que esse tema é de base multidisciplinar, uma vez que nos artigos analisados, foi possível observar pesquisadores de diferentes áreas de formação estudando essas populações.

Uma dificuldade encontrada ao realizar a RBS foi quanto a definição dos termos de busca. Termos muito específicos, ofereceram poucos resultados relevantes e utilizá-los poderia trazer poucos resultados satisfatórios para a pesquisa, por isso, optou-se por termos mais abrangentes.

Referências

- AGUILAR, A. Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 1, 2012.
- ARISI, B.; MILANEZ, F. Isolados e ilhados: indigenismo e conflitos no Vale do Javari, Amazônia. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 43, n. 1, p. 49-66, 2017.
- BASTOS CUNHA, R. Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil. **Educar em Revista**, n. 32, 2008.
- BASTOS, J. L.; SANTOS, R. V.; CRUZ, O. G.; LONGO, L. S. F. B.; SILVA, L. O. Características sociodemográficas de indígenas nos censos brasileiros de 2000 e 2010: uma abordagem comparativa. **Caderno de Saúde Pública**, v. 33, 2017.
- BERGAMASCHI, M. A.; SOUSA, F. B. Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil. **Pro-Posições**, v. 26, n. 2, p. 143-161, 2014.
- BERNARDO, R. **Análise da produtividade agrícola da cana-de-açúcar nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás**. 2016 162 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2016.
- BORGES, J. C. “A sociedade brasileira nos fez pobres”: assistência social e autonomia étnica dos povos indígenas. O caso de Dourados, Mato Grosso do Sul. **Horizontes Antropológicos**, n. 46, p. 303-328, 2016
- CALDAS, A. D. R.; SANTOS, R. V. Vigilância Alimentar e Nutricional para os povos indígenas no Brasil: análise da construção de uma política pública em saúde. **Physis**, v. 22, n. 2, p. 545-565, 2012.
- CANCELA, F. O trabalho dos índios numa “terra muito destituída de escravos”: políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, 2014.
- CAPES – COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DO NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em 15 ago. 2017.

- CARDOSO, M. D. Saúde e povos indígenas no Brasil: notas sobre alguns temas equívocos na política atual. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p. 860-866, 2014.
- CARDOSO, L. S. M.; QUEIROZ, A. C. L.; PENA, J. L.; MACHADO COELHO. G. L. L.; HELLER, L. Aranãs do médio Jequitinhonha: aspectos socioeconômicos, demográficos e sanitários de uma população indígena desaldeada. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 12, p. 3859-3870, 2016.
- CASTRO, T. G.; MATOS, E. L. C.; LEITE, M. S.; CONDE, W. L.; SCHUCH, I.; VEIGA, J. ZUCHINALI, P.; BARUFALDI, L. A.; DUTRA, C. L. C. Características de gestão, funcionamento e cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas Kaingáng do Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 30, n. 11, p. 2401-2412, 2014.
- CHAIM, M. A política indigenista no Brasil. **CLIO – Série Histórica do Nordeste**, nº 15, p 142-152, 1994
- COELHO SCISLESKI, A. C.; GUAZZELLI BERNARDES, A. Sobre Foucault e Agamben: uma reflexão sobre subjetividade, ética e Políticas Públicas. **Estudos de Psicologia**, v. 19, n. 2, 2014.
- COELHO, E. M. B. Políticas públicas indigenistas em questão: o dilema do diálogo (im) possível. **Revista de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 201-220, 2015.
- CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto-CBGDP, 8, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS, 2011.
- CONTINI, A.Z.; DE CASTILHO, M. A.; COSTA, R. B. A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local. **Interações (Campo Grande)**, v. 13, n. 2, 2016.
- CRUZ, K.; COELHO, E. M. B. A saúde indigenista e os desafios da particip(ação) indígena. **Saúde e sociedade**, v. 21, supl. 1, p. 185-198, 2012.
- DELMONDEZ, P.; PULINO, L. H. C. Z. Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, 2014.

- DE PAULA, L. R. O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 238, 2013.
- LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - LACED, 2006. 227 p.
- ESTÁCIO, M. A. F.; ALMEIDA, D. A. R. INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. S1, p. 653-657, 2016.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, v 23, no 79, 2002
- FERREIRA, L. O. A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas. **História, ciências, saúde -Manguinhos**, v. 20, n. 1, p. 203-219, 2013.
- FERREIRA, L. O. Saúde e relações de gênero: uma reflexão sobre os desafios para a implantação de políticas públicas de atenção à saúde da mulher indígena. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 1151-1159, 2013.
- FUNAI. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2013. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/presidencia/Politica%20Indigenista%20do%20Brasil.pdf>> Acesso em 09 set. 2017
- GARCÉS, C. L. L. O mundo da horticultura Ka'apor: práticas, representações e as suas transformações. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 133-158, 2016.
- GARNELO, L; SAMPAIO, S. Bases sócio-culturais do controle social em saúde indígena. Problemas e questões na Região Norte do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n. 1, p. 311-317, 2003.
- GIL, L. P. Políticas de saúde, pluralidade terapêutica e identidade na Amazônia. **Saúde e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 48-60, 2007.

- GONCALVES, G. M. S.; GURGEL, I. G. D.; COSTA, A. M.; ALMEIDA, L. R.; LIMA, T. F. P.; SILVA, E. Uso de agrotóxicos e a relação com a saúde na etnia Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 1001-1012, 2012
- GRUBITS, S. Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 116-125, 2014.
- GUAZZELLI BERNARDES, A. Saúde indígena e políticas públicas: alteridade e estado de exceção. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.15, n.36, p.153-64, 2011.
- HECK, E.; LOEBENS, F.; CARVALHO, P. D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 237-255, 2005.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios; resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em : 25 set. 2017.
- LEVY, Y.; ELLIS, T. J. A Systems Approach to Conduct an Effective Literature Review in Support of Information Systems Research. **Informing Science Journal**, vol. 9, 2006.
- LIMA, A. C.de S. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, Séculos XX/XXI. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 425-457, 2015.
- MACHADO, M.; PAGLIARO, H.; BARUZZI, R. G. Perfil demográfico dos Hupd'äh, povo Maku da região do Alto Rio Negro, Amazonas (2000-2003). **Revista Brasileira de Estudos de População**, 2009.
- MENEGOLLA, I. A. DRACHLER, M. L.; RODRIGUES, I. H.; SCHWINGEL, L. R.; SCAPINELLO, E.; PEDROSO, M. B.; LEITE, J. C. C. Estado nutricional e fatores associados à estatura de crianças da Terra Indígena Guarita, Sul do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, p. 395-406, 2006.
- NAKASHIMA, E. Y.; DOS SANTOS ALBUQUERQUE, M. A. A cultura política da visibilidade: Os Pankararu na cidade de São Paulo. **Revista Estudos Históricos**, v. 24, n. 47, p. 182-201, 2011.

NOGUEIRA, L. M. V.; TEIXEIRA, E.; BASTA, P. C.; MOTTA, M. C. S. Therapeutic itineraries and explanations for tuberculosis: an indigenous perspective. **Revista de saúde pública**, v. 49, 2015.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. "Aqui (ainda) não tem meio ambiente": políticas indígenas do conhecimento na fronteira Brasil-Guiana. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 21, n. 2, p. 247-268, 2017.

PELLON, L. H. C.; VARGAS, L. A. Cultura, interculturalidade e processo saúde-doença:(des) caminhos na atenção à saúde dos Guaraní Mbyá de Aracruz, Espírito Santo. **Physis-Revista de Saúde Coletiva**, v. 20, n. 4, 2010.

PONTE, L. A. S. X. A população indígena da cidade de Belém, Pará: alguns modos de sociabilidade. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 2009.

QUERMES, P. A. A.; CARVALHO, J. A. Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas: estudo de caso em Aldeias Guaranis. **Serv. soc. soc**, n. 116, p. 769-791, 2013.

SCIELO. **Scientific electronic library online**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em 30 jul. 2017.

SCOPUS. Disponível em: < <https://www-scopus-com.ez87.periodicos.capes.gov.br/home.uri>>. Acesso em: 29 set. 2017.

SOUSA, A. B. L.; SCHWEICKARDT, J. C. "O Sesp nunca trabalhou com índios": a (in)visibilidade dos indígenas na atuação da Fundação Serviços de Saúde Pública no estado do Amazonas. **História, ciências, saúde -Manguinhos**, v. 20, n. 4, p. 1635-1655, 2013.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, 2006.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. **Revista de História**, v. 18, n. 37, p. 73-96, 1959.

TEIXEIRA, C. C. Fundação Nacional de Saúde: a política brasileira de saúde indígena vista através de um museu. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 12, n. 2, p. 323-351, 2008.

TEIXEIRA, C. C. A produção política da repulsa e os manejos da diversidade na saúde indígena brasileira. **Revista de Antropologia**, p. 567-608, 2012.

TEIXEIRA, C. C.; SILVA, C. D. The construction of citizenship and the field of indigenous health: A critical analysis of the relationship between bio-power and bio-identity. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 12, n. 1, p. 351-384, 2015.

TRANFIELD, D.; DENYER, D., TOWARD. A methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v.14, n.3, pp.207-22, 2003.

ZANIN, N. Z.; SILVA, I. M. M.; CRISTOFOLI, M. S. Indigenous School Physical Environment in Brasil: policies, actions and actors involved. **Educação & Realidade**, p. 1-22, 2017.

Capítulo 11

O indígena agricultor da Alta Paulista: um estudo da Aldeia Vanuíre no município de Arco Íris - SP

Neuza de Moraes Müller¹

Wilcer André Marcório²

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani, Dr.³

Nelson Russo de Moraes, Dr.⁴

1 Introdução

A formação étnica e cultural brasileira é formada por componentes de diferentes povos. Entre eles estão os europeus, os

¹ Bacharel em Pedagogia (UNOESTE). Mestranda em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS. email: neuzammuller@hotmail.com

² Bacharel em Administração (UNESP). Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS. email: andremarcorio@gmail.com

³ Doutora em Engenharia de Produção (UFSCar). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. email: anaelisa@tupa.unesp.br

⁴ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. Líder do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS. email: nelsonrusso.unesp@gmail.com

africanos, os indígenas e os asiáticos, que historicamente vêm preservando seus costumes e tradições por meio do conhecimento passado a cada geração (RIBEIRO, 1995). Os povos supracitados também contribuíram para a formação da agricultura brasileira. Alguns deles estão ligados à história do campesinato e da produção familiar, como é o caso dos imigrantes europeus, dos escravos africanos e dos indígenas. (ALTAFIN, 2007).

A relação dos índios com a agricultura pode ser percebida desde o descobrimento do país. Relatos históricos evidenciam a produção de uma gama de culturas em terras indígenas, que incluíam espécies de feijão e abóbora, batata-doce, mandioca, milho e arroz (AMARAL, 1958).

Com a chegada dos portugueses, os nativos conheceram novas ferramentas de produção e tiveram melhorias em suas práticas agrícolas. Os índios também foram responsáveis pela produção dos alimentos consumidos em Missões Jesuítas nos dois primeiros séculos da colonização. Contudo, a relação índio - agricultura - homem branco nem sempre aconteceu de forma pacífica, pois os indígenas foram escravizados e sua mão-de-obra foi utilizada para a produção de alimentos em grandes fazendas, de forma similar ao modelo do protocampesinato ou brecha camponesa (ALTAFIN, 2007; CARDOSO, 1987, 1990).

À medida que os colonizadores avançavam para o interior do país e o capitalismo se consolidava como o modelo societário predominante, os conflitos entre os indígenas e homem branco se acentuavam na busca pelo domínio territorial. Na região oeste do estado de São Paulo, a expansão da cafeicultura e a construção da ferrovia Noroeste do Brasil marcaram os principais conflitos entre os indígenas da etnia Kaingang e os não índios (CRUZ, 2006).

Tais conflitos aconteceram no final do século XIX e início do século XX. Em 1916, a população Kaingang, já pacificada e alocada no Posto Indígena Vanuíre, era equivalente a 200 pessoas. Antes dos conflitos, Kaingangs paulistas formavam um grupo de aproximadamente 1200 indígenas (BORELLI, 1984). Segundo o

censo demográfico do IBGE de 2010, o município de Arco Íris, onde está situada a aldeia Vanuíre, detém a quarta população rural indígena do Estado de São Paulo, totalizando 156 índios de diferentes etnias (IBGE, 2016).

A agricultura era uma das principais atividades de subsistência dos nativos da região. Eles cultivavam diferentes espécies de milho, abóbora e feijão. Em conjunto a produção agrícola, os indígenas praticavam a pesca, a caça e a colheita de frutas nas florestas locais (MÉTRAUX, 1963).

De acordo com Rodrigues (2007), no momento da pesquisa a situação econômica do Posto Indígena se baseava na atividade agrícola, considerando a prática de subsistência e os trabalhos realizados fora da aldeia. No que diz respeito à subsistência familiar, o plantio de frutas era a prática mais relatada nas residências analisadas pelo autor, em seguida a roça e em terceiro lugar a horta. Destaque para a variedade de culturas mencionadas em ambas as atividades.

Diante ao exposto, é relevante estudar a aldeia Vanuíre devido à sua importância para a preservação da cultura indígena no estado de São Paulo e na região da Alta Paulista. Nesse sentido, buscando compreender se as atividades econômicas da aldeia ainda mantêm relação com a cultura local, a seguinte pergunta emergiu: Quais conhecimentos tradicionais indígenas influenciam na prática da agricultura atualmente?

De forma a responder à pergunta levantada, foi definido como objetivo geral: identificar as contribuições dos conhecimentos tradicionais da aldeia Vanuíre para as práticas agrícolas. São os objetivos específicos: descrever o processo de evolução do conhecimento ao longo da história da aldeia; identificar os conhecimentos tradicionais existentes em relação à agricultura; caracterizar a atual prática da agricultura; verificar qual o papel das instituições de apoio externas à aldeia.

2 Métodos

A pesquisa enquadra-se no nível exploratório, porque tem como finalidade ampliar os conhecimentos sobre um fenômeno pouco explorado (GIL, 2014). Tendo em vista a complexidade da temática estudada, optou-se pela abordagem qualitativa uma vez que a mensuração de dados por si só não seria suficiente (DEMO, 2000).

Por meio das técnicas da exploração bibliográfica e documental foi construída a fundamentação teórica do estudo, tendo como base livros, sites oficiais e artigos publicados em periódicos e eventos científicos. Como delineamento central foi utilizado o estudo de caso, para que fosse possível dar profundidade às investigações sobre o objeto estudado dentro de um contexto contemporâneo (YIN, 2005).

A coleta de dados aconteceu por meio de entrevistas semi-estruturadas e da observação não sistematizada. O conteúdo coletado foi tabulado e em seguida partiu-se para a análise e interpretação das informações.

No total foram entrevistados nove pessoas, escolhidos por meio de uma amostra intencional e não probabilística. As entrevistas aconteceram *in loco* com os seguintes sujeitos: Entrevistado 1 - Coordenador Técnico da FUNAI; Entrevistada 2 - Coordenadora Geral do Museu Índia Vanuíre; Entrevistada 3 e Entrevistada 4 - Coordenadoras Educacionais da mesma instituição; Entrevistado 5 - Índio da etnia Krenak, morador da aldeia e professor da escola local; Entrevistado 6 - Índio da etnia Krenak, morador da aldeia e artesão; Entrevistado 7 - Índio da etnia Kaingang, autônomo, morador e filho de uma das moradoras mais antigas da aldeia; Entrevistada 8 - Filha de pai Krenak e mãe Kaingang, moradora da aldeia e dona de casa; Entrevistado 9 - Índio da etnia Kaingang, morador da aldeia, professor da escola local e representante da aldeia nos requerimentos feitos à FUNAI.

3 Referencial Teórico

3.1 Sociedade, comunidade e comunidades tradicionais

A perspectiva do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies é fundamental para compreender o cerne da distinção entre comunidade e sociedade. Em uma comunidade o relacionamento tem caráter pessoal, as pessoas são unidas por laços fortes e seu comportamento tem traços dos costumes e tradições. Já em uma sociedade, as relações são mais superficiais e impessoais, na maioria das vezes as pessoas se comportam de maneira individualista e os laços dão lugar a “(...) contratos regidos por regras que estabelecem direitos e deveres de uns para com os outros” (COSTA, 2010, p. 215). Para Tönnies (1973), em uma comunidade as pessoas estão unidas apesar de qualquer coisa que possa separá-los, enquanto na sociedade estão separadas, mesmo com toda ligação. Isso é explicado pelo fato de que as interações comunitárias acontecem a partir da vontade natural do ser humano, ao passo que as interações societárias partem da vontade arbitrária, pautada na racionalidade (BRANCALEONE, 2008).

As vontades comuns são conciliadas a princípio por laços sanguíneos, em segundo lugar pela proximidade territorial e, por fim, a aproximação acontece por meio da espiritualidade. Os tipos de relação supracitados estão sujeitos a acontecer em três conjuntos espaciais: a casa, a aldeia e a cidade (TÖNNIES, 1973; BRANCALEONE, 2008).

Com a disseminação do capitalismo, inicialmente propagado pelo domínio dos países europeus e após as duas guerras pelos EUA, o fenômeno da mundialização tornou as relações humanas cada vez mais padronizadas (COSTA, 2010; IANNI, 2003), restringindo as comunidades à um espaço cada vez menor, já que:

Se temos de um lado um movimento de transformação dos padrões de sociabilidade comunitário para societário com o

desenvolvimento da sociedade urbana, a força gravitacional que a grande cidade exerce sobre os demais núcleos urbanos e rurais provoca, por sua vez, um movimento expansivo do *gesellschaft* para as demais espacialidades e territórios em relação a ela “satelitizados”, atestando a força expansiva da dinâmica de vida da metrópole, unida por suas propriedades e potencialidade para centralizar as grandes instituições econômicas e as esferas de poder (BRANCALEONE, 2008, p. 101).

Tendo em vista a força gravitacional apontada por Brancaleone (2008), uma comunidade tradicional tem um desafio ainda maior frente a expansão dos grandes centros urbanos, já que sua identidade está fortemente ligada à questão territorial. O território é necessário para a reprodução econômica, social, cultural e religiosa de uma comunidade tradicional (VIEIRA, 2014; DIEGUES *et al.* 2000)

Para Diegues *et al.* (2000), uma população tradicional pode ser reconhecida pelo conhecimento profundo sobre a natureza, seus ciclos e o uso dos recursos naturais, por habitar um território a muitas gerações, por utilizar tecnologias simples e de baixo impacto ambiental, pelo acúmulo financeiro reduzido e pela relevância das atividades de subsistência, em casos de relacionamentos enfraquecidos com o mercado.

O Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 reconhece os povos e comunidades tradicionais como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

O estudo de Altieri e Koohafkan (2008) para a Food and Agriculture Organization mostrou que comunidades na África, Ásia e América Latina utilizavam e ainda utilizam inovações e técnicas

tradicionais na produção agrícola na busca pela redução dos efeitos das mudanças climáticas e das condições climáticas locais, garantido a oferta de alimentos e combatendo a fome. Os autores ainda relataram que tais comunidades utilizavam a mão-de-obra local, seja da família ou de moradores vizinhos.

3.2 Agricultura familiar, campesinato e comunidades tradicionais

Alguns autores atrelam a origem da agricultura familiar brasileira ao campesinato. Para Wanderley (2003), o campesinato representa um modelo de organização social em que se faz presente o uso da mão-de-obra familiar, dos conhecimentos tradicionais e o consumo é direcionado para a própria subsistência. A autora ainda relata que o campesinato pode estar estruturado em comunidades isoladas ou que interagem com a sociedade e o mercado.

As técnicas tradicionais de produção utilizadas pelos camponeses nem sempre acompanharam a dinâmica do mercado consumidor, forçando-os a aderir tecnologias mais modernas. O produtor que antes ditava seu ritmo de trabalho e era guiado pelo conhecimento adquirido por seus ancestrais, agora “não é mais seu próprio mestre e necessita, permanentemente, de um mestre para instruí-lo” (MENDRAS *apud* WANDERLEY, 2003, p. 46).

O fenômeno citado anteriormente foi acentuado com a modernização e industrialização da agricultura brasileira, marcado principalmente pelo período da Ditadura Militar. A partir do início do século XX, os movimentos camponeses, em conjunto com forças políticas, se consolidavam na luta por direitos trabalhistas e territórios (ALTAFIN, 2007). Com o estabelecimento do Governo Militar na década de 1960, muitas conquistas se perderam e os agricultores familiares passaram a ser tratados como pequenos produtores, perdendo força política e social (PORTO, 1997).

Com base na história brasileira é possível perceber que a agricultura familiar sempre esteve em segunda ordem, enquanto as

grandes propriedades rurais foram alvos de políticas agrícolas, de incentivos à modernização e do reconhecimento social (WANDERLEY, 1995). Somente na década de 1990 o setor passou a ganhar expressividade política, principalmente pela consolidação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Além disso, a agricultura familiar também passou a ser alvo das agendas de discussão e pesquisa das universidades brasileiras (ALTAFIN, 2007).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, as propriedades familiares ocupavam apenas 24 % de toda área destinada à agricultura no Brasil. Os empreendimentos foram responsáveis por 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 50% dos plantéis de suínos e aves, 46% do milho, 38% do café e 30% dos bovinos no ano de 2006 (IBGE, 2006).

De acordo com a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, são agricultores familiares aqueles que possuem uma propriedade com área de até quatro módulos fiscais, gerenciam seu empreendimento com sua família, utilizam a mão-de-obra familiar de forma predominante nas atividades econômicas da propriedade e que obtêm renda familiar mínima das mesmas atividades (BRASIL, 2006). A Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011 alterou a Lei nº 11.326, sendo uma das mudanças a inclusão dos indígenas e quilombolas como beneficiários do ato normativo. Para serem considerados agricultores familiares os povos tradicionais só não precisam atender ao inciso I do Artigo 3º, ou seja, não precisam deter uma propriedade com área de até quatro módulos fiscais (BRASIL, 2006, 2011).

4 Resultados e discussões

4.1 O processo de evolução do conhecimento na aldeia

Localizada na zona rural município de Arco Íris, o Posto Indígena (PI) Vanuíre foi criado em 1916. São cerca de setenta

famílias, que representam aproximadamente 180 pessoas, vivendo nas sessenta casas construídas. A maioria dos moradores são índios Kaingang e Krenak, mas a aldeia também abriga indígenas das etnias Terena, Guarani, Guarani Kaowá e Funi-ô.

A diversidade étnica do Posto Indígena pode ser considerada um desafio para a evolução do conhecimento. De acordo com o Entrevistado 9, um dos professores da escola local, “as crianças de hoje são resultado de várias etnias, é difícil explicar para elas a sua origem. Se for pra explicar para as crianças a agricultura tradicional (de cada etnia), talvez seja mais difícil e conflituoso para eles entenderem”.

Antes da existência da escola a situação era mais preocupante do que enfrentar a pluralidade de etnias presentes no PI. O Entrevistado 5 destaca que o motivo predominante pelo qual eles lutaram por uma escola foi a perda gradativa da cultura indígena, principalmente das línguas tradicionais, que perdia espaço entre os jovens frente ao uso do português.

Atualmente, a Escola Estadual Índia Vanuíre tem turmas do ensino infantil ao ensino médio. No que diz respeito à agricultura, são oferecidas aulas práticas em uma roça, onde estão plantados milho, batata doce e o feijão de corda, e numa horta. As aulas são ministradas pelo Entrevistado 9, ele ressalta a importância da escola, principalmente porque os índios não se adaptavam ao ensino oferecido na cidade.

Fora da escola o conhecimento é transmitido pelas famílias, de geração para geração. Em relação às práticas agrícolas, a troca de informações acontece também entre as famílias da mesma etnia ou etnias distintas. É importante evidenciar que a família indígena não é constituída apenas pelos pais e os filhos, dessa forma é possível encontrar vivendo numa mesma casa ou trabalhando numa mesma roça irmãos, avós, genros, noras, cunhados e cunhadas.

4.2 Os conhecimentos tradicionais e as práticas agrícolas

A influência cultura da aldeia é predominantemente marcada pelas heranças dos índios Kaingang e Krenak, devido às etnias se apresentarem em maior número ao longo história do Posto Indígena. Dessa forma, buscaram-se relatos dos moradores mais antigos e que são apontados como figuras importantes pelos demais indígenas.

O Entrevistado 5, índio Krenak, relata que chegou na aldeia ainda criança vindo de uma reserva no estado de Minas Gerais. Conforme sua fala, os Krenak da região não eram agricultores e adquiriram conhecimentos sobre a agricultura no Posto Indígena Vanuíre. Ele conta sobre o consumo da “caratinga” uma espécie de batata que era extraída nas matas. O Entrevistado 6, indígena da mesma etnia, também citou sobre o hábito de consumir a “caratinga”. Em sua narração, ele disse que na reserva onde vivia em Minas Gerais a prática da agricultura era feita nas florestas, cortava-se a vegetação necessária para a passagem, “mas não se praticava o desmatamento, porque as folhas serviam de adubo para as culturas. As sementes eram espalhadas ou colocadas em buracos feitos com varas de madeira ou com a mão”.

No que diz respeito às tradições Kaingangs, o Entrevistado 7 destacou “a plantação do milho preto junto com o feijão de corda, porque o feijão serve de adubo para o milho”. Segundo ele, esse conhecimento foi adquirido com a sua mãe e seus tios. Além do milho preto fazem parte da tradição Kaingang a batata abóbora e a batata roxa.

Não só o Entrevistado 7, mas os Entrevistados 5,6, 8 e 9 ressaltaram a importância do milho preto, também chamado de bugre ou indígena, para aldeia Vanuíre. Independentemente da etnia, todos eles cultivam o milho na roça de suas casas.

A Entrevistada 8 disse que o milho chegou a sumir da aldeia, mas que um dos moradores conseguiu algumas sementes em outro posto indígena, e a distribuição era feita entre os moradores à

medida em que as colheitas iam aumentado. Além disso, ela destacou:

A primeira coisa que aprende com a mãe é a respeito do milho bugre. Minha mãe falava que os antigos usavam na alimentação desde crianças (...) tem que ter cuidado com o milho, porque é pro consumo, não pode usar agrotóxico. O que produz pra vender já usa o agrotóxico.

Antes, “a mão-de-obra era manual e utilizava-se a enxada para o manejo da terra. Posteriormente foi utilizado o arado e a força animal nas atividades agrícolas. Hoje, a roça na maioria das vezes é mecanizada”, relatou a Entrevistada 8.

Tendo em vista as principais contribuições das etnias predominantes na aldeia é necessário compreender como ou se elas se aplicam à agricultura atualmente, seja na produção destinada à comercialização ou para subsistência.

4.3 A atual configuração da agricultura na aldeia

Entre os 180 moradores da aldeia, apenas treze têm a agricultura como principal fonte de renda. Os demais indígenas trabalham nos municípios da região, são funcionários do posto de saúde e da escola local. Segundo o Entrevistado 5:

A aldeia Vanuíre, na década de 1980, tinha uma agricultura bem mais forte que atualmente. Existiam projetos dedicados à atividade e cada família plantava sua roça, havendo uma dedicação maior à lavoura. Na aldeia os indígenas conheceram o arroz e naquela época a produção era suficiente para abastecer as famílias durante um ano. A administração da produção e a distribuição dos resultados era de responsabilidade da FUNAI, os moradores contribuíam com o trabalho.

Mesmo com o enfraquecimento da prática da agricultura comercial, a maioria das famílias que vivem no Posto Indígena

possuem uma roça no quintal de suas casas, ou seja, praticam a agricultura de subsistência. Foram observadas as culturas de mandioca, abóbora, milho, banana, batata doce roxa, batata doce branca, hortaliças, temperos e algumas variedades de ervas. Alguns produtos que eram cultivados nas roças individuais e coletivas, como o arroz, hoje são comprados nos supermercados da cidade e região.

De acordo com o Entrevistado 9, estão entre os produtos agrícolas destinados à comercialização estão o quiabo, a abóbora e principalmente a mandioca. Ele destaca que na aldeia pratica-se a “agricultura do agronegócio”, porque as atividades demandam habilidades de gestão, a exemplo a negociação do preço dos insumos e do produto vendido. Além disso, o entrevistado caracteriza a agricultura convencional como “moderna”, devido à maior rapidez em comparação com a agricultura tradicional. Para ele as técnicas são aplicadas “tanto para subsistência quanto para comercialização”.

A fala do Entrevistado 1 está alinhada com as informações disponibilizadas pelo Entrevistado 9. Ele afirma que as técnicas de produção agrícola utilizadas pelos indígenas são convencionais, da mesma forma como a lavoura é desenvolvida pelos agricultores não índios da região. Entende-se por agricultura convencional toda prática que utiliza máquinas, fertilizantes e defensivos químicos e sementes selecionadas. Do ponto de vista do Entrevistado 6: “o solo necessita de adubos químicos por estar batido e sem o uso dos fertilizantes dificilmente se alcançam bons resultados”.

Nem sempre os indígenas do PI contam com o capital suficiente para compra dos insumos necessários para produção ou das informações apropriadas para desenvolver as atividades agrícolas de forma eficiente. Nesse sentido, destaca-se a importância de entidades externas à aldeia como a FUNAI e a prefeitura do município de Arco Íris.

4.4 O apoio das entidades externas à aldeia

Quando se trata das práticas agrícolas voltadas à comercialização o apoio à aldeia Vanuíre vem principalmente da FUNAI e da prefeitura. Segundo o Entrevistado 1, a FUNAI disponibiliza um trator e um tratorista aos agricultores indígenas, além de oferecer o combustível para a máquina, sementes e insumos agrícolas. Os Entrevistados 5 e 7 falaram que a fundação atuava de forma mais expressiva na década de 1980 e por conta de problemas administrativos ela se enfraqueceu.

A Entrevistada 8 disse que os produtores também recebem ajuda da prefeitura, especificamente a assistência técnica de um agrônomo. Apesar do Entrevistado 5 afirmar o bom relacionamento do órgão público com o Posto Indígena, o Entrevistado 9 apontou que nem sempre existem ações da prefeitura voltadas à agricultura na aldeia.

Os agricultores já buscaram subsídios financeiros por meio do PRONAF, mas por motivos não revelados eles não participaram de mais editais. Além disso, não há registros da comercialização dos produtos agrícolas em mercados institucionais como o PAA e o PNAE.

Para a preservação dos conhecimentos e técnicas tradicionais agrícolas, a aldeia conta com o apoio do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. A instituição foi responsável por patrocinar o desenvolvimento da horta e da roça utilizadas para as aulas práticas da escola local. De acordo com as Entrevistadas 2,3 e 4, a escola nem sempre tem as ferramentas e o capital necessário para executar projetos culturais idealizados pelos professores e por isso solicita o apoio do museu. Além da agricultura a entidade promoveu uma atividade para resgatar um método tradicional da pesca indígena, e esporadicamente realiza em sua sede oficinas sobre a culinária local, sobre o uso de plantas medicinais e outros aspectos culturais.

5 Considerações finais

A agricultura está presente na história da aldeia e das etnias que a compõem, tanto nas práticas voltadas para subsistência quanto para comercialização. Mas, os conhecimentos tradicionais preservados pelos moradores são mantidos apenas na produção voltada para a subsistência, enquanto a produção comercial utiliza técnicas convencionais adquiridas pelo contato com os não índios. Nessa configuração da agricultura desenvolvida na aldeia percebem-se claramente características da agricultura familiar, como a pluriatividade e a multifuncionalidade, o emprego da mão de obra familiar na lavoura e a gestão dos empreendimentos por parte da família.

Nas práticas tradicionais agrícolas foram e são utilizadas ferramentas como a enxada e o arado. Tal fato pode ser justificado pela afirmação de Cardoso (1987,1990) de que as trocas de ferramentas agrícolas entre índios e o homem branco acontecem desde a colonização do país.

A prática agrícola que conserva a tradição e saber-fazer local o cultivo do milho bugre, produto muito reverenciado pelos moradores. Contudo, o produto é destinado apenas à alimentação dos moradores e não para o comércio. Talvez, essa seja uma estratégia para preservar a cultura local, porque, segundo um dos entrevistados, o milho indígena deu origem às demais espécies de milho encontradas no mercado, ou seja, foi utilizado pelos não índios em estudos de melhoramento genético. Além disso, o produto é suscetível à hibridização com outras espécies por meio da polinização ocasionada pelos ventos.

Por fim, a expansão dos centros urbanos alterou a dinâmica da vida no Posto Indígena Vanuíre. A presença da cultura dos não índios está presente na vida dos moradores, ela se materializa pelas vestimentas, pela língua, e como destaca este trabalho, pelo conhecimento, recursos e as técnicas utilizadas na agricultura. Mesmo que de forma menos expressiva, os conhecimentos

tradicionais dos indígenas também contribuíram para dinâmica da vida em sociedade. Na agricultura percebe-se o cultivo da batata doce, mandioca e abóbora, ambas as contribuições desses povos.

Se o padrão de vida dos centros urbanos é cada vez mais disseminado e as entidades que promovem a preservação da cultura indígena são cada vez menos presentes, a sociedade e as políticas públicas deveriam atuar no sentido de preservar as tradições indígenas.

Referências

- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 2007. (**Brochura de circulação restrita**). Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20Iara%20Altafin%20-%202007_0.pdf> . Acesso em: 28 jun. 2016.
- ALTIERE, M.A.; KOOHAFKAN, P. **Enduring Farms: Climate Change, Smallholders and Traditional Farming Communities**. Penang: Third World Network, 2008. 63 p.
- AMARAL, L. **História geral da agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1958.
- BORELLI, S.H.S. Os Kaingang no Estado de São Paulo: Constantes Históricas e Violência Deliberada. In: MONTEIRO, J.M. (Org.). **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo: Yankatu, 1984. 152 p.
- BRANCALEONE, C. Comunidade, Sociedade e sociabilidade. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 98-104, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- _____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares.

CARDOSO, C.F. **Escravo ou Camponês?** O Protocampesinato Nero nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. O trabalho na Colônia. In: LINHARES, M.Y.(Org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, p. 95-109.

COSTA, C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

CRUZ, L.O. Historicidade do contato entre índios e não índios no oeste paulista. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 6, n. 1/2/3, p.39-45, 2006.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000. 216 p.

DIEGUES, A.C. ARRUDA, R.S.V.; SILVA, V.C.F.; FIGOLS, F.A.B.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2016.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Indígenas. **Gráficos e Tabelas**. 2016. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em 28 jun. 2016.

MÉTRAUX, A. The Caingang. Handbook of South America Indians. In: STEWARD, J.H. (Ed.). **The marginal tribes**. New York: Cooper Square Publishers, 1963. p. 445-475.

PORTO, S.G. (Org.). **Politizando a tecnologia no campo brasileiro**: dimensões e olhares. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997. 228 p.

POSSARI, L.R. **Bravos Kaingangs!** Tupã: Cingral, 1993.

RIBEIRO, DARCY. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RODRIGUES, R.A. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista**: um estudo etnoarqueológico da ocupação kaingang no vale do rio feio/aguapeí. 2007. 210 f. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

SÃO PAULO. Secretaria da Cultura. Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuüre. **Os Kaingang**. 2016. Disponível em: <<http://www.museuindiavanuire.org.br/india-vanuure/os-kaingang>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

VIEIRA, M.G. **Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais**: crítica ao etnocentrismo ambiental brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. A Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista da ABRA**, Campinas, v. 25, n^o 2/3, mai-dez, 1995.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Porto Alegre, n. 21, p. 42-61. 2003.

Capítulo 12

A violência cultural nas comunidades tradicionais brasileiras: aproximações teórico-conceituais

Alexandre de Castro Campos¹

Nelson Russo de Moraes, Dr.²

Raquel Cabral, Dra.³

1 Introdução

No decorrer dos séculos, as comunidades em geral, e as tradicionais em particular, têm perdido parte de seus territórios e sofrido diferentes formas de pressão que expõem processo de violência cultural imposta pela sociedade. Reflexos deste processo de violência cultural podem ser observados na deterioração das

¹ Bacharel em Geografia (USC). Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. email: alexandregeo@hotmail.com

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. Líder do Grupo de Pesquisa em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP. email: nelsonrusso.unesp@gmail.com

³ Doutora em Comunicação (*Universitat Jaume I/Espanha*). Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação/FAAC/UNESP. email: raquelc@faac.unesp.br

práticas tradicionais, da cultura e da crença dos povos e comunidades tradicionais. Em decorrência da força dos elementos provindos da sociedade, fundamentados no consumo e no individualismo, acabam por alterar a sociabilidade com as comunidades tradicionais. O processo de aculturação intrínseco na violência cultural interfere nos modos de vida, de produção e principalmente, na relação entre os indivíduos das comunidades tradicionais (CAMPOS; MORAES e CABRAL, 2017).

Alinhando-se aos estudos sociológicos de Ferdinand Tönnies (1957), estes fenômenos abordam que a convivência das pessoas em aldeias e comunidades rurais passou por diversas mudanças, as quais tem origem na sociabilidade entre as pessoas e com a sociedade, cuja estruturação ocorre por meio de leis, regulamentos e contratos arbitrários (BRANCALEONE, 2008; COSTA, 2010). As relações oriundas dessa dita sociabilidade societária trouxeram a determinação de fatos sociais e de suas restrições, de acordo com a perspectiva positivista funcionalista discutida por *Émile Durkheim*. Sendo assim, dentro das sociedades os grupos dominantes são mais fortalecidos, têm melhor representação na defesa de suas preferências, levando todos, de forma individual, ao cumprimento das ordenações estabelecidas (ARAÚJO; BRIDI e MOTIM, 2013).

O antropólogo Darcy Ribeiro (2015) descreve com profundidade a formação do povo brasileiro, sua etnia, seu jeito de ser, seus métodos de trabalho e sua sociabilidade, ressaltando a relação conflituosa em que se estruturou (e se estrutura) o desenho fundiário, palco onde as comunidades em geral e as tradicionais em específico lutam por seu espaço e território, com suas naturais transformações ao longo dos anos.

O levantamento bibliográfico realizado traz contribuições significativas para a sustentação de planejamentos locais sustentáveis, os quais estudem a delimitação de territórios, preservando a identidade e a cultura das comunidades tradicionais que são afetadas pela violência cultural estabelecida pela sociedade contemporânea.

Este capítulo aborda de que maneira a violência cultural afeta a sociabilidade entre as comunidades tradicionais e a sociedade, com o objetivo geral de auxiliar a instrumentalização bibliográfica para análises do impacto da violência cultural estabelecida pela sociedade sobre as comunidades tradicionais. Importante destacar que este trabalho foi apresentado e debatido (em formato preliminar) no GT 3 - Comunicação, Cultura e Território, do Congresso Internacional de Comunicação, Inovação e Tecnologias (UFT/Palmas/TO, outubro/2017), sob o título “*A Violência Cultural Estabelecida entre a Sociedade e as Comunidades Tradicionais*”, sendo produto da disciplina do Mestrado em Comunicação da FAAC/UNESP “*Comunicação para a Cultura da Paz e Interculturalidade*”, ministrada pela *Profa. Dra. Raquel Cabral* e cursada pelo mestrando *Alexandre de Castro Campos*, orientado do *Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes*.

Para alcançar o objetivo proposto pela disciplina, foi realizada uma pesquisa para fundamentação teórica e um trabalho técnico de campo junto à uma comunidade tradicional de geraizeiros da região oeste do Estado do Tocantins, chamada “Comunidade Matinha” (Guaraí/TO). Como objetivos específicos do trabalho foram estabelecidos: compreender a vida cotidiana das comunidades tradicionais, compreender a violência cultural estabelecidas pela sociedade sobre as comunidades tradicionais e descrever como a sociabilidade das comunidades tradicionais é afetada pela sociedade contemporânea. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e caráter exploratório, para se alcançar o objeto foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os seguintes temas: sociabilidade, comunidades tradicionais e violência cultural. Para tanto, foi utilizada a plataforma *Scopus* e o portal de periódicos da *Capes* para a pesquisa de artigos que abordam os temas necessários à fundamentação, além da exploração bibliográfica por áreas e chaves correlatas.

2 Desenvolvimento

2.1 Sociabilidade

A partir da perspectiva crítica estabelecida pela escola de Frankfurt (Alemanha), a partir da década de 1920, debate-se – dentre tantos outros temas – a racionalização comunicativa do ser humano. De acordo com Jürgen Habermas, pensador contemporâneo que defende a filosofia da teoria crítica, a sociabilidade estabelece elementos conceituais das relações sociais na atual sociedade, cumprindo-se as relações e estruturas do agir comunicativo (HABERMAS, 1987; TENÓRIO, 1998).

A comunicação efetiva é uma fonte de pressupostos pré-racionais (HABERMAS, 1987; HABERMAS, 1996), um fundamento de qualquer enunciado, ato de fala. Esses pressupostos se somam ao conhecimento cultural que sustentam o processo de comunicação, mas, como tal, não podem ser expressos em julgamentos verbalizados. Ainda assim, embora o conhecimento cultural pré-cognitivo seja indispensável para a comunicação efetiva, não é o único fator significativo na ação comunicativa.

Segundo Habermas (1987) são também significativas as competências pessoais, como as ações normalizadas, desenvolvidas por homens no sistema de socialização, incluindo componentes do mundo da vida e fatores sistêmicos. É assim porque, ao tentar lidar com uma situação, o indivíduo é ao mesmo tempo o responsável por suas ações e o produto das tradições dos grupos solidários aos quais pertence.

Este mesmo indivíduo possui habilidades próprias, conhecimento intuitivo de como se lida com algumas situações e o conhecimento intuitivo sobre o que se pode contar em situações não menos do que as convicções básicas conhecidas em sentido trivial. Sociedade e personalidade operam não apenas como restrições, também servem como recursos (HABERMAS, 1987).

Habermas (1987) explica as interações, dependências e relações no exemplo da evolução social, observando o desenvolvimento social como um processo de diferenciação que ocorre em dois níveis, no nível do aumento na racionalidade e no nível da complexidade do sistema. Em decorrência disso, as possibilidades de se alcançar um consenso e integração social se multiplicam, à medida que os indivíduos podem exibir sistemas de conhecimento de fatos, normas e sentimentos.

A partilha de tais sistemas, resulta em novos mecanismos autônomos de comunicação deslinguisticada emergindo na sociedade e contornando o consenso interpessoal, pelo qual o mundo da vida reduz-se cada vez mais a um subsistema. Esses mecanismos do sistema se afastam cada vez mais das estruturas sociais através das quais a integração social ocorre (HABERMAS, 1987).

Os mecanismos autônomos de comunicação não linguística funcionam como meios de direção. A mídia fundamental que orienta os sistemas sociais compreende a economia e a administração (HABERMAS, 1987). Eles permitem que os sistemas sociais complexos, os estados, sofram e se desenvolvam enquanto o mundo da vida cresce cada vez mais vulnerável à objetivação, ao isolamento e à colonização. Isso acontece porque o sistema social definitivamente explode no horizonte do mundo da vida, escapa do conhecimento intuitivo da prática comunicativa diária e, doravante, é acessível apenas ao conhecimento contra-intuitivo (HABERMAS, 1987).

Os participantes na ação comunicativa podem, assim, fazer reivindicações de validade em relação a qualquer um desses mundos e depois negociá-las. As reivindicações de validade refletem necessidades pessoais, aspirações e objetivos que devem ser confrontados com necessidades, aspirações e objetivos de outros indivíduos, bem como com sistemas sociais. Para chegar a um entendimento, todos os participantes na interação devem estar

adequadamente preparados para a formulação de reivindicações de validade.

Ao rejeitar um ato de discurso como errado, falso ou insincero, o interlocutor está expressando com o "não", o fato de que o enunciado não cumpriu sua função de assegurar uma relação interpessoal, de representar estados de coisas ou de experiências de manifestação. Não está de acordo com o nosso mundo de relações interpessoais legitimamente ordenadas, ou com o mundo dos estados de coisas existentes, ou com o próprio mundo das experiências subjetivas do falante (HABERMAS, 1987). Infelizmente, cada etapa de levantar reivindicações de validade pode ser interferida por enunciados incompreensíveis, referências às tradições opacas e/ou à linguagem ainda não decodificada (HABERMAS, 1987). Esses distúrbios podem ser apenas incidentais e, portanto, adequados a uma maior precisão, uma interpretação mais pertinente ou uma referência precisa a uma situação adequada no processo de comunicação.

No entanto, eles também podem provocar comunicações sistematicamente distorcidas, resultantes da interrupção regular das regras de linguagem aceitas, da deformação das comunicações por comportamento inadequado, por exemplo, repetições e falta de coerência entre linguagem, ação e gestos (HABERMAS, 1996). Em tais situações, uma intervenção terapêutica é para que, a menos que surjam outros distúrbios, por exemplo, relacionados à saúde, ajudarão os atores a superar os obstáculos e a se envolverem com sucesso na ação comunicativa.

De acordo com o sociólogo Simmel (1983), existem três pontos fundamentais para a definição de sociabilidade, na área da sociologia das formas, na relação entre os indivíduos e a violência cultural. Para Simmel (1983), as relações sociais se estruturam refletindo os espaços definidos pela atividade humana na construção do coletivo. O sociólogo esclarece a noção de sociedade, evitando observá-la como uma totalidade, mas observando-a como um processo, como algo que está em desenvolvimento. A humanidade

está marcada pela estruturação de um complexo tecido social onde cada um passa a ler e entender os fatos históricos pelas ações do coletivo humano, pelas contribuições individuais e também pelas energias sociais nas organizações que estão na condução dos indivíduos (SIMMEL, 1986).

A sociabilidade, neste sentido acima exposto, não pode ser observada apenas como uma relação, ou seja, interações informais e racionais, deve haver naturalidade das interações sociais, processos comunicativos permeáveis e dinâmicos (SIMMEL, 1971).

2.2 Comunidades Tradicionais

Os trabalhos estruturais da sociologia de grupos, comunidade e sociedade desenvolvidos por *Ferdinand Tönnies* (1957) trazem evidências de como evoluíram e desenvolveram-se os agrupamentos humanos guiados pelas relações sociais estabelecidas pelas vontades naturais, ligadas à afetividade. Tais comunidades constituem suas relações sociais de maneira direta, com ausência de tecnologias e meios de comunicação, possuindo uma quantidade limitada de indivíduos que têm clareza sobre os limites de sua comunidade dentro de seu território.

Neste sentido, Brandão (2010), Moraes *et al.* (2017a) e Moraes *et al.* (2017b) trazem a forte proximidade entre pessoas e territórios em se tratando de comunidades tradicionais, colocando os indivíduos e os elementos da natureza como parte de um sistema único, especialmente ao destacar que estes socializam exclusivamente com a natureza, convivendo com outras comunidades tradicionais, neste sentido satisfazem suas necessidades, mantendo-se fora da sociedade urbana.

Na comunidade tradicional sobressaem-se os hábitos e os costumes coadunados às tradições e à afetividade, já na sociedade prevalecem as relações racionais e burocráticas fixas aos padrões formais, documentais e legais. (MORAES *et al.*, 2017b; BRANCALEONE, 2008; TÖNNIES, 1957). Neste sentido, o senso

comum estimula uma crença de que nos contextos sociais as comunidades tradicionais, em geral, se opõem a sociedade contemporânea, marcada pelo modo de produção capitalista e sobre a notabilidade do grupo para a gestão do grupo. (MORAES *et al.*, 2017b).

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, apresentou, em seu todo, os direitos e deveres aos cidadãos brasileiros, iguais perante a lei e perante aos outros indivíduos (BRASIL, 1988). O marco constitucional desenvolveu a proteção aos povos tradicionais e à cultura dos seus agrupamentos, assim, os conflitos e as reduções de povos e culturas à força equilibrada da sociedade, que sempre fez parte da história do Brasil, passaram a ser relevantes sob o novo prisma dos direitos do cidadão, considerando as articulações de poder do regime democrático representativo liberal brasileiro, que tem conseguido sempre obter o que a sociedade e as preferências capitais desejam sobre os interesses culturais e territoriais dos povos tradicionais.

No cenário rural, composto por vilas, povoados, assentamentos rurais, destacam-se as comunidades tradicionais, dentre elas os pescadores, os geraizeiros, povos de fundo de pastos e comunidades extrativistas, que se diferenciam pela relação de tradição e cultura com o território (MORAES *et al.*, 2017b). O Estado brasileiro, na busca de mediação do entendimento dos conceitos concernentes a este campo, publicou o Decreto 6040/2007, que traz como definição para comunidades tradicionais:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

O Decreto citado desenvolve os princípios de igualdade étnica e racial, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, buscando

reunir com a necessária instrumentalização das políticas públicas o aumento da proteção dos agrupamentos mais vulneráveis e minoritários. Outro compromisso do Decreto 6040, no segundo parágrafo do artigo 2, é o de tentar clarear e discutir sobre a definição de território, mas a redação não contribui:

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231 da Constituição e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (BRASIL, 2007).

Tanto quanto a política pública de instrumentalização da discussão como a legislação a respeito do tema comunidades tradicionais, avançou muito nos últimos anos no Brasil, mas deixam evidenciadas algumas lacunas, como a autenticidade da representação das comunidades tradicionais e as estratégias para que uma comunidade seja considerada de forma legal tradicional.

2.3 Violência cultural

Definida por Galtung (1969) a violência cultural está presente no momento em que os seres humanos são induzidos para que suas realidades somáticas e mentais sejam inferiores às suas realizações potenciais. Enquanto a violência somática exemplifica a violência física, a violência mental atua nos níveis psicológicos e culturais. O mesmo autor diz que a violência ocorre quando a distância entre o potencial e o real aumenta, então, a violência ocorre quando a saúde física e o bem-estar corporal são impedidos ou quando o bem-estar psicológico, emocional e cultural de alguém é dificultado.

Galtung (1990) afirma que a violência cultural, como qualquer outro aspecto de uma cultura que possa ser usada para legitimar a violência em sua forma direta ou estrutural, opera na esfera

simbólica da existência humana, exemplificada pela ideologia, religião, arte, etc.

Para Galtung (1969), o aspecto ideológico das funções de violência cultural em conceitos binários se reflete no “eu” e no “outro”, em que o valor do “eu” é inflado e exaltado, enquanto o valor do “outro” é desinflado e degradado. Este binário tem construções históricas que operam em vários níveis na sociedade: gênero, os homens são mais fortes e lógicos, mulheres fracas e emocionais; raça, os brancos são mais inteligentes, lógicos e civilizados do que os não brancos; Cultura, a cultura ocidental é civilizada em comparação com as culturas atrasadas, não-ocidentais, uma construção que moldou a ideologia da supremacia cultural ocidental/branca, definindo experiências coloniais e seus legados pós-coloniais violentos. Essas narrativas criam uma extrema violência cultural e o desafio contra essas ideologias é igualmente uma jornada violenta exemplificada em muitas revoluções culturais e sociais, como argumenta Fanon (1967).

Em essência, as formas de violência física, direta e estrutural operam em vários níveis que culminam com a violência cultural. Como argumenta Galtung (1990), a violência cultural destaca formas pelas quais a violência direta e a violência estrutural é legitimada e tornam-se aceitáveis na sociedade. A violência direta é muitas vezes um evento, a violência estrutural, um processo, a violência cultural é a permanência e, devido à lenta transformação da cultura em mudança, a violência cultural continua a ser a mesma durante muito tempo.

Cabral; Gothardo e Murback (2015) relatam em seus estudos que são vários os desafios para o estabelecimento da cultura de paz, mas torna-se necessário que essa cultura seja implementada nas comunidades, buscando a efetividade de uma transformação social e mudanças comportamentais da sociedade e comunidades, promovendo uma sociabilidade maior e de respeito entre ambos, dizimando processos, tradições e culturas constituídos durante

milênios pela evolução das comunidades (RIBEIRO, 2003; RIBEIRO, 1977).

3 Considerações Finais

As comunidades nas cidades se relacionam ao atendimento das dificuldades das pessoas que habitam o meio urbano (BRANDÃO, 2010). Contudo, as comunidades tradicionais não se opõem a sociedade contemporânea e urbana, mas destinam-se a conservação de seus valores de seus costumes e de suas crenças, por ampliação de sua identidade territorial e humana. (MORAES *et al.*, 2017b).

A violência cultural é aquela que traduz, ou justifica os comportamentos que legitimam socialmente a violência pessoal (em que as vítimas são visíveis) e a violência estrutural (resultante da desigualdade de poder e da justiça social). Com a violência cultural há mudanças nas práticas culturais e nas crenças das comunidades, tornando-as mais vulneráveis e suscetíveis às mudanças impostas pela sociedade.

A cultura de paz procura desconstruir a violência cultural, pois ela promove diálogos, e nivelamentos entre as comunidades envolvendo o Estado, o terceiro setor e as organizações, no mundo capitalista. (CABRAL; GOTHARDO e MURBACK, 2015).

As marcas culturais ou tradicionais e religiosas são determinantes para o entendimento das comunidades tradicionais, pois, de acordo com esses valores imateriais as convivências e vínculos da vida social se consolidam, formando agrupamentos de indivíduos.

As organizações, incluindo as mais antigas, mesmo tribais, não tendo a presença do Estado, se constituem passando a ser intensamente respeitada e, finalmente, superam à materialidade das coisas, como as pinturas de corpos, a caracterização do artesanato, das vestimentas, da culinária, da agricultura e do dialeto ou língua

criada pelo grupo, que, mantendo a sociabilidade com a sociedade muda sua maneira de viver.

Uma vez que a sociedade contemporânea não valoriza e não respeita a cultura do “outro”, subalternizando-a e que este fenômeno é recorrente a praticante as comunidades tradicionais brasileiras, a violência cultural é incitada, promovendo a perda cultural dos princípios provindos das comunidades tradicionais que se formaram a partir da afetividade entre os indivíduos. Tal processo violento, embora muitas vezes subjetivo, esgarça o tecido social há muitas gerações, por séculos, estruturado por povos e comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de geraizeiros e tantas outras que deveriam ter sua cultura e tradição efetivamente sob proteção constitucional.

Referências

ARAÚJO, S.M.; BRIDI, M. A. ; MOTIM, B. L. **Sociologia**: um olhar crítico. São Paulo: Contexto, 2013.

BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**. v. 39, n.1, 2008.

BRANDÃO, C.R. **A comunidade tradicional**. In: COSTA, João Batista Almeida. LUZ, Cláudia (Orgs.). Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: (n prelo). p. 1-365, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/cf1988.htm>>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

_____. **Decreto 6040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

CABRAL, R.; GOTHARDO, J.; MURBACK, L. A cultura de Paz no contexto das relações públicas comunitárias e responsabilidade social. **Revista Razón y Palabra**, Monterrey, n. 88, p. 21, fev. 2015.

CAMPOS, A.; MORAES, N.R.; CABRAL, R. **A violência cultural estabelecida entre a sociedade e as comunidades tradicionais**. Anais do Congresso Internacional de Comunicação, Inovação e Tecnologias/Universidade Federal do Tocantins. Palmas/TO: UFT, 2017.

COSTA, C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2010.

FANON, F. **The wretched of earth**. Londres, Inglaterra: Penguin, 1967.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

_____. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Vol. 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1987.

_____. **Between facts and norms**: contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.

MORAES, N.R.; CAMPOS, A.C.; MÜLLER, N.M.; GAMBA, F.B; GAMBA, M.F.D.D.F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**. v. 38, n. 12, 2017a. Disponível em < <http://www.revistaespacios.com/>>. Acesso em 23/07/2017.

_____; BRUMATTI, L.M.; LIMA, A.R.; CAMPOS, A.C. Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “comunidade tradicional” no Brasil. **Revista Observatório**. v. 3, n. 4, 2017b, p.518-539. Disponível em <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/>> . Acesso em 22/09/2017.

RIBEIRO, D. **Povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

_____. **Configurações histórico-culturais dos povos americanos**. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Os índios e a civilização**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977.

SIMMEL, G. **On individuality and social forms**. Coletânea organizada por Donald Levine, Chicago, The University of Chicago Press, 1971.

_____. **A natureza sociológica do conflito; a competição; conflito e estrutura de grupo; sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal**. In: MORAIS FILHO, E. (Org.). Simmel. São Paulo: Ática. 1983. p. 122-181.

_____. **El problema de la sociología. In: SIMMEL, G. Sociología: estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza Universidad, 1986. p. 11-37.

_____. **O conceito e a tragédia da cultura**. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. (Org.). Simmel e a Modernidade. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 79-108.

TENÓRIO, F.G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**. V.32, n.5, 1998. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7754>>. Acesso em 24/08/2017.

TÖNNIES, F. **Community and Society**. Trad. Charles P. Loomis. EUA: Michigan State University Press, 1957.

Capítulo 13

As dimensões da relação do ser humano com a natureza em uma comunidade tradicional amazônica de geraizeiros

Anderson Rodolfo de Lima¹

André Wilcer Marcório²

Angélica Góis Morales, Dr.³

Nelson Russo de Moraes, Dr.⁴

Pedro Fernando Cataneo, Dr.⁵

1 Introdução

A Conferência sobre a Biosfera realizada em Paris, em 1968, e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano

¹ Bacharel em Administração (FCE/UNESP). Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/UNESP. Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS. email: anderson.hbo@gmail.com

² Bacharel em Administração (FCE/UNESP). Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/UNESP. Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS. email: andre.am2@hotmail.com

³ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. Líder do Grupo de Pesquisa PGEA (Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental). Email: angelica@tupa.unesp.br

⁴ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. Líder do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP. Email: nelsonrusso.unesp@gmail.com

⁵ Doutor em Agronomia (UNESP). Docente da Faculdade de Ciências e Engenharia/FCE/UNESP. email: pedro@tupa.unesp.br

realizada em Estocolmo, em 1972, foram os marcos iniciais da discussão do desenvolvimento sustentável e, a partir de então, foram iniciadas discussões sobre a relação do homem com o meio ambiente, buscando promover o conhecimento, a prática e os valores humanos na interação com a natureza (BARBIERI; SILVA, 2011).

Essas discussões, sobre o modo como o ser humano se relaciona com a natureza, são caracterizadas por um conjunto de divergências conceituais, a respeito do que vem a ser natureza e do comportamento ideal do ser humano com esta tão fundamental esfera para a sustentação da vida. Tendo como principal ponto o ser humano/natureza como relação de integração, de simples complementaridade, de estreita dependência ou de domínio absoluto (BRANCO,1995).

As interações ser humano-meio ambientes são feitas numa perspectiva em que se pode vislumbrar o passado, o presente e o futuro destas pesquisas, uma vez que os tempos são estreitamente interdependentes quando se trata da análise das intenções e ações humanas, que por vezes comprometem a vida no futuro. Mas para que a construção e experimentação das respostas fiquem condicionadas a uma estrutura de pesquisa, para além da necessária abordagem socio-histórica é necessário que transcenda o tempo, o local, e principalmente do ser humano, aportando-se à complexidade das relações humanas com o meio ambiente e em seu tecido social (MORAN, 2011).

Concomitantemente, o sociólogo alemão *Ferdinand Tönnies* (BRANCALEONE, 2008) defende e destaca que o ser humano pode manifestar suas vontades de duas maneiras: um natural e outra mais racional. A primeira relaciona-se à afetividade e aos interesses primários de sobrevivência que levam a sociabilidade humana a ser arraigada a um campo de sentimentos e que estruturam as comunidades.

Por outro lado, a mesma teoria sociológica das vontades humanas e sociabilidade apresenta que a partir das relações sociais

mais complexas e especialmente urbanas vão surgindo vontades menos naturais e menos relacionadas ao plano da afetividade, que seriam mais frias e artificiais e que, sustentadas por uma sociabilidade societária, sustentaria a sociedade. Sendo ela caracterizada e totalmente motivada a partir de interesses individuais, mas dependente de outros indivíduos para a sobrevivência, de modo que necessita se organizar em grupos, que denominamos sociedade (BRANCALEONE, 2008).

As comunidades têm a característica de ocupação de território e permanência no mesmo, utilizando este espaço para vivência, onde saber observar as regras da Natureza é essencial para sobreviver. Na sua relação com o meio ambiente, os membros da comunidade desenvolvem técnicas singulares de produção na maioria herdadas de seus antepassados estabelecendo o que autora denomina de “sociodinâmicas ambientais” (ARAUJO, 2009). Para Kisil (2005) comunidade é o local da identidade coletiva enquanto sociedade é o local da personalidade individual.

Para Bhabha (1998) o conceito comunidade pode ser aplicado em quatro situações: a comunidade primitiva (quando é posta em confronto com um grupo colonizador), a comunidade tradicional (grupos postos como pobres, dos expropriáveis, dos resistentes, em uma situação de fronteira), comunidade de exclusão (grupo caracterizado por desalojados e migrantes pobres) e comunidade de adesão (grupo que se reúne por escolha mútua para fazer ações deliberativas).

Dentre elas, a comunidade tradicional possui destacada importância histórico-social e passou a ter maior reconhecimento por parte da sociedade e do Estado brasileiro após implementado o decreto nº 6.040, em 07/02/2007, que estabeleceu a *Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Estes grupos têm seu processo histórico moldado por meio de mistura ou de exclusão e são caracterizados pela geração e transmissão de conhecimentos e de práticas vernaculares, utilizando territórios e recursos naturais como condição de sua

reprodução cultural, social, religiosa e econômica, adotando formas próprias de organização social (Brasil, 2007).

As comunidades tradicionais, seguindo-se a abordagem de Costa (2010) para comunidades, se divergem de outros grupos sociais pelas formas de organização social, estruturadas na solidariedade entre as pessoas, na homogeneidade do modo de pensar e na proximidade entre os seus membros. Para Costa Filho (2013), uma parte fundamental destas comunidades são os territórios, por serem lugares de dimensões simbólicas os acontecimentos ou fatos são retratados, ancestrais enterrados e mantem viva a memória do grupo.

Coadunando com Costa Filho (2013), Costa (2010) e Brancaleone (2008), é importante destacar que os saberes difundidos por comunidades tradicionais, vão adiante do conhecimento produzido pela ciência ocidental moderna, trazendo importantes contribuições para compreensão do funcionamento do ambiente que as circunda, diante de hábitos de vida capazes de coexistir em harmonia com a natureza (PEREIRA, DIEGUES, 2010). Neste campo adentra-se a especificidade filosófica contemporânea que propõe os tipos ou níveis de conhecimento, evidenciando a importância do conhecimento tradicional que comporia os quatro principais conhecimentos com o filosófico, o religioso e o científico (TRUJILLO, 1974).

Construiu-se então um problema de pesquisa com robustez sociológica suficiente para que com sua elucidação pudesse-se contribuir para os avanços de trabalhos científicos mais específicos e que tratem sobre o desenvolvimento rural, a relação do ser humano com o meio ambiente e em especial acerca das trilhas de desenvolvimento de comunidades tradicionais brasileiras. Assim, delineou-se “como se estabelece a relação entre o ser humano e a natureza em uma comunidade tradicional de geraizeiros situada na Amazônia brasileira?”

Na busca por esses saberes, este trabalho visa caracterizar as “comunidades tradicionais” e a relação que comumente esta

estabelece entre o ser humano e a natureza, para então analisar a sombra dos aspectos econômicos, socioambientais e culturais esta relação. Para a efetividade deste trabalho, após a realização da disciplina “Sociedade e Natureza” do Programa de Pós Graduação Stricto-Sensu (Mestrado) em Agronegócio e Desenvolvimento da Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE (Câmpus de Tupã/SP da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP), foi realizado o estudo de caso de uma comunidade tradicional amazônica, tendo sido este estudo conduzido por uma equipe de dois mestrandos supervisionados pelos três docentes da disciplina.

2 O caminho metodológico

A pesquisa em questão enquadra-se nos níveis descritivo e exploratório, visto que se buscou estudar as características da comunidade amazônica da Matinha (município de Guaraí, Estado do Tocantins) e posteriormente descrevê-las, permitindo ampliar a visão sobre o grupo, sobre comunidades tradicionais e sua relação com a natureza (GIL, 2014). Neste sentido, ao acolher a classificação tipológica de pesquisas dada por Conduru e Pereira (2005) estabeleceu-se que este trabalho avança para além do campo de delimitação de um fenômeno, buscando a sua descrição, o seu processo de formação ou de adequação a um contexto social, econômico e político que compõe seu entorno. Neste interim vai à delimitação da pesquisa do tipo descritiva (CONDURU e PEREIRA, 2005, p.40).

O estudo adotou a abordagem qualitativa por entender que os números, gráficos e percentis, embora importantes, seriam insuficientes para a condução dos trabalhos propostos sobre forte teor de influências culturais e tradicionais e ainda alinhados à perspectiva legal de um decreto que orienta sobre aspectos da relação entre comunidades e meio ambiente (MARTINS e THEÓPHILO, 2009). Como técnica central, optou-se pelo estudo de caso, que para Cervo e Bervian (2005) é uma estratégia que pode

ser adotada na investigação prática de um trabalho, destacando-se como um estudo detalhado, com base em dados coletados em um ou mais locais ou grupos de pesquisa, sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida.

Por meio da técnica da exploração bibliográfica foi desenvolvido todo referencial teórico da pesquisa tomando como base livros, artigos publicados em periódicos, dissertações de mestrado e web sites governamentais. A etapa seguinte consistiu na coleta de dados primários utilizando as técnicas da entrevista semi estruturada e a observação assistemática (MARTINS e THEÓFILO, 2009). Com o tipo de entrevista semi estruturada as perguntas podem ser respondidas dentro de uma conversa mais amena e menos formal, permitindo que o entrevistador tenha liberdade para conduzir o diálogo.

Para cumprir com esta etapa, como instrumentos o formulário de pautas semi estruturadas e o gravador de áudio, previamente autorizado pelos depoentes (MARKONI e LAKATOS, 2010). Neste sentido foram entrevistados os moradores mais antigos com o intuito de melhor compreensão da evolução socio-histórica da comunidade (tendo sido entrevistadas três pessoas) e em seguida os atuais líderes da comunidade, dentre eles os dois gestores de associações e aqueles que se destacam como lideranças na organização da produção comunitária (quatro pessoas espontaneamente indicadas pela comunidade).

A Comunidade de Matinha está situada no Estado do Tocantins, tendo sido constituída pela migração de toda uma comunidade do Estado de Minas Gerais para o local onde posteriormente se formaria o pequeno povoamento, a comunidade mantém base cultural fortemente ligada à agricultura e à religião.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Planejamento e Gestão do Governo Federal do Brasil, publicou em 2012 o Relatório da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros, documento que referencia boa parte da caminhada das políticas públicas brasileiras após o decreto 6040/2007. Nele define como geraizeiros “habitantes do sertão, sobretudo da região dos cerrados do norte de Minas Gerais”, enquadrando estes povos como tradicionais à luz da legislação vigente.

Sobrinho (2012), Moraes *et al* (2015), Moraes *et al* (2016), Moraes *et al* (2017) destacam que do processo de desterro de famílias e comunidades de geraizeiros, ocorrido por diversos fenômenos sociais, políticos e econômicos, muitos grupos sociais se deslocaram em seu coletivo para a região nordeste (especialmente o interior do Estado da Bahia), centro oeste (com destaque para Goiás e Mato Grosso) e norte com destaque para o Estado do Tocantins, que teve boa parte de seu desenvolvimento humano pautado no Estado de Goiás.

2.1 O ser humano, a natureza e o conhecimento

Desde os povos primitivos demandava-se um conhecimento que servisse como guia para o ser humano, buscando definir sua identidade e o que constituía sua existência (CAMPONOGARA *et al.*, 2007). Nesse sentido, a autora diz que para a maioria das culturas, até mesmo as mais primitivas, existiu confusão entre sua história e forma de organização social com a busca pela compreensão sobre a natureza, sua importância e relação com o ser humano. Tal confusão se estabelece porquê em alguns casos entende-se natureza por sua relação de interdependência com o ser humano, já em outros casos a visão sobre natureza é alimentada pelo antropocentrismo que coloca o homem como ser superior aos demais seres (CAMPONOGARA *et al.*, 2007). Para Gonçalves (2013, p. 23) o conceito de natureza não é natural, visto que “toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza”. Assim, a sociedade contemporânea desenvolveu-se com influências das civilizações ocidentais, muitas delas advindas da

Grécia e Roma clássicas. Antes, em um período chamado pré-socrático, os filósofos gregos desenvolveram um conceito de natureza pautado na palavra *physis*, ela permite compreender a totalidade daquilo que é real, “do cosmos, dos deuses e das coisas particulares, do homem e da verdade, do movimento e da mudança, do animado e inanimado, do comportamento humano e da sabedoria, da política e da justiça” (GONÇALVES, 2013, p. 31).

A partir de Platão e Aristóteles o ser humano e a ideia passam a ser privilegiados, e esse pensamento é reforçado pela influência judaico-cristã, em que se destaca a oposição *homem-natureza* e *espírito-matéria* (GONÇALVES, 2013). Segundo Pelizzoli (2002), o cristianismo também inspirou a dicotomia homem-natureza presente na base da crise ecológica contemporânea. Na perspectiva cristã, o criador (Deus) está separado da criatura (demais seres), o que dá legitimidade a superioridade do ser humano, e do ponto de vista do judaísmo a natureza é simplesmente um recurso que deve satisfazer as necessidades, interesses e carências humanas (CAMPONOGARA *et al.*, 2007).

O posicionamento que opõem as noções de *homem-natureza* e *espírito-matéria* foi complementado pela filosofia cartesiana, principalmente pelas correntes mecanicistas guiadas por Roger Bacon, Galileu Galilei e pelo materialismo de René Descartes (GONÇALVES, 2006). O mecanicismo cartesiano comparava a natureza à uma grande máquina, contrapondo-se à ideia de natureza animada e se aproximando do tratamento desta como um objeto (GONÇALVES, 2006).

Foi na idade média que as correntes filosóficas supracitadas se desenvolveram, e no mesmo contexto o domínio da natureza pelo homem era caracterizado mediante a forma como a Igreja e os senhores feudais se enriqueciam: por meio da propriedade/posse da terra e exploração dos servos, estes pagavam tributos ou taxas para usufruir o torrão (GONÇALVES, 2013). Nesse seguimento, Gonçalves (2013) aponta que a capacidade humana de dominar a natureza (consagrada pelo antropocentrismo expresso na filosofia

cartesiana) germinou no desenvolvimento do mercantilismo, com a relação de dependência entre a riqueza e a técnica, criou raízes com a instituição do capitalismo e com o Iluminismo no século XVIII, e obteve seu triunfo em meados do século XIX, sendo a Revolução Industrial sua principal base ideológica.

Em meio às discussões sobre problemas ambientais que surgiram a partir da Revolução Industrial, notou-se, no século XX, a aparição do termo “meio ambiente” e a popularização de seu uso (SANTOS e IMBERNON, 2014). No mesmo período, o aumento da produção e do consumo fizeram com que surgissem na natureza uma série de substâncias e materiais antes não encontrados, além das novas técnicas de produção acarretaram na exploração intensiva de recursos e no crescimento da descarga de resíduos (BARBIERI, 2011).

Na lógica do capital o ato de produzir representa a transformação de bens e serviços naturais para satisfazer os desejos e necessidades do ser humano, dessa forma, são considerados recursos naturais tudo aquilo que é útil e está disponível à produção da subsistência humana, ou seja, elementos como o solo, as plantas, os animais e os minerais (BARBIERI, 2011). As sobras advindas desses processos produtivos muitas vezes não podem ser absorvidas pelo meio ambiente e por isso são chamadas de poluição, de acordo com Barbieri (2011). O autor ressalva a existência de duas perspectivas contemporâneas sobre o meio ambiente: uma parte da visão do meio ambiente como fonte de recursos e a outra lhe vê como um recipiente de resíduos.

2.2 As comunidades tradicionais no Brasil

As comunidades, em sua maioria, são caracterizadas sobre análises de seus membros, pelas suas múltiplas relações e normalmente pelo espaço geográfico que estão inseridas, neste sentido. Assim, as comunidades e povos tradicionais se diferem dos outros grupos sociais pela história e organização social: suas vidas

são forjadas na luta e na resistência pelo território, condição básica para a produção da vida. Estas comunidades/povos tradicionais têm o território como um ambiente simbólico, místico, político e econômico, significando no espaço onde se norteia a vida associadamente (Souza e Brandão, 2012)

O Decreto Federal n.º 6.040/2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que, no art. 2º de seu anexo, expressa como objetivo geral promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, no fortalecimento e na garantia dos seus direitos. Este decreto estabelece a definição de comunidades tradicionais como sendo:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

O decreto ainda ressalta que territórios tradicionais são os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e das comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. Brandão (2010) define comunidades tradicionais como grupos sociais locais que desenvolvem:

- a) Dinâmicas territoriais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram;
- b) Um saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente;

- c) Uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis;
- d) I reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direito de posses e proveito de um território ancestral;
- e) A atualidade pela memória da historicidade de lutas e de resistência no passado e no presente para permanecerem no território ancestral;
- f) A experiência de vida em um território cercado e/ou ameaçado;
- g) Estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental. (BRANDÃO, 2010, p.360-361).

Para o autor, devido essas características, em geral arraigadas ao meio ambiente e ao território, os povos e comunidades tradicionais são vistos como entrave para o desenvolvimento econômico, sendo retratados como modelo contrário aos padrões de cultura e modo de vida de produção e de prosperidade (MORAES et al., 2015).

3 A comunidade da matinha

3.1 A formação e as atividades de geração de renda da Matinha

A história da formação social da região média dos rios Araguaia e Tocantins, na Amazônia legal brasileira ocorre principalmente por dois vetores de colonização, sendo um inaugurado no início do século XVII quando de navegações de bandeiras que desceram os rios desde sua foz e outra que decorre das migrações de empreendedores e de famílias que vieram por terra no sentido leste oeste, especialmente das regiões onde hoje tem-se os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia (IBGE, 2017).

Sobre a implantação do povoamento que daria origem a Comunidade Matinha, os moradores mais antigos destacam que depois da metade do século XX, quando os primeiros geraizeiros,

oriundos do desterro nos campos cerrados de Minas Gerais e seguida migração, chegaram à mesorregião do rio Araguaia, onde desenvolver-se-ia o povoamento da comunidade Matinha (entre os municípios de Colmeia/TO e Guaraí/TO) o ciclo econômico pujante do garimpo de cristais já havia se esgotado e vivia-se o movimento econômico da produção de banana, sendo então os primeiros cultivares (com fins comerciais) dos geraizeiros a banana-maçã e o feijão.

No início da década de 1980, a disseminação de doenças como o mal-de-sigatoka e o mal-do-Panamá trouxe o declínio do ciclo da banana. Daí em diante, nenhuma prática agrícola teve duração muito longa, fazendo com que as comunidades daquela ampla região buscassem uma nova identidade produtiva.

Os moradores destacam que em 1996 o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS (órgão de assistência técnica agrícola mantida pelo Governo do Estado do Tocantins) forneceu à Comunidade da Matinha um curso básico sobre horticultura, instalando-se – por decorrência – a primeira horta da comunidade.

O espaço horta, naquele período, funcionava como uma “escola” em que os moradores aprendiam sobre as técnicas de produção e montavam suas respectivas hortas em suas propriedades. Na sequência, as hortaliças foram sendo destinadas à comercialização em uma feira criada pela Prefeitura Municipal de Guaraí, o maior centro urbano de uma região de raio aproximado de 150 km.

A Comunidade Matinha fez a opção, nesta época por perseverar na atividade de horticultura e também na produção de subprodutos de mandioca. O período foi marcado por diversas dificuldades de aceitação dos produtos, pois o hábito de consumir verduras não estava presente na alimentação da população regional. Uma passagem histórica interessante foi a contribuição da primeira-dama guaraiense aos horticultores: no início da implantação da atividade, quando os produtores/comerciantes não vendiam a

totalidade de suas produções, ela pedia aos funcionários da prefeitura para que comprassem o excedente do dia e distribuíssem nas regiões carentes da cidade, de forma a motivar os moradores da Comunidade Matinha.

Sobre a ascensão das atividades de horticultura e produção de fécula de mandioca, destacam que vieram com o aumento da população das pequenas cidades da região em especial de Guaraí, Colinas, Araguacema, Goianorte, Colméia e Pequizeiro. Outra variável que ajudou no desenvolvimento das atividades foi a atuação de instituições de ensino superior que tomaram as lavouras da Comunidade Matinha como campo de orientação, experimentação e extensão rural. A Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) que mantinha campus em Guaraí (faculdade mais tarde municipalizada como Faculdade Guaraí (FAG), que fora privatizada em 2011) realizou diversos trabalhos e estudos sobre a comunidade, sua educação e sobre a produção agrícola. A Faculdade Guaraí (FAG) e muitos produtores rurais vieram do sul e com eles se fortaleceu o hábito pelo consumo de verduras de folhas, fomentando a produção da Comunidade Matinha.

Atualmente (2016), a comunidade com 55 famílias e cerca de 250 moradores, conta com vinte e duas hortas e a distribuição é feita em doze municípios da região, atingindo um raio de 150 quilômetros de seu entorno. As vendas são feitas em feiras municipais, praças, em frente de estabelecimentos comerciais e por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além dos horticultores fornecerem seus produtos para supermercados e restaurantes. Um fato interessante é o respeito e a cooperação existente entre os produtores, pois quando um deles vai para determinada cidade o outro direciona-se para um município diferente.

A horticultura permitiu que muitas famílias da Matinha ascendessem, alcançando um poder aquisitivo que antes não detinham. Além disso, a atividade está ligada aos movimentos associativos da comunidade, o que permite o combate de problemas

ambientais gerado pelo uso de agrotóxicos e contribui para o constante desenvolvimento dos moradores.

3.2 O meio ambiente e o associativismo na Matinha

Contam os entrevistados que com o crescimento das vendas de hortaliças, houve um interesse por parte dos líderes da comunidade em aprender novas técnicas de manejo das culturas e de meios de distribuição, buscando cursos nas universidades da região.

Dentre os cursos que alguns membros da Comunidade Matinha tiveram a oportunidade de realizar, o Curso de Agroecologia foi um divisor de águas na comunidade, a visão de produzir hortaliças sem o uso de agrotóxicos e de novas técnicas no manejo, causou certo receio por boa parte da comunidade, mas também o interesse por melhorar a relação com o meio ambiente, que notavam, sofria com os tratos convencionais no processo produtivo. Com o passar dos anos e o início da busca de produtos com pouco agrotóxico ou agroecológicos (pelo mercado insipiente, porém com uma significativa parcela advinda de grandes centros urbanos do sul) a agroecologia teve adesão dos produtores, se tornando uma meta para seus processos produtivos, o que de imediato trouxe uma referência comercial diferenciada à comunidade e aos seus produtos. Sobre a relação com a natureza é importante recortar em destaque a fala de um dos entrevistados:

Dependemos do meio ambiente, dessa terra e dessa água para nossa vida, para produzir os alimentos que consumimos e que vendemos. A agroecologia é um caminho importante para manter os recursos da Matinha, eu sei disso, a maioria sabe, e boa parte das famílias já aderiu a produção de hortaliças sem o uso de agrotóxicos, isso já influenciou bastante na procura por nossos produtos nas cidades, mas ainda estamos em transição, mas não é uma caminhada fácil. Os produtos com agroquímicos são mais bonitos. (entrevistado 1)

Contam os entrevistados que, com o crescimento da produção houve a necessidade de aquisição de um veículo para o transporte de produtos, foi quando a comunidade criou uma associação para poder ter acesso às políticas públicas de fomento agrícola. Os membros articuladores da comunidade começaram a visitar associações nas cidades entornos da região e se estruturam, criando a primeira associação da comunidade, utilizando o nome de Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Matinha (ASDECOM).

Inicialmente houve adesão de 79 moradores/produtores, mas devido ao primeiro projeto ter sido negado pelo Governo Federal o desestímulo derrubou a 15 o número de associados e estes conseguiram a cessão de 240 horas de uso de trator (pelo Governo do Estado) e posteriormente o sistema de água e um telefone público. Sobre isso, um dos entrevistados, aqui qualificado como um líder comunitário, destacou:

Organizamos uma associação com o objetivo específico de conseguir um trator por meio de um edital federal. O trator iria ajudar muito o trabalho duro de destoca e abertura dos campos que eram de mata nativa, bem fechada. Iria facilitar o trabalho e aumentar a área de produção, pensávamos assim. Hoje, com o pouco conhecimento que temos, que é bem maior que o que tínhamos quando pedimos o trator, imaginamos que se tivéssemos conseguido o trator teríamos derrubado toda a mata, não teríamos as áreas de reserva e talvez nem tivéssemos mantido mata perto dos rios e nas baixadas. Como conseguimos, depois, apenas uma quantidade de horas de um trator, então tivemos que escolher áreas para limpar e arar, isso foi bom para a natureza e para nosso povo. (entrevistado 1)

Nos anos seguintes a associação entrou em conexão com a organização do terceiro setor Cáritas Diocesana (ligada à Igreja Católica) que efetivou a doação o valor financeiro para a compra de um de um caminhão para uso comunitário. Com o caminhão foi

possível levar as hortaliças até as feiras das cidades próximas e nas parcerias com as prefeituras municipais, a comunidade alcançou a venda em 12 municípios da região, revezando entre eles. Além das feiras eles fornecem para supermercados, o PNAE e restaurantes da região. Sobre ter conseguido a doação do caminhão, foi destacado:

O caminhão veio em boa hora, Deus nos ajudou e a Igreja Católica nos fez a doação. Com o caminhão conseguimos organizar o transporte de nossos produtos para tentar vender em diferentes feiras e cidades. Hoje a maior feira continua sendo a de Guaraí, às quartas-feiras e domingos. Boa parte dos produtores fazem suas colheitas, preparam a carga e vamos juntos para a comercialização no caminhão comunitário, outros já possuem carro e vão por sua conta. (entrevistado 1)

Quando perguntado sobre a manutenção do caminhão comunitário, o entrevistado destaca:

Aqui temos um acordo que todos seguem, um percentual das produções são destinadas a manutenção dos equipamentos coletivos, como é o caso do caminhão e da casa de farinha. Alguns reclamam, mas ao final todos contribuem para que se mantenha os equipamentos e a estrutura da casa de farinha, bens que vieram por nossa luta coletiva e continuam nos servindo. (entrevistado 1)

Os entrevistados destacaram que posteriormente foi criada a segunda associação da comunidade, a Associação de Pequenos Produtores Agroecológicos da Matinha (ASPPAG), que foi criada para a divulgação dos produtos sem agrotóxicos da comunidade. Esta associação seria a responsável pela construção de uma Casa da Farinha Comunitária, que posteriormente seria ampliada e melhor equipada por investimento do Instituto HSBC Solidariedade, articulado pela associação Social Desenvolvimento Humano e Comunitário e pela Faculdade Guaraí (FAG).

3.3 Religião e cultura na Comunidade Matinha

Antes da comunidade de Matinha se instalar entre os municípios de Colmeia e Guaraí, os ancestrais das famílias que a compõe estavam (provisoriamente) domiciliados na cidade de Rubiataba, região norte do Estado de Goiás, de pois de virem em migração de Minas Gerais. Durante o período, por volta da década de 1960, a Igreja Católica estava implementando o Conselho Vaticano II, as necessárias Comunidades Eclesiásticas de Base - CEBs e as celebrações da palavra por leigos em localidades que não contavam com a presença de religiosos ordenados padres. Esses acontecimentos, além de marcarem o início da comunidade, influenciaram culturalmente os moradores da Matinha, que mantém forte tradição católica, principalmente atrelada às Comunidades Eclesiais de Base.

Daí em diante os trabalhos com a religião foram constantes, passando por grupos de oração, celebrações e missões de evangelismo. Muitas destas ações disseminaram o nome da comunidade, atraindo um número considerável de pessoas para a região.

Contam os entrevistados, que por volta de 1982, um dos líderes do povoado foi para um encontro da Renovação Carismática na cidade de Inhumas, Estado de Goiás. Na oportunidade teria recebido um “chamado” que destacava a importância de disseminar os valores carismáticos na Matinha. Assim, o movimento foi introduzido à comunidade católica da Matinha. Uma fala bastante interessante foi de um segundo líder da comunidade, sobre aspectos de religiosidade na Matinha:

Nossa comunidade é católica, trouxemos isso conosco quando viemos para este local da Matinha, aos poucos outras pessoas passaram a compor nossa sociedade e outras religiões foram acolhidas. Não temos problemas com relação a isso, mas a grande maioria das pessoas é católica, com o passar do tempo desenvolvemos a música e compomos mais de cem músicas

católicas que são apresentadas por nós em reuniões, como nas assembleias de comunidades eclesiais de base. (entrevistado 2)

Ainda nas entrevistas, os moradores destacam que uma passagem importante para a Matinha foi um direcionamento de leitura bíblica (ocorrido em uma celebração), especificamente o Capítulo 2 do Livro de Isaías, que fez com que os moradores compreendessem a importância de manterem-se unidos, neste interim houve maior unidade das famílias. Admite-se, contudo que dado o aumento da base comunitária e os casamentos dos jovens, constituindo novas famílias trouxeram membros de outras religiões (com destaque para evangélicos da Assembléia de Deus e Adventistas) que são acolhidos com naturalidade dentre a comunidade.

Na caracterização geral do povoado nota-se a influência mineira ao padrão e estilo da vida na Comunidade Matinha, reforçando serem tradicionais geraizeiros, dentre estes aspectos destacam-se a base alimentar, os festejos, a música, a presença de igreja (construída em mutirão), as vestimentas e alocação das moradias próximas às fontes de água.

4 Considerações Finais

A relação do ser humano com a natureza se estabelece na Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (em Guará/TO) por meio de sua relação com o ambiente e o uso de seus recursos finitos nas atividades diárias, sejam elas domésticas ou produtivas. O manuseio e a utilização dos diferentes saberes (tradicional, religiosos e científicos, que aos poucos vão se fazendo comuns) parece ser uma grande potencialidade da comunidade tradicional amazônica em questão, pois vários e claros exemplos são facilmente observáveis, como a manutenção das nascentes, a culinária tradicional e a experimentação de tecnologias agroecológicas cientificamente comprovadas.

Os conhecimentos difundidos entre a comunidade, contribuem para a manutenção do saber tradicional e a relação harmônica com a natureza, refletindo no seu modo de organização e na fé como fundamento norteador.

A implantação do sistema de horticultura promoveu a ascensão econômica das famílias da comunidade e promoveu a prática do associativismo como meio de sustentação técnica e financeira. Ela criou meios para estabelecer a coletividade do grupo, fortalecendo os elos entre os membros, possibilitando a conquista de uma maior participação no mercado, alcançado outras regiões do estado e facilitando a produção e a venda dos produtos.

A relação do ser humano que compõe a Comunidade Matinha com o meio ambiente é caracterizada pela perfeita noção de dependência que o sistema tem com o meio e que a integração de sistemas produtivos é delicada e carece da busca de consenso e respostas por diversos níveis de conhecimento, seja pela religiosidade, pela tradição ou pela ciência.

Essa sociabilidade comunitária, pautada na afetividade dentro da comunidade tradicional, possibilita fazer um recorte de uma parte da sociedade, que consegue desenvolver modelos de relação um pouco mais saudáveis e sustentáveis entre o ser humano e a natureza.

Referências

ARAÚJO, E.C. **Nas margens do São Francisco**: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Légua. Abril/2009. 256 p. Dissertação de Mestrado – Pós Graduação em desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BARBIERI, J.C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

- _____; SILVA, D. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, 2011.
- BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais** v. 39, n. 2 , 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/index.php/revcienso/article/view/511>>. Acesso em: 3 dez. 2015.
- BRANCO, S.M. Conflitos conceituais nos estudos sobre meio ambiente. **Estudos Avançados** v. 9, n. 23, p. 217-233, abr. 1995.
- BRANDÃO, C. R. **A comunidade tradicional**. COSTA, João Batista, 2010.
- BRASIL. **Decreto nº6040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Publicado no DOU de 8.2.2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>
- CAMPONOGARA, S; RAMOS, F.R.S.; KIRCHHOF, A.L.C. Reflexões sobre o conceito de natureza: aportes teórico-filosóficos. **Revista Eletrônica do Mestrado Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 18, p. 482-500, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3582/2131>>. Acesso em: 30 nov. 2015.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- CONDURÚ, M.T. & PEREIRA, J.A.R. **Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas, critérios e procedimentos**. Belém: NUMA/UFPA, 2005.
- COSTA, C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 4ªed. São Paulo: Moderna, 2010
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999
- GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GONÇALVES, M.C.F. **Filosofia da natureza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 de março de 2017.

IPEA. **Relatório de pesquisa da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na visão de seus membros**. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 20 de março de 2017.

KISIL, M. **Comunidade: foco de filantropia e investimento social privado**. São Paulo: Global, 2005.

LIMA, I.L.P.; SCARIOT, A.; MEDEIROS, M.B.; SEVILHA, A.C. Diversidade e uso de plantas do cerrado em comunidade de geraizeiros no norte do estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista Acta Botanica Brasilica**. Vol 26, núm 3, pág 675-684, 2012. Disponível em <<<http://www.scielo.br/pdf/abb/v26n3/v26n3a17.pdf>>>. Acesso em 20 de março de 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, G.A.; THEOPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACIVER, R. M.; PAGE, C. H. **Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social**. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973

MORAES, N.R.; SOUZA, G.B.; LIMA, A.R.; SILVA, M.L.; ALVES, P.K.F.; BRUMATTI, L.M. **O desafio do desenvolvimento nas comunidades tradicionais brasileiras: análise da delimitação conceitual**. Anais do I Congresso de Pesquisadores em Economia Solidária – CONPES. São Carlos: UFSCar, 2015. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em 20 de março de 2017.

_____; CAMPOS, A.C.; MULLER, N.M.; GAMBA, F.B.; GAMBA, M.F.D.F.; BRAGA, W.R.O. O conceito de território dentro de comunidades

tradicionais brasileiras. **Revista Observatório**. Vol. 02, núm. 04, 2016. Disponível em <<http://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2869>>. Acesso em 20 de março de 2017.

_____; CAMPOS, A.C.; MULLER, N.M; GAMBA, F.B.; GAMBA, M.F.D.F. *Tradicional communities and the discussion on the concept of territory*. **Revista Espacios**. Vol.38, núm.12, ano 2017. Disponível em <<http://www.http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/17381217.html>>. Acesso em 20 de março de 2017.

MORALES, A.G.; MORAES, N.R.; LIMA, A.R.; MARCÓRIO, W.A. **Os aspectos econômicos e socioambientais do homem com a natureza**: um estudo de caso da Comunidade Matinha. Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MORAN, Emilio Frederico. **Meio ambiente e ciências sociais**: interações homem-ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Senac, 2011.

PELLIZZOLI, M.L. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza**: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

SANTOS, J.A.E.; IMBERNON, R.A.L. A concepção sobre “natureza” e “meio ambiente” para distintos atores sociais. **Revista Terra e Didática**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 151-159, 2014. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v10_2/PDF10-2/TDv10_2-87%206.pdf>. Acesso em 30 nov. 2015.

SOBRINHO, J.S. **O camponês geraizeiro no oeste da Bahia**: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: USP, 2012. 412 p. Disponível em <<http://www.http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06032013-093947/pt-br.php>>. Acesso em 20 de março de 2017.

SOUZA, A. F. G. ; BRANDÃO, C. R. **Ser e viver enquanto comunidades tradicionais.** Mercator (Fortaleza Online), v. 11, p. 109-120, 2012.

TOCANTIS, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - **RURALTINS**.
Conheça o Ruraltins. Disponível em: <<http://ruraltins.to.gov.br/conheca-o-ruraltins/>>. Acesso em: 30 nov. 2015

TRUJILLO, F.A. **Metodologia da Ciência**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Kennedy, 1974